

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JACKSON ALEXSANDRO PERES

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO:
NATUREZA, LEGISLAÇÃO E CONFLITOS NA BAIXADA DO
MACIAMBÚ - PALHOÇA (1975-2012)

FLORIANÓPOLIS,
2017

JACKSON ALEXSANDRO PERES

**PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO:
NATUREZA, LEGISLAÇÃO E CONFLITOS NA BAIXADA DO
MACIAMBÚ - PALHOÇA (1975-2012)**

Tese apresentada ao Programa de
Pós-graduação em História como
requisito final à obtenção do título
de Doutor em História pela
Universidade Federal de Santa
Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Eunice
Sueli Nodari

FLORIANÓPOLIS,
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Peres, Jackson Aleksandro
Parque Estadual da Serra do Tabuleiro :
natureza, legislação e conflitos na Baixada do
Maciambú, Palhoça/SC (1975-2012) / Jackson
Aleksandro Peres ; orientador, Eunice Sueli Nodari,
2017.
316 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis,
2017.

Inclui referências.

1. História. 2. Parque Estadual da Serra do
Tabuleiro. 3. Unidades de Conservação. 4. Conflitos
sócioambientais. 5. Baixada do Maciambú. I. Nodari,
Eunice Sueli. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III.
Título.

JACKSON ALEXSANDRO PERES

**PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO:
NATUREZA, LEGISLAÇÃO E CONFLITOS NA BAIXADA DO
MACIAMBÚ - PALHOÇA (1975-2012)**

Tese julgada como requisito final para a obtenção do grau de DOUTOR
EM HISTÓRIA.

Área de Concentração: História Cultural

Aprovada em sua forma final pelo programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 24 de setembro de 2017.

Profa. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian
Coordenadora PPGH

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari
Orientadora/Presidente
PPGH/UFSC

Prof. Dr. Manoel Pereira Rego
Teixeira dos Santos
CA/UFSC

Profa. Dra. Regina Horta Duarte
UFMG

Prof. Dr. Marcos Aurélio
Espíndola
USJ

Prof. Dr. João Klug
PPGH/UFSC

Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli
UNIVILLE

AGRADECIMENTOS

Depois de se escrever uma tese, ao agradecer as pessoas que de alguma maneira ou de outra contribuíram para que o trabalho alcançasse sucesso, sempre corremos o risco de, por esquecimento, não citar alguém. Espero não cometer esse erro e já deixo aqui um pedido de desculpas, caso tenha ocorrido.

Primeiramente gostaria de agradecer ao dom da vida e a todas as forças que a fazem existir.

À minha família. Pai, mãe, irmãs. Parceiros nessa jornada.

Ao Adriano Mafra, que acompanhou o processo desde o ingresso ao Programa de Pós-Graduação até a correção do texto final. Parceiro de todas as horas.

À minha orientadora, Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari, por acreditar no projeto e novamente aceitar me orientar, compartilhando experiências em mais uma etapa de minha formação.

À todos os amigos pela torcida e pelas festas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

Aos colegas do curso de Doutorado, pelo apoio, pelas dicas e pelas risadas.

Aos colegas do LABIMHA, pela troca de conhecimentos.

Aos funcionários do Centro de Visitantes do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, pela acolhida e pelo acesso às informações. Em especial à Haliskarla Moreira de Sá, Adriana Guardiola Lunardi e Luiz Pimenta Castor.

Aos amigos da Faculdade Municipal de Palhoça, em especial à Diretora Mariáh Teresinha do Nascimento Pereira pelo apoio.

Aos amigos da Escola de Educação Básica Pedro Ivo Figueiredo de Campos, que torceram pelo sucesso.

Um agradecimento especial aos moradores da Baixada do Maciambú que se dispuseram a contar um pouco de suas vidas.

Muitíssimo obrigado a todos.

Dedico esse trabalho a todas e todos os moradores da Baixada do Maciambú.



Quino (2010, p. 140)

RESUMO:

PERES, Jackson Aleksandro. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro:** natureza, legislação e conflitos na Baixada do Maciambú, Palhoça/SC (1975-2012). 2017. 316 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

Este trabalho narra a História de uma região que teve a peculiaridade de ter se transformado em uma Unidade de Conservação em 1975. A Unidade em questão é o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST) e a localidade é a região sul do município de Palhoça/SC, conhecida como Baixada do Maciambú, onde localiza-se seis bairros do município. O recorte temporal (1975-2012) se deu pelo marco da criação do Parque até o ano que submetemos o projeto a avaliação do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo da narrativa foi identificar como a população que já habitava a região se relacionou com a nova realidade imposta pela criação do Parque. Para que isso fosse possível, o recorte temporal foi estendido para que pudéssemos entender a dinâmica do processo de ocupação humana no local e como essa ocupação se relacionou com o Meio Ambiente. Nessa perspectiva, a tese foi escrita pautada na História Ambiental na medida que buscou elencar os aspectos de interdependência entre os humanos e o Meio Ambiente nesse espaço. Também por conta disso demos ênfase a discorrer sobre a ocupação humana na Mata Atlântica, bioma protegido pela UC e sobre as questões ambientais, estendendo o recorte temporal até onde as fontes foram capazes de nos levar. A legislação ambiental brasileira e estadual é apresentada em uma narrativa histórica, relacionando-as com as demandas sociais, bem como um estudo aprofundado sobre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Como fontes, utilizamos obras historiográficas do início do século XX, legislações de diferentes períodos e temas, documentos oficiais relacionados ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Relatórios de Presidentes de Província, periódicos locais e estaduais e entrevistas, por meio da metodologia da História Oral. A Baixada do Maciambú é uma Planície localizada entre o Rio Maciambú e Rio da Madre, no sul do município de Palhoça/SC. Formada por cordões arenosos decorrentes do recuo do mar, a região, ocupada desde a pré-história pelo Homem do Sambaqui, passou a abrigar uma vila de pescadores no início do século XX e passou a despertar a

especulação imobiliária já na década de 1950, e mais fortemente na década de 1970 quando a região passou a se tornar um destino turístico. Para preservar a área, que na década de 1950 já era entendida como uma ambientalmente especial, foi inserida em 1975 no Decreto de criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. De lá para cá, entre anexações e desanexações, a população que vivia no local tem sofrido pela incongruência de informações, pela falta de participação no gerenciamento da UC, pela omissão do poder público e pela falta de infraestrutura. Mesmo com restrições impostas por estar em área do entorno da UC, já que em 1979 a região foi desanexada do Parque, a ocupação humana se acelerou nas décadas de 1980 e 1990, provocando mobilizações que culminaram com uma lei aprovada em 2009 que alterou não só os limites do PAEST como transformou toda a Baixada do Maciambú em Área de Preservação Ambiental (APA). Nesses intervalo de tempo, a vida da população foi alterada significativamente. Passados quarenta anos de sua criação, o PAEST ainda não foi totalmente implantado por conta de diferentes legislações e pela falta de um Plano de Manejo. A Baixada do Maciambú, área mais conflituosa do Parque, segue com problemas que dependem para ser sanados, tanto das questões legais como do Plano de Manejo.

Palavras-chave: Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Baixada do Maciambú, Legislação Ambiental, Conflitos socioambientais.

ABSTRACT:

PERES, Jackson Aleksandro. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: natureza, legislação e conflitos na Baixada do Maciambú, Palhoça/SC (1975-2012).** 2017. 316 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

The present work aims at telling the History of a particular region that has become a Conservation Unit in 1975. Such Unit is known as Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST) and it is located in the Southern of Palhoça, a city located in the state of Santa Catarina, in Brazil. Inside this region, known as Baixada do Maciambú, there are six other districts that belong to the aforementioned city. The temporal frame of this research is from 1975 to 2012, due to the fact that 1975 is the year when Parque Estadual da Serra do Tabuleiro was founded, and 2012 is the year when this research project was submitted to the Post-Graduation program of History at the Universidade Federal de Santa Catarina. The main objective of the study was to observe how the inhabitants of Baixada do Maciambú has dealt with the consequences of the creation of the Park. In order to accomplish such issue and understand the process of human occupation in the local and how such occupation is related to the natural environment, the temporal frame of the research was extended. Within this perspective, this thesis was written based on the Environmental History since it aimed at listing aspects of interdependence between humans and the environment in the local. In addition, we highlighted the discussion on the human occupation in the Atlantic forest, which is a biome protected by UC (Conservation Unit), and on environmental issues. Such discussion has extended the temporal frame of the research according to the number of sources that were found. The Brazilian Environmental (and state) Legislation is presented in a historical text that relates it to the social demands of the population. Furthermore, the present research has aimed at conducting a deep study on the Parque Estadual da Serra da Tabuleiro concerning its legislation. The sources used for this section had to do with historiographic works from the beginning of the 20th century, legislations from different periods of time and of different topics, official documents related to Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Reports from provincial Presidents, local and state newspapers, and interviews based on oral History methodology. Baixada

do Maciambú is a plain region located between the Maciambú River and the Madre River in the Southern of Palhoça city, and it is formed by sandy cords due to the retreat of the sea. In prehistory, this region was occupied by the Sambaqui Man, and it gradually began to shelter a village of fisherman in the beginning of the 20th Century. From the 1950s and most heavily in the 1970s, the area has been suffering the effects caused by the pressures of the Real estate business which has been speculating its touristic potential. In order to preserve the area, which in 1950 was considered a particular area for its environmental issues, Baixada do Maciambú was inserted in the Statute of foundation of Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Since then, the population that inhabits the region has been facing some problems, such as insufficient information, the population's absence in the administration of Conservation Unit (UC), the lack of help from the public authority, and the insufficient infrastructure. In 1979, the region was detached from the Park and in spite of the restrictions imposed in the area for being around the UC, human occupation has increased specially in the 1980s and 1990s, provoking mobilizations that resulted in a law passed in 2009. The law has changed not only the limits of Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, but has also transformed the entire Baixada do Maciambú into an Environmental Preservation Area (APA). During this time, the life of the population has changed considerably. After forty years of foundation, Parque Estadual da Serra do Tabuleiro has not been completely implemented yet due to different legislations and due to the lack of a management project. Baixada do Maciambú, the most conflicting area of the Park, still has some problems to be solved, both concerning legal issues and the creation of a management project.

Key-words: Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Baixada do Maciambú, Environmental legislation, Social and environmental conflicts.

LISTA DE ABREVIACÕES

ABIC:	Associação Brasileira da Indústria de Café
ALESC:	Assembleia Legislativa de Santa Catarina
APA:	Área de Proteção Ambiental
APP:	Áreas de Preservação Permanentes
ARI:	Áreas de Reconhecimento Internacional
CELESC:	Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A
CF:	Constituição Federal
EMBRAPA:	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FATMA:	Fundação do Meio Ambiente
FBCN:	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FCAM:	Fundação Cambirela do Meio Ambiente
FUNAI:	Fundação Nacional do Índio
IBAMA:	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais
IBDF:	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IUCN:	União Internacional para a Conservação da Natureza
MMA:	Ministério do Meio Ambiente
MPF:	Ministério Público Federal
PAEST:	Parque Estadual da Serra do Tabuleiro
PCN:	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNEA:	Política Nacional de Educação Ambiental
RL:	Reservas Legais
SEMA:	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SNUC:	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPI:	Serviço de Proteção ao Índio
UFSC:	Universidade federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mafalda -----	38
Figura 2: Distribuição da Mata Atlântica em 1500 -----	48
Figura 3: Distribuição da Mata Atlântica em 2015 -----	49
Figura 4: Delimitação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (1975) -----	118
Figura 5: Mata fitogeográfico de Santa Catarina-----	126
Figura 6: APA da Baleia Franca -----	128
Figura 7: Reunião em Paulo Lopes (1975) -----	134
Figura 8: Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em 1979 -----	143
Figura 9: Municípios abrangidos pelo PAEST -----	144
Figura 10: Localização das áreas prioritárias -----	156
Figura 11: Foto aérea da Baixada do Maciambú-----	161
Figura 12: Formação de cordões arenosos por recuo do mar-----	164
Figura 13: Croqui da Ilha de Santa Catarina adaptado de Richard Madox (1582) -----	165
Figura 14: Detalhe do croqui de Richard Madox (1582)-----	166
Figura 15: Ilha de Santa Catarina e continente próximo -----	168
Figura 16: Foto aérea da Ponta do Papagaio (1938)-----	169
Figura 17: Esquema de restinga-----	172
Figura 18: Demarcação das sesmarias nos Campos de Araçatuba em 1793---	198
Figura 19: Desenho dos Campos de Araçatuba (1798)-----	201
Figura 20: Relação dos eleitores elegíveis na Enseada de Brito no ano de 1876 -----	212
Figura 21: Possível traçado do Canal da Independência -----	231
Figura 22: Lavadeiras na lagoa da Guarda do Embaú-----	236
Figura 23: Baixada do Maciambú (1938)-----	241
Figura 24: Croqui do Loteamento da Sociedade Balneária Pinheira -----	243
Figura 25: Pinheira em 1977 -----	247
Figura 26: Guarda do Embaú no ano de 1977-----	251

Figura 27: Croqui da reorganização dos Moradores do Parque: alternativas--	257
Figura 28: Tabela síntese das ações na Baixada do Maciambú -----	258
Figura 29: Croqui da área a ser desanexada e área a ser anexada-----	261
Figura 30: Parte da Baixada do Maciambú em 1978-----	269
Figura 31: Vista aérea da Praia da Pinheira em 1995 -----	270
Figura 32: Fogo devasta parte da área do PAEST -----	272
Figura 33: Lixão na Praia da Pinheira (1996) -----	274
Figura 34: Representação da Baixada do Maciambú de acordo com a proposta de Recategorização-----	277
Figura 35: Área questionada pelo Ministério Público Federal -----	285
Figura 36: Baixada do Maciambú (2017)-----	288

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ilhas Oceânicas do Parque (1975) -----	122
Tabela 2: Zonas Prioritárias para delimitação -----	155
Tabela 3: Sesmarias doados entre 1759 e 1810 na região em estudo. -----	203

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 O MEIO AMBIENTE NA HISTÓRIA, NO BRASIL E NA LEGISLAÇÃO	37
1.1 O MEIO AMBIENTE COMO TEMA DA HISTÓRIA	38
1.2 HUMANOS E MEIO AMBIENTE NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: A MATA ATLÂNTICA	46
1.3 AS IDEIAS DE PRESERVAÇÃO E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	60
2 PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO: UM PEDAÇO DE MATA ATLÂNTICA A SER PRESERVADO	89
2.1 PROTEÇÃO AMBIENTAL EM SANTA CATARINA	89
2.2 PARA SE CRIAR UM PARQUE: IDEIAS E AÇÕES PARA A EFETIVAÇÃO DO PAEST	97
2.3 ASPECTOS NATURAIS DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO	115
2.4 ANEXA, DESANEXA: UMA QUESTÃO DE LIMITES	130
3 DO PORTO DOS PATOS À BAIXADA DO MACIAMBÚ	159
3.1 A NATUREZA DA BAIXADA DO MACIAMBÚ	160
3.2 HUMANOS NO MACIAMBÚ: SAMBAQUIANOS, INDÍGENAS E EUROPEUS	175
3.3 COMPÁSCUO DOS CAMPOS DE ARAÇATUBA: AS INTERFACES DA OCUPAÇÃO	189
3.4 IMBRÓGLIOS DO SÉCULO XIX E O QUEBRA-CABEÇA DA OCUPAÇÃO	198
4 O PARQUE NA VIDA DOS MORADORES DA BAIXADA DO MACIAMBÚ: (DES)INFORMAÇÕES E CONFLITOS	219
4.1 A BAIXADA DO MACIAMBÚ ATÉ 1975	219

4.2 A BAIXADA DO MACIAMBÚ E O PAEST: INÍCIO DE CONVERSA E DE CONFUSÃO -----	246
4.3 A BAIXADA DO MACIAMBÚ PÓS-PARQUE: LIXO, INCÊNDIOS E FALTA DE INFRAESTRUTURA-----	262
4.4 RECATEGORIZAÇÃO DO PAEST: ÚLTIMO CAPÍTULO DESSA “NOVELA”?-----	275
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	287
FONTES E BIBLIOGRAFIA-----	291
APÊNDICES -----	313
APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas -----	315

INTRODUÇÃO

O município de Palhoça, como outros municípios do Estado de Santa Catarina, sofreu com várias enchentes nos últimos anos¹. Uma dessas enchentes, no ano de 1990, foi responsável por nos proporcionar o primeiro contato com a região que agora se tornou objeto de estudo. Isso porque, na época, ao folhear um jornal, meus pais se depararam com um terreno à venda na Praia da Pinheira, localizada no sul do município de Palhoça, na Baixada do Maciambú. O preço estava bastante acessível, já que os proprietários precisavam de dinheiro para recuperar o que haviam perdido na enchente.

Ao visitar o local, a primeira impressão foi a de ser uma área despovoada. A estrada principal (Rodovia SC 433) era sem pavimentação, como comumente se diz, “de chão batido” e o terreno parecia mais um cercado no meio do nada. Viam-se muitas corujas, que mais tarde descobrimos que eram da espécie buraqueira. Uma população bem grande delas nos recebia sempre em cima dos mourões da cerca e viam-se muitos de seus buracos/ninhos no lote. A transformação do terreno se deu com a cerca, depois um rancho e, por fim, a construção da casa. Sem contar com distribuição de água à época da construção da casa, para preparar a argamassa usávamos o riacho que passava a vinte metros do lote. A água limpa ainda era utilizada para banho e para lavar louças.

Além das corujas, outros animais que visitavam o lote eram os gambás e as lebres. Muitas vezes ouvíamos cães latindo e pessoas falando alto do outro lado da estrada principal. Logo ficamos sabendo que eram caçadores de lebres e seus cães de caça. Pelos idos de 1991/92 não havia fiscalização, nem oficial, nem extraoficial contra essa prática, apesar de já haver legislação que proibisse a caça.

Nos vinte e quatro anos que separam nosso primeiro contato com a região e o início dessa pesquisa, a comunidade cresceu bastante. Veranistas viraram moradores fixos, muitas casas foram construídas e pequenos prédios começaram a fazer parte da paisagem. Em termos de infraestrutura, um marco para a localidade foi a pavimentação asfáltica da estrada principal em 2007. As casas receberam água encanada e as ruas

¹ Sobre as enchentes no município de Palhoça ver: FAGUNDES, Luís Guilherme. **A construção das enchentes como desastres ambientais em Palhoça**: do final do século XIX à grande enchente de 1995. Trabalho de Conclusão de Curso. Orientadora Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari, UFSC, 2015.

começaram a ser pavimentadas. Mesmo assim, algumas residências ainda permanecem com água de ponteira. Aliás, a profissão de “ponteiro”² era mais que necessária na região e ainda o é. Ao longo da principal rodovia sempre avistávamos placas de trabalhadores oferecendo serviços de “ponteiras”. Placas desse tipo reapareceram na rodovia, indicando um possível aumento da demanda desse serviço. Assim como a população, o comércio também cresceu, bem como a infraestrutura da indústria do turismo. O aumento do comércio e do turismo, por sua vez, não garantia a qualidade dos serviços. Pousadas, bares, restaurantes, supermercados e farmácias passaram a receber água encanada, mas de péssima qualidade, diga-se de passagem.

Os tempos em que a estrada principal era de chão e que para se chegar à praia era necessário passar por um caminho cheio de dunas e rosetas³ ficaram na memória e nas fotos. As corujas não nos recebem mais nos mourões, mas ainda se vê algumas famílias delas pela região. As lebres e os gambás nunca mais visitaram nosso quintal. Muita coisa mudou na Baixada do Maciambú.

Narrar a história desse lugar ímpar foi uma vontade despertada já em 2005, quando a pesquisa e o Trabalho de Conclusão de Curso da graduação precisavam ser feitos. No primeiro momento pensamos em pesquisar a pesca e a Colônia de Pescadores da Praia da Pinheira, no município de Palhoça, mas o projeto ficou engavetado. O fato foi que o acesso às fontes e os trabalhos como bolsista no Laboratório de História Indígena levaram a novos conhecimentos e possibilidades, optando-se em trabalhar nesta temática.

No mestrado, questões levantadas no trabalho de conclusão de curso na graduação foram inspiradoras para o projeto que nos fez ter contato pela primeira vez com a História Ambiental. Unir História Indígena e Ambiental foi um grande desafio. Novamente deixávamos de lado a ideia de ter a Baixada do Maciambú como objeto de pesquisa.

Agora, depois de adiados quase dez anos, pudemos nos envolver novamente neste projeto que ganhou um impulso maior em 2011,

² Entendemos como “ponteiro” a pessoa que trabalha na perfuração de poços artesanais. Na grande maioria das vezes, são profissionais autônomos, sem formação específica, mas que se especializaram nesse serviço bastante importante na região.

³ Nome popular de espinho da espécie *Soliva sessilis* Ruiz et Pavón. Disponível em: http://www.ufrgs.br/fitoecologia/florars/open_sp.php?img=4309. Acesso: 10 set. 2017.

momento em que este pesquisador ingressou como professor da Faculdade Municipal de Palhoça (FMP). Trabalhar em Palhoça e morar no município, além de frequentar a Baixada do Maciambú há mais de vinte e cinco anos, são motivos que tornam esta pesquisa ainda mais prazerosa. Além de ampliar o conhecimento sobre a História do município e da região, refletindo diretamente na docência, pretendemos que a pesquisa tome um caráter social, auxiliando no entendimento do processo de ocupação humana na Baixada do Maciambú e dos conflitos que ocorrem por conta das leis ambientais e o crescimento econômico da região.

A região da Baixada do Maciambú tem sofrido, nas últimas décadas, um adensamento populacional. Esse adensamento é motivado pelas belezas naturais de seu litoral, pelo melhoramento da infraestrutura na região e pela especulação imobiliária. Com o adensamento e a crescente intervenção humana, a paisagem local se modificou bastante e vem se modificando de maneira cada vez mais acelerada.

O aumento da intervenção humana direta e indireta sobre o meio ambiente em escala mundial fez aumentar proporcionalmente a preocupação em preservar espécies vegetais, animais e ecossistemas, bem como preservar a própria qualidade de vida do ser humano. Como resultado, essa intervenção acabou corroborando ao aumento da discussão em torno da legislação ambiental, o que propiciou ainda a ampliação das áreas e disciplinas que passaram a discutir o Meio Ambiente dentro de suas especificidades ou de maneira interdisciplinar.

Hoje, além das pesquisas no campo da Biologia, tem-se também a temática ambiental na área da Geografia, Direito e Agronomia entre outras. Adentra-se também na área das Ciências Humanas, em estudos da Sociologia, Antropologia e também da História, definindo desse modo a interdisciplinaridade que permeia o tema meio ambiente. Com a ampliação de uma discussão acerca da legislação ambiental, temos ainda os estudos relacionados aos aspectos jurídicos, que também constituem possibilidades de análise. A interdisciplinaridade evidencia a importância do tema, que vem crescendo junto com a preocupação em relação à preservação do meio ambiente frente a degradação ocasionada pela intervenção humana registrada durante séculos.

Considerando a emergência do tema na contemporaneidade, este trabalho traz um estudo das questões relativas a uma Unidade de Conservação (UC) de Santa Catarina, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST) criado em 1975, no que concerne ao contexto e

legislação à época de criação do parque, às mudanças que ocorreram até a legislação vigente e às especificidades de sua biodiversidade. Busca, sobretudo, discutir a história das populações que tradicionalmente ocupam uma parte da região que foi demarcada como área do parque e que chamamos de Baixada do Maciambú. Analisando as mudanças e permanências no cotidiano da população da Baixada do Maciambú e suas perspectivas a respeito dessa Unidade de Conservação.

Assim, esta tese identifica como a população que já habitava essa região se relacionou com a nova realidade imposta pela criação do PAEST. Evidencia que essa relação foi conflituosa e que se deu por problemas de concepção, informação, implantação e gestão da UC desde sua criação, já que o mesmo se configurou como um limitador da exploração dos recursos naturais e uso da terra.

O desenvolvimento desse trabalho seguiu os pressupostos teóricos e metodológicos da História Ambiental⁴. Segundo José Augusto Drummond (1991), o primeiro passo dentro dessa metodologia, consiste em demarcar o espaço de estudo. Nesse caso, o recorte espacial está em uma área que possui, além de uma identidade natural, uma identidade cultural. Este espaço, chamado de Baixada do Maciambú, situa-se entre dois rios: o Rio Maciambú (que dá nome a região) e o Rio da Madre, que é o marco natural da divisa dos municípios de Palhoça e Paulo Lopes. Essa região se localiza no extremo-sul de Palhoça.

Entender as características naturais da Baixada do Maciambú consiste o primeiro nível de estudo da História Ambiental, segundo Donald Worster (1991). Para isso, se faz necessário buscar subsídios em trabalhos que não são da área das ciências humanas, mas que nas suas especificidades podem fornecer a visão holística preconizada pela História Ambiental como pressuposto para essa análise. Apresentamos aqui aqueles que serão os textos-base para se entender a dinâmica natural da área em estudo. A partir desses textos, podemos observar com clareza que os “paradigmas propostos pela História Ambiental são calcados no aparato transdisciplinar”, como sugerem Nodari e Moretto (2011, p.04). Para esse fim, elencamos alguns trabalhos que tratam genericamente do

⁴ A teoria da História Ambiental aqui utilizada baseia-se nos estudos de Donald Worster, que também subsidia os trabalhos de José Augusto Drummond, José Augusto Pádua, José Luiz de Andrade Franco, Eunice Sueli Nodari, Marcos Lobato Martins e Regina Horta Duarte. No capítulo 1 trataremos com mais detalhes as concepções teórico-metodológicas da História Ambiental com base nesses autores.

Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, pois pesquisas específicas sobre a Baixada do Maciambú são escassas. Encontramos, no início da pesquisa, apenas quatro títulos na Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina que versavam sobre a Baixada do Maciambú. Dois desses são dissertações de mestrado, defendidas no Programa de Pós-graduação em Biologia Vegetal. O primeiro, defendido em 2008 por Renato Eckel, procura caracterizar a flora da região e como o recurso da terra é explorado pela comunidade local.⁵ O segundo, também relacionado à Biologia Vegetal e igualmente defendido em 2008, é resultado da pesquisa de Jonathan Alexandre Andrade Alves.⁶

Os outros dois trabalhos que tratam especificamente da Baixada do Maciambú provêm das engenharias: um da Engenharia Ambiental e outro da Engenharia do Conhecimento. Ambos têm em comum, junto com o trabalho de Renato Eckel, a relação humana com a natureza. Shigueko Terezinha Ishiy Fukahori pesquisou de que maneira a implantação da trilha da restinga dentro do Centro de Visitantes do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, localizado na Baixada do Maciambú, pode contribuir no processo de educação ambiental dos visitantes. Já o trabalho de Ivone Adelina de Oliveira estuda um problema recorrente quando se aborda a temática de unidades de conservação: os conflitos entre a população local e órgãos governamentais. As tensões são geradas pelas sanções que a criação de uma unidade de conservação acarreta. A autora observou tais conflitos na região da Praia da Pinheira, que geograficamente pertence à Baixada do Maciambú. Com a especulação imobiliária do balneário, os conflitos são mais recorrentes.

Outra pesquisa cujo enfoque esteve na Baixada do Maciambú foi a dissertação de mestrado intitulada “Uso e ocupação do solo da área de proteção ambiental do entorno costeiro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: contexto para a praia da Pinheira e Guarda do Embaú, no município de Palhoça/SC”. Defendida no Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental em 2014, o trabalho de Marina de Medeiros Machado discute um dos temas de interesse da presente tese: a ocupação, uso do solo e dos recursos naturais. A pesquisadora realizou o

⁵ O título da pesquisa é “Mapeamento e caracterização da cobertura vegetal e uso da terra em uma área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (Baixada do Massiambu, município de Palhoça, SC)”.

⁶ A pesquisa de Alves tem como título “A influência da variação do nível de água sobre a estrutura e composição de macrófitas aquáticas na lagoa da baixada do Maciambú, Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Palhoça, SC, Brasil”.

levantamento das características ambientais e a ocupação das terras pertencentes ao entorno costeiro do Parque, com foco na Praia da Pinheira e na Praia da Guarda do Embaú.

Se sobre a Baixada do Maciambú as pesquisas e, consequentemente, as obras são escassas, os trabalhos que resultaram de pesquisas sobre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro de maneira geral são os mais expressivos. Com o objetivo de entendermos a dinâmica natural desse espaço, contamos com trabalhos de biólogos que minuciosamente apresentaram as características naturais do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Uma dessas obras é da já citada autora Shigueko Ishiy. O título de seu trabalho, “Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: retratos da flora e da fauna” (2009), exprime claramente a proposta da autora que, com imagens, caracterizou os aspectos naturais do parque. Outra obra que merece menção é “Um olhar naturalista sobre a Serra do Tabuleiro e região” (2012), de Fernando Maciel Brüggemann, rico em informações e imagens.

Além dos títulos atribuídos a biólogos, há pesquisas de grande importância na área da Geografia e que vão ao encontro do objetivo de nossa pesquisa. Dentre elas, podemos citar a dissertação defendida em 2006 por Fabiana Britto de Azevedo Maia: “Análise do turismo em relação ao uso público do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro no município de Santo Amaro da Imperatriz, SC”; e a pesquisa de Orlando Ednei Ferretti, intitulada “Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: território institucionalizado e lugar de vivência”, de 2002. Além dessas, Maris de Fátima Gaio defendeu dissertação em Recursos Genéticos Vegetais com o título “Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: entre um ideal e as limitações reais”, na qual a autora busca compreender as razões pelas quais o Parque ainda não tenha conseguido cumprir totalmente seu papel de conservação.

Apesar de as pesquisas no campo da Geografia, da Engenharia Ambiental, Biologia e Recursos Genéticos Vegetais já tratarem da relação humana com a natureza, a única pesquisa com o olhar histórico sobre o PAEST é a dissertação de Cristiane Fortkamp. Seu trabalho, intitulado “Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: história e conflito sócio-ambiental (1975-2007)”, versa sobre a problemática das limitações que a criação de uma Unidade de Conservação prevê aos habitantes. Nesse caso, trabalhando também com o PAEST, a delimitação espacial da autora se concentrou nos municípios de São Bonifácio e Santo Amaro da Imperatriz.

As pesquisas e suas respectivas publicações aqui apresentadas apresentam as três primeiras características de um trabalho de História Ambiental de acordo com Donald Worster e apresentadas por José Augusto Drummond na obra “A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa” (1991). São elas: o recorte espacial, o diálogo sistemático com outras disciplinas e o entendimento da ocupação por sociedades de diferentes culturas. Porém, o estudo se completa com o uso de fontes que serão analisadas sob essa ótica. Nesse sentido, para o estudo das relações entre as sociedades e o meio ambiente existe uma grande variedade destas mesmas fontes. Uma das possibilidades de fontes, nesse caso, é fazer uso da História Oral. Isso foi possível pelo fato de o nosso recorte temporal estar compreendido entre 1975, ano de criação do PAEST, até 2012, início da pesquisa. Os relatos dos entrevistados foram imprescindíveis para se entender a dinâmica socioambiental que se deu a partir da criação do parque. Foram entrevistadas pessoas das mais variadas ocupações, possibilitando, desse modo, o entendimento e o impacto do Parque em todos os segmentos daquela sociedade.

Além da História Oral, as fontes que ajudaram a entender as mudanças, permanências e readaptações na vida dos moradores da Baixada do Maciambú foram as mais variadas. Jornais locais e estaduais, imagens, cartografia e legislação ambiental são alguns exemplos dessas fontes. Ademais, fizemos uso da última característica apresentada por Drummond para os trabalhos em História Ambiental, que é o trabalho de campo. Esse aspecto da História Ambiental foi bastante explorado e diz respeito às observações pessoais sobre a paisagem, clima, flora, fauna e sobre a cultura em visitas à região. Além disso, é no trabalho de campo que se conseguem as entrevistas e se pode ter acesso aos arquivos pessoais para a coleta de imagens, diários, artesanatos e quaisquer outros materiais que não estejam nos documentos escritos, mas que ajudam a narrar a história da região.

A Baixada do Maciambú está localizada no sul do município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina. Este município teve, em 1975, ano da criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, 54% de seu território demarcado como área da UC, o que ainda ocasiona alguns entraves ao município. O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foi criado pelo Decreto Estadual 1.260, em 1º de novembro de 1975. Seu território abrangia, quando de sua criação, nove municípios: Florianópolis, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba, Paulo Lopes e Palhoça. Além disso, seu território

compreende também nove ilhas: Ilha do Andrade, Ilha Papagaio Pequeno, Ilhas Três Irmãs, Ilha Moleques do Sul, Ilha Siriú, Ilha Coral, Ilha dos Cardos e a ponta sul da Ilha de Santa Catarina (FATMA, 2012). O parque ocupa uma área de 87.405 hectares, que corresponde a aproximadamente 1% do território do Estado de Santa Catarina. É a maior Unidade de Conservação do Estado de Santa Catarina (ISHIY, 2009).

A demarcação do PAEST e sua ocupação nos municípios obedecem a seguinte proporção: “Florianópolis (1%), Garopaba (5%), São Martinho (8%), Imaruí (14%), São Bonifácio (22%), Águas Mornas (24%), Palhoça (54%), Paulo Lopes (59%) e Santo Amaro da Imperatriz (63%)” (MONTEIRO, 2005)⁷. O município de Palhoça, com pouco mais de 50% de seu território dentro da demarcação oficial do PAEST, enfrenta uma série de entraves jurídicos no que concerne a utilização desse território. Nesse contexto, a Baixada do Maciambú protagoniza, dentro do município, os maiores problemas fundiários e de resistência da população tradicional desde a criação do parque. Apesar dos problemas ainda longe de serem solucionados na dinâmica entre o parque e a população, é indiscutível no meio acadêmico a importância de sua criação. Esta teve base nos estudos dos botânicos Pe. Raulino Reitz e Roberto Miguel Klein, que tinham por objetivo proteger a rica biodiversidade da região e os mananciais hídricos que abastecem cidades da Grande Florianópolis e outras fora da região metropolitana.

Podemos ter melhor clareza da importância do Parque por meio da descrição a seguir, que identifica a biodiversidade e os biomas encontrados dentro do PAEST:

No litoral, sob forte influência marítima, são encontradas as formações de restinga e manguezal. A floresta ombrófila densa, riquíssima em plantas epífitas, cobre as serras e ocupa a maior parte da área do Parque. Nas encostas superiores da serra, envolta em neblina formada pela condensação da umidade que chega do mar, aparece a matinha nebular. Nas partes mais altas do Parque, se faz presente a floresta ombrófila mista e os campos de altitude. Cada ecossistema tem sua fauna e flora

⁷ Esses dados indicam o quanto que cada município cedeu de seu território para a criação do PAEST.

características, assim como suas espécies dominantes. (ISHIY, 2009, p. 22)

Segundo Cristiane Fortkamp, desde que o parque foi criado, sua área foi entendida como de preservação integral. Em outras palavras, significou a proibição expressa da permanência de seres humanos em seu território. Ainda de acordo com a autora, o modelo adotado para manejo do Parque é

um modelo, ao que tudo indica, reconfigurado de parque, tomado de empréstimo das concepções conservacionistas que reverberavam no Ocidente a partir da criação, nos Estados Unidos da América (EUA), do Parque Nacional de Yellowstone, em Wyoming, Montana e Idaho, ainda em 1872. (FORTKAMP, 2008, p.14)⁸

Se o município de Palhoça tem 54% de seu território demarcado dentro do PAEST, e se desde a criação o parque foi entendido como área de proteção integral, implica dizer que, com sua criação, a cidade poderia contar apenas com 46% restantes de seu território para ocupação humana e para o desenvolvimento econômico. Isso sem levar em conta outras legislações ambientais que diminuem ainda mais esse percentual.

A Baixada do Maciambú, como já informado, é uma região que se localiza no sul do Município de Palhoça e que ocupa uma grande extensão territorial. Assim como todo o PAEST, a Baixada do Maciambú também apresenta grande interesse científico devido aos seus aspectos naturais:

Essa planície comporta uma das mais expressivas paisagens de restinga do litoral brasileiro, é formada por cordões arenosos em forma de semicírculo, resultantes das oscilações do nível do mar durante milhares de anos. A região é considerada, por isso, importante monumento geológico. (ISHIY, 2009, p.24)

Dentre as áreas demarcadas do parque no município de Palhoça, a Baixada do Maciambú é a região com maior densidade demográfica,

⁸ Abordaremos a questão acerca da criação de Parques no Brasil e no mundo nos capítulos 1 e 2.

mesmo tendo uma densidade demográfica considerada relativamente baixa por ser uma área rural. Segundo o *site* do IBGE, a população da área rural do município corresponde a 2.023 pessoas (IBGE, 2015).⁹ Nessa porção do município contamos com os bairros: Passagem do Maciambú, Praia do Sonho, Ponta do Papagaio, Pinheira, Guarda do Embaú e Morretes. Os nomes referem-se a nomenclaturas usadas pela população local, nem sempre coincidindo com as nomenclaturas oficiais dos bairros.

Os bairros supracitados encontram-se entre os rios Maciambú e Rio da Madre. A região é cortada pela BR 101, sendo os bairros Morretes, Guarda do Embaú, Pinheira, Praia do Sonho, Ponta do Papagaio e Passagem do Maciambú localizados na porção leste da rodovia, na região litorânea. Esta área é o espaço principal desse estudo.¹⁰

Parte da população que ocupa a Baixada do Maciambú está na região antes da criação e demarcação do PAEST. Viviam, assim como boa parte dos moradores do município de Palhoça até a década de 1970, da agricultura e da pesca. Em sua obra sobre o município de Palhoça, Farias informa que

A mandioca, cana-de-açúcar, café, feijão, banana, laranja foram produtos agrícolas que se destacaram na economia regional, até a década de 80, tendo as propriedades características de unidades de produção auto-suficientes, que comercializam a produção de excedente, muitas vezes em sistema de trocas, para obter alguns produtos industrializados como ferramentas, tecidos, combustível de iluminação, sal, pescados, charque e outros. O pescador-agricultor artesanal também seguia esta receita da comercialização do excedente, para complementar as necessidades da família. (FARIAS, 2004, p. 171)

⁹ Dados do censo de 2010.

¹⁰ Outros bairros pertencentes à Baixada do Maciambú são: Sertão do Campo, Três Barras, Albardão e Maciambú. Estes localizam-se a oeste da rodovia BR 101, e estão mais afastados do litoral. As duas regiões são indissociáveis na medida em que as populações mantêm vínculos socioeconômicos com ambas as regiões. Isso porque desenvolvem diversificadas atividades econômicas, as quais se destacam o extrativismo, a agricultura, a pecuária, a prestação de serviços e o turismo.

Ainda segundo o autor, somente nos últimos 30 anos é que o município passou a sofrer consequências da urbanização desordenada. Para Farias, o modelo econômico urbano, associado às políticas de preservação ambiental, provocou mudanças no modelo econômico vigente, praticamente “aniquilando as atividades agro-pesqueiras para tornar o município uma grande cidade dormitório de Florianópolis” (FARIAS, 2004, p. 172).¹¹

Até que ponto as ações e legislações em relação à preservação ambiental, mais precisamente a criação do PAEST em 1975, interferiu no dia a dia da população da Baixada do Maciambú? Houve mudanças culturais, sociais e econômicas que podemos observar dentro deste contexto? Como a agricultura familiar, as atividades pesqueiras, o extrativismo, entre outras atividades, convivem com o desenvolvimento urbano, com o turismo, com a especulação imobiliária e as leis relacionadas com o PAEST? Que mudanças e readaptações na vida da população ocorreram na região? Como o ambiente natural vem respondendo a todas essas especulações? O que a população tradicional e os que optaram em viver no local pensam a esse respeito? São esses questionamentos que direcionaram a presente pesquisa e que buscamos responder nesse trabalho.

Para que os assuntos pesquisados fossem arrolados de maneira a responder as perguntas acima, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro, intitulado “O Meio Ambiente na História, no Brasil e na Legislação”, optamos por tratar especificamente do tema Meio Ambiente. O objetivo foi, além de abordar as questões teórico-metodológicas da História Ambiental, historicizar a ocupação, o uso dos recursos naturais e a devastação da Mata Atlântica, que é o bioma no qual o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e a Baixada do Maciambú estão inseridos. Ainda nesse capítulo, abordamos as percepções sobre o Meio Ambiente no Brasil e as ideias de preservação surgidas desde o Período Colonial até o século XX.

As ideias de preservação tem continuidade no segundo capítulo, denominado “O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: um pedaço de

¹¹ A expressão “cidade dormitório” fez parte do cotidiano dos munícipes de Palhoça durante décadas, já que muitos moradores trabalhavam em outras cidades. Com o incentivo ao desenvolvimento econômico por meio de isenções fiscais durante a última gestão e o crescimento da geração de empregos, a expressão deixou de ser usual.

Mata Atlântica a ser preservado”. Como o título sugere, o cerne da discussão é tratar o PAEST desde a sua gênese até os problemas enfrentados por esta unidade de conservação nos dias atuais. Inicialmente, tratamos das leis ambientais em Santa Catarina para facilitar o entendimento do processo de criação do Parque. Em seguida, buscamos dar ao PAEST uma história própria, contada a partir da legislação que o envolve, além de perceber o seu estado atual e realizar uma análise sobre o porquê de sua difícil implantação.

O terceiro capítulo procura, dentro dos pressupostos da História Ambiental, apresentar a ocupação da região da Baixada do Maciambú, que é uma pequena área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e nosso recorte espacial. Os registros de ocupação humana na região antecedem à chegada dos europeus, como veremos mais adiante. Nesse sentido, os usos de fontes e de estudos arqueológicos, além de relatos de viajantes, deram aporte documental dessa etapa da pesquisa. O foco do estudo da ocupação humana na região é entender de que maneira essa população se relacionou com o Meio Ambiente e que tipo de relação está estabelecida atualmente. O título do capítulo, “Do Porto dos Patos à Baixada do Maciambú”, refere-se ao nome usado para denominar a região nos idos dos séculos XVI e XVII pelos navegadores europeus. Intentou-se dar ideia da temporalidade pesquisada, já que a pesquisa se estende desde a ocupação de povos indígenas até a especulação imobiliária sofrida na região litorânea a partir da década de 1980.

Por fim, o quarto capítulo, “O Parque na vida dos moradores da Baixada do Maciambú: natureza, (des)informações e conflitos”, teve a incumbência de entrelaçar os aspectos apontados nessa introdução e que nortearam a pesquisa. Neste capítulo, atribuímos maior visibilidade aos relatos obtidos nas entrevistas a partir da metodologia da História Oral. O início dessa seção apresenta uma breve discussão teórica sobre a supracitada metodologia. Algumas mudanças significativas na natureza da Baixada do Maciambú também são abordadas nesse capítulo, bem como os processos que envolveram o PAEST e a população nesses quarenta anos de parque.

1 O MEIO AMBIENTE NA HISTÓRIA, NO BRASIL E NA LEGISLAÇÃO

Como a questão ambiental, por causa dos desafios políticos, científicos e culturais que coloca para a humanidade, será tão importante no século 21 como foram centrais o econômico e o social no século 20, o desenvolvimento da história ambiental garantirá aos historiadores participação relevante no debate, que se deseja seja democrático, sobre o lugar dos humanos no sistema de vida do planeta. (MARTINS, 2007, p. 31)

As novas tecnologias, principalmente no campo da informação, vêm facilitando os trabalhos em diversas áreas e auxiliando em muitos ofícios, dentre eles, o ofício do historiador. Os *sites* de pesquisa, o acesso a documentos e fontes digitalizadas, os textos de revistas e trabalhos acadêmicos, além dos jornais *on-line*, são apenas alguns poucos exemplos do que essa ferramenta tecnológica pode contribuir para um trabalho historiográfico. Com ela, o historiador pode realizar parte ou toda sua pesquisa a partir do seu computador, sem ter que ir a arquivos e bibliotecas, de modo que, sem o manuseio, os documentos podem ser preservados por mais tempo. Utilizando essa ferramenta, a título de curiosidade, pesquisamos o termo “História Ambiental” em um *site* de busca na *internet*.¹² Em poucos segundos obtivemos aproximadamente 19.000.000 de referências. As páginas indicadas direcionam a artigos, referências de livros, *blogs*, associações de historiadores ambientais, grupos de estudos, profissionais da área, laboratórios de pesquisas e outros relacionados à História Ambiental. Outra pesquisa, dessa vez incluindo a palavra “no Brasil” e usando aspas, conseguiu localizar aproximadamente 4.900 resultados. Os números elevados constatarem como essa abordagem da História vem se firmando no campo historiográfico mundial e no Brasil.

O objetivo deste capítulo é discorrer sobre a História Ambiental, disciplina presente na historiografia desde a década de 1970 e que vem se destacando no meio acadêmico brasileiro, ganhando ainda mais espaço com a criação de linhas de pesquisas nos cursos de Pós-graduação em universidades nacionais; e no mundo, por meio de grupos de estudos

¹² O *site* de pesquisa utilizado foi o <www.google.com.br>, acesso: 05 mai. 2015.

internacionais e publicações de excelência na área. Além da trajetória e de sua consolidação, serão abordadas as principais teorias e metodologias empregadas dentro desta categoria, além de perceber como as pesquisas em História Ambiental vem operando atualmente. Em seguida, se faz uma explanação de como se deu a interação homem-natureza no Brasil por meio da análise da interação ocorrida em áreas de Mata Atlântica. Isso se justifica porque o PAEST assim como a Baixada do Maciambú, encontra-se totalmente dentro deste Bioma. A partir do entendimento da interação do homem com a natureza no Brasil, inserimos dentro desse contexto uma história do pensamento ambiental no Brasil e uma análise da legislação ambiental brasileira, com a finalidade de subsidiar as discussões acerca da criação da Unidade de Conservação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em 1975.

1.1 O MEIO AMBIENTE COMO TEMA DA HISTÓRIA

Figura 1: Mafalda



Fonte: Quino (2010, p. 77)

No início da década de 1960, a personagem Mafalda, criação do cartunista argentino Quino, transparece sob o ponto de vista de uma criança, suas inquietações e preocupações com o mundo. Economia, tecnologia, socialismo e capitalismo são assuntos frequentes nas tirinhas da personagem nos seus 10 anos de publicações, o que atesta o seu epíteto de “a contestadora”. Além desses assuntos, em total consonância com o mundo e com o contexto da América Latina na qual estava inserida, em diversas tirinhas, Mafalda questiona também a problemática do meio ambiente e deixa claro sua preocupação com o Planeta Terra e com a intervenção humana sobre a natureza. A personagem de Quino, que ultrapassou as fronteiras argentinas e foi traduzida e publicada em diversos países do mundo, mais do que fazer os leitores se divertirem com seu gênio inquieto e questionador, refletiu em sua contemporaneidade,

sobre um problema que até então não tinha recebido a atenção que merecia.

As tirinhas da Mafalda têm seu início na década de 1960, contexto em que as preocupações com o meio natural, ou com o meio ambiente, saíram dos laboratórios das chamadas “ciências naturais” e passaram a fazer parte de discussões das ciências humanas, sendo objeto de enfoque da Sociologia, da Política e da História, ou mesmo de uma tirinha em um periódico. Os modelos desenvolvidos pela História, pelo menos até o início da segunda metade do século XX, têm em comum o fato de não conseguirem lidar com a natureza como uma das variáveis ativa e passiva do desenvolvimento das sociedades.

Em “História e Meio Ambiente”, Marcos Lobato Martins faz uma análise crítica e hipotética quanto a quase exclusão da natureza nas narrativas históricas. Para tal, o autor busca bases nos livros de História do Brasil. Segundo ele, se um marciano ou um selenita lesse um desses livros, poderia localizar a sociedade brasileira em qualquer porção da faixa tropical do planeta, na Indonésia, no litoral sul da Índia ou na costa ocidental da África. “Esse leitor extraterrestre obterá pouquíssimas informações sobre as paisagens brasileiras, as plantas e os animais que aqui vivem ou viveram, os recursos naturais, as interações das populações com o meio ambiente, etc.” (MARTINS, 2007, p. 18). Isso não significa dizer, no entanto, que a natureza não tenha estado presente na historiografia. Ocorre que na tradição ocidental, porém, quando se percebe o papel da natureza na História, costuma-se criar esquemas rígidos e reducionistas.

Para Martins, podemos observar quase uma bipolaridade perfeita quando se pensa o meio ambiente na História e os esquemas elaborados a partir daí. Numa ponta estão aqueles que asseveram que o nascimento, desenvolvimento e destino de uma sociedade estariam condicionados aos quadros naturais onde esta sociedade vive. Ou seja, “a crença no papel decisivo da natureza sobre o desenvolvimento social produziu os determinismos geográficos e biológicos de fins do século XIX” (MARTINS, 2007, p.19). Na outra ponta, estão aqueles que, em suas análises, estudam as sociedades como se elas não tivessem bases naturais ou vínculos com a terra. “Para estes estudiosos, a cultura e a sociedade não seriam limitadas ou condicionadas por fatores naturais” (MARTINS, 2007, p.19). A superação desses esquemas iniciou-se, segundo Martins, com a Escola dos *Annales*; e com a obra de Fernand Braudel, “O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II”, de 1947:

Com Braudel, a reflexão sobre a história é também uma reflexão sobre o meio ambiente, na qual o meio ambiente não é nem um determinante absoluto nem um simples cenário passivo e estático em que se dá a trajetória humana. O meio ambiente na perspectiva braudeliana é ativo e dinâmico, é determinante e determinado, é espaço natural e espaço construído, move-se, embora lentamente. (MARTINS, 2007, p. 21)

Se a natureza, em alguns momentos, já se fez presente na historiografia, a partir de quando ela passou a ser o cerne de uma discussão histórica a ponto de se tornar comum o termo “História Ambiental”? Para esta questão, o sociólogo Fernando Mires coloca que, se quisermos buscar pontos de referência para estabelecer relações no processo de transição da Ecologia de uma ciência pura, a um tema de recorrência nas ciências humanas, devemos observar alguns documentos públicos do início da década de 1970.

Neste sentido, se se tratasse de buscar “fontes” que expliquem o auge alcançado pela Ecologia, será possível comprovar que a maioria dos analistas mencionam alguns documentos que possuem um evidente caráter precursor. Um deles é, sem dúvida, o *Relatório Meadows*, mas conhecido como *Os limites do crescimento* (MIRES, 2012, p.16).

Ao que tudo indica, as preocupações com o mundo, ilustradas no quadrinho da personagem Mafalda, aumentaram consideravelmente no final da década de 1960 e início da década de 1970 e, dentro desse contexto, a História Ambiental se estruturou.

A visão de que a História Ambiental tenha se estruturado no início da década de 1970 é compartilhada pelos pesquisadores e historiadores citados neste trabalho, entre eles, José Augusto Pádua. No artigo intitulado “As bases teóricas da história ambiental”, Pádua argumenta que em 1972, quando foi ministrado na Universidade da Califórnia o curso de História Ambiental de maior repercussão até então, o historiador Roderick Nash explicou a concepção do curso, deixando explícito que estava respondendo aos clamores da sociedade por uma responsabilidade ambiental. Ou seja, as vozes da rua tiveram importante papel na

formalização da História Ambiental (PÁDUA, 2010). Mesmo que a ideia de que a influência externa no contexto acadêmico possa incomodar a muitos historiadores, desde a Escola dos *Annales* que se tem refletido sobre o sentido de o historiador estar em sintonia com seu tempo e que o passado é sempre questionado a partir de perguntas do presente. Logo, os anos de 1970 foram de grande repercussão mundial no que diz respeito às questões ambientais. Além de fazerem parte das tirinhas de Quino e alcançarem um público extraordinário, entraram de vez na pauta das discussões políticas e sociais.

Antes do relatório do Clube de Roma de 1972 (Os limites do Crescimento), porém, houve na década de 1960 movimentos e obras de grande impacto social no campo do Meio Ambiente. Em meio aos entusiasmos do desenvolvimento econômico pós Segunda Guerra Mundial e das ideologias da Guerra Fria, é publicado o livro “Primavera Silenciosa”, em 1962, pela bióloga estadunidense Rachel Carson. A obra questiona o empreendimento chamado de “revolução verde”. Tal revolução, para Carson, se deu com o uso maciço de pesticidas na agricultura. Segundo Regina Horta Duarte,

O livro caiu como uma mosca na sopa dos consumidores, pois afirmava e buscava demonstrar que os efeitos a médio e longo prazo na saúde das pessoas e no meio natural seriam absolutamente desastrosos. A autora criticava um avanço científico medido em toneladas de alimentos produzidos, sem a devida consideração das consequências do uso de produtos químicos, e desprezava a comemoração do que apontava como um falso progresso, já que realizado à custa da vida e da saúde de milhões de pessoas, além dos vários ecossistemas gravemente atingidos. (DUARTE, 2013, p. 20)

Além da publicação de “Primavera Silenciosa”, a preocupação ambiental nas décadas de 1960 e 1970 levou a criação de organizações que possuem significativa importância atualmente. É o caso do *Greenpeace*, surgido em 1971, quando 11 ativistas embarcaram a caminho de *Amchitka Island*, no Alasca, para protestarem contra os testes nucleares realizados pelos Estados Unidos naquele local. Na prática, o desenvolvimentismo, ideologia pós-guerra, conseguiu desde o início uma

série de críticos, que se institucionalizavam por meio de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e partidos políticos. “Em 1973, surgiu o Partido da Ecologia (*Ecology Party*) na Inglaterra, pioneiro da ação política institucional e primeiro de uma série de partidos verdes fundados nos mais diversos países do mundo [...]” (DUARTE, 2013, p. 22).

A preocupação com o Meio Ambiente ganhava o mundo e, em 1972, mesmo ano do lançamento de “Os limites do crescimento”, ocorria em Estocolmo a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Nessa Conferência, da qual participaram 113 países, questionava-se o modelo desenvolvimentista e dela resultou a “Declaração de Estocolmo”. O referido documento afirmava que os países subdesenvolvidos deveriam buscar o crescimento com o devido controle da destruição do seu ambiente (DUARTE, 2013, p. 24).

Interessante observar como o ano de 1972 é singular para a estruturação da História Ambiental, seja pela publicação de “Os limites do crescimento”, seja pela Conferência de Estocolmo ou ainda pelo curso ministrado pelo Professor Roderick Nash, na Universidade da Califórnia intitulado “História Ambiental”. Os acontecimentos relacionados ao Meio Ambiente só se fizeram aumentar com o passar do tempo, atingindo cada vez mais segmentos científicos que antes pareciam impossíveis de tratar o tema.

A ideia de ecologia rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis, do local ao global. Mais ainda, ela penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura. (PÁDUA, 2010, p. 82)

Preocupados com o presente e em sintonia com seu tempo, os historiadores passaram a perceber novas possibilidades de análise, novas possibilidades de entender o passado. Foi nesse contexto que surgiram os historiadores ambientais. Esse novo grupo de reformadores insiste em dizer que, mesmo que a História já opere em camadas submersas, antes “ocultas” na própria historiografia, devemos ir mais a fundo até encontrarmos, de acordo com Donald Worster, um dos precursores da História Ambiental “a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história” (1991, p.198).

Worster explica que até a década de 1960 a história era compartimentalizada em duas esferas: uma para as pessoas e a outra para o resto do mundo natural. A primeira era entendida como tumultuada, imprevisível e destrutiva, enquanto a segunda era previsível e duradoura. Desse modo, o desafio que confrontava os historiadores a partir da literatura ambiental desse período (década de 1960), “era fazer com que a história humana se movesse de uma maneira mais coerente com a história da natureza e, assim, alcançar um estado de equilíbrio unificado” (2012, p. 373).

A História Ambiental passou a se estruturar, como se observou, no início da década de 1970. Segundo Regina Horta Duarte, os primeiros a cunharem o termo “História Ambiental” foram os historiadores estadunidenses, reunidos em 1977 em torno da fundação da *American Society for Environmental History* (Sociedade Americana de História Ambiental) e que passaram a publicar a revista *Environmental and History*. Ainda segundo a autora, em 1999 surgiu na Europa a *European Society for Environmental History*, que também passou a publicar revistas sobre o tema. Em 2004 ocorreu a fundação da Sociedade Latino-americana e Caribenha de História Ambiental (SOLCHA), que organiza bianualmente um Congresso Internacional que reúne pesquisadores de História Ambiental latinos e caribenhos (DUARTE, 2013, p. 32). Com essas iniciativas, além de se consolidar, a História Ambiental passou a se organizar em grupos de pesquisa e promover o debate do tema.

Donald Worster, no artigo intitulado “Para fazer história ambiental” (1988), coloca que a História Ambiental é parte de um esforço para tornar a História mais inclusiva nas suas narrativas, rejeitando a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais. Além disso, o autor conceitua a “nova” disciplina: “Em termos bem simples, portanto, a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana” (WORSTER, 1991, p. 201).

Tratar do papel da natureza na vida humana, ou seja, ter ciência de que “os fatos ecológicos são indissociáveis dos fatos sociais, e são em última análise, históricos” (MARTINS, 2007, p.34) é possível, porque os historiadores ambientais foram instigados pelas importantes mudanças epistemológicas em relação ao meio natural e sua relação com o ser humano.

José Augusto Pádua, chama atenção para três dessas mudanças:

1) A ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo. (PÁDUA, 2012, p. 19)

Essas mudanças epistemológicas foram necessárias para que a História Ambiental construísse seus pressupostos teóricos e metodológicos. Segundo Marcos Lobato Martins, o primeiro grande compromisso teórico da História Ambiental é o de rejeitar a fragmentação, dada pela observação em partes de um organismo, ecossistema ou sociedade. A História Ambiental precisa operar instrumentos que proporcionem uma visão holística das sociedades e das naturezas, de suas interações em uma duração sempre longa. O segundo compromisso é o de considerar os biomas, regiões e paisagens como sistemas abertos, que são submetidos continuamente a influência de fatores aleatórios, dentre os quais as ações humanas, cujos resultados são imprevisíveis em longo prazo. Desse modo, ao lidar com a complexidade das inter-relações entre sociedade e ambiente, a História Ambiental deve fugir dos modelos de equilíbrio. O terceiro compromisso do trabalho do historiador ambiental é o de deslocar sua análise para o domínio da territorialidade, da espacialidade. Ou seja, para entender a inter-relação sociedade-natureza de maneira a fugir dos determinismos geográficos e biológicos, devem-se abordar os ambientes como resultante de fatores como a geografia física, o direito, a tecnologia disponível, a demografia e as exigências sócio-políticas, como assinalam Pádua (2012) e Martins (2007).

Assim, as mudanças epistemológicas apresentadas por Pádua possibilitaram produzir uma metodologia na qual os historiadores ambientais vem realizando suas pesquisas. Essa metodologia, com base na proposta de Donald Worster, define que a História Ambiental, em sua especificidade, trabalha em três níveis. Ou seja, há três conjuntos de questões que a História Ambiental procura responder e por isso exige em suas respostas contribuições de outras áreas e aplica métodos especiais de análise.

Essa proposta, que vem sendo adotada pelos historiadores ambientais, consiste no entendimento da natureza propriamente dita, tal

como ela se organizou e funcionou no passado como o primeiro nível, primeira etapa da pesquisa. Nesse nível, é imprescindível o auxílio das ciências naturais. O segundo nível introduz o socioeconômico na medida em que este interage com o ambiente. O historiador ambiental, nesse ponto, se preocupa com as ferramentas de trabalho, com as relações sociais que nascem desse trabalho e com os diversos modos que os povos criaram para produzir bens a partir dos recursos naturais. Outra questão, neste nível de análise, diz respeito ao estudo do poder, já que o poder de tomar decisões, inclusive as que afetam o meio ambiente, não se dão de maneira igual em uma sociedade. O terceiro e último nível de análise é a interação mais intangível e exclusivamente humana, como as percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas que se dão a partir do diálogo de uma sociedade com a natureza (WORSTER, 1991). A partir desse modelo, Donald Worster (1990, p.27) coloca que “o grande desafio da nova história não está em meramente identificar tais níveis de indagação, mas em decidir como e onde fazer as conexões entre eles”.

Uma das características da História Ambiental apresentada por Drummond e que cabe ressaltar aqui diz respeito ao trabalho de campo. Segundo ele, frequentemente os historiadores ambientais viajam aos locais estudados e usam suas próprias observações pessoais. O trabalho de campo serve, acima de tudo, para identificar marcas deixadas na paisagem pelos diferentes usos humanos e que nem sempre se consegue identificá-las nos documentos escritos (DRUMMOND, 1991). No caso dessa pesquisa, o trabalho de campo não foi de modo algum um trabalho. Pelo contrário, foi sem dúvidas a parte mais prazerosa de toda a pesquisa. Além de visitar pessoas que sem nenhuma retribuição se dispuseram a narrar suas vidas, observar *in loco* as interações homem-meio na Baixada do Maciambú, nos fizeram adquirir uma nova maneira de perceber o local que frequentamos desde 1991.

Na próxima seção deste capítulo, buscamos compreender como a ocupação do Brasil e a devastação da natureza provocada por essa ocupação foi delineando a paisagem atual e com o tempo, as políticas públicas em relação ao meio ambiente.

Mesmo que o povoamento tenha se dado em contextos históricos distintos nas diferentes áreas ocupadas do Bioma Mata Atlântica, o estudo, com base bibliográfica, é importante, pois se faz necessário uma compreensão da relação homem-natureza no Brasil para entendermos os contextos nos quais as primeiras ideias de preservação e a legislação ambiental foram se desenvolvendo. No estudo da ocupação da Mata

Atlântica, mesmo que de uma forma panorâmica, percebe-se como os interesses econômicos sobressaem aos interesses daqueles que de alguma forma já percebiam o prejuízo ambiental das ações praticadas em prol do desenvolvimento.

Podemos observar, na figura 3, uma expressiva área contínua da Floresta (Mata Atlântica) no litoral do Estado de Santa Catarina, diferente de outras regiões, que no mesmo mapa, aparecem em espaços menores, esparsos, como ilhas. Deve-se isso ao contexto da ocupação humana na região e à topografia do lugar, que dificultava o acesso e o estabelecimento de indivíduos no local. Boa parte dessa região contínua de Mata Atlântica foi demarcada em 1975 como área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, incluindo aí a Baixada do Maciambú. A questão da ocupação humana na Baixada do Maciambú será abordada de maneira específica no capítulo 3.

1.2 HUMANOS E MEIO AMBIENTE NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: A MATA ATLÂNTICA

A natureza muda, afirmamos, ainda que nem sempre as mudanças sejam aparentes para os observadores. O que nós queremos da natureza também muda. O que queremos e o que retiramos nunca são o mesmo, seja para os ambientalistas, ou para os agentes do desenvolvimento. (WORSTER, 2012, p. 367)

A Baixada do Maciambú, nosso recorte espacial de estudo, integra o Bioma¹³ Mata Atlântica, bioma este que vem preocupando a comunidade científica e também a sociedade em geral devido a constantes notícias e denúncias de devastação e as possíveis consequências dessas intervenções. Uma dessas consequências foi a crise hídrica observada no final de 2014 e início de 2015, bem como a crise energética provocada pela falta de chuvas nas regiões centro-oeste e sudeste. A água, ou a falta

¹³ Segundo IBGE, Bioma é um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria. (IBGE, 2015) No Brasil, além da Mata Atlântica, foram classificados mais cinco biomas: Bioma Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal e Pampa.

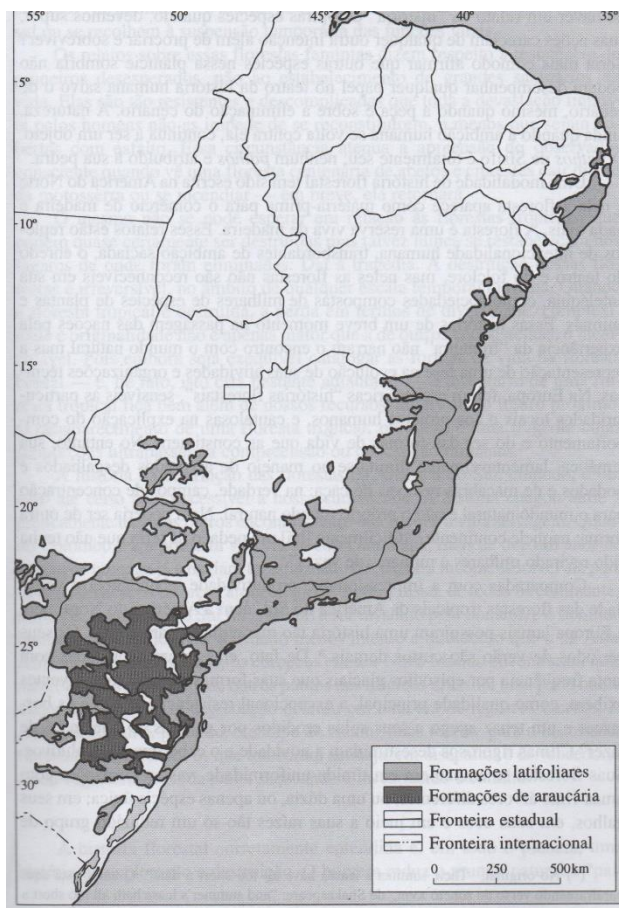
dela, noticiada com exaustão no final de 2014 e início de 2015, atraiu novamente os holofotes para um problema decorrente de anos, ou melhor, séculos: a devastação da Mata Atlântica.

O Bioma Mata Atlântica é considerado uma das áreas mais ricas em espécies da fauna e da flora mundial. Na Mata Atlântica existem mais de 1.300 espécies de animais e cerca de 20 mil espécies de plantas, das quais cerca de oito mil são exclusivas desta floresta. Outro fator que aumenta ainda mais a importância da Mata Atlântica é o fato de ser nessa região que se encontram os recursos hídricos que abastecem cerca de 70% da população brasileira. (IBGE, 2015)¹⁴. Este Bioma se estende desde o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul e ocupava, antes da chegada dos europeus, de acordo com as estatísticas do IBGE, 13% do território nacional, com 1,1 milhão de km².

A sua enorme extensão compreende desde ecossistemas costeiros, como manguezais e restingas, passando pela floresta tropical das encostas da serra até os campos de altitude e as florestas de araucárias. Uma das características, comum a essa ampla diversidade de ambientes, é a distribuição de chuvas, que se dá de maneira uniforme, ocasionadas pela umidade vinda do oceano. A figura 2, retirado da obra “A ferro e fogo”, de Warren Dean (1994), serve para dar-nos ideia da extensão e da complexidade de ambientes da Mata Atlântica. O autor apresenta a abrangência do bioma em 1500, quando da chegada dos europeus no território.

¹⁴ Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/pt/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-territorio/biomas>> Acesso: 20 maio 2015.

Figura 2: Distribuição da Mata Atlântica em 1500

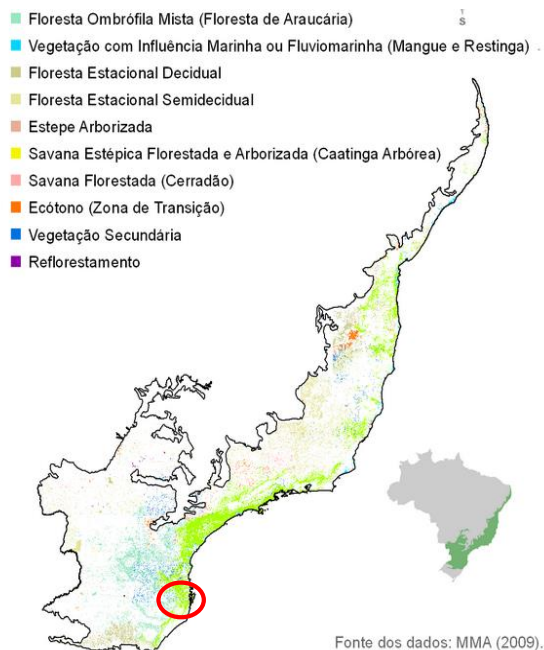


Fonte: Dean (1996, p. 21).

Estudos mostram que hoje resta apenas cerca de 7% da cobertura florestal original da Mata Atlântica que estão bem conservados em fragmentos acima de 100 hectares. Mesmo reduzida e muito fragmentada, estima-se que na Mata Atlântica existam cerca de 20.000 espécies vegetais (cerca de 35% das espécies existentes no Brasil), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Essa riqueza é maior que a de alguns continentes (17.000 espécies na América do Norte

e 12.500 na Europa) e por isso a região da Mata Atlântica é altamente prioritária para a conservação da biodiversidade mundial (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015). O mapa a seguir (Figura 3), retirado do *site* do Serviço Florestal Brasileiro, mostra como a cobertura vegetal da Mata Atlântica foi reduzida a pequenas ilhas com o passar do tempo, além de identificar as suas variantes. Sinalizamos no mapa com um círculo a área do Estado de Santa Catarina demarcada em 1975 como Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Observa-se ainda que a área representa dentro do Estado de Santa Catarina um importante fragmento contínuo preservado do bioma, que serviu, dentre outras, de justificativa para criação do Parque.

Figura 3: Distribuição da Mata Atlântica em 2015



Fonte: Serviço Florestal Brasileiro (2015).¹⁵

¹⁵ Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/os-biomas-e-suas-florestas>> Acesso: 20 de Maio. 2015.

Segundo dados do IBGE (2015), a exploração da Mata Atlântica começou com a chegada dos portugueses ao Brasil, cujo interesse principal era a extração da preciosa madeira do pau-brasil. Mesmo que a exploração se tenha dado de maneira mais intensiva a partir da chegada dos europeus, começaremos a tratar da interação homem-natureza a partir de dados de pesquisas sobre os povos indígenas, primeiros humanos a habitar o bioma Mata Atlântica. A exploração da floresta, pelos povos indígenas, apesar de se dar de maneira mais lenta, também foi responsável, de algum modo, por mudanças na paisagem.

Para Warren Dean (1996), quando Cristóvão Colombo chegou e fez a primeira vistoria nas Antilhas, mais de 10 mil anos de ocupação humana já haviam transformado de maneira incomensurável. Porém, a América do Sul foi o último continente ocupado pelo homem e o domínio deste sobre a floresta foi em escala muito menos intensa do que o foi na Ásia, África e Austrália. Talvez por isso, conclui Dean, os europeus encontraram no Novo Mundo uma natureza mais pura que a de outros pontos dos trópicos (DEAN, 1996).

Mesmo que haja diferentes teorias a respeito da data e da chegada do homem ao continente hoje chamado de americano, a maioria dos sítios arqueológicos indica uma datação próxima a 11 mil anos antes do presente, ao final da última glaciação. Esses primeiros humanos vieram atrás da caça da megafauna existente no continente. Com a diminuição dessa caça e posteriormente a extinção (ou por questões climáticas ou por influência humana), os homens deslocaram-se para a margem das baixadas. Segundo Dean (1996, p. 43), “acampavam em lugares protegidos, coletavam moluscos abundantes e atiravam as conchas por cima dos ombros”. Com o tempo, essas conchas foram se acumulando formando imensas pilhas. Eram conchas de amêijoas, mexilhões e ostras que eles retiravam das raízes das árvores e da lama. Essas pilhas chegaram a ter até trezentos metros de comprimento e 25 metros de altura.

Ao longo da costa, do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, muitas centenas dessas pilhas de conchas, chamadas sambaquis, foram encontradas, embora erodidas e cobertas por vegetação de restinga. Muitas mais cobriam outrora a costa, mas parte se perdeu pela ação de tempestades e correntes. Outras desapareceram nos últimos quinhentos anos, à medida que eram mineradas em busca de cal usada na argamassa para construção, e ainda

que protegidas, a partir de 1961, para usos modernos como pista de aeroporto. (DEAN, 1996, p. 43)

A pergunta frequente que se faz em relação aos povos dos sambaquis é: por que desapareceram? E quando? As notícias dos viajantes europeus dão conta de que encontraram na costa os indígenas guarani. Para Marco Aurélio de Masi (2000), em pesquisa sobre os sambaquis da Ilha de Santa Catarina, sempre se entendeu que esses grupos viviam na costa como coletores de moluscos, principalmente berbigão e ostras. Porém, provavelmente tenham desenvolvido uma sociedade complexa, em nível de organização, com um líder e uma economia redistributiva, em que os alimentos eram partilhados.

No entanto, o curioso é que os Guarani chegam ao litoral e dominam as populações de pescadores, que desaparecem. E não se ouve falar mais deles. Esse é que é o problema. Ou eles desapareceram ou são mestiçados. Ou são deslocados para outro lugar. Alguém pode dizer: olha ele deslocou-se pela costa e foi formar o Xokleng. Mas o Xokleng é Gê, e nos sítios que estudei já havia um caçador-coletor que se encontrava lá vivendo separado do litoral. Então essa hipótese não é possível. Mas alguma coisa acontece com eles. Foram absorvidos? Eliminados? Não sei. (MASI, 2000, p.35)

Mesmo que ainda não se tenha conclusões precisas a respeito do que teria ocorrido aos povos do Sambaqui, os pesquisadores são unânimes em afirmar a coexistência dos povos do sambaqui com outros grupos indígenas. Para Warren Dean, durante a maior parte da era dos sambaquis, as populações montanhesas da região da Mata Atlântica persistiram na caça e na coleta e teriam sido estas as primeiras a se beneficiar da agricultura.

A agricultura teria surgido, na região da Mata Atlântica, a mais ou menos quatro mil anos atrás, alguns milênios após sua adoção nos Andes. As hipóteses para sua adoção são a mudança climática, o aumento da população humana ou uma dilapidação da floresta que antes provia essas populações sem nenhum cultivo e que então deixara de prover. Uma única explicação para tal mudança de atitude perante a floresta seria minimizar a transformação iniciada pela agricultura. Dessa maneira, acreditar que

ambas as hipóteses são verdadeiras se dá por ser uma questão maior de probabilidade. O fato é que, por ter sido adotada, a agricultura transformou radicalmente a relação dos homens com a floresta. Isso porque

A agricultura era muito mais viável nos solos da floresta. Desde o começo a agricultura na região da Mata Atlântica – de fato, em todas as áreas de baixada do continente – exigiu o sacrifício da floresta. A técnica era extremamente simples: perto do fim da estação seca, a macega de uma faixa de floresta – um hectare mais ou menos – era cortada e deixada a secar, e, por meio de machados de pedra, retirava-se um anel da casca dos troncos das árvores maiores. Então, um pouco antes da chegada das chuvas, a área era queimada, fazendo com que a enorme quantidade de nutrientes na biomassa da floresta caísse sobre a terra na forma de cinza. (DEAN, 1996, p. 44-5)

As culturas mais antigas das quais os homens se valeram foram o milho e as plantas nativas das baixadas, como a mandioca. Outras raízes, como o inhame, o amendoim, e ainda a abóbora e o abacaxi também foram domesticados nesse período. A agricultura, praticada pelos indígenas do tronco linguístico Tupi, utilizando a técnica da queimada (coivara), pode ter diminuído a biomassa¹⁶ em áreas consideráveis da Mata Atlântica.

Esses grupos de agricultores, que segundo Warren Dean foram atraídos pela oferta de mariscos e peixes no litoral, migraram para as baixadas. Como eram praticantes da agricultura, exerceram pressão sobre a Mata Atlântica muito maior do que os povos do sambaqui. A base principal de seu cultivo era a mandioca, mas mantiveram como prática o uso dos recursos naturais provenientes do mar, como mariscos e peixes, incluindo a tainha, que desova em grande quantidade nos riachos do litoral no meio do inverno. Os excedentes poderiam ser estocados por meio da defumação da farinha de peixe e a torra da farinha de mandioca. Interessante observar que este indígena que tinha a mandioca como

¹⁶ A biomassa é todo recurso renovável que provêm de matéria orgânica - de origem vegetal ou animal - tendo por objetivo principal a produção de energia. Disponível em: <www.mma.gov.br> Acesso em: 23 abril 2015.

principal cultivo foi o que teve os primeiros contatos com os primeiros europeus em grande parte da costa brasileira no século XVI, inclusive no litoral de Santa Catarina, na região em estudo. Suas práticas, incluindo aí a cultura da mandioca e da pesca da tainha, se mantêm como prática cotidiana na região.

Em 1500, a história da Mata Atlântica passa a sofrer transformações mais bruscas, por conta da chegada dos europeus. O primeiro grande potencial econômico encontrado pelos portugueses foi o pau-brasil presente na floresta. A extração dessa árvore para o uso do corante vermelho conseguido de sua madeira se deu, conforme a historiografia, com a ajuda dos indígenas.

Os tupis, portando machados europeus, ou talvez só cortando um anel em torno do tronco e queimando as bases das árvores, derrubavam-nas, tiravam-lhes a casca e a cortiça e cortavam os troncos em seções menores. Pesando estas de vinte a trinta quilos, podiam ser carregadas nos ombros por certa distância até os atracadouros. (DEAN, 1996, p. 64)

Além do desmatamento ocasionado pela extração de pau-brasil, os tupis, em contato com os europeus, diferentemente do tempo em que eram os únicos a usufruírem da floresta, passaram a capturar animais para o escambo. Muitos mamíferos eram capturados e mortos para retirada da pele.

Não só os portugueses exploraram o pau-brasil, mas também os franceses, ingleses e espanhóis. A par de relatórios sobre a exploração e sobre o contrabando da madeira, a Coroa Portuguesa/Espanhola, em 1605, passa a controlar o corte, criando a função de guardas florestais. Apesar de não haver incidência de pau-brasil ao sul do Rio de Janeiro¹⁷, os métodos e exploração dessa madeira formaram a primeira grande

¹⁷ Segundo Yuri Tavares Rocha (2010, p. 26), no século XVI, há relatos de viajantes e registros de ocorrência do pau-brasil nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte [...] O pau-brasil de melhor qualidade era encontrado no litoral do nordeste e quase não era mais encontrado ao sul de Cabo Frio, estado do Rio de Janeiro [...] Não havia pau-brasil na capitania de São Vicente, nem no litoral norte do atual estado de São Paulo ou em suas ilhas, tais como São Sebastião e Anchieta, nem ao sul do Rio de Janeiro, como a região da ilha Grande.

ferida na Mata Atlântica, principalmente na região nordeste, considerada de melhor qualidade.

Os séculos XVI e XVII foram, em termos de ocupação e intervenção sobre a Mata Atlântica, “suaves”, considerando-se o que ainda estava por vir. No entanto, com a ocupação de europeus, a partir de 1531, com a chegada do primeiro governador-geral e de padres jesuítas, iniciou-se um processo crescente de destruição. A exploração do pau-brasil se deu até 1875, conforme pesquisa de Yuri Tavares Rocha. Porém, “atualmente, a madeira do pau-brasil é utilizada na produção de arcos para instrumentos musicais de corda, sendo ainda explorada e exportada de forma ilegal” (ROCHA, 2010, p. 24).

A segunda grande intervenção humana sobre a Mata Atlântica foi a introdução da cultura da cana-de-açúcar, plantada em grandes porções territoriais. Para o cultivo, valiam-se os portugueses de mão-de-obra escrava, primeiro indígena e depois africana. A cana foi, até o século XIX, o produto agrícola mais importante no país. Para a plantação em grande escala era preciso, obrigatoriamente, a derrubada da floresta. “Os plantadores de cana não viam na floresta nada além de um obstáculo à realização de suas ambições. Aqueles que cada vez mais vinham ocupar as margens da economia de plantação [...] eram impelidos a explorar a floresta de maneira descuidada e imprevidente” (DEAN, 1996, p. 75). Assim como a extração do pau-brasil, a produção de cana-de-açúcar concentrou-se principalmente na região nordeste, e também no sudeste. Nesse contexto, percebe-se que pelo menos nos séculos XVI, XVII e XVIII, a região sul do Brasil exerceu uma pressão menor na Mata Atlântica, se comparada com o sudeste e nordeste.

As transformações no território da Mata Atlântica aceleraram o ritmo a partir do século XIX. As mudanças sócio-política-econômicas em decorrência da vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, a independência política e ações praticadas durante todo o século exerceram ainda mais pressão sobre a floresta. Muito dessas mudanças se deram pela introdução de mais uma planta exótica: o café.

Da mesma maneira que o pau-brasil e a cana-de-açúcar, o café, produto que no século XIX se torna a base da economia exportadora do Brasil, foi inicialmente cultivado no sudeste brasileiro. No que se refere à consequência do café para a floresta, Warren Dean coloca que “para a Mata Atlântica, entretanto, a introdução dessa planta exótica significaria uma ameaça mais intensa que qualquer outro evento de trezentos anos antes” (DEAN, 1996, p. 193).

Todo o café produzido no Sudeste da Ásia e no Novo Mundo derivam de duas variedades principais, o café arábico e o café robusta, identificados por Dean (1996, p. 194) como “típicas” e “Bourbon”. O *site* da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), ao se referir a trajetória da planta no Brasil, coloca que

O café chegou ao norte do Brasil, mais precisamente em Belém, em 1727, trazido da Guiana Francesa para o Brasil pelo Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta a pedido do governador do Maranhão e Grão Pará, que o enviara às Guianas com essa missão. Já naquela época o café possuía grande valor comercial. [...] Devido às nossas condições climáticas, o cultivo de café se espalhou rapidamente, com produção voltada para o mercado doméstico. Em sua trajetória pelo Brasil o café passou pelo Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Num espaço de tempo relativamente curto, o café passou de uma posição relativamente secundária para a de produto-base da economia brasileira. Desenvolveu-se com total independência, ou seja, apenas com recursos nacionais, sendo, afinal, a primeira realização exclusivamente brasileira que visou a produção de riquezas. (ABIC, 2015)

Com o tempo, o café passou a ser o produto das grandes fazendas. Se as condições climáticas fizeram com que o produto se espalhasse rapidamente, as exigências ecológicas colocariam os limites físicos para a sua produção. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMPBRAPA), a faixa de temperatura ideal para o cultivo do café arábica fica entre 19 e 22° C. Temperaturas mais altas promovem formação de botões florais e estimulam o crescimento dos frutos. Entretanto, estimulam também a proliferação de pragas e aumenta o risco de infecções que podem comprometer a qualidade da bebida. O cafezeiro é também muito suscetível à geada e temperaturas abaixo de 10° C inibem o crescimento da planta (Embrapa, 2015). Com base nessas informações, entende-se a ocorrência do café predominantemente na região sudeste.

A escolha de um terreno onde plantar se dava, primeiramente, pela observação das espécies consideradas padrões que indicavam os melhores lugares para os cafezais. O manual de Lacerda Werneck, bastante

consultado na época, aconselhava que as encostas dos montes fossem observadas na primavera, onde muitas árvores florescem. Se existisse o jacarandatã ou outras espécies por ele indicada, a terra era de boa qualidade. Essas espécies, no entanto, eram encontradas apenas em florestas primárias, e mais uma vez a força dos machados abria espaço na mata para uma planta exótica (DEAN, 1996).

É do século XIX, na tentativa de abrir espaços para a plantação do café, que nos deparamos com uma das mais impressionantes narrativas de destruição da Mata Atlântica. Por ser difícil explicar com as próprias palavras, faremos uso das palavras de Warren Dean, que, por sua riqueza de detalhes, consegue nos remeter à visualização da cena. Essa prática, chamada de “picarias”, ocorria nos meses frios, de maio a julho. Era uma ação de lenhadores itinerantes que eram contratados exclusivamente para essa tarefa.

Trabalhando de baixo para cima a partir da base da montanha, brandiam os machados sucessivamente sobre cada árvore, talhando até que o tronco, ainda inteiro, gemesse com a iminência de sua queda. Um capataz experiente observa cuidadosamente a rampa da montanha, a posição de cada árvore e os cipós – abundantes nesse setor da Mata Atlântica –, que prendiam cada uma a sua vizinha, e dirigia o corte de forma a cada árvore ficar posicionada para cair em uma direção precisa. Os lenhadores iam subindo, talhando em um e depois em outro tronco, cada vez mais acima, até que se chegava ao cume. Então, a tarefa do capataz era decidir qual a árvore-mestra, a gigante que seria cortada até o fim, carregando consigo todas as outras. Se fosse bem-sucedido, o sopé inteiro desabava com uma tremenda explosão, levantando uma nuvem de fragmentos, bandos de papagaios, tucanos, aves canoras e, da parte dos lenhadores, um grito de alegria e alívio. (DEAN, 1996, p. 197-8)

Assim caíam as árvores, uma a uma, como um dominó. E mais uma vez, para dar lugar ao desenvolvimento, a Mata Atlântica é que pagava o maior preço.

Por conta do café e do contexto socioeconômico e político do século XIX, a região sul do Brasil passava a crescer em termos de

importância para o país recém independente. Com os limites do uso do trabalho escravo que se estabelecia a partir da legislação, o governo brasileiro passou a agir por meio de uma política de incentivo a imigração de europeus com objetivo de garantir mão-de-obra para as fazendas de café e também embranquecer a população.

A política de incentivo à imigração europeia por parte do império estava baseada nas ideias Positivistas de ordem e de progresso que ainda hoje estão estampadas na Bandeira do Brasil. Progresso, para a época era sinônimo de branqueamento e europeização. Além disso, com o fim do tráfico negreiro, em 1850 e com o crescente movimento abolicionista, a imigração era vista como uma necessidade para o desenvolvimento do país e para o incremento na economia. A ocupação de áreas até então consideradas desocupadas (pela população não indígena) seriam outro fator em prol da política de imigração. (PERES, 2007, p. 15)

Desse modo, mesmo que o litoral do sul do Brasil já no século XVIII apresentasse vilas e freguesias por conta dos vicentistas e açorianos que se estabeleceram, principalmente em Santa Catarina; e que no planalto vilas surgiam devido ao caminho das tropas, foi somente na primeira metade do XIX que se efetua o início da ocupação de colonos nos “vazios” existentes entre o litoral e o planalto, principalmente nos vales de rios.

Assim como na região Sudeste, que enfrentou a derrubada da floresta por conta do pau-brasil, da cana-de-açúcar e do café, iniciava-se nos núcleos de colonizadores ao sul, uma luta entre o machado e a floresta. Sobre a ocupação no sul e as relações estabelecidas entre o ser humano e a natureza nesta região da Mata Atlântica, precisamente em Santa Catarina, daremos maior ênfase no capítulo 3.

Ao findar-se o século XIX, o país, que nascera neste mesmo século, observava chegar ao fim a escravidão e o sistema político que durava desde a independência política. A República instaurada conseguiu manter a ordem social e tratou de impor ao país o lema de sua bandeira: “ordem e progresso”. Além do incentivo a imigração,

A “ordem” era tomada no sentido da disciplina em nome da hierarquia social e dos direitos de

propriedade. “Progresso” significava a aplicação insensata de tecnologia importada em seu nome. A rápida eliminação da vegetação não lucrativa era a marca definidora de ambos os termos. (DEAN, 1996, p. 229)

Fora isso, outras políticas foram colocadas em prática para garantir a ocupação produtiva das áreas, como impostos sobre terra improdutiva. Em Minas Gerais, por exemplo, o imposto sobre a terra improdutiva foi causa importante de desmatamento, pois para evitar pagar o imposto, os proprietários queimavam seus terrenos e simulavam com isso uma atividade agrícola ou pecuária. Dessa maneira, a República conseguiu devorar quase toda a terra da Mata Atlântica que restara ao poder público.

O rápido crescimento da população e o acesso foi facilitado por quilômetros de estradas de rodagem e de estradas de ferro continuou a ser a principal causa da acelerada destruição da floresta. Junto as atividades de agricultura e pecuária, a derrubada da floresta se deu também para abastecer as atividades agora voltadas à indústria por meio do fornecimento de lenha para se transformar em energia. Isso porque, mesmo que a quantidade de chuvas fosse abundante na Mata Atlântica e que a topografia oferecia potencial hidrelétrico, que começou a ser explorado na virada do século, a energia hidrelétrica era, ainda do ponto de vista econômico, de difícil aplicação. Desse modo, além de todo o desmatamento observado por outras culturas já mencionadas, a indústria, principalmente a siderúrgica, foi mais um fator econômico responsável pela devastação de áreas ainda não exploradas da floresta. Além de ser a energia utilizada nas indústrias, a lenha também foi a energia utilizada em barcos a vapor e em ferrovias, além de servir ao consumo doméstico, rural e urbano (DEAN, 1996)¹⁸.

¹⁸ Christian Branstronn traça um diálogo com Warren Dean sobre o uso de madeira como combustível na indústria, principalmente na região sudeste, trazendo novos dados e contestando algumas estimativas utilizadas por Dean. Como não é objetivo desse trabalho entrar no mérito de um estudo aprofundado sobre a Mata Atlântica, recomendamos a leitura tanto da obra de Warren Dean, “A ferro e fogo”, quanto o artigo de Branstronn, de título “A madeira foi o combustível que moveu a industrialização brasileira? Avaliando a hipótese da madeira, 1900-1960”, publicado em FRANCO, José Luiz de Andrada et al. **História Ambiental:** fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 39-78.

Soma-se a isso toda a floresta queimada e derrubada para expansão agrícola e para formação de pastagens, neste caso com a inserção de plantas exóticas, como o capim-guiné. A madeira de lei também continuou sendo derrubada. Com a expansão das fronteiras com ferrovias e estradas agora asfaltadas, tanto a agropecuária quanto a exploração pelas serrarias foram reorganizadas. Especialmente esta última, que com a expansão dos acessos à floresta, pode igualmente expandir sua exploração. Outra importante transformação observada na Mata Atlântica foi a silvicultura, que se deu a partir da década de 1940, substituindo a floresta por espécies exóticas, como o *pinus elliotti*.

Nos anos de 1970, mesmo sendo a década que foi criado o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e a década, como vimos no item 1.1 deste capítulo, do despertar da sociedade para os problemas ecológicos, o Brasil, por meio dos governos militares, acelerou a destruição da Mata Atlântica através de seus programas desenvolvimentistas. Segundo Dean, os militares reagiram com arrogância diante das questões levantadas na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972. Isso porque, para os militares, os países industrializados e desenvolvidos estariam inventando e impondo mais um obstáculo aos países em desenvolvimento, dificultando a elevação do Brasil aos seus quadros (DEAN, 1996).

Sobre o pensamento ecológico no Brasil, estendido para a América Latina em geral, o sociólogo Fernando Mirres explica o porquê de um pensamento ecológico, crítico em relação aos projetos existentes, seja tardio na América Latina quando comparado a alguns países europeus ou aos Estados Unidos. Para o autor, alguns fatores convergem para que haja, ao mesmo tempo, um discurso compartilhado tanto por grupos de esquerda quanto de direita:

O argumento a favor de que a América Latina se encontra no limiar de uma revolução industrial, como a vivida na Europa entre os séculos XVIII e XIX, dificulta a discussão acerca de temas ecológicos e parece, à primeira vista, plausível, sobretudo se se tem em conta que semelhante crença domina as mentes de muitos políticos, teóricos, empresários e, não menos importante, de militares latino-americanos. (MIRRES, 2012, p. 80)

Com esse discurso desenvolvimentista, a floresta ficava em segundo plano, de modo que, para abastecer uma indústria em expansão, a produção de energia elétrica passou a ser tema-chave. Aquilo que era um potencial hidrelétrico da Mata Atlântica logo se transformou em usinas. Os problemas, neste caso, além de ecológicos, são sociais, pois a construção de uma barragem para gerar energia implica, muitas vezes, na retirada dos moradores. Cálculos de Warren Dean apontam que em 1992, 269 usinas hidrelétricas na região da Mata Atlântica haviam inundado 17.130 km² e as suas linhas de transmissão outros 2800 km².

A explanação aqui exposta serviu, mesmo que contemplando quase que exclusivamente a região do sudeste do Brasil, para mostrar que a Mata Atlântica cedeu, principalmente a partir da chegada dos europeus, espaço aos clamores da “civilização”. Vale lembrar que trata-se de importante Bioma brasileiro que já ocupou cerca de 1,1 milhão de km², ou seja, 13% do território nacional atual, indo do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte. Produção de alimentos, extração de madeiras, caça aos animais, espaço para estradas, ferrovias e cidades, produção de energia, entre outras transformações que, obedecendo ao contexto nos quais estavam inseridos, quase que acabaram com a floresta em sua totalidade. Restaram apenas 7%, montante que forma algumas poucas “ilhas” espalhadas entre o norte e o sul do país.

Se, mesmo com toda a exploração observada, ainda podemos contemplar parte dessa natureza, muito se deve aqueles que se preocuparam em preservá-la, indo contra os ideais de desenvolvimento e crescimento que não levavam em conta a preocupação com o meio ambiente. Apesar de parecer tardio, os primeiros esboços de uma preocupação com a floresta pode ser observado já no período colonial. Nas páginas a seguir, procura-se explanar sobre como se deu o desenvolvimento das ideias de preservação/conservação do Meio Ambiente no Brasil, além de historicizar a legislação ambiental e os aspectos da legislação atual.

1.3 AS IDEIAS DE PRESERVAÇÃO E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

O uso da floresta por meio da ocupação humana exerceu de maneira crescente grande pressão sobre a Mata Atlântica. O visível desaparecimento de espécies vegetais e animais despertaram as primeiras preocupações sobre o controle e a preservação da floresta, mesmo que de

maneira bastante incipiente, já durante o período colonial. Desse modo, buscamos traçar aqui a trajetória das discussões a respeito do meio ambiente que se deram no Brasil a partir da chegada dos europeus. Usamos, para isso, obras de pesquisadores que se debruçaram a encontrar vestígios de um pensamento preservacionista/conservacionista e que produziram trabalhos na temática. Outras fontes pesquisadas foram as legislações ambientais, com ênfase na discussão estabelecida entre o direito ambiental e as suas implicações socioeconômicas e culturais. A ideia é perceber as interpretações que se fizeram da natureza e sua importância, mesmo que essa importância seja enxergada apenas sob o ponto de vista econômico e utilitarista.

Primeiramente, retornamos a Fernando Mirres, que apresenta uma tese bastante plausível sobre o pensar a natureza no contexto latino americano. Para o autor, pensar a natureza de maneira crítica e analítica é, de alguma forma, ir contra o desenvolvimento necessário aos países pobres. A primeira questão, segundo Mirres, é o “sonho do Eldorado”. Esse sonho se dá pela crença, que ainda se mantém, nos espaços inabitados. Parece que nos países da América Latina imensas regiões ainda estão à espera de novos conquistadores para fazê-las se desenvolver. Essa interpretação de espaços inabitados e a necessidade de se levar “civilização” até esses locais, explica, no caso do Brasil, a transferência da capital do Rio de Janeiro para o centro do país (Brasília) e a política de incentivo que se dá de governos para a ocupação da região amazônica.

O segundo ponto desse atraso no que concerne à crítica a destruição da natureza é o álibi da dependência. Mirres sugere que a versão mais defendida por agentes políticos é que o tema ecológico e a preocupação com a natureza deve ser pauta somente dos países ricos, pois os países pobres possuem problemas mais importantes para se preocuparem. Outra versão nesse ponto é a de que o incentivo a discussão por parte dos países desenvolvidos é uma manobra para impedir o desenvolvimento dos outros países. Por último, uma terceira versão culpa o imperialismo e os países desenvolvidos por todos os problemas ecológicos que ocorrem nos países outrora colonizados.

O terceiro aspecto analisado diz respeito ao colonialismo interno ou “endocolonialismo”. Esse conceito designa um comportamento generalizado da população de um país que se orienta ao saque econômico, fazendo da natureza e os que vivem dela parecer objetos possíveis de explorar e manipular. É um conceito que pode ser perfeitamente

empregado ao se pensar na exploração da Mata Atlântica, discussão esta apresentada no item anterior. Conforme visto mais acima, o pensamento e as ações se deram única e exclusivamente em razão do desenvolvimento, sem se levar em conta o valor da natureza.

Os “economistas do crescimento”, em suas versões de direita e de esquerda, ao não integrarem os valores não quantificáveis da natureza nas teorias do cálculo econômico, tampouco podem integrá-lo ao ser humano, dado que este não pode ser unicamente entendido a partir de simples relações de quantificação. O crescimento é para eles uma noção desnaturalizada e desumanizada; uma noção que se justifica por si mesma. (MIRRES, 2013, p. 92)

Fernando Mirres chama de economia do absurdo, vinculada a relação custo-excedentes o quarto ponto apresentado como justificativa pelo atraso da crítica ambiental na América Latina. Isso porque se põe necessário nos países pobres, segundo a lógica capitalista de produção, dar espaço ao desenvolvimento e a produção de excedentes. Nesse ponto, a relação custo-excedentes é usada para justificar o sacrifício da natureza e daqueles que vivem diretamente dela, ou seja, indígenas e camponeses. O quinto ponto, vinculado ao anterior, é um falso dilema: sociedade tradicional *versus* sociedade moderna. A luta pela modernização da América Latina não se deu independente da questão social. Mais uma vez, as populações ludibriadas pelas ideologias da modernidade entenderam os processos de industrialização e urbanização como verdadeiros pressupostos para uma maior democracia e participação social (MIRRES, 2012).

As ideias apontadas por Fernando Mirres justificam, de maneira satisfatória, a percepção que aos países em desenvolvimento têm em relação ao Meio Ambiente. A preocupação com a natureza ou uma ideologia ecológica devem sempre ficar em segundo plano, ou seja, em detrimento aos problemas mais imediatos. Porém, mesmo tendo as discussões sobre preservação e conservação da natureza mais presentes nas quatro últimas décadas, houve, durante o processo de ocupação europeia no Brasil, algumas ideias que perceberam a devastação do meio natural como um problema que se colocaria para as gerações futuras.

Desde o período do Brasil Colônia, surgiram as primeiras manifestações por parte da metrópole em conservar as matas, principalmente aquelas que costeavam os rios e permitiam um estoque de madeira aos portugueses, sem a necessidade de adentrar na mata fechada para o corte das árvores. A principal serventia desta madeira era para reparo dos navios. No século XVII, uma Carta Régia assinada por D. Maria I, mencionava a necessidade de punição aos que cortassem de forma indiscriminada as árvores. A Carta dirigida ao Governador da Capitania de Pernambuco determinava que este deveria agir com severas penas contra os incendiários destruidores de mata. [...]. Com o passar dos séculos, apenas crescia a exploração e a falta de preocupação com a conservação dos recursos naturais do Brasil. As primeiras manifestações sobre o uso discriminado do meio natural surgiram no período moderno, em meados do século XVIII. (MORETTO; CARVALHO; NODARI, 2010)¹⁹

Para José Augusto Pádua, existiu uma reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural desde 1786 (PÁDUA, 2004). Na obra “Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)”, Pádua compilou cerca de 150 textos de mais de 50 autores, que discutiram de forma direta as consequências sociais da destruição da natureza. As discussões vão desde o desaparecimento da floresta e problemas de erosão do solo, esgotamento das minas e até mesmo desequilíbrios climáticos. Esses primeiros críticos não estavam concentrados em um ponto do país, mas espalhados por diversas capitanias, entre elas, Bahia, Pernambuco, Amazônia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

O primeiro documento apresentado por Pádua remonta ao ano de 1799. Trata-se do discurso de José Gregório de Moraes Navarro, intitulado “Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil”. Com isso, Pádua mostra que a relação homem/natureza, já no século XVIII no Brasil, despertava um olhar crítico. A presença de tais

¹⁹ Disponível em: <www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/Gt16-55-26-20-100831195920.pdf> Acesso: 11 nov. 2015.

documentos, a partir da segunda metade do século XVIII, se insere no contexto histórico pelo qual o mundo e o Brasil passavam. Assim contextualiza Pádua:

Até o final do século XVIII, poucas foram as vozes que lograram perceber, e mais ainda condenar, essa realidade. Mas a partir de 1780 começou a se delinear um movimento teórico nessa direção, que constituiu uma tendência minoritária no interior do Iluminismo luso-brasileiro. [...] No final do século XVIII, de toda a forma, o desenvolvimento das ciências naturais em Portugal já seguiam um caminho mais ou menos irreversível, até mesmo por força da sua importante dimensão econômica. (PÁDUA, 2004, p. 39)

Percebe-se que a elite brasileira, cuja formação se deu na Europa, no acesso aquilo que se desenvolvia por lá, entendeu que para a colônia era necessário uma mudança. Esta mudança deveria ser, pelo menos, na forma de lidar com o meio natural para continuar se beneficiando economicamente deste. A matriz filosófica que impulsionava essas discussões era a Fisiocracia, “com sua leitura agrarista do ideal do progresso típico da Ilustração” (PÁDUA, 2004, p. 380).

Para a baixa produtividade da agricultura sentida na colônia, uma mudança só seria possível se operada em sua dinâmica. Pautada em dois eixos de caráter científico, a mudança, em primeiro lugar, impulsionaria a “aclimação” de espécies exógenas que tivessem valor econômico; em segundo lugar, seria urgente estudar a natureza brasileira, investigando a utilidade econômica das espécies nativas ainda desconhecidas. “Essa motivação econômica veio ao encontro da nova mentalidade científica que emergia, de forma ainda bastante imperfeita, na Universidade de Coimbra e na Academia das Ciências de Lisboa” (PÁDUA, 2004, p. 41).

Em um estudo que teve por objetivo examinar o surgimento e o desenvolvimento de preocupações com o mundo natural no Brasil, Franco e Drummond ratificam que a primeira onda de escritos em que se percebe a preocupação com o mundo natural surgiu

[...] já nos séculos 18 e 19. Ela foi produzida por brasileiros e portugueses residentes no Brasil que haviam estudado na Europa. Na sua maioria, foram inspirados pelos círculos de debates ocorridos no

âmbito da Universidade de Coimbra e da Academia de Ciências de Lisboa, em torno do cientista italiano (professor de Coimbra) Domenico Vandelli (1735-1816) e de Rodrigo de Sousa Coutinho (1745-1812). [...] As suas principais influências provinham da história natural – Lineu, Buffon e Humboldt – e da fisiocracia. [...] Eles não tinham um interesse especial pelo valor estético ou intrínseco da natureza, mas sim pelo seu valor político e instrumental para o progresso material do país. (FRANCO; DRUMMOND, 2012, p. 334)

Nesse período, destaca-se a figura de José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como o patriarca da Independência do Brasil e que no século XIX deixou o maior número de escritos em relação ao meio ambiente. Parece pertinente discorrer mais sobre José Bonifácio, já que seu pensamento resume o momento pelo qual o Brasil passava em relação à natureza no início do século XIX.

José Bonifácio nasceu no Brasil em 1763. Com 20 anos de idade, seguiu para Universidade de Coimbra, onde teve contato sistemático com Domenico Vandelli. Retornou ao Brasil apenas em 1819, já com 56 anos de idade. Em sua estada na Europa, que inclui passagem pela França, Alemanha, Itália, Noruega e Dinamarca, Bonifácio provavelmente travou contato com inúmeros intelectuais. Apesar de seu foco ser a mineralogia, percorreu praticamente todos os campos, desde as humanidades às ciências naturais, convivendo diretamente com o processo de gestação do universo teórico sobre a dinâmica da natureza. Nesse período, José Bonifácio começou a se preocupar mais sistematicamente com a destruição dos recursos naturais (PÁDUA, 2004).

Os escritos de Bonifácio deram conta de diversos assuntos: baleias, bosques, florestas, plantações, rios, povos indígenas e trabalho escravo. Neles, Bonifácio despendia uma análise crítica sobre a influência que a prática do escravismo exercia na natureza. Mesmo que os assuntos verssem sobre diversos temas, pode-se observar em sua obra indiscutível inspiração fisiocrata. Além disso, observa-se também quatro elementos teóricos que presentes em sua obra, quando trata sobre o meio ambiente, a saber:

[...] a visão de mundo fundada na economia da natureza; a defesa do progresso econômico como instrumento civilizatório; a apologia da

racionalização das técnicas produtivas através da aplicação pragmática do conhecimento científico; e a crítica destrutiva dos recursos naturais. (PÁDUA, 2004, p. 134)

A geração de críticos da destruição da natureza, seguinte à Bonifácio, não colocaram em questão aquilo que talvez seja o principal diferencial do pensamento de Bonifácio: estabelecer um nexo causal entre a destruição da natureza e o domínio do escravismo, ou seja, condenar o modo de produção escravista. Desse modo, Bonifácio critica o escravismo, e não o escravo, como fizeram alguns de seus sucessores.

As críticas feitas ao modelo de exploração da natureza praticado no Brasil caminha, no século XIX, em duas vertentes. A primeira culpa o descaso e o atraso das tecnologias, sendo uma crítica política, pois havia incompatibilidade entre o modelo econômico adotado e o projeto civilizador do império. Esse tipo de economia podia ser modificado sem que se abrisse mão do trabalho escravo. A segunda vertente ia de encontro à primeira, pois afirmava que era necessário abandonar o escravismo para que se parasse com a destruição. Para Pádua, a primeira vertente é aquela que caracteriza a maioria dos críticos ambientais do Brasil oitocentista (PÁDUA, 2004). Não abrir mão do trabalho escravo encontra-se no contexto brasileiro do século XIX, visto que as discussões mais acirradas sobre o fim da escravidão no Brasil se deram apenas na segunda metade do século e a escravidão foi abolida apenas um ano antes da proclamação da República.

De qualquer modo, percebe-se, no decorrer do século XIX, o viés utilitarista da natureza nos discursos e sua relação direta com a economia do império. Para Franco e Drummond (2012), o grupo que se propôs a criticar a destruição do patrimônio natural brasileiro durante esse período obteve avanços pontuais, sendo que o mais relevante, visível e duradouro foi a recuperação e proteção da Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro. A iniciativa proibiu o desmatamento para preservar as nascentes de água que abasteciam a capital do império. Ainda no Rio de Janeiro, destaca-se o papel do Museu Nacional, do Jardim Botânico e do Instituto de Manguinhos (hoje Fundação Oswaldo Cruz) como importantes centros de pesquisa que ajudaram a ampliar o conhecimento sobre a natureza. “Esse interesse científico pela natureza coincidiu com o surgimento de preocupações com a proteção do patrimônio natural brasileiro, com base em argumento tanto de utilidade econômica quanto de fruição estética” (FRANCO; DRUMMOND, 2012, p. 336).

Do mesmo modo, em fins do século XIX e início do XX, na Primeira República, também surgem no Estado de São Paulo iniciativas para melhor aproveitar os recursos naturais. Com esse objetivo, o governo passou a contratar técnicos e cientistas, entre os quais se destacam Orville Adelbert Derby, Franz Wilhem Daerf, Herman von Ihering, Albert Löefgren e Edmundo Navarro de Andrade.

Em 1896 instalou-se na serra da Cantareira a seção Botânica vinculada à Comissão Geológica e Geográfica (criada em 1886), sob a coordenação de Derby. Foi, segundo Warren Dean, a primeira reserva florestal do estado e, como a da Tijuca, sua principal finalidade era proteger as bacias dos riachos canalizados para o reservatório da cidade (DEAN, 1996). Ainda em fins do XIX, foi criado o Museu Paulista, fundado por von Ihering. Suas experiências em zoologia e botânica contribuíram para fundamentar suas preocupações e propostas em relação ao patrimônio natural brasileiro. Para ele, a silvicultura, necessária ao desenvolvimento do país, deveria ser de maneira racional, com ação firme do Estado. Dessa maneira, conseguiria garantir as metas que considerava para a conservação das matas: fornecimento de lenha, extração de madeira-de-lei e outros recursos e a proteção dos mananciais de água. Foi von Ihering que, segundo Franco e Drummond, propôs em 1911 um anteprojeto de um código florestal. O primeiro Código Florestal Brasileiro foi regulamentado em 1934, 23 anos após a proposta de von Ihering. (FRANCO; DRUMMOND, 2012)

Dos cientistas que desenvolveram trabalhos em São Paulo no início do XX, o mais influente de acordo com Dean, Franco e Drummond, foi Johan Albert Constantin Löefgran. Löefgran foi um botânico sueco que chegou ao Brasil em 1874. Teve uma carreira longa, diversificada e produtiva. Era muito ativo, fazendo coletas em todos os ecossistemas do estado e publicando suas descobertas em artigos científicos na Europa e no Brasil, além de traduzir importantes obras de botânica e ecologia. Como Ihering, o sueco fez campanha em prol da criação de um código nacional de florestas e de um serviço nacional de florestas, além de estar empenhado na criação de parques nacionais. Inspirou a institucionalização do Dia da Árvore no Brasil, em 1902. Conseguiu que fosse estabelecida, em Itatiaia (RJ), uma estação Biológica que

posteriormente se tornou o primeiro Parque Nacional em 1937²⁰ (DEAN, 1996; FRANCO; DRUMMOND, 2012).

Os passos dados em fins do século XIX e início do XX, ainda que tímidos, mostram que o grupo de cientistas atuante na área ambiental procurava dar importância à natureza, indo além da função estritamente utilitarista e/ ou econômica. Desse modo,

Se as ideias da Primeira República sobre a proteção da natureza e o uso racional dos recursos naturais não foram efetivadas no seu tempo, formaram uma linhagem de pensamento que ajudou a equacionar e legitimar as preocupações com o mundo natural, em associação com o desenvolvimento da ciência e de um projeto de nação. (FRANCO; DRUMMOND, 2012, p. 341)

Somaram a esse grupo outros cientistas, como Frederico Carlos Hoehne, Alberto José Sampaio e Armando Magalhães,²¹ que tomaram lugar nas discussões que desencadearam um debate mais objetivo com relação aos recursos naturais. O debate que se deu conseguiu elaborar leis e políticas de proteção à natureza. No início do governo Vargas, entre 1933 e 1934, atendendo ao conselho de Sampaio, Hoehne e Guimarães, algumas leis foram editadas. No rol dessa legislação ambiental estão códigos regulamentando expedições científicas, uso da água, minas, caça e pesca e florestas. Além disso, uma nova Constituição, promulgada em 1934, trazia em seu Artigo 10: “Compete concorrentemente à União e aos

²⁰ Este é o primeiro parque nacional criado no Brasil. A sua fundação data de junho de 1937. Situado na Serra da Mantiqueira, o Parque Nacional do Itatiaia abrange os municípios de Itatiaia e Resende, no estado do Rio de Janeiro, e Bocaina de Minas e Itamonte, em Minas Gerais, onde fica aproximadamente 60% de seu território. A unidade está localizada entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, próximo a Rodovia Presidente Dutra, tendo como polo econômico mais próximo a cidade de Resende. Apresenta um relevo caracterizado por montanhas e elevações rochosas, com altitude variando de 540 a 2.791 metros no seu ponto culminante, o Pico das Agulhas Negras. Disponível em: <www.icmbio.gov.br> Acesso: 15 set. 2015.

²¹ Muitos outros pensadores levantaram a bandeira da proteção aos recursos naturais nesse período. No entanto, para o propósito dessa discussão, buscamos elencar os que mais se destacaram. Para maiores detalhes da discussão ambiental no final do século XIX e início do XX, ver as obras aqui utilizadas.

Estados: [...] III proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico” (BRASIL, CF 1934). Neste mesmo ano, ocorreu a primeira Conferência Brasileira sobre Proteção da Natureza. A conferência foi realizada entre oito e 15 de abril, na cidade do Rio de Janeiro, contou com o apoio de Getúlio Vargas, aglutinando o pensamento da sociedade civil e instituições públicas presentes. Para Warren Dean (1996, p. 275), “o objetivo claro da conferência era pressionar o governo a cumprir as medidas conservacionistas recém-aprovadas pelo Congresso Constituinte e criar um sistema de parques nacionais”.

A Conferência evidenciou duas linhas de pensamento que estariam presentes nas discussões a respeito da natureza a partir de então: a conservacionista e a preservacionista. A primeira argumenta em favor do uso racional da natureza; enquanto que para a segunda, a natureza era objeto de culto e contemplação. A discussão dentro dessas linhas de pensamento esteve presente ainda no século XIX nos Estados Unidos, quando da criação dos primeiros parques nacionais daquele país. Apesar de muitas vezes serem usados frequentemente como sinônimos, existe diferença entre os termos *preservação* e *conservação*. Segundo a Bióloga Mariana Araguaia de Castro Sá Lima,

O preservacionismo e o conservacionismo são correntes ideológicas que surgiram no fim do século XIX, nos Estados Unidos [...]. O primeiro, o preservacionismo, aborda a proteção da natureza independentemente de seu valor econômico e/ou utilitário, apontando o homem como o causador da quebra desse “equilíbrio”. De caráter explicitamente protetor, propõe a criação de santuários, intocáveis, sem sofrer interferências relativas aos avanços do progresso e sua consequente degradação. Em outras palavras, “tocar”, “explorar”, “consumir” e, muitas vezes, até “pesquisar”, tornam-se, então, atitudes que ferem tais princípios. De posição considerada mais radical, esse movimento foi responsável pela criação de parques nacionais, como o Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos. Já a segunda corrente, a conservacionista, contempla o amor à natureza, mas aliado ao seu uso racional e manejo criterioso pela nossa espécie,

executando um papel de gestor e parte integrante do processo. Podendo ser identificado como o meio-termo entre o preservacionismo e o desenvolvimentismo, o pensamento conservacionista caracteriza a maioria dos movimentos ambientalistas, e é alicerce de políticas de desenvolvimento sustentável, que são aquelas que buscam um modelo de desenvolvimento que garanta a qualidade de vida hoje, mas que não destrua os recursos necessários às gerações futuras [...]. (LIMA, 2014)²²

As duas perspectivas²³ fundiram-se na Conferência em uma visão única sobre o que a proteção da natureza deveria representar. Desse modo, os dois conceitos no Brasil eram intercambiáveis, e indicavam que a natureza deveria ser protegida tanto por conta de seus recursos necessários para as gerações presentes e futuras, quanto pela biodiversidade a ser objeto de pesquisa científica e contemplação estética.

Como resultado desse movimento, a primeira lei que tratava especificamente das florestas foi editada no Brasil. O primeiro Código Florestal Brasileiro, Decreto nº 23.793 de 23 de Janeiro de 1934, editado no governo provisório de Getúlio Vargas, instituiu em seu Artigo 1º: “As florestas existentes no território nacional, consideradas em conjunto, constituem bem de interesse comum a todos os habitantes, do país, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que as leis em geral, e especialmente este código, estabelecem” (BRASIL, 1934).²⁴ Outra informação importante contida nessa lei diz respeito a classificação de florestas quanto ao estado em que se encontram e suas especificidades. Dessa forma, o código instituiu quatro tipos de florestas: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento.

²² LIMA, Mariana Araguaia de Castro Sá. **Preservação e Conservação Ambiental**. Disponível em:

<<http://www.mundoeducacao.com/biologia/preservacao-ambiental.htm>>

Acesso: 10 jul. 2014.

²³ Para um entendimento da gênese dessa discussão entre preservacionismo e conservacionismo ver DIEGUES, 2000, p.29-34.

²⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html>> Acesso: 14 jul. 2015. Todas as citações do Código Florestal foram retiradas desse *site*. A grafia também foi mantida conforme original.

As florestas protetoras eram um esboço do instituto das florestas de preservação permanente do atual Código Florestal. As florestas remanescentes, por sua vez, eram formadas por áreas hoje denominadas unidades de conservação; as florestas modelo constituíam as florestas plantadas com limitado número de essências florestais, nativas ou exóticas, e finalmente as florestas de rendimento, eram aquelas não previstas entre as outras modalidades e destinadas ao uso intensivo dos recursos florestais. O Código Florestal de 1934, também introduziu dispositivos de natureza penal. (RESENDE, 2006, p. 76)

O documento também previa, em seu artigo Artigo 23, que “Nenhum proprietário de terras cobertas de matas poderá abater mais de tres quartas partes da vegetação existente, salvo o disposto nos arts. 24, 31 e 52” (BRASIL, 1934). Warren Dean (1996) observa que as falhas do código se evidenciavam na prática. Um exemplo que o autor dá é em relação a esse artigo. Segundo Dean, os tribunais entendiam que, se um proprietário reduzisse a floresta em sua terra a um mínimo de um quarto, podia então vender esta fração com floresta e o novo proprietário desfrutaria o direito de derrubar três quartos de sua aquisição e assim por diante. Fora isso, um proprietário poderia cortar madeiras de lei valiosas e alegar que tinha cumprido sua obrigação de replantar simplesmente permitindo que nascesse capoeira em seu lugar.

O decreto também introduziu na legislação brasileira a noção de “área reservada”, ainda que de forma limitada, reconhecendo três categorias básicas: Parque Nacional, Estadual e Municipal. Essas categorias seriam formados pela Floresta Remanescente, pois este código incorporou o modelo de planejamento florestal e gestão territorial e ambiental dos EUA do final do século XIX. Sobre os parques, o Código Florestal no seu artigo 9º traz:

Art. 9º. Os parques nacionaes, estaduaes ou municipaes, constituem monumentos publicos naturaes, que perpetuam em sua composição floristica primitiva, trechos do paiz, que, por circumstancias peculiares, o merecem. (BRASIL, 1934)

O Código Florestal de 1934 ficou em vigor por trinta anos. Em 1965, no início do período político da Ditadura Militar, um novo Código Florestal Brasileiro foi outorgado pelo então Presidente Castello Branco. Desde a época de publicação do primeiro, porém, cresceram no país as discussões e ações com vistas a promover a proteção dos recursos naturais. Nesse contexto, o discurso conservacionista acabou ganhando espaço, principalmente com a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), em 1958. Com ela, afirma Franco e Drummond (2012, p. 351), “o discurso conservacionista ganhou um corpo conceitual bem definido, engajou-se em ações e estratégias que buscavam a preservação de áreas naturais protegidas e de espécies da fauna e o uso racional e previdente dos recursos naturais”. Além disso, ao conceituar “conservação”²⁵, José Cândido de Melo Carvalho tentou unir as duas correntes do pensamento ambiental: a conservacionista e a preservacionista. Isso porque se preocupou em abarcar, de um lado, as preocupações utilitárias do uso dos recursos naturais; e do outro, a vontade de proteger paisagens de grande beleza e espécies ameaçadas de extinção.

Sob a influência da FBCN e da política desenvolvimentista²⁶, entrou em vigor o novo Código Florestal. A nova redação do Código Florestal trazia novidades em relação às áreas de preservação. O artigo 5º incumbia o Poder Público de criar:

a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos;

²⁵ “Entende-se por Conservação da Natureza e Recursos Naturais [...] a preservação do mundo vivo, ambiente natural do homem, e os recursos naturais renováveis da terra, fator primordial da civilização humana. As belezas naturais, por outro lado, constituem fonte de inspiração da vida espiritual e da satisfação indispensável das necessidades, essas cada dia mais intensificadas devido à mecanização crescente da vida moderna” (FRANCO; DRUMMOND, 2012, p. 355).

²⁶ Referimo-nos ao período conhecido na historiografia como “milagre econômico”, do final da década de 1960 e metade da década de 1970.

b) Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim.

Parágrafo único. Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais. (BRASIL, 1965)²⁷

Percebe-se nessa lei um fato importante para posteriormente entendermos o PAEST: a proibição de qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques. Isso acentuou a ideia de preservação e permanência das florestas denominadas como “protetoras” pelo Código Florestal de 1934. No entanto, entende os parques como locais propícios a atividades educacionais, recreativas e científicas. Outro destaque é o fato de as Reservas Biológicas terem sido inseridas no mesmo artigo. Ficaram desse modo, definidas duas linhas da política em relação aos recursos florestais. A primeira é a de proteção (parques), ao estabelecer a proteção integral de áreas; e a segunda, de conservação (florestas nacionais), na qual a exploração das florestas plantadas e nativas estava vinculada a reposição florestal, na obrigação da constituição de serviço florestal nas grandes consumidoras e, finalmente, pelo incentivo ao reflorestamento através de deduções fiscais.

Para Warren Dean o novo Código Florestal,

[...] ratificava a autoridade do Estado sobre as florestas particulares, restabelecia penalidades criminais por infrações, estendia a proteção a outros tipos de vegetação, incluindo florestas de galeria e manguezais, e simplificava a classificação das florestas. [...] O Código Florestal foi seguido de uma lei que permitia uma dedução de imposto em função dos custos de reflorestamento. [...] Em meados da década de 1960, talvez 500 milhões de árvores plantadas, na maioria eucaliptos, cresciam na área da Mata Atlântica. (1996, p. 364-5)

²⁷ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>
Acesso: 14 jul. 2015.

Para completar a legislação ambiental no período militar, foi promulgado um novo código de caça e pesca (Lei N. 5197 de 1967), autorizando a criação de refúgios de vida selvagem e proibindo a exportação de caça; e o Decreto-Lei N. 289, de 28 de fevereiro de 1967, que criou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). O órgão se formou com a junção do Instituto do Pinho, o Instituto do Mate e o Departamento de Recursos Naturais Renováveis e se estruturou como autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura. Sua principal função era a de conservação do Meio Ambiente por meio da instituição e manutenção de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes. Na década de 1960, o Brasil contava com 18 Parques Nacionais com área total de 1.238.832 ha.; e Reservas Equivalentes no total da área global de 16.785.368 ha., estando nestas incluídas as Florestas Nacionais ou de Rendimento e as Reservas da Fauna. Além disso, o IBDF tinha a função de administrar o Código Florestal vigente, Lei 4.771/65 (RESENDE, 2006, p. 91).

Sobre órgãos federais ligados ao Meio Ambiente temos que em 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), vinculada ao Ministério do Interior. Foi nesse período, final da década de 1960 e início da década de 1970, que observamos o aumento da preocupação com o Meio Ambiente em escala mundial, como apresentado do item 1.1 deste capítulo. Já no período após a Ditadura Militar, em 1989, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais (Ibama), com incorporação do IBDF e da Sema. Em 1992 foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável por executar as políticas ambientais no país (FRANCO; DRUMMOND, 2012).

A ocupação dos espaços “inabitados” e a consequente exploração dos recursos naturais desses espaços fizeram surgir já no Período Colonial as primeiras ideias que demonstravam preocupação com o Meio Ambiente. Mesmo em seus contextos de ideias utilitaristas em relação a natureza e de bens privados, essas ideias contribuíram para um pensamento ambiental que deu origem a ações que foram importantes no Brasil no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, até chegarmos a legislação ambiental atual, a qual discutiremos a partir da Constituição Federal de 1988.

1.4 A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E O MOVIMENTO SOCIOAMBIENTALISTA NO BRASIL HOJE

A Ditadura Militar no Brasil, iniciada em 1964, chegou ao fim em 1985 quando uma eleição indireta elegeu para Presidente da República o primeiro presidente civil em 20 anos. No mesmo ano, antes de poder assumir o cargo, o presidente eleito Tancredo Neves morre e assume seu vice, José Sarney. Uma Assembleia Nacional Constituinte é convocada para elaborar uma nova Constituição Federal (CF), que seria promulgada em cinco de outubro de 1988. Nesta, o Meio Ambiente recebe maior atenção, sendo a primeira Constituição Brasileira a reservar um capítulo inteiro para tratar do tema. O Capítulo VI, intitulado “Do Meio Ambiente”, afirma no artigo 225 que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (FILHO, 2007, p. 97).

Para entendermos o contexto no qual a CF de 1988 foi elaborada, devemos observar os movimentos ambientalistas apresentados no item 1.1 do presente capítulo, bem como os clamores sociais do país por meio de reivindicações que remontam às décadas de 1970 e 1980. Entre as reivindicações estavam a liberdade de organização sindical, a reforma agrária, o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas e melhorias das condições de vida dos segmentos sociais mais sofridos da população, além do debate internacional a respeito do Meio Ambiente. Assim, o contexto mundial na qual a Assembleia Nacional Constituinte passou a elaborar a Carta Magna legitimou a inserção de temas como direitos das minorias, combate ao racismo, direito dos índios, das crianças, dos idosos, proteção do patrimônio cultural e proteção do Meio Ambiente.

Dessa maneira, a Constituição Federal Brasileira é um marco para o país no que concerne às questões ambientais. Isso porque torna a biodiversidade, os processos ecológicos, as espécies de flora e fauna e os ecossistemas protegidos constitucionalmente. O texto constitucional levou em conta um marco na história do ambientalismo, que foi a divulgação em 1987 do relatório das Nações Unidas. Intitulado “Nosso futuro comum”, o documento foi coordenado pela primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, e justamente por isso ficou conhecido como “Relatório Brundtland”. Esse foi o primeiro relatório internacional que utilizou e defendeu o conceito de “desenvolvimento sustentável”,

denunciando a rápida devastação ambiental e o risco que o ritmo de desenvolvimento mundial, tal qual se encontrava, impediria futuras gerações de terem acesso a esses recursos. Além disso, o conceito de “desenvolvimento sustentável” leva em conta não somente os aspectos da natureza, como também os aspectos sociais, conforme apresentado a seguir:

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites – não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico. Para a Comissão, a pobreza generalizada já não é inevitável. A pobreza não é apenas um mal em si mesma, mas para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor. Um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofe, ecológicas ou de outra natureza. (BRUNDTLAND, 1991, p. 9)²⁸

Dentro dessa perspectiva, cabe uma discussão a respeito do Direito Ambiental implícito na legislação. Segundo Reiswitz (2004, p. 11), “para o direito, criação do ser humano para atender seus desígnios, a expressão *meio ambiente* não faz sentido isoladamente. Tal expressão passa a incorporar o mundo jurídico porque os recursos ambientais se tornam objeto de disputa humana”. Ou seja, a preocupação com o Meio Ambiente

²⁸ BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e desenvolvimento: Nosso futuro comum**. 2ª edição. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues#scribd>> Acesso: 6 nov. 2015.

se dá a partir do momento em que a degradação passa a ameaçar, além da qualidade de vida, a própria sobrevivência do ser humano. Dessa forma, “o ordenamento jurídico brasileiro não tutela um direito da natureza ou da cultura, ou seja, nenhum ambiente é protegido pelo simples fato de existir. Sua proteção, a tutela jurídica que hoje recebe, existe em função do que ele representa para o ser humano” (REISWITZ, 2004, p.11).

Para garantir um ambiente ecologicamente equilibrado, direito de todos os cidadãos brasileiros, a CF de 1988, no § 1º incube o poder público de:

I Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa manipulação de material genérico;

III definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (ABREU FILHO, 2007, p. 97)²⁹

Para Silva e Leite, a Constituição Federal de 1988, “em muitos aspectos, procura concretizar os objetivos do Estado de Direito Ambiental, o que em tese deveria aproximar o país de um modelo ambientalmente mais orientado” (SILVA; LEITE, 2012, p. 39). Os objetivos do Estado de Direito Ambiental referidos pelos autores diz respeito a objetivos considerados essenciais para se conseguir um nível adequado de proteção jurídica do meio ambiente. Desse modo, analisam que o primeiro objetivo do Estado do Direito Ambiental seria propiciar uma maior compreensão do meio ambiente. Na CF de 1988, o constituinte faz referência ao Meio Ambiente sem qualquer particularização dos seus elementos constitutivos. Assim, o texto parece considerar o conceito de Meio Ambiente expresso na Lei N. 6.938/1981, como “o conjunto de

²⁹ As citações da Constituição Federal foram retiradas da obra: ABREU FILHO, Nylson Paim de. **Constituição Federal, Código Penal e Código de Processo Penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”³⁰ (BRASIL, 1981). A Constituição adotou um conceito integrado de Meio Ambiente, essencial para que o ser humano se perceba como parte do planeta em que vive e do qual depende sua existência.

O segundo objetivo do Estado do Direito Ambiental diz respeito ao desenvolvimento de um conceito de direito ambiental integrativo, partindo do pressuposto que sua defesa requer abordagens multitemáticas capazes de considerar e incorporar sua amplitude. Por esse motivo, a proteção dada pela Constituição é extensa, abrangendo outros dispositivos que se relacionam com valores ambientais.

O terceiro objetivo apontado pelos autores refere-se ao estímulo e a formação de uma consciência ambiental, indispensável para o exercício da responsabilidade compartilhada preconizada na CF. Para essa tomada de consciência, incumbiu-se o Poder Público de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino. Para isso, foi promulgada a Lei N. 9.795 de 1999, 11 anos depois da CF, instituindo no país a Política Nacional de Educação Ambiental, entendida no seu artigo 1 como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”³¹ (BRASIL, 1999).

Favorecer a institucionalização de mecanismos mais compatíveis com a natureza diferenciada dos problemas ambientais constitui o quarto objetivo do Estado do Direito Ambiental. Sobre esse objetivo, a CF designa ao Poder Público o controle do desenvolvimento de atividades que comportem risco para a qualidade de vida e ao meio ambiente. O intuito é de assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Em sintonia com esse objetivo, apresenta-se o último objetivo do Estado do Direito Ambiental: a juridicização de instrumentos que possam garantir um nível de proteção adequado ao meio ambiente, fortalecendo os enfoques: preventivo e de precaução. Para isso, a CF legou ao Poder Público o dever de exigir a realização do Estudo Prévio de Impacto

³⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso: 30 nov. 2015.

³¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> Acesso: 30 nov. 2015.

Ambiental (EPIA) para todas as atividades capazes de causar significativa degradação ambiental (SILVA; LEITE, 2012).

A Constituição Federal de 1988 aproxima o país de um modelo estatal ambientalmente mais orientado, incumbindo não apenas o Poder Público, mas toda a sociedade no dever de protegê-lo e preservá-lo. Além disso, delega ao Poder Público as responsabilidades expressas nos incisos de I a III do Artigo 225 da CF e ainda os incisos IV, V, VI e VII, que exige o estudo prévio de impacto ambiental; controla a produção e comercialização de substâncias que comportem risco para a qualidade de vida e meio ambiente; garante a promoção da educação ambiental; e protege a fauna e flora de práticas que coloquem em risco sua função ecológica, respectivamente.

A partir da Carta Magna Brasileira, outras legislações correlatas e complementares regulamentaram o artigo 225 da Constituição Federal. A primeira delas é a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei N. 6.938, elaborada e sancionada em 31 de agosto de 1981, ainda durante o período da Ditadura Militar. Sua última alteração se deu em 1990, com a modificação do artigo primeiro, que passou a ter a seguinte redação:

Esta lei, com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. (BRASIL, 1990)³²

A Política Nacional do Meio Ambiente, conforme o texto preconiza, objetiva a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida. Visa assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana no país. Para isso, a Política Nacional do Meio Ambiente procura atender aos seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser

³² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso: 25 abril. 2016.

necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
VIII - recuperação de áreas degradadas;
IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. (BRASIL, 1990)³³

A partir da Política Nacional do Meio Ambiente, promulgou-se a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Esta lei, “que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente” (DEREZEN, 2002, p. 73), detalha os tipos de crimes ambientais. O capítulo V, que trata dos crimes contra meio ambiente, está dividido em cinco seções. Discorre sobre os crimes contra a fauna e flora, sobre poluição, sobre os crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural e crimes contra a administração ambiental. Por sua abrangência, a Lei nº 9.605/1998 é também conhecida como Lei da Natureza.

Para regulamentar a Lei nº 9.605/1998, foi editado o Decreto nº 3.179 de 21 de setembro de 1999, que “dispõe sobre a especificação das sanções aplicadas às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências” (BRASIL, 1999). O decreto fixa as penas (multas) para cada crime ambiental previsto na Lei 9.605/1998.

³³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>
Acesso: 25 abril. 2016.

Dentro da legislação ligada ainda ao Art. 225 da CF, criou-se uma lei especificamente para tratar da Educação Ambiental. A Lei nº 9.975 foi promulgada em 27 de abril de 1999 e “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências” (BRASIL, 1999)³⁴. Com isso regulamentou o inciso VI do Art. 225 da CF que prevê a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Essa lei também regulamentou o inciso X do Artigo 2º da Política Nacional do Meio Ambiente, que tem como princípio a Educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. Os artigos 1º e 2º especificam o termo Educação Ambiental e como a temática deve estar inserida no processo educativo:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999)

Mesmo estabelecendo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) no capítulo II da Lei é garantindo a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino³⁵, a Lei não obriga a se criar disciplinas

³⁴ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm> Acesso: 25 abril. 2016.

³⁵ Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental e
- c) ensino médio;

específicas de Educação Ambiental, conforme a parágrafo 1º do Art. 10: “§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino” (Idem). No que concerne à educação formal, foi instituído em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), conjunto de documentos que norteia a educação no país em termos de conteúdos e que estabeleceu a Educação Ambiental como tema transversal, ou seja, deve ser abordada em todas as disciplinas, mas não como uma disciplina isolada.

A legislação entende educação não formal como “ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (BRASIL, 1999), e estabelece política de atendimento da educação ambiental nessa modalidade de educação.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal (Ibidem).

- V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;
- VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;
- VII - o ecoturismo. (BRASIL, 1999).

É importante destacar aqui os incisos IV, V, VI e VII do parágrafo único do Art. 13 da Lei nº 9.795/1999, pois estão diretamente interligados com a nossa pesquisa. Isso porque a conscientização da população por meio da Educação Ambiental é uma etapa importante no processo, no qual se almeja diminuir os impactos ao meio ambiente causados pelos seres humanos, ou ainda transformar a população que se encontra em unidades de conservação ou entorno em parceiros no combate aos crimes ambientais. Como a educação formal em muitas áreas é ainda bastante precária, a educação informal, por meio de ações previstas na lei, não somente é necessária como primordial para efetiva concretização dessas unidades. Além da questão da educação, tem-se o incentivo ao ecoturismo, modalidade que associa o turismo à natureza.

Para completar a legislação ligada ao artigo 225 da CF, tem-se a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o §1º, incisos I, II, III e VII. Esta lei instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelecendo critérios e normas para a criação, implementação e gestão das unidades de conservação no país.

Não se configura como ineditismo uma legislação voltada para a criação de áreas de conservação, visto a legislação que se deu ao longo do século XX, principalmente a partir da Constituição de 1934, quando

[...] surgem os principais dispositivos legais de proteção da natureza, que levaram à criação e consolidação das primeiras áreas protegidas, são criados contemporaneamente no Brasil: o Código Florestal (Decreto 23793/1934), o Código de Águas (Decreto 24643/1934), o Código de Caça e Pesca (Decreto 23672/1934) e o Decreto de Proteção aos Animais (Decreto 24645/1934). (NODARI, 2011, p. 99)

Porém, o ineditismo está em uma lei específica e que trata exclusivamente o tema, buscando atender aos clamores da comunidade científica. Ao mesmo tempo, ao se criar a Lei nº 9.985/2000, buscou-se garantir o que preconiza o enunciado do Artigo 225 da CF, quando

anuncia que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...], impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (DEREZEN, 2002, p. 31). Além disso, expressa a orientação socioambiental da Constituição Federal, que não se revela pela leitura fragmentada e compartimentalizada dos dispositivos referentes à cultura, ao meio ambiente, aos povos indígenas e quilombolas e a função socioambiental da propriedade, e sim por uma leitura sistêmica e integrada do todo (SANTILLI, 2005, p. 91).

Áreas protegidas foram pensadas, como já mencionado, a partir do século XIX e constituem importante instrumento para a conservação da biodiversidade. “Hoje, considera-se que elas estejam representadas em praticamente todos os diferentes biomas e zonas da biosfera. Segundo a Comissão Mundial para as Áreas Protegidas do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/PNUMA, o número total destas áreas distribuídas no mundo é estimado, na atualidade, em 11.713” (GARAY, 2006, p. 159). No Brasil, os números variam de acordo com as fontes. De acordo com Rocha, Drummond e Ganen (2010), em 2010 existiam 65 Parques Nacionais, sendo que destes, 21 foram criados a partir da lei do SNUC. Em pesquisa no *site* do ICMBio³⁶, são listados apenas 52 Parques Nacionais e 320 Unidades de Conservação ao todo.

Para clarear alguns termos recorrentes na legislação, a Lei nº 9.985 tratou de conceituar alguns que, além de facilitam a compreensão da lei e evita que determinados conceitos entrem no senso comum. São ao todo dezenove termos conceituados, dos quais cabe aqui tratarmos de cinco, já que são os mais recorrentes e que muitas vezes as pessoas os confundem. O primeiro diz respeito ao próprio conceito de unidade de conservação, que é entendida pelo poder público como um

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com o objetivo de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (DEREZEN, 2002, p. 35)

³⁶ Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidades-de-conservacao> >
Acesso: 09 mai. 2016.

Em seguida, define-se conservação da natureza como:

O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral. (DEREZEN, 2002, p. 36)

A noção de conservação da natureza vai ao encontro de uma das percepções norte-americana do século XIX, quando se pensa em fazer uso dessa natureza de maneira sustentável. Uso sustentável é outro conceito expresso na legislação do SNUC. Entendido como a “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (DEREZEN, 2002, p. 37). Percebe-se que o texto está claramente baseado no Relatório Brundtland.

Nem todos os tipos de UC previstas na Lei permitem o uso dos recursos, mesmo de maneira sustentável. Por esse motivo foi definido o termo ‘proteção integral’, como sendo “a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto de seus recursos” (DEREZEN, 2002, p. 37). Neste caso, a presença humana na UC é proibida.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação é constituído pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais e municipais, criadas antes e após a promulgação da lei. Essas unidades de conservação são divididas em duas grandes categorias: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Dentro da categoria de Unidades de Proteção Integral, encontram-se as Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Nacionais e Refúgios da Vida Silvestre. O objetivo básico dessas unidades é integrar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais. Dentro do grupo das Unidades de Uso Sustentável encontram-se as Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares

do Patrimônio Natural. O objetivo dessa categoria é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais (DEREZEN, 2002).

Além das Unidades de Conservação, definidas no SNUC pela Lei nº 9.985/2000, existem no Brasil mais quatro tipologias de áreas protegidas: área de preservação permanente, reserva legal, terra indígena e áreas de reconhecimento internacional (GARAY, 2006, p. 162)

As Áreas de Preservação Permanentes (APPs) e as Reservas Legais (RLs) foram instituídas no Brasil em 1965 pelo Código Florestal. Para Garay (2006), elas representam uma tentativa clara de conter os avanços sobre a floresta, sob a forma de desmatamento e grilagem de terras, em um momento crucial do desenvolvimento do país. As APPs declararam intocáveis todos os espaços nos quais a presença da vegetação garante a sua integridade, sendo que boa parte encontra-se em terras públicas ou devolutas onde não existem condições de o Estado estar presente para garantir a integridade ambiental ou onde a criação de outras tipologias de áreas protegidas é inviável e demorada. As Reservas Legais transferiram para os proprietários rurais a responsabilidade e o ônus da proteção aos proprietários de terras.

Através da criação das APPs e das RLs, grande parte dos remanescentes florestais existentes no país, sobretudo no sudeste onde o desmatamento ocorria de forma expressiva, tornara-se obrigatoriamente protegida pelo Estado, sem a necessidade de criar-se um ato específico para tal, como no caso dos Parques e Florestas Nacionais da época. (GARAY, 2006, p. 166)

As Terras Indígenas constituem um avanço na legislação brasileira no sentido de reconhecer e garantir os direitos dos primeiros povos que habitavam o território antes da chegada dos europeus. Pensada desde 1910 com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a política de demarcação de terras ganhou força com a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1965, e com o Estatuto do Índio, em 1973.

Diferente das outras tipologias, as áreas de reconhecimento internacional (ARIs) não possuem um instrumento único de criação, podendo englobar diversos tipos de áreas protegidas existentes no país. “Trata-se, pelo essencial, de áreas instituídas no nível planetário que tem em comum o fato de possuírem instrumento de reconhecimento

internacional, usualmente ratificado pelos Estados, mas de serem mantidas sob sua gestão soberana” (GARAY, 2006, p. 167).

Percebe-se que a legislação brasileira, principalmente a partir da CF de 1988, registra um avanço no que diz respeito a questão ambiental. Tem-se procurado, a partir dessa legislação, pelo menos em termos legais, equilibrar a natureza com as necessidades humanas e respeitar principalmente as populações tradicionais, por meio do que chamamos de socioambientalismo. No entanto, não podemos pensar nessa questão fazendo apenas uma análise da legislação atual que trata do tema. Existe uma grande lacuna entre as leis e sua aplicabilidade.

O próximo capítulo contextualiza o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. A abordagem se dará em torno dos aspectos naturais do território demarcado como parque, do contexto histórico e dos objetivos para os quais foi criado. A legislação ambiental é ainda revisitada, principalmente a que se refere ao estado de Santa Catarina e aos aspectos legais relativos a essa UC nestes mais de quarenta anos de sua criação.

2 PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO: UM PEDAÇO DE MATA ATLÂNTICA A SER PRESERVADO

A década de 1970 foi um período de extremos no Brasil. Em termos políticos, o país estava exatamente na metade do período político da Ditadura Militar (1964-1985). Viviam-se no período chamado na literatura de “desenvolvimentismo” ou “Milagre Econômico”. Ao mesmo tempo, a década de 1970 no mundo, como registrado no capítulo 1, experimentava um avanço nas discussões de ideias preservacionistas e conservacionistas. Nesse contexto, é criado em 1975 o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST) no Estado de Santa Catarina (SC). Este capítulo tem por objetivo discorrer sobre as questões ambientais no Estado de Santa Catarina e discutir como se deram as pressões, as discussões e o processo de criação do PAEST. Por esse motivo, a legislação ambiental, tanto brasileira quanto catarinense a partir da década de 1970 será revisitada sempre que necessário. Além disso, buscamos aporte na legislação correlata ao PAEST ao mesmo tempo em que apresentamos os aspectos naturais da área demarcada como parque. Nesse contexto, apontamos os principais desafios que essa Unidade de Conservação tem enfrentado durante seus mais de 40 anos de existência e as dificuldades para a sua real efetivação.

2.1 PROTEÇÃO AMBIENTAL EM SANTA CATARINA

A questão ambiental em Santa Catarina seguiu as premissas legais nacionais apresentadas no capítulo 1. Pretendemos apresentar nesta etapa da pesquisa como se deram as relações entre humanos e meio ambiente no estado por meio de legislações estaduais em torno do tema até chegarmos a Constituição do Estado de Santa Catarina, promulgada em 5 de outubro de 1989, 14 anos após a criação do PAEST. Faz-se necessário esta explanação pelo fato de que áreas de preservação ambiental foram criadas no estado com base no Código Florestal de 1934 e no Código Florestal de 1965 como uma resposta às crescentes pressões sobre o Meio Ambiente.

O Estado de Santa Catarina é reconhecido como um dos mais importantes do país na produção de alimentos. Dentre a produção, vale destacar a de cereais, tubérculos, raízes e frutas. O aumento da população do estado, que saltou de 2.901.734 habitantes segundo o censo de 1970 para 4.541.994 habitantes em 1991, fez com que se aumentasse, na

mesma proporção, a pressão sobre a natureza. A produção de alimentos, todos vindos da produção agrícola, principalmente das pequenas propriedades rurais ou de grandes empresas agroindustriais, causou uma expansão de áreas cultiváveis e usadas na produção (LAGO, 2000). As referidas empresas estão ligadas, sobretudo, à produção de carnes e de derivados. Para Paulo Fernando Lago,

A expansão de agrossistemas reduziu consideravelmente a extensão das áreas de florestas naturais ombrófilas, pois eram as mais compatíveis para o êxito do povoamento e colonização. A Mata Atlântica, com sua flora original talvez tenha se reduzido não muito mais do que 6%, [...]. No Planalto, sobretudo, o extrativismo madeireiro suprimiu grande parte riqueza da Mata de Araucária, do pinheiro e de outras espécies de madeiras duras, como as de cedro e canela. Esses espaços vêm sendo objetos de notável esforço de repovoamento arbóreo, mas de características homogêneas, com espécies exóticas, sobretudo de pinheiros e eucaliptos. (LAGO, 2000, p. 103-4)

Essas constatações fizeram surgir uma preocupação com as questões ambientais que se tornaram visíveis devido ao desenvolvimento de atividades de grande impacto ambiental, como o incremento da mineração de carvão, que representava um dos fatores de degradação de muitas bacias hidrográficas da região sudeste do estado; e os impactos causados pelos seus dejetos provenientes da expansão da suinocultura, já acelerada nos anos 60 principalmente no Meio e Extremo-Oeste catarinense. Além disso, tem-se a produção celulósica no Planalto, cujo processo industrial despeja substâncias tóxicas nos afluentes de rios. Do mesmo modo, observa-se também o aumento da produção industrial, têxtil e metal-mecânica. (LAGO, 2000 p.100-1).

Como resposta aos exemplos acima citados, foram criadas legislações específicas para tratar o tema. No âmbito estadual, tem-se a criação da Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (FATMA), criada na década de 1970, e a Polícia Ambiental, criada na década de 1990.

Algumas décadas antes da criação dessas instituições, já se tinha notícias relacionadas a preocupação com o Meio Ambiente. Essas notícias e ações governamentais relacionadas a uma preocupação com o Meio

Ambiente em SC se deram no início da década de 1930. Segundo Nodari (2011), tanto a Constituição Federal de 1934 quanto o Código Florestal, ambos criados no mesmo ano, foram os responsáveis para que fosse promulgado pelo interventor do Estado de Santa Catarina o Decreto-Lei nº 132, de 11 de julho de 1938. Neste decreto, pede-se providências para a defesa do patrimônio florestal de SC. No artigo 2 do referido decreto-lei, explicitava o que eram florestas protetoras:

Art. 2 – São consideradas florestas protetoras aquelas que, pela sua situação, servirem no todo ou em parte, para qualquer dos fins seguintes: 1 - conservar o regime das águas; 2 - evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais; 3 - fixar dunas; 4 - auxiliar os planos estratégicos de defesa da fronteira, julgados necessários pelas autoridades militares; 5 - assegurar condições de salubridade pública; 6 - proteger sítios que por sua beleza mereçam ser conservados; 7 - hospedar espécies raras da flora indígena. (NODARI, 2011, p. 99)

A preocupação com as florestas em Santa Catarina, no entanto, parece remontar ao início do ano de 1910. Em artigo publicado em 1950 nos Anais Botânicos do Herbário “Barbosa Rodrigues”, o engenheiro Carlos de Mattos Horta Barbosa, executor do Acordo Florestal do Estado, descreve sua pesquisa no que diz respeito à legislação florestal até aquela data. Segundo ele, em 6 de outubro de 1914, foi criada a Lei nº 997. Esta Lei “autoriza o Poder Executivo a criar o Serviço Florestal para regularização do corte de lenhas, etc”. Segue ainda informando que foi outorgada em 4 de outubro de 1928 a Lei nº 1629, “autorizando a criar florestas protetoras e reservas florestais do Estado”. Além dessas leis, em 11 de julho de 1938, é emitido o Decreto de Lei nº 132, “determinando providências para a defesa do patrimônio florestal” (BARBOSA, 1950, p. 137). Neste decreto, é atribuída a proteção florestal aos Agentes Florestais. Ainda em seu texto, Barbosa traz uma das atribuições do plano de ação do Governo no plano florestal:

A criação de reservas florestais faz parte do plano de ação do Governo Catarinense no setor florestal. É sem dúvida, a medida protetora mais eficiente. O Governo para não entrar em choque com os interesses da iniciativa particular, em defesa do

bem estar da comunidade e das gerações futuras, tem que delimitar e reservar as áreas que julgar de importância sua conservação. Em Santa Catarina existem diversas áreas indicadas para este fim, porém nenhuma medida ainda oficial. (BARBOSA, 1950, 140)

Sobre áreas protegidas no estado, a primeira a ser criada foi o Parque Nacional dos Aparados da Serra, em 1950. Em seguida, em 1951, o Parque Nacional de São Joaquim foi criado. Em 1965, em decorrência de sua participação no “XVI Congresso Brasileiro da Sociedade Botânica do Brasil”, Pe. Raulino Reitz apresenta as unidades de conservação já existentes no estado e propõe a implantação de outras. No texto “Conservacionismo em Santa Catarina”, originado dessa fala, Reitz explica que os parques citados, apesar de criados, ainda não funcionavam. Sobre o Parque Nacional de São Joaquim, o autor menciona que “dezenas de serrarias estão dilapidando seu patrimônio, porque nenhuma área ainda foi desapropriada” (REITZ, 1965, p. 11). Além desses, entre áreas particulares e públicas, Reitz cita como parques e reservas existentes, a Reserva de Pilões, situada no município de Santo Amaro de Imperatriz e que serve para proteger o manancial de água que abastece Florianópolis (hoje encontra-se dentro dos limites do PAEST); o Parque do Morro do Baú, em Ilhota (propriedade do Herbário Barbosa Rodrigues); Reserva do Morro Spitzkopf, em Blumenau; Reserva da Tupi (área particular da Fundação Tupi), em Joinville; Parque Florestal Hering, também particular em Blumenau; o Horto Florestal do Instituto Nacional do Pinho, em Ibirama; a Estação Florestal de Orleans, no município homônimo; a Reserva Florestal de Araquari, no município de Araquari; o Parque Florestal “Joaquim Fiúza Ramos”, no planalto; o Parque Florestal de Caçador e a Estação Florestal de Laguna (REITZ, 1965).

No mesmo texto, Pe. Raulino Reitz aponta lugares que, a seu ver, deveriam ser transformados em Parques, os quais seriam: Bocaina e Morro da Caveira, ambos em Lages; a Lagoa do Peri, em Florianópolis; o Morro do Funil, em Curitiba; a Serra do Tabuleiro, com abrangência em vários municípios; Maciambú, em Palhoça; em Itajaí no complexo montanhoso entre Itajaí e Praia de Camboriú; Morro do Barão, em Brusque e Nova Trento; Estreito do (rio) Uruguai, entre os municípios de Concórdia (SC) e Marcelino Ramos (RS) e Furnas de Sombrio (REITZ, 1965).

A Reserva de Pilões, citada por Reitz, foi instituída já em 1952, quando o decreto Presidencial nº 30. 444 declarava:

Art. 1º Ficam declaradas protetoras de acôrdo com o artigo 4º, itens "a" e "b", do Decreto 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas e vegetação existentes nas seguintes áreas:

a) Mata dos Pilões de propriedade do Govêrno do Estado de Santa Catarina, localizada no Vale do Rio da Vargem do Braço ou Rio do Pilões, Distrito de Santo Amaro da Imperatriz, município de Palhoça medindo aproximadamente 40.000.000 m². (BRASIL, 1952a)³⁷

O objetivo da criação seria o mesmo idealizado por Reitz, isto é, proteger as águas que abastecem não só a capital Florianópolis, como também regiões vizinhas. De acordo com o primeiro Código Florestal Brasileiro, as florestas protetoras eram as que,

por sua localização, servirem conjuncta ou separadamente para qualquer dos fins seguintes:

- a) conservar o regimen das aguas;
 - b) evitar a erosão das terras pela acção dos agentes naturais;
 - c) fixar dunas;
 - d) auxiliar a defesa das fronteiras, de modo julgado necessario pelas autoridades militares;
 - e) assegurar condições de salubridade publica;
 - f) proteger sitios que por sua belleza mereçam ser conservados;
 - g) asilar especimens raros de fauna indigena.
- (BRASIL, 1934)

Se transpormos para o termo floresta protetora e sua designação para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação atual, essas seriam, no SNUC, as florestas de preservação permanente.

³⁷ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30444-25-janeiro-1952-343990-publicacaooriginal-1-pe.html>>
Acesso: 18. Jul. 2016.

A área em estudo, ou seja, a Baixada do Maciambú no município de Palhoça, também foi contemplada com o Código Florestal de 1934, quando em 1952, na mesma linha do decreto acima apresentado, foi editado o Decreto nº. 30.443. Este documento, entre outras providências, declara

[...] remanescentes de acôrdo com o artigo 5º, itens "a" e "b", do Decreto 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas e vegetação existentes nas seguintes áreas:

[...]

b) Vale do Massiambú, de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina, localizada no Vale dos rios Massiambú Grande e Massiambú pequeno, Distrito de Enseada de Brito, Município de Palhoça. (BRASIL, 1952b)³⁸

Ao considerar as florestas e vegetações da Baixada do Maciambú como Florestas remanescentes, o Governo Federal destacava a importância do local, já que como menciona o Código Florestal de 1934,

Art. 5º. Serão declaradas florestas remanescentes:

- a) as que formarem os parques nacionais, estaduais ou municipais;
- b) as em que abundarem ou se cultivarem espécimens preciosos, cuja conservação se considerar necessária por motivo de interesse biológico ou estético;
- c) as que o poder público reservar para pequenos parques ou bosques, de gozo público. (BRASIL, 1934)

Ressalta-se que, conforme o Código Florestal de 1934, tanto as florestas protetoras como as remanescentes são de conservação perene e são inalienáveis, “salvo se o adquirente se obrigar, por si, seus herdeiros e sucessores, a mantel-as sob o regimen legal respectivo [...]” (BRASIL, 1934).

³⁸ Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30443-25-janeiro-1952-343991-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso: 18 Jul. 2016.

A Legislação Estadual que pode ser entendida como iniciativa para a proteção de ambientes naturais, apresentada até aqui, se deu por que observava-se nos anos de 1950 que

O corte intensivo dos pinhais, os desmatamentos desordenados nas zonas coloniais para as plantações de roça e os promovidos pelo Serviço Nacional da Malária para efeito de saneamento de regiões malarígenas, as dificuldades de abastecimento de lenha das cidades e Cias. de Estradas de Ferro e demais problemas relacionados às atividades florestais aos poucos foram despertando a atenção do governo no reconhecimento da necessidade de ser dispensada uma maior atenção no trato das questões florestais do Estado. (BARBOSA, 1950, p. 137)

Dessa constatação, temos as ações que levaram, dos anos 1950 até 1965, à criação das áreas de preservação apresentadas pelo Pe. Raulino Reitz, conforme anunciado anteriormente. Além disso, na década de 1970, ocorre a criação da FATMA e, posteriormente, da Polícia Militar Ambiental. Após a criação da FATMA e em consonância com a legislação do Código Florestal de 1965 foram criadas no Estado de Santa Catarina, além do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em 1975, a Reserva Biológica Estadual do Sassafrás, pelo Decreto nº 2.221, de 4 de fevereiro de 1977. A área de abrangência da nova reserva se estende pelos municípios de Benedito Novo e Doutor Pedrinho. Em 20 de junho de 1980 foram criadas duas reservas: a Reserva Biológica Estadual da Canela Preta nos municípios de Botuverá e Nova Trento, instituída pelo Decreto nº 11.232; e o Parque Estadual da Serra Furada, criada pelo Decreto nº 11.233, nos municípios de Orleães e Grão Pará. Outra área de proteção estadual é a Reserva Biológica do Aguai. Criada por meio do Decreto N. 19.635, de 1º de julho de 1983, a reserva abrange áreas dos municípios de Morro Grande e Nova Veneza.³⁹

Após a redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal em 1988, os Estados modificaram suas legislações estaduais e incluíram suas responsabilidades quanto ao Meio Ambiente. Desse modo, a Constituição do Estado de Santa Catarina, promulgada em 1989, traz no

³⁹ Disponível em <www.fatma.sc.gov.br> Acesso: 03 out. 2016.

Título IX “Da Ordem Social”, Capítulo VI, “Do Meio Ambiente”, as responsabilidades da esfera estadual quanto à essa matéria. O texto segue o modelo apresentado na Constituição Federal de 1988, com destaque para os incisos III e IV, sobre a incumbência do Estado:

III proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécie ou submetam animais a tratamento cruel;

IV - definir, em todas as regiões do Estado, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção. (SANTA CATARINA, 1989)⁴⁰

Com base nessa legislação nacional e no SNUC, o Estado de Santa Catarina elaborou seu próprio Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), que “estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação no Estado de Santa Catarina e adota outras providências” (SANTA CATARINA, 2001)⁴¹. A Lei nº 11.986, de 12 de novembro de 2001, toma como base o SNUC e estabelece o conceito de parque, sendo entendido como uma unidade de proteção integral e que o objetivo dessa categoria é “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, na recreação em contato com a natureza e ecoturismo” (SANTA CATARINA, 2001).

O texto da referida Lei dispõe que a área de abrangência de um parque é de domínio público, sendo que as terras particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas. Define também que a visitação pública fica sujeita a normas e restrições, que estariam estabelecidas no

⁴⁰ Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/docs/constituicaoEstadual/constituicao.pdf>> Acesso: 03 out. 2016.

⁴¹ Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/L Lei/2001/lei_sc_11986_2001_revvd_sistemaestadualdeucnatureza_sc_revvd_lei_14675_2009.pdf> Acesso: 03 out. 2016.

Plano de Manejo⁴² da Unidade. Outro ponto levantado é em relação à pesquisa científica, que será sujeita à autorização prévia do órgão responsável pela administração da Unidade (SANTA CATARINA, 2001).

Com a legislação atual foram criadas pelo Estado de Santa Catarina o Parque Estadual das Araucárias pelo Decreto nº 293, de 30 de maio de 2003, no município de São Domingos, o Parque Estadual Fritz Plaumann, pelo Decreto nº 797, de 24 de setembro de 2003, no município de Concórdia, o Parque Estadual Rio Canoas, por meio do Decreto nº 1.871, de 27 de maio de 2004, no município de Campos Novos, o Parque Estadual Acaraí, em São Francisco do Sul, criado pelo Decreto nº 3.517, em 23 de setembro de 2005 e o Parque Estadual do Rio Vermelho, em Florianópolis, instituído pelo Decreto nº 308, de 24 de maio de 2007 (FATMA, 2012).⁴³

As unidades de preservação acima citadas são administradas pela FATMA. São sete parques e três reservas. Voltemos agora com mais atenção ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, foco desta tese.

2.2 PARA SE CRIAR UM PARQUE: IDEIAS E AÇÕES PARA A EFETIVAÇÃO DO PAEST

A primeira questão levantada quando se pensa no momento histórico no qual o parque foi criado é pensar a relação entre o desenvolvimentismo e o meio ambiente. Neste cenário, no qual “a ideia de desenvolvimento econômico penetrava a consciência da cidadania, justificando cada ato de governo e até de ditadura, e de extinção da natureza” (DEAN, 1996, p. 281), é difícil imaginar medidas de proteção ao meio ambiente, até mesmo porque, conforme Dean (1996, p. 281), “quase todas as transformações físicas e econômicas dos anos 50 aos anos 70 que poderiam ser chamadas de desenvolvimento estavam confinadas à região da Mata Atlântica”. Ainda se opondo à preocupação com o meio ambiente na época estavam as ideias que os países em desenvolvimento tinham em relação aos países desenvolvidos, bem como a desconfiança a

⁴² Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas fiscais necessárias à gestão da Unidade (SANTA CATARINA, 2001)

⁴³ Disponível em: <fatma.sc.gov.br> Acesso em: 1 set. 2012.

respeito das conferências internacionais sobre o meio ambiente. Mesmo dentro desse contexto, a força do discurso ecológico dos atores que defendiam a natureza e de outros que se somaram conseguiu criar unidades de preservação como referenciado acima. Ademais, as ações conseguiram transformar um por cento do Estado de Santa Catarina em área de preservação ambiental, no caso, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Ocorre que a criação do PAEST, mesmo com estudos que já se tinham, não levou em consideração a necessidade de se fazer um estudo mais aprofundado em relação, principalmente, ao fator humano da região e a questão fundiária conforme atesta Maris de Fátima Gaio,

No transcorrer do ano de 1975, a Coordenadoria de Meio Ambiente da então Secretaria Estadual de Meio Ambiente – Setma fez uma proposta preliminar ao governador, com considerações e justificativas para a escolha de um área na costa catarinense na qual previa a realização de estudos prévios, com duração de aproximadamente dois anos, sobre os recursos naturais, comunidades, madeireiras, mineradoras, dentre outras atividades com ênfase na situação fundiária da área abrangida pelo futuro parque estadual. Ocorre que esta proposta, entretanto, foi superada por contingências político-administrativas e a preparação para a criação do PAEST se realizou com os estudos que já se tinha até então. (2005, p. 45)

Quando se analisa a lei de criação do PAEST, percebe-se que a exposição de motivos que levaram a sua criação foi estabelecida a partir de duas frentes. Em primeiro lugar, tem-se as considerações científicas evidenciadas nos trabalhos do Pe. Raulino Reitz e Roberto Klein. Essas considerações abordam, além da botânica, questões hídricas, o aspecto climático, o monumento geológico, a barreira fitogeográfica, a importância da área para aves migratórias e marinhas. Defendem que o espaço concentra quase todas as espécies de aves e mamíferos do estado, além de fazer considerações a respeito da área como um espaço em potencial para pesquisas e para a educação ambiental. A preocupação nessas considerações é mostrar que a região, por suas características, por si só merecia se tornar uma área protegida. Somando a essa frente científica mais voltada às ciências biológicas, há também a preocupação

com as ciências humanas, que valorizaram a região dentro da perspectiva da antropologia.

A preocupação com a região, que desde o início da década de 1950 configura-se em área protegida, ganhou adeptos de diferentes áreas do conhecimento, o que promoveu debates que resultaram na publicação de alguns trabalhos, a saber:

- “Parque do Massiambu - Exposição de Motivos para sua criação” - de autoria de P. Raulino Reitz, in Anuário brasileiro de Economia Florestal - Ano 12 - Nr. 12 pags. 196-210, Rio de Janeiro, 1960;
- “Características, Importância e Aspectos da Vegetação da Serra do Tabuleiro (SC)” - da autoria de Roberto M. Klein; trabalho apresentado ao XXVII Congresso Nacional de Botânica, em 26.01.1975;
- “Conservacionismo em Santa Catarina” - da autoria do P. Raulino Reitz, in Sellowia nr. 17, Ano XVII, págs. 9-28, Itajaí, 1965; ver páginas 12, 19, 24 e 27;
- No “Ciclo de debates sobre Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição” - promovido pelo IBGE, em 3-4/09/75, foi apresentada uma moção de apoio à criação do Parque da Serra do Tabuleiro pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- No “Simpósio Internacional sobre o Quaternário” realizado em julho do corrente ano, mais de 50 geólogos nacionais e estrangeiros assinaram moções sugerindo ao Governo do Estado de Santa Catarina a criação do Parque da Serra do Tabuleiro integrando a baixada quaternária dos rios Massiambu e da Madre. (SANTA CATARINA, 1975)

A segunda frente expressa a preocupação com a questão econômica. Neste contexto, vislumbra-se a importância da área, ligando-a a atividades agropastoris, indústrias de grande porte e ao turismo. O potencial turístico de Santa Catarina, principalmente a capital Florianópolis, destacava-se já na década de 1970. Pensar o parque como uma região de lazer, podendo ser explorada pelo turismo, fomentou ainda mais os debates, abrindo espaço para uma possibilidade de atividade econômica, principalmente para a população que já vivia na região. Toda

a preocupação com o lado econômico se insere no contexto do desenvolvimentismo, quando coloca a preocupação de alguns aspectos naturais, como a preservação dos mananciais de água por exemplo, para dar conta do abastecimento da região não só da grande Florianópolis, como da região sul, onde já haviam se instalado a Usina Térmica Jorge Lacerda, a Indústria Carbonífera Catarinense e Siderúrgica Catarinense. Além disso, há menção ao potencial econômico florestal de Santa Catarina favorável a formação de florestas homogêneas e heterogêneas. De modo até incoerente em alguns aspectos, essas vertentes formaram a base de considerações que levaram a criação do PAEST.

Sobre as questões científicas, vamos analisá-las por partes. O potencial hídrico é, ao nosso entender, fator primordial que por si só justificaria a criação de uma unidade de proteção. A questão dos recursos hídricos alavancou as discussões para a criação do parque e é abordado em diferentes aspectos. O primeiro leva em conta a água utilizada pelos seres humanos e a urgência de medidas com vistas à proteção dos inúmeros mananciais ainda puros. Mas a preocupação com a água já demonstra uma ligação com o desenvolvimento da região, observado nas considerações iniciais do Decreto nº 1.260, de 1975:

Considerando o contínuo aumento de consumo de água potável na área da Grande Florianópolis fornecida pelos rios ali existentes;

Considerando o total consumo, pela população de Florianópolis, das águas do manancial de Pilões, no Rio Vargem do Braço, quando de longas estiagens, o que leva a CASAN a estudar a captação das águas do Rio Cubatão, parcialmente alimentados pelas vertentes da área;

Considerando que as três primeiras indústrias pesadas no Sul do Estado, já implantadas ou em fase de implantação (Usina Térmica Jorge Lacerda da ELETROSUL, I.C.C. e SIDERÚRGICA CATARINENSE) dependem dos mananciais existentes na área a ser abrangida pelo Parque;

Considerando a gradativa implantação de outros empreendimentos industriais na área da Grande Florianópolis, importando em crescente demanda pelo consumo de água;

Considerando a necessidade de se suprir com águas não poluídas projetos agrícolas de técnicas avançadas;

Considerando que a água razoavelmente pura, livre de contaminantes, pesticidas ou efluentes químicos industriais, será fornecida às granjas e projetos pecuários (gado leiteiro) pelos mananciais da área [...]. (SANTA CATARINA, 1975)

O desenvolvimento pensado e posto em prática a partir da década de 1960 estava intimamente ligado ao uso da natureza, de modo que, prevendo o aumento da população e o aumento de diferentes maneiras de se consumir a água, era urgente a sua preservação. A utilização das águas em projetos agrícolas e agropecuários sugerem uma previsão de desenvolvimento do setor, bem como a criação, expansão e manutenção de empreendimentos de grande porte, como foi o caso da Usina termoeletrica Jorge Lacerda, da Indústria Carbonífera Catarinense e da Siderúrgica Catarinense.

O complexo da Termoeletrica Jorge Lacerda foi fundado em 1957, no governo de Jorge Lacerda (1956-1958), com duas finalidades: aproveitar parte do carvão mineral (o carvão vapor) extraído nas minas da região e gerar energia em tempos de aceleração do desenvolvimento industrial. “A eletricidade era uma das grandes deficiências do Brasil à época, mas desde Getúlio Vargas, quando começou a industrialização nacional, havia o propósito de tirar o país da escuridão e oferecer infraestrutura para o crescimento econômico” (DAMIÃO, 2015).

A Siderúrgica Catarinense foi fundada em 1970 no município de Criciúma, sul do Estado de Santa Catarina, sendo inicialmente uma empresa para reforma de tratores e fundição de alumínio e bronze. Em 1972, começou a fundir ferro e aço com um forno a arco irradiante de 800 kg com o objetivo principal de atender as necessidades de peças fundidas para as minas de carvão da região. (S/A, SICAL, 2016)

A Indústria Carboquímica Catarinense surgiu do problema causado pela extração de carvão em Criciúma, Içara, Siderópolis, Urussanga e Lauro Müller, produto escoado pela estrada de ferro Dona Tereza Cristina e embarcado no Porto de Imbituba. A atividade de extração de carvão fazia a fortuna de empresários e incrementava a economia dos municípios listados acima, no sul do Estado. Causava, no entanto, graves problemas: o rejeito piritoso que, acumulado em depósitos

a céu aberto, tornava a paisagem pouco atraente, além de causar poluição no ambiente. Dado esse problema,

[...] o governo federal resolveu usar o rejeito para transformá-lo em ácidos sulfúrico e fosfórico, matéria-prima para fertilizantes. Para isso, em 1979 abriu uma unidade da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) em Imbituba com a promessa de empregos à população e melhorias na infraestrutura da cidade. Tudo funcionou mais ou menos dentro do planejado até a segunda metade dos anos 1980, quando o setor entrou em declínio, provocando o fechamento da empresa na década seguinte. (GASPERIN, 2016)

Sobre as questões técnicas e científicas para a criação do PAEST, além do potencial hídrico pensado em diferentes dimensões, conforme anunciado anteriormente, há uma preocupação com a preservação de espécies da fauna e flora. Um exemplo é a cavalinha, planta que segundo o decreto, merece ser conservada: “a preciosa presença do *Equisetum giganteum* Linné (rabo-de-cavalo ou cavalinha) um dos últimos representantes de um dos grupos vegetais mais antigos existentes (350 milhões de anos) merece a conservação da área em seu estado natural” (SANTA CATARINA, 1975). Além da *Equisetum giganteum* Linné, a preocupação com a flora local estendia-se a espécies novas que foram encontradas e catalogadas pelo Herbário Barbosa Rodrigues. Há menção ainda a respeito da topografia da área que, por abranger uma vasta planície litorânea (Baixada do Maciambú) e um expressivo conjunto montanhoso de até 1.268 m de altura, conta com a presença de quase todos os tipos de vegetação existentes no Estado de Santa Catarina, a saber: a Restinga Litorânea, a Mata Pluvial Atlântica, a Mata de Araucária, a Vegetação dos Campos e a Matinha Nebular. A presença desses cinco tipos de vegetação na área é característica única desta área, o que não ocorre em nenhum outro parque brasileiro. Essa variedade de formações vegetais ainda contribui para que na área demarcada como parque possam viver todas as espécies de animais do Estado de Santa Catarina. (SANTA CATARINA, 1975)

Garantindo a flora e fauna preservados, o texto da lei ainda inclui como aspectos científicos a serem considerados para criação do PAEST a manutenção da área como fonte de pesquisas perenes em diferentes

áreas e o uso do parque para receber estudantes, principalmente os do antigo “primeiro grau” (ensino fundamental).

No âmbito antropológico, a discussão e considerações para a criação da área como parque partiu dos estudos do Prof. Sílvio Coelho dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina, que no final da década de 1960 e início da de 1970 solicitava aos órgãos competentes a criação de uma reserva na “Serra do Tabuleiro” para que indígenas que ainda não tinham contato com os brancos pudessem manter sua cultura.

Quando ainda pesquisávamos para o mestrado, no ano de 2008, nos deparamos com um exemplar do extinto jornal *O Estado*, de 1975, mesmo ano da lei de criação do Parque. Esse jornal nos chamou a atenção por trazer uma reportagem intitulada “FUNAI tenta aproximação com índios do Tabuleiro”, de autoria do referido professor. A reportagem mencionava a existência que um grupo indígena Xokleng, ainda sem contato com o não índio, e que supostamente vivia na Serra do Tabuleiro. No texto, o antropólogo e historiador Sílvio Coelho dos Santos afirmava que “desde 1969 o museu de Antropologia da UFSC dispõe de informações que garantem a existência de um pequeno grupo indígena sem qualquer contato com a civilização, na região da Serra do Tabuleiro e na encosta da Serra Geral” (O ESTADO, 1975, p. 13).

A fonte nos despertou interesse, pois parecia pouco provável que, na segunda metade do século XX, pudesse ainda existir na região da Grande Florianópolis indígenas isolados. A pesquisa prosseguiu e não encontramos mais menção a esta hipótese. No entanto, no retorno às pesquisas em jornais e procurando informações sobre os temas pertinentes a este trabalho, mais uma vez encontramos uma reportagem sobre o assunto. Nesta, cinco anos anterior à primeira, o professor Sílvio Coelho dos Santos pede a criação de uma área para a preservação dos índios ainda sem contato com o homem branco. O periódico *O Estado*, de 19 de março de 1970, traz uma reportagem sobre os pedidos do antropólogo a diversos órgãos oficiais (Governador do Estado, Delegado Regional da fundação Nacional do Índio, entre outros) solicitando providências para um exame criterioso sobre a política indígena no Estado, principalmente na Serra do Tabuleiro. Segundo a reportagem, o pedido se torna mais contundente com relação à população Xokleng do litoral da Grande Florianópolis, mais especificamente na região do Morro do Cambirela.

Esses índios, por informações que dispomos, devem somar a duas dezenas e sua sobrevivência até aos dias de hoje deve-se principalmente à topografia da região em que estão localizados. Entretanto eles vêm sendo dizimados. A diminuição constante da área de florestas que ocupam, devido a exploração de madeireiros e pequenos agricultores, e as incursões, nas temporadas de caçadores, são os fatores que, a curto prazo, haverão de liquidar esses silvícolas, se as providências cabíveis não forem tomadas. [...] De nossa parte, sugerimos a criação de um Parque Florestal e Faunístico na região. Parque que não só garantiria a sobrevivência dos silvícolas como resguardaria uma reserva importante, sob o ponto de vista ecológico e paisagístico. [...] Sob o ponto de vista etnológico, as atitudes a se tomar em favor desses silvícolas devem ficar limitadas a preservação da área que necessitam para sobreviver, pois os vários exemplos que ocorreram no país, quanto a atração de silvícolas arredios, demonstram que o contato com os civilizados e o consequente confinamento em reservas criam problemas de sobrevivência física pela aquisição de doenças que desconhecem e também pela desorganização sócio-cultural. (SANTOS, 1970, p. 11)

O pesquisador chama a atenção para a necessidade de se manter a floresta para os indígenas (Xokleng) na região da Grande Florianópolis como objetivo principal, mas também acrescenta outras justificativas para a criação do parque, como o ponto de vista ecológico e paisagístico. O antropólogo defende em seu livro *Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*, de 1973, que,

Os indígenas conseguiram sobreviver no sul do Brasil. E alguns grupos por incrível que pareça, lograram se manter arredios ao convívio dos brancos até nossos dias. [...] Em Santa Catarina, nas vizinhanças do litoral próximo a sua capital, nas florestas que cobrem a Serra do Taboleiro existe indícios reveladores da presença de um pequeno grupo Xokleng. (SANTOS, 1973, p. 16)

Mais adiante, ao tratar da questão das terras, Santos defende a ideia de que esse grupo que ainda encontrava-se arredio a presença dos brancos necessitava de terras para continuar a sobreviver. Como viviam ainda da caça e da coleta, precisavam de largas extensões territoriais. Com fortes indícios da presença desse grupo na Serra do Tabuleiro, o professor Santos enviou para o então Governador do Estado, Ivo Silveira, uma carta solicitando a criação da reserva e justificando seu pedido. A carta, enviada em 1968, foi transcrita na íntegra em sua obra supracitada e cabe aqui ressaltar alguns trechos por deixar explícito a ideia de se tomar a região como um parque florestal.

O antropólogo, após se apresentar, solicita a intervenção do senhor governador em favor da criação de um parque florestal na área da serra do Tabuleiro (município de Santo Amaro, São Bonifácio, Imaruí e Paulo Lopes). Como justificativa para o pedido, Santos inclui a questão paisagística, no sentido de que não existe outra área florestal e faunística importante com condições de ser preservada, como a Serra do Tabuleiro. Lembra que a destruição da área até aquele momento (1968) se dava por conta dos caçadores, agricultores e madeireiros, sendo que as atividades madeireiras eram poucas e facilmente indenizáveis e que a caça na região havia sido suspensa por uma portaria do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Sobre os indígenas, Santos argumenta que

3. na área em causa sobrevivem alguns índios Xokleng (Botocudo) arredios, pertencentes a um grupo de desde 1926 vem sendo pouco a pouco dizimado, seja pela escassez de alimentos, seja mesmo pela ação armada de civilizados;
4. a ideia de se atrair esses índios para uma pequena parte da área em questão, deve ser colocada de lado, visto as várias experiências feitas no país terem revelado que os índios aldeados foram contaminados por doenças que desconhecem. (SANTOS, 1973, p. 207)

A carta segue informando ao governador que o Escritório de Planejamento da Grande Florianópolis já havia incluído a região em pauta como reserva florestal e que o IBDF, junto com o Departamento de Caça e Pesca, já havia suspenso as atividades de caça na região. Ressalta que “é necessário contudo, que o Governo de Santa Catarina através de seus órgãos (Departamento de Caça e Pesca e Instituto de Reforma Agrária) e

em associação com o Instituto de Desenvolvimento Florestal, proceda a efetivação do Parque Florestal da Serra do Taboleiro” (SANTOS, 1973, p. 207).

Após transcrever a carta em sua obra em 1973, Santos lamenta que, passados cinco anos da carta enviada, ainda não havia recebido nenhuma resposta oficial sobre o problema. Sem desistir de seu objetivo, o requerente aproveita a entrada do então novo governador do estado, Colombo Machado Salles, e envia toda a documentação relativa ao assunto, inclusive a carta enviada ao governador anterior. Complementa o autor, aguardando uma resposta oficial do novo governo:

Se os indígenas que sobrevivem na área em questão não chegam a comover, é provável que as discussões em torno de ecologia, poluição e turismo venham provocar alguma ação governamental. E se isso ocorrer rapidamente, garantindo o resguardo das florestas que cobrem toda a área do Taboleiro, é possível se prever que os Xokleng ali existentes continuarão sobrevivendo. (SANTOS, 1973, p. 208)

Ainda na quinta edição do livro *Nova História de Santa Catarina*, de sua autoria, Santos, ao referir-se a grupos Xokleng que não foram aldeados em 1914 em Ibirama, comenta que “O grupo que vivia no Sul, refugiado nas encostas da Serra Geral, pouco a pouco foi sendo exterminado. Algumas famílias sobreviveram, provavelmente até meados da década de 1970, na região do atual Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e na encosta da Serra Geral” (SANTOS, 2004, p. 76).

Apesar de não encontrarmos mais nada em relação ao exposto, a proposta do antropólogo também corroborou para a criação do PAEST como outra frente de justificativas, unindo esforços com outros cientistas e pressionando o poder público para a criação da área de preservação aqui estudada. Isso porque, a partir da segunda metade da década de 1960, se tornaram mais fortes os apelos para a criação desta área de proteção. Porém, na legislação de criação e regulamentação do PAEST, não encontramos menção a indígenas na região e também a suposta presença dos Xokleng não configurou como justificativa para a criação do Parque. Mesmo assim, achamos válido para efeito desta pesquisa trazer tais informações, mostrando outras áreas do conhecimento interessadas na preservação da região, discutidas no mesmo período em que o parque foi

concebido. Além disso, outras fontes mostram que o Professor Sílvio Coelho dos Santos acompanhou a criação do parque e foi responsável por pesquisas antropológicas no PAEST já no ano de 1976. Santos mostrava-se zeloso com a região, denunciando em diferentes ocasiões algumas ações de desrespeito ao parque, como veremos mais adiante.

Outro ponto que merece destaque ao se pensar nos indígenas na região do Parque é que foi dada ênfase a presença do Xokleng, que vivia entre o planalto e o litoral. As justificativas de Santos não abriram espaço para tratar dos Guarani, que ocupam hoje a região do Morro dos Cavalos, em Palhoça. Em *Parque Estadual do Tabuleiro: aspectos sociais e culturais* (1976), estudo coordenado pelo professor, a referência dada aos indígenas do litoral é de que

A preação de índios abaixo da Cananéia foi comum durante todo o século XVI. Com a escravidão introduziram-se doenças entre os indígenas. Explica-se assim porque nos meados do século XVII já não havia população indígena na Ilha de Santa Catarina e litoral fronteiro. A dizimação foi rápida e total. (UFSC-FATMA, 1976, p. 46)

Nem em relação aos indígenas do litoral, nem dos indígenas da serra, nem a respeito de pedidos de criação de uma área de preservação em prol deles. Dentre a equipe de cientistas que se dedicou a exigir a criação de uma Unidade de Conservação (UC) em Santa Catarina na região da Serra do Tabuleiro e que foi responsável pela redação do texto da Lei de sua criação, dois cientistas se destacaram: Roberto Klein e Raulino Reitz. O texto da criação do PAEST, em uma de suas considerações, expõe o esforço desses cientistas que desde a década de 1960 realizaram estudos na região, resultando na publicação de artigos e em apresentações em congressos, como já ressaltado.

Observa-se que a preocupação com a região remonta ao início da década de 1960 e foi ganhando fôlego desde então. Por razões já expostas no capítulo 1, a década de 1970 foi um divisor de águas no que concerne às discussões a respeito do Meio Ambiente, no mundo e no Brasil. Em Santa Catarina as pesquisas, principalmente dos botânicos Roberto Miguel Klein e Pe. Raulino Reitz, abriram caminho para uma série de justificativas que visavam a criação de uma área de proteção que englobava não somente a região da Serra do Tabuleiro, como já se pretendia. Esses pesquisadores buscaram também incluir dentro dos

limites do parque a região da Baixada do Maciambú. Aliás, os primeiros estudos e intenções apresentados como justificativa para a criação do Parque são da região da Baixada do Maciambú, o recorte espacial dessa pesquisa. A vida desses dois estudiosos da botânica está diretamente ligada às discussões que levaram a criação do PAEST e seus estudos deram projeção ao Estado de Santa Catarina no que diz respeito às pesquisas na área de Botânica.

Roberto Miguel Klein⁴⁴ nasceu em Montenegro (RS) em 31 de outubro de 1923. Foi casado com Maria Marta Hildebrand Klein, com a qual teve três filhos. Licenciado em Filosofia e em História Natural, doutorou-se em Botânica (subárea de ecologia) na Universidade de São Paulo (USP) em 1979. Suas atividades profissionais sempre estiveram ligadas à formação de recursos humanos na área ambiental ou em estudos científicos, notadamente na área ambiental e em estudos botânicos. Seus serviços prestados à ciência iniciaram em Brusque quando, em 1949, assumiu a chefia de equipe de ecologia na seção do estado de Santa Catarina do Instituto de Malariologia. Nesta atividade, Klein realizou importantes trabalhos de fitossociologia. Estes trabalhos, sob a orientação científica de Henrique Pimenta Velozo e na companhia do religioso Raulino Reitz, contribuíram decisivamente para a erradicação da malária no sul do Brasil e até hoje representam os mais completos estudos fitossociológicos feitos na Floresta Ombrófila Densa no Sul do Brasil.

A partir de 1953, o pesquisador assumiu o cargo de curador do Herbário Barbosa Rodrigues, onde permaneceu até a morte de Raulino Reitz, em 1990. No Herbário, junto a Reitz, Klein idealizou a realização do levantamento das plantas do Estado de Santa Catarina e os resultados do estudo foram publicados na coletânea *Flora Ilustrada Catarinense*. Na botânica, o estudioso dedicou-se a coletar plantas arbóreas e levantar informações sobre dendrologia e ecologia das espécies. Coletou 34.000 exsiccatas (amostra de folha prensada e em seguida seca em uma estufa), coleção esta depositada no Herbário Barbosa Rodrigues (HBR) e no Herbário do Horto Botânico (FLOR) da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴⁴ A biografia de Roberto Miguel Klein foi redigida baseada nas informações obtidas no *site* do Herbário Barbosa Rodrigues e no Editorial da Revista *Insula* (Revista de Botânica), V. 22, p. 208, 1993. Informações do Herbário podem ser conferidas em: <[www. http://hbriai.webnode.com.br/biografias/roberto-klein/](http://hbriai.webnode.com.br/biografias/roberto-klein/)> Acesso: 16 mar. 2016.

Interessado pela fisionomia e pela composição das florestas do Sul do Brasil, Klein elaborou mapas de vegetação, contribuindo decisivamente nos levantamentos e mapeamentos do Projeto RADAM BRASIL,⁴⁵ onde atuava desde 1986. Seus conhecimentos dendrológicos⁴⁶ e autoecológicos das árvores do sul do Brasil levaram a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) a escolhê-lo como consultor. Nesta condição, Klein atuou no Paraguai, fazendo levantamentos e cursos dendrológicos internacionais. Esta experiência culminou com a publicação dos livros *Projeto Madeira de Santa Catarina* e *Projeto Madeira do Rio Grande do Sul*, que atualmente representam base importante para estudos de revegetação e de manejo das florestas nativas.

Os estudos ecológicos de Klein culminaram com a publicação do trabalho *Ecologia da flora e vegetação do Vale do Itajaí* (KLEIN, 1979). Este trabalho envolve a descrição e a estrutura das comunidades vegetais, enfocando também a dinâmica da vegetação desta região e o seu inter-relacionamento com a vegetação do sul do Brasil. Destaca-se, neste contexto, sua visão de sucessão secundária das florestas. Nesta perspectiva, o pesquisador estabeleceu modelos que refletem o padrão de colonização no sul do Brasil e a capacidade de recuperação das florestas nativas.

Roberto Miguel Klein foi professor da FEPEVI (hoje UNIVALI – Itajaí/SC), Universidade da Região de Blumenau (Blumenau/SC),

⁴⁵ Em outubro de 1970 foi criado o Projeto RADAM - Radar na Amazônia - priorizando a coleta de dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia e áreas adjacentes da região Nordeste. Em junho de 1971 iniciou-se o aerolevantamento. Devido aos bons resultados do projeto, em julho de 1975 o levantamento de radar foi expandido para o restante do território nacional, visando o mapeamento integrado dos recursos naturais e passando a ser denominado Projeto RADAMBRASIL. O projeto RADAM recomendou, ao final, a criação 35.200.000 hectares de unidades de conservação de proteção integral e mais 71.500.000 hectares de uso sustentável na Amazônia. Desse esforço foi gerada uma coletânea de mapas temáticos e relatórios, com base em imagens de radar, que conjugada ao documento chamado *Termo de Referência para uma Proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil*, produzido pelo IBGE em 1986, podem ser considerados os primeiros esforços de ZEE mais consistentes no País. Disponível em: <[www.http://uc.socioambiental.org/programas/projeto-radam](http://uc.socioambiental.org/programas/projeto-radam)> Acesso: 16 mar. 2016.

⁴⁶ Parte da Botânica que estuda as árvores. In: <[www.http://www.dicio.com.br/dendrologia/](http://www.dicio.com.br/dendrologia/)> Acesso: 16 mar. 2016.

Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis/SC) e Universidade Federal do Paraná (Curitiba/PR). Depois da morte de Raulino Reitz, Roberto M. Klein adoeceu gravemente e ficou impossibilitado de trabalhar.

Mesmo com toda a importância de Roberto Klein no processo, é ao Padre Raulino Reitz que se atribui de maneira mais enfática a criação do PAEST. Nascido em Antônio Carlos (SC) em 19 de setembro de 1919, Reitz é filho de Nicolau Adão Reitz e de Ana Wilvert Reitz. O apego às questões da natureza podem ter sido por influência de seu pai, um lavrador que já se preocupava com a conservação do solo, fazendo rotação com as plantas anuais e o ingazeiro (*Ingá sessilis*). Talvez Nicolau Reitz tenha influenciado o filho em seu amor pela natureza e em sua luta para conservá-la.⁴⁷

O estímulo inicial para formação do grande botânico parece ser múltiplo. Durante seu curso de Filosofia e Teologia no Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição - São Leopoldo/RS, conviveu com personalidades importantes na ciência. Conheceu PE. João Evangelista Rick, micólogo importante sendo na época uma grande autoridade neste ramo da ciência. Conviveu com PE. Balduino Rambo, grande estudioso da Botânica do Sul do Brasil e PE. Aloysio Sehnem, especialista em Pteridófitas. RUBUSKE (1992) salienta que o grande responsável pelo impulso inicial à carreira de Raulino Reitz foi, no entanto, o PE. Pio Buck, organizador do Museu Anchieta, Porto Alegre. Este padre era coletor de insetos, chegando a somar 150 mil exemplares, com destaque aos coleópteros. (Herbário Barbosa Rodrigues).

O maior idealizador do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA) pelo fato de estar diretamente ligado à ciência e ser um padre, Reitz era um “católico

⁴⁷ A Biografia de Raulino Reitz foi redigida baseada nas informações obtidas no site do Herbário Barbosa Rodrigues. Disponível em: <[www.http://hbriai.webnode.com.br/biografias/raulino-reitz/](http://hbriai.webnode.com.br/biografias/raulino-reitz/)> Acesso: 16 mar. 2016.

darwinista”, segundo sua sobrinha-neta, Beloni Paulo Merterer. De acordo com Merterer, citada por Potter (2015, p. 6), mesmo depois do reconhecimento como expoente de estudos botânicos em Santa Catarina, ele nunca deixou de realizar missas em Antônio Carlos e conviveu entre a religião e a ciência ao longo dos seus 71 anos. Potter (2015) menciona o depoimento de P. Bessen, ex-aluno e amigo de Reitz. De acordo com o amigo pessoal, Reitz, quando estava no segundo ano de Filosofia, começou a coletar plantas que integram o acervo do Herbário Barbosa Rodrigues. Sua grande ambição, no entanto, toma forma a partir de 1951 quando idealiza o levantamento botânico do Estado de Santa Catarina. Traça seu plano de ação e, durante 14 anos, faz coletas de plantas por todo Estado de Santa Catarina juntamente com Roberto Miguel Klein, seu amigo inseparável. Em 1965, lança os primeiros fascículos da *Flora Ilustrada Catarinense* e durante os próximos 25 anos trabalha na publicação de 149 fascículos desta obra.

Atuando em outras atividades, Reitz sempre se dedicou na continuidade de sua obra no Herbário Barbosa Rodrigues. Foi diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro entre os anos de 1971 e 1975. Em 1976, o religioso foi chamado para formar as bases da Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente (FATMA), órgão responsável pelo meio ambiente do Estado de Santa Catarina. Lá ocupou até 1979 o cargo de vice-presidente. Permaneceu ainda como Superintendente-adjunto de Pesquisa Ambiental da Fundação de Amparo a Tecnologia até 1983. Durante esse período de trabalho na FATMA, Reitz elaborou as exposições de motivos e os anteprojetos dos parques, reservas e estações ecológicas de Santa Catarina, a saber: Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – 90.000ha; Parque Estadual da Serra Furada – 1.320ha; Reserva Biológica Estadual do Sassafrás – 5.600ha; Reserva Biológica Estadual do Aguaí – 7.600ha; Reserva Biológica Estadual da Canela Preta – 1.844ha.

Viajou por muitos países, fazendo sempre contatos com botânicos e instituições de pesquisa onde pudesse buscar dados sobre botânica catarinense. Por conta de seu trabalho científico composto por 45 livros e 114 artigos científicos enfocando Botânica, Zoologia e Genealogia, recebeu muitos prêmios. Com seu companheiro Roberto Miguel Klein, Raulino Reitz recebeu o Prêmio Global 500, da Organização das Nações Unidas (ONU), na Cidade do México, em 1990. Esse prêmio é dedicado a pesquisadores que defendem a preservação do meio ambiente no mundo. Raulino Reitz deixou obra importantíssima para a ciência. Sua

morte repentina no dia 20 de novembro de 1990 interrompeu seu sonho de, em mais 10 anos, completar a *Flora Ilustrada Catarinense*.

Todos os estudos desses dois pesquisadores foram primordiais para a criação e efetivação do PAEST. Como anunciado no item 1 deste capítulo, a legislação de Santa Catarina, no que diz respeito ao Meio Ambiente, esteve vinculada diretamente a legislação nacional. Por conta dela, algumas áreas que foram em 1975 transformadas em parque já se encontravam protegidas desde meados dos anos de 1950. De qualquer modo, não se tinha ainda uma unidade, que foi conquistada a partir dos esforços de diferentes atores, como já discutido anteriormente.

Depois de discorrer sobre a primeira frente e considerações que levaram em conta os aspectos científicos para a criação do PAEST, iremos analisar a segunda frente de justificativas para a criação da UC, que é a econômica. Tal vertente inicia, no que concerne à criação do parque, com a preocupação com a água, como já afirmado. O período de instalações de indústrias pesadas na região sul nas décadas de 1950, 1960 e 1970 demandava uma grande reserva de água limpa, que pudesse ser usada tanto nas fábricas, quanto no consumo de água potável por parte da população que crescia vertiginosamente. Esse aspecto, que une as frentes científicas e econômicas em torno dos recursos hídricos, já foi apresentado.

Outra vertente econômica bastante difundida no Decreto N. 1.260 é em relação ao turismo. Estimava-se, à época, que “a área terá múltiplas possibilidades, em relação ao lazer e ao turismo” (SC, 1975), considerando principalmente o apelo paisagístico e as características da região. Segue como a proposta se apresenta no Decreto de criação do PAEST:

Considerando que o complexo de montanhas oferecerá excelentes áreas com diversos climas, desde o frio até o temperado e quente que, se servido por um sistema de estradas e acessos bem conservados, propiciarão todas as opções para um turismo de serra, onde há abundância de água, sob a forma de rios, cascatas e piscinas naturais; e que a construção de Mirantes em locais privilegiados, mostrarão ao turista paisagens belíssimas, sobretudo as da planície do quaternário, da orla marítima e das ilhas oceânicas;

Considerando que em determinados locais há a possibilidade de manterem-se tratadores de animais e aves aquáticas, onde o turista poderá observar "in natura" espécies de animais de pelo, inclusive os de grande porte (antas, cervos-galheiros, veados, pacas, etc.) e aves aquáticas, marinhas ou de água doce;

Considerando que, na área haverá ampla possibilidade de os turistas exercitarem o esporte, entre nós incipiente, de, com seus binóculos, observarem os hábitos dos animais de pelo e das aves;

Considerando que em face da grande atração que as áreas verdes oferecem ao turista, a área será um permanente chamariz para os que queiram conviver com a natureza, especialmente em fins de semana. (SANTA CATARINA, 1975)

Ainda sobre esse setor, o texto remete à observação de baleias, ressaltando que o fenômeno pode ser “largamente explorado” pelo turismo. Remete ainda ao conjunto arquitetônico do Forte de Nossa Senhora da Conceição, localizado na ilha de Araçatuba, ponta sul da Ilha de Santa Catarina, entre as praias do Sonho (Palhoça) e Naufragados (Florianópolis). No documento há a defesa que a restauração do forte

[...] dará ao Parque um local próprio para a instalação de um museu de ordem regional, especialmente voltado para a fauna e a flora locais, e que poderá funcionar como base física para estudos e pesquisas e para a exibição de animais e plantas, tanto terrestres quanto marinhos. (SANTA CATARINA, 1975)

Outro ponto, que é um dos que mais gerou controvérsias e conflitos nestes mais de 40 anos de parque, diz respeito a parte litorânea da região demarcada. Não cabe aqui a discussão sobre como se deu esse processo, mas ressalta-se que em 1975, quando se criou o PAEST, existia a preocupação de que “os conjuntos de loteamentos existentes nas praias oceânicas poderão ser disciplinados e aproveitados como área de lazer (hotelaria, camping) e centro turístico” (SANTA CATARINA, 1975). Sobre loteamentos nas praias, o *Plano Diretor do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*, elaborado a partir de pesquisas de aspectos naturais

e também socioculturais, diz que é “absolutamente inconveniente para os interesses do Parque que no local se estabeleça qualquer atividade de recreação ou mesmo visitação intensa” (MAGNANINI; NEHAB, 1976, p. 118). O texto refere-se a um empreendimento imobiliário na Praia da Pinheira, que à época já estava em construção. Este empreendimento foi, durante as décadas de 1990 e 2000, objeto de conflitos judiciais, mesmo estando em área desanexada do Parque desde 1979 pelo Decreto N. 8.857. Esta área, em especial, foi deixada de fora dos domínios da UC para poder empreender aparelhos turísticos dentro do que previa a lei de criação do parque. A pressão imobiliária e o loteamento que já estava em vias de construção também forçaram a nova demarcação dos limites do parque, assunto este que será abordada de maneira mais sistemática no capítulo 4.

Uma questão em especial chama a atenção no Decreto 1.260/1975. Após discorrer considerações enaltecendo os aspectos naturais e vitais para a região e para a população, procurando proteger espécies de flora e fauna, tem-se a apologia a um outro aspecto de viés econômico, as madeiras. A redação da lei versa o seguinte:

Considerando que é necessário preservar os expressivos maciços florestais nativos em diferentes áreas de Santa Catarina, para manter-se um razoável estoque genético vegetal e garantir-se árvores matrizes de sementes a serem usadas em projetos de reflorestamento;

Considerando que a missão econômica de Santa Catarina é eminentemente florestal, devido as suas condições climáticas e topográficas, muito onduladas e favoráveis à formação de florestas homogêneas e heterogêneas. (SANTA CATARINA, 1975)

Quando se afirma que a missão econômica de Santa Catarina é eminentemente florestal, percebe-se uma brecha para que se pense a região como fornecedora dessa matéria-prima. Não que esteja se pensando em explorar áreas do parque, mas já se deixa claro que essa exploração poderá ocorrer no entorno, que em 1975 já ocorria. O Plano Diretor destaca em 1976, além do empreendimento do loteamento na Baixada do Maciambú, “Outro tipo de empreendimento diz respeito à presença de pinheiros exóticos em virtude de projetos de reflorestamento ainda na área da baixada litorânea nos arredores de Morretes, ocupando

cerca de 400 ha (incluída uma parte externa aos limites do Parque)” (MAGNANINI; NEHAB, 1976, p. 119).

Por último, como justificativa para que os setores que compunham os interesses econômicos do Estado de Santa Catarina não percebessem o Parque como um entrave para o desenvolvimento do Estado, a lei defende

[...] que a implantação do Parque não entrará em choque com as metas de desenvolvimento urbano e industrial do Estado, mas favorecerá a máquina do crescimento, compatibilizando-o com a qualidade de vida da população em sua vizinhança e servirá, ainda, como fator minimizante da poluição em suas áreas de influência, notadamente na área da Grande Florianópolis. (SANTA CATARINA, 1975)

Interessante esse destaque dado ao fato de que a criação desta Unidade de Conservação não implicaria em atraso no processo de crescimento no qual o Estado, como visto anteriormente, vinha passando. De qualquer maneira, passados mais de 40 anos de criação do PAEST, observa-se ainda conflitos de interesses na área, que mobilizam diferentes sujeitos. Uma das resoluções aparentes desse conflito foi “recategorizar” algumas áreas, formando uma espécie de mosaico. As áreas desligadas do parque ganharam diferentes interpretações e categorias de Unidades de Conservação. Uma delas é a planície litorânea. Mesmo com essa questão aparentemente resolvida, os conflitos permanecem e a Lei que autorizou as mudanças ocorridas na legislação do Parque está sendo entendida pela Procuradoria da República como inconstitucional.

Na seção a seguir, abordaremos a natureza desta Unidade de Conservação de maneira geral, ressaltando os aspectos importantes para sua criação. A natureza da região da Baixada do Maciambú será analisada no capítulo 3 da presente tese.

2.3 ASPECTOS NATURAIS DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foi criado pelo Decreto nº 1.260, de 1º de novembro de 1975. Quando de sua criação, teve assim definido seus limites:

Partindo da foz do Rio Massiambu os limites do Parque da Serra do Tabuleiro se estendem pelo leito deste rio até a ponte da BR-101; desta segue pelo leito da BR-101 até o cruzamento da antiga rodovia estadual Palhoça-Paulo Lopes, rumando, desde aí, pelo divisor de águas até a cota altimétrica de 100 m (cem metros) de altitude; sempre pela cota de cem metros segue para o norte contornando os vales do Massiambu Grande e Massiambu Pequeno até encontrar novamente, mais ao norte, a BR-101 que cruza contornando o Morro dos Cavalos a leste; na mesma cota, ainda mais ao norte, cruza a BR-101 e contorna, em idêntica cota altimétrica, todo o Morro do Cambirela, atravessa o Rio Cachoeira do Braço e o Rio Vargem do Braço, sobe para a cota de 300 metros no lado oeste do Morro Queimado a leste da Gruta de Nossa Senhora de Lourdes; prosseguindo com a cota de 300 metros atravessa a estrada de Vargem do Braço, o Rio Águas Claras, o Ribeirão Vermelho, o Rio das Antas até a Vila de Queçaba; junto desta Vila, no lado oeste, o limite corre pela rodovia estadual Queçaba-São Bonifácio até o norte da Escola do Alto Capivari onde sobe para a cota de 600 metros pelo Vale do Córrego, à margem direita do Rio Capivari, atravessa na mesma cota o Rio Capivari, o Córrego Roesner, o Córrego Avelino, o Rio Moller, o Córrego Estreito, o Córrego Neve, o Rio Serraria até o Rio Atafona; pelo Rio Atafona a divisa sobe até a sua cabeceira e segue rumo sul pelo divisor de águas do Rio do Ponche e Rio Capivari até a cabeceira do Córrego Rincão e prossegue em direção sueste (SE) pelo divisor dos afluentes do Rio do Ponche até o ponto em que o Rio do Ponche faz um cotovelo e muda seu curso norte-sul para a direção este-oeste (este cotovelo tem aproximadamente as seguintes coordenadas UTM na folha do IBGE, escala 1/50.000: 710,6 km 6900,9 km; a região ao sul da linha cotovelo do Rio do Ponche, na localidade de Espraiado, tem formato quase triangular e se estende para o sul aproximadamente 15 km; a delimitação definitiva desta área será feita quando a folha de cartografia

SH-22 - B - II - 1, em execução, estiver publicado pelo IBGE); do Espraiado segue rumo norte pela cota altimétrica de 100 m (cem metros); passa pelo Rio das Cachoeiras, mais ao norte pelo Rio João de Barbosa até atingir a estrada do Albardão seguindo por esta até a BR-101; prosseguindo, a linha divisória corre pelo lado leste da BR-101 rumo sul até o Rio Paulo Lopes, desce por este até o primeiro riacho pelo qual sobe até a estrada Paulo Lopes - Gamboa e continua pelo pé do morro até o Oceano Atlântico como representado no mapa que é parte integrante deste Decreto. (SANTA CATARINA, 1975)

O texto inclui ainda que farão parte do Parque as terras de marinha que estão entre a foz do Rio Embaú e a foz do Rio Maciambú (Baixada) e também as ilhas oceânicas⁴⁸ do Siriú, dos Corais, Moleques do Sul, Três Irmãs, Fortaleza e dos Cardos. Como são áreas da União, a legislação prevê que o Governo do Estado promoverá as medidas indispensáveis junto ao Ministério da Marinha e o Serviço do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda no sentido de ser autorizada a inclusão desses bens pertencentes à União ao patrimônio do Parque.

Geograficamente, o Parque ficou situado “entre os paralelos de 27°41’37’’ X 28°04’04’’ S e os meridianos de 48°34’00’’ X 48°55’27’’ W Gr. e sua área territorial, se localiza nos Municípios de Paulo Lopes, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio e São Martinho” (SANTA CATARINA, 1975), isso à época de implantação. O decreto ainda determinava que a Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente (SETMA), já extinta, ficaria com o encargo de administrar o Parque.

⁴⁸ O conceito geográfico de ilhas oceânicas designa aquelas que não existe qualquer ligação com o continente, quando a ilha tem uma base distinta, podendo inclusive ser a ponta de uma montanha submarina. Desse modo, o conceito correto para as ilhas do decreto é ilhas continentais. Optamos por manter a nomenclatura usada na lei. Ver: JESUS, Fernando Soares de. **Os tipos de ilhas:** continental e oceânica. Disponível em: <<http://www.geografiaopinativa.com.br/2013/07/os-tipos-de-ilhas-continental-e-oceanica.html>> Acesso: 15 set. 2017.

Sem ter levado em consideração os aspectos humanos e fundiários, ainda na década de 1970, os limites do Parque foram alterados. Assim, se faz necessário o uso de mapas que auxiliarão na análise espacial da UC. Cabe lembrar que a legislação que serviu de base para a criação dessa unidade, fora a Constituição Federal de 1967 e o Código Florestal de 1965.

Além de criar o PAEST, o então governador do Estado editou o Decreto nº 1.261, seguido do Decreto de Criação do Parque, que declarava como sendo “de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, área de terra destinada ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro”. (SC, 1975b). Autorizava também a SETMA a promover, com recursos próprios, a desapropriação da área de terras referida no artigo anterior na forma de legislação vigente.

As informações que se tinham a respeito da região eram fragmentadas. Para que se pudesse organizar a então criada unidade de conservação era necessário realizar alguns estudos socioambientais que servissem de base para a gestão da unidade. Em 1976, técnicos da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (FEEMA), em cooperação com os técnicos da FATMA, elaboraram o Plano Diretor do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Trata-se de um documento, segundo os seus organizadores, “no qual são indicadas as medidas necessárias para a melhor gestão, aproveitamento e desenvolvimento da área que se quer preservar como Parque Estadual, e suas características primitivas, para usufruto desta e das gerações futuras” (FEEMA, 1976, p. 01).

Para a elaboração desse Plano Diretor, foi firmada uma parceria entre a FATMA e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para que se fizesse o estudo socioeconômico da região. O resultado dessa parceria resultou em um documento intitulado *Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Aspectos culturais e sociais*. O documento está dividido em dois volumes. A coordenação desse trabalho ficou à cargo do Antropólogo Silvio Coelho dos Santos. Faziam parte da equipe ainda dois arqueólogos, três sociólogos e o projeto contava com a consultoria do Historiador Oswaldo Rodrigues Cabral.

Os documentos, Aspectos Sociais e o Plano Diretor, apontam todas as características naturais e sociais da região dos seis municípios que abrangiam o parque quando de sua criação. Cabe elencar alguns aspectos da natureza do PAEST que não foram citadas na seção anterior e que foram a base das considerações para a criação da UC. O estudo e

entendimento dos aspectos naturais da região se faz necessário não somente por ser uma etapa da abordagem da História Ambiental, mas também por fornecer subsídios para compreender a relação entre humanos e meio ambiente na região da Baixada do Maciambú. Como a natureza da Baixada do Maciambú será detalhada no próximo capítulo, buscamos nos ater aos aspectos das outras áreas do Parque.

Iniciamos os aspectos físicos do Parque pelo clima. Fatores como a altitude, latitude, maritimidade, relevo e as massas de ar servem para facilitar a compreensão dos inúmeros elementos que caracterizam o clima do PAEST. Segundo Fidélis Filho, os ventos, a temperatura, a pressão, a umidade do ar, as nuvens e a precipitação formam o clima desta UC. A umidade atmosférica encontra-se ligada diretamente ao processo de evaporação, principalmente sobre o oceano, rios e lagos, e em pequena escala, a evaporação da água do solo e da cobertura vegetal, que é bastante expressiva no parque. Ainda segundo o autor, amparado no sistema de classificação climática de Köeppen,

[...] o clima predominante para o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro é o Mesotérmico Úmido com verão quente (Cfa), caracterizado pela temperatura do mês mais quente acima de 22°C (Clima Subtropical Úmido). Nas altitudes acima de 800 metros, constituídas pelas cristas das principais serras, tem-se o registro do clima Mesotérmico Úmido com verão fresco (Cfb), caracterizado pela temperatura do mês mais quente abaixo dos 22°C (Clima Temperado Úmido). Nos meses de inverno, é frequente a baixa temperatura, porém nunca chega a atingir os 5°C negativos. (FATMA, 2003, p. 34)

A diversidade climática e de relevo características da região do parque ocasionou, em julho de 2013, um espetáculo natural que não era visto desde 1984: neve na região do Morro do Cambirela, em Palhoça. O fenômeno ocorreu na noite do dia 22 e madrugada do dia 23 de julho. O frio intenso provocou a neve que ocorreu nos pontos mais altos da Serra do Tabuleiro, nos municípios de Palhoça, Rancho Queimado e Alfredo

Wagner. Neste dia, a ocorrência do fenômeno foi registrada em 107 cidades de Santa Catarina (PAULOS, 2013).⁵⁰

A ocorrência de neve na região está diretamente relacionada com as características do relevo, que é constituído por duas unidades: áreas montanhosas, composta pelo conjunto de serras cristalinas do maciço granítico e pelas ilhas e tômbolos que somam a área do Parque; e pela planície costeira, que ocupa apenas 12% da área global do parque. A área montanhosa é formada por serras cristalinas de maciço granítico, cuja superfície regula entre 800 e 1000 metros. Esse maciço é composto por quatro serras.

A Serra do Tabuleiro, que dá nome ao Parque, situa-se na porção sudoeste. Forma a calha da bacia do rio Vargem do Braço. Sua altitude varia de 1000 a 1250 metros. A Serra do Cambirela é formada pelo avanço da Serra do Tabuleiro em direção ao Oceano Atlântico. Ao sul tem-se a Serra do Capivari, que forma o divisor de águas entre as bacias do Capivari, a oeste, e as do Rio da Madre e Rio D'una, a leste. A Serra dos Morretes começa no sopé da grande escarpa ao sul da Serra do Cambirela e termina nas proximidades da localidade de Morretes, na planície do Rio da Madre (FEEMA/FATMA, 1976, p.83-4).

As ilhas, tômbolos e promontórios são acidentes geográficos que se enquadram na mesma unidade de superfícies montanhosas. São superfícies elevadas que fazem parte da mesma formação geológica do conjunto de serras que constituem o Parque. Oito eram as ilhas Oceânicas que estavam dentro dos limites do Parque no período de sua criação. Os tômbolos são derivados de antigas ilhas, ligadas ao continente ou a ilhas maiores por meio de deposição marinha. No Parque são observados dois tômbolos. Um deles, bem definido, se formou entre a Ilha do Papagaio Grande e o continente, e localiza-se entre as praias do Sonho e da Pinheira. O segundo, mais ao sul, é formado por uma antiga ilha, onde situa-se o morro da Guarda do Embaú.

A tabela 1, abaixo, lista as ilhas, sua área e sua altitude máxima.

⁵⁰ Disponível em: <[www. http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/neve-atinge-o-morro-do-cambirela-em-palhoca-na-grande-florianopolis](http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/neve-atinge-o-morro-do-cambirela-em-palhoca-na-grande-florianopolis)> Acesso: 16 nov. 2016.

Tabela 1: Ilhas Oceânicas⁵¹ do Parque (1975)

Altitude em metros	Superfície M ²	Ilha
53	100.000	Irmã Pequena
103	650.000	Irmã do Meio
110	500.000	Irmã de Fora
?	150.000	Moleques do Sul
70	125.000	Papagaios Pequena
10	25.000	Fortaleza ou Araçatuba
65	325.000	Coral
19	20.000	Siriú

Fonte: FEEMA/FATMA (1976, p. 85).

Nota-se que já há uma divergência entre as informações retiradas do decreto de criação do Parque e do Plano Diretor. Conforme o Plano Diretor, são oito ilhas, incluindo a Ilha Papagaios Pequena. No Decreto nº 1.260/1975, a Ilha Papagaio Pequena não encontra-se incluída no Parque e sim a Ilha dos Cardos, que encontra-se entre o Pontal de Maciambú e o Saco da Caieira.

III - Serão parte do Parque as terras de Marinha compreendidas entre a foz do Rio Embaú à foz do Rio Massiambu e as ilhas oceânicas: Siriú, Coral, Moleques do Sul, Três Irmãs, Fortaleza e dos Cardos, para o que o Governo do Estado promoverá as medidas indispensáveis junto ao Ministério da Marinha e o Serviço do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda, no sentido de ser autorizada a inclusão dos mencionados bens pertencentes à União (item II do artigo 4º da Constituição da República Federativa do Brasil) ao patrimônio do Parque. (SANTA CATARINA, 1975)

Devido a essas condições de relevo e clima, a região abrangida pelo Parque Estadual da Serra do Tabuleiro apresenta uma rede hidrográfica bastante intensa, “com orientação em todas as direções,

⁵¹ Ver nota 47.

caracterizada por vales estreitos e profundos sendo entretanto muito comum a presença de 'fundos de vales dilatados' devido à diferenciação litológica" (FEEMA/FATMA, 1976, p. 76). Tem como principais rios o Cubatão e o Capivari, e seus respectivos afluentes, , o rio Mata-fome, o rio do Veríssimo, o rio Maciambú, da Madre , o rio Paulo Lopes e o Rio D'una e seus afluentes. Os rios Maciambú e Madre serão detalhados no próximo capítulo.

O rio Cubatão situa-se na parte setentrional do Parque, com afluentes nas margens esquerda e direita. Banha as localidades de Barra dos Rios dos Bugres e Queçaba, e as cidades de Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz. Desemboca na Baía Sul, no bairro chamado de Barra do Aririú, em Palhoça. O Rio Vargem do Braço, um de seus afluentes, abastece as cidades de Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, São José e Florianópolis desde 1950. Além deste, são afluentes do Cubatão o rio das Águas Claras, rio Vermelho, rio das Antas e rio dos Porcos (FEEMA/FATMA, p. 77).

Situado na parte leste do Parque está o rio Capivari, que corre na direção N-S, acompanhando a linha de uma grande falha. O Capivari desemboca no rio Tubarão após percorrer um percurso de aproximadamente 120 km. Os principais afluentes desse rio são: rio Moller, rio Blema, rio Serraria, rio Rincão, rio do Ponche.

Os rios Mata-Fome e Veríssimo nascem na vertente oriental da Serra do Cambirela. O primeiro deságua no mar, na localidade de Pontal, em Palhoça. Já o segundo desemboca na Enseada do Brito. O rio Paulo Lopes, deságua na única lagoa pertencente ao Parque quando criado, a Lagoa do Ribeirão, em Paulo Lopes. Já o rio D'Una, que nasce na Serra do Capivari, desemboca na Lagoa do Imaruí.

Relevo, clima e hidrografia fazem com que o Estado de Santa Catarina possua seis regiões fitogeográficas. Em 1976, eram chamadas de Vegetação da Restinga ou litorânea, Vegetação da Mata Fluvial de encosta Atlântica, Vegetação da Matinha Nebular, Vegetação dos Pinhais, Vegetação dos Campos do Planalto e Vegetação da Mata Latifoliada da Bacia do Rio Uruguai. De acordo com o Plano Diretor, com exceção da Mata Latifoliada da Bacia do Rio Uruguai, as demais formações encontram-se na área de abrangência do PAEST. Esse fator foi de suma relevância para a criação da UC:

Considerando que em consequência da topografia da área que abrange uma vasta planície litorânea do

quaternário recente e um expressivo conjunto montanhoso de até 1.268 m de altura, contamos com a presença de todos os tipos de vegetação existentes no Estado de Santa Catarina, a saber: a Restinga Litorânea, a Mata Pluvial Atlântica, a Mata de Araucária, a Vegetação dos Campos e a Matinha Nebular;

Considerando que a presença desses cinco tipos de vegetação na área é característica única deste entre todos os parques brasileiros. (SANTA CATARINA, 1975)

A Vegetação da Restinga Litorânea é uma faixa do litoral representada pelos diferentes tipos de flora herbácea, arbustiva e lacustre. Esse tipo de formação ocorre desde o norte do Brasil até o Chuí, ao sul. Considerável parte do PAEST está ocupado por pela Restinga, que se estende pelo lado leste da área.

A vegetação primária que ocupa a maior parte das encostas da Serra do Tabuleiro faz parte da vegetação que cobre principalmente todo o lado leste da Serra do Mar. É chamada de Vegetação da Mata Pluvial da Encosta Atlântica e se caracteriza pela extraordinária heterogeneidade em espécies.

No sul do Brasil, na Serra Geral e ao longo dos picos da Serra do Mar, encontramos um tipo de vegetação “andina” bastante característica que foi denominada de “matinha nebulosa” por Balduino Ramos. Essa formação é geralmente baixa, formada de troncos e ramos tortuosos repletos de musgos e hepáticas. Seu nome se dá devido a esta formação estar em boa parte do ano envolta em neblina.

A vegetação de Pinhais se estende principalmente pelo planalto meridional e apresenta densos agrupamentos de Araucária *angustifolia*. Por vezes, este tipo de vegetação apresenta expansões isoladas em forma de ilhas ou manchas. Acompanha uma densa submata com espécies de imbuia, canelões e outras.

A quinta formação fitogeográfica presente no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro é a Vegetação dos Campos do Planalto que, além da formação dos pinhais com a presença da araucária, é ocupado por uma vegetação herbácea, que constitui os campos. A vegetação predominante dos campos é formada por gramíneas, ciperáceas, leguminosas e verbenáceas. Podem ainda ser divididos de maneira simples entre campos

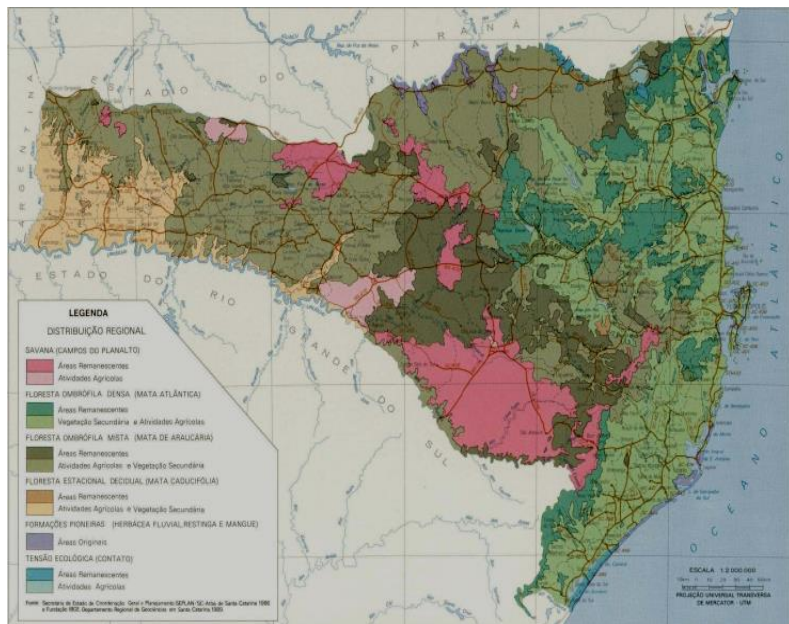
limpos ou sujos, que levam em conta a ausência ou presença de plantas arbustivas (FATMA, 2003, p. 83-126).

A nomenclatura fitogeográfica usada na década de 1970 se difere da usada atualmente. Para efeito de comparação, são consideradas hoje no Estado de Santa Catarina, conforme o mapa a seguir, as Savanas, Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Decidual, Formações Pioneiras (Herbácia Fluvial, Restinga e Mangues) e Tensão Ecológica de Contato.

Como observado pelos cientistas e citado nas considerações para a criação do PAEST, as condições de relevo, vegetação e clima fazem com que a área de abrangência da UC tenha condições de

viver todos os animais e aves existentes em Santa Catarina nas montanhas, os animais maiores, como antas, bugios, mão-peladas; na baixada litorânea, cervos-galheiros, já exterminados, poderão ser repostos com facilidade; na planície litorânea, inúmeras aves aquáticas têm o seu habitat ideal, como maçaricos, frangos d'água, garças, colhereiros, biguás, patos-arminho, cunhundos, etc. e mesmo a ema, ou nhandu (*Rhea americana*) poderá ser reintroduzida. (SANTA CATARINA, 1975)

Figura 5: Mata fitogeográfica de Santa Catarina



Fonte: SC (1991, p. 27)

As ilhas costeiras possuem como fauna predominante as aves marinhas, como atobá-marrom, tesourão e gaivotas. Há também aves continentais, como urubus e tico-ticos. Nas Ilhas Moleques do Sul, encontra-se como único mamífero o Preá (*Cavia intermedia*). Segundo Fatma (2003, p. 57), esta espécie, descrita recentemente, "tem como distribuição geográfica conhecida apenas a maior das ilhas Moleques do Sul. A presença deste pequeno roedor torna ainda mais fundamental a preservação deste arquipélago marinho."

Nas águas costeiras que compõem a área de marinha de entorno do Parque, a baleia-franca (*Eubalaena australis*) tem sido observada com frequência nos invernos e primaveras das últimas décadas. Esta espécie procura enseadas tranquilas para ter seus filhotes e amamentá-los para depois retornar à Patagônia. A facilidade de se aproximar desse mamífero fez com que a espécie quase fosse extinta. Durante os séculos XVIII, XIX

e boa parte do século XX as baleias francas foram caçadas no litoral de Santa Catarina. (FATMA, 2003, p. 58).

No século XVIII, entre 1740 e 1742, estabeleceu-se na proximidades da Ilha de Santa Catarina a primeira Armação baleeira, denominada Nossa Senhora da Piedade (hoje no município de Governador Celso Ramos). Seguiu-se a armação da Lagoinha em 1772, hoje praia da Armação, em Florianópolis. Ao norte do Estado, a Armação de Itapocorói, na região de Piçarras, em 1778; a da Ilha da Graça, em 1807, próxima a São Francisco do Sul. Ao sul, tem-se a instalação da armação de Garopaba, em 1793; e a estação baleeira mais austral do Brasil, que foi a de Imbituba, em 1796⁵². Segundo o projeto “Baleia Franca”, a carne nunca fora o objetivo da caça às baleias:

Aproveitava-se a gordura, que nas baleias francas era particularmente espessa, para a produção de óleo destinado à iluminação (principal uso até a primeira metade do século XIX), lubrificação e fabricação de argamassa utilizada em igrejas e fortaleza como as que até hoje resistem ao tempo no litoral catarinense. Secundariamente, as “barbatanas” – o aparelho de cerdas filtradoras de alimento existente na boca das baleias francas – era vendido para a fabricação de espartilhos. (PROJETO BALEIA FRANCA, 2016).

Quando o Parque foi criado, houve uma preocupação com relação às baleias:

considerando que a costa catarinense, na região, é importante criadouro de baleias, fora da Antártida, fato que, por si só, faz pesar sobre o Governo Catarinense o compromisso internacional de proteção da área, especialmente contra a poluição das águas, podendo, de outro lado, ser um criadouro de baleias explorado como atração turística. (SANTA CATARINA, 1975)

No ano 2000, mesmo tendo a região protegida pelo PAEST, foi criada a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca por meio do

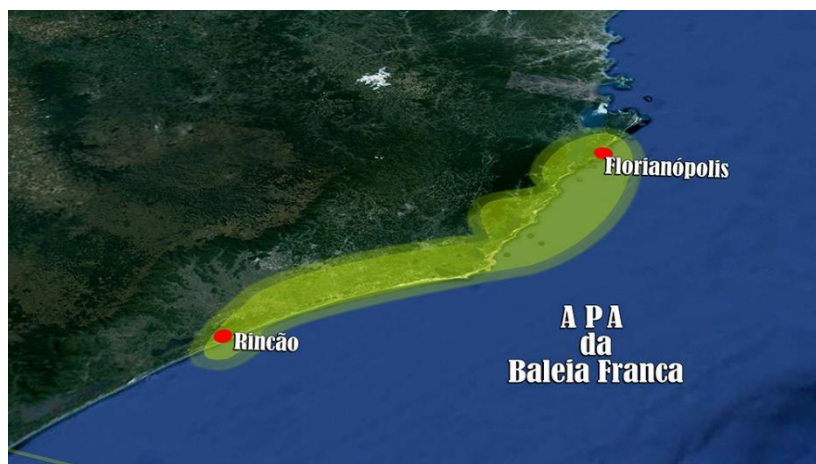
⁵² Disponível em: <www.baleiafranca.org.br> Acesso: 21 nov. 2016.

Decreto S/N de 14 de setembro daquele ano e representada na figura 6. De acordo com o Decreto, em seu artigo primeiro,

Fica criada, na região costeira do Estado de Santa Catarina, a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, com a finalidade de proteger, em águas brasileiras, a baleia franca austral *Eubalaena australis*, ordenar e garantir o uso racional dos recursos naturais da região, ordenar a ocupação e utilização do solo e das águas, ordenar o uso turístico e recreativo, as atividades de pesquisa e o tráfego local de embarcações e aeronaves. (BRASIL, 2000)

Ainda sobre a fauna da região costeira do Parque e nos costões rochosos, observa-se a presença de rica diversidade de invertebrados (moluscos e crustáceos), como camarões, ostras e mariscos, além de diferentes espécies de peixes, como parati, linguado, robalos e tainhas.

Figura 6: APA da Baleia Franca



Fonte: Mesquita (2012) ⁵³

⁵³ Disponível em: < <https://marsemfim.com.br/apa-da-baleia-franca/> > Acesso: 15 set. 2017

Nas floresta que são dominantes no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, entendidas aqui como Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Mista, tem-se uma imensa variedade de fauna. Aves, répteis, anfíbios e mamíferos, além de insetos. Dentre os destaques da fauna nessas florestas, temos as grandes aves: jacutinga (*Pipile jacutinga*), jacuaçu (*Penelope obscura*) e o macuco (*Tinamus solitarius*). Dos mamíferos, destaca-se o bicho-preguiça (*Bradypus variegatus*), que sobrevive apenas em florestas bastante íntegras. Este mamífero alimenta-se quase exclusivamente dos brotos e frutos da embaúba (*Cecropia spp*). Além do bicho-preguiça, quati (*Nasua nasua*), bugio (*Alouatta caraya*), macaco-prego (*Cebus apela*), caxinguelê (*Sciurus aestuans*), cutia (*Dasyprocta azarae*), entre outros, são encontrados na região. Há também a ocorrência de anta (*Tapirus terrestris*), um dos maiores mamíferos brasileiros e que vive quase sempre próxima a cursos d'água, junto a porcos-do-mato (*Tayassu albirostris*) e veados (*Mozama spp*), também encontrados nesse ecossistema. (FATMA, 2003, p. 63-6).

Nos campos de altitude a fauna se caracteriza pela presença da curicaca (*Theristicus caudatus*), gavião-caboclo (*Buteogalus meridionalis*), perdigão (*Rhynchotus rufescens*), cachorro-do-mato (*Dusicyon gymnocercus*) e veado-do-campo (*Ozotocerus bezoarticus*), sendo que este último está ameaçado de extinção. (Ibidem, p. 67).

Diante desse quadro, observa-se que a região, protegida pela UC, se mostra eficiente em dois grandes papéis. O primeiro está ligado ao grande número de endemismos de flora e fauna ligados à Mata Atlântica. Embora continue acelerado o ritmo de destruição desse ecossistema, o PAEST ainda figura como um refúgio dessa formação. Para se ter uma ideia, no grupo de aves tem-se 139 espécies endêmicas da Mata Atlântica. Destas, mais de 50 ocorrem no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. (Ibidem, p. 66). O segundo papel seria de proteger espécies que estão ameaçadas de extinção. Figuram nessa lista:

O macuco (*Tinamus solitarius*), gavião-real (*Harpia harpyja*), gaviões-pombo (*Leucopternis lacernulata* e *L. polionota*), papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*), sabiá-cica (*Trichloria malachitacea*), tucano-de-bico-verde (*Ramphastus dicolorus*), patinho-grande (*Platyrinchus leucorhynchus*), pavó (*Pyroderus scutatus*), lontra (*Lutra longicaudis*) gatos-do-mato (*Felis geoffroyi*, *F. tigrina*, *F. wiedii*), jaguatirica (*Felis pardalis*) e

o puma (*Felis concolor*), um dos maiores felinos da Américas, que necessita de áreas extensas e com grande disponibilidade de alimento para sua sobrevivência [...] . (FATMA, 2003, p. 68)

Dada a complexidade natural da região demarcada como parque e suas características tão singulares, os limites da unidade de conservação foram repensados. A partir dos estudos que resultaram nos documentos “Aspectos Culturais e Sociais”, material este que serviu de base para a elaboração do Plano Diretor, algumas considerações foram feitas. Desse modo, a seção subsequente abordará como foram os primeiros anos da criação do Parque e como as questões de limites do PAEST foram alteradas nesses 40 anos. Busca-se, portanto, apresentar a análise da legislação e as justificativas que culminaram nas alterações territoriais da unidade de conservação.

2.4 ANEXA, DESANEXA: UMA QUESTÃO DE LIMITES

“CRIADO O PARQUE DA SERRA DO TABULEIRO”. Assim, em letras garrafais, era apresentado para a população do Estado de Santa Catarina a recém criada Unidade de Conservação. O Jornal *O Estado*, do dia quatro de novembro, trazia todas as informações possíveis até o momento em relação ao PAEST. O então responsável pela Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente, Batista Pereira, anunciava que “o parque estadual da Serra do Tabuleiro representa um passo de civilização”. Já para o Raulino Reitz, “o parque é o primogênito de uma série que há de vir. E não foi criado para trazer conflitos, e sim para melhorar a qualidade de vida” (O ESTADO, 1975, p.3).

Ao todo, foram 71 considerações que o governador aprovou no Decreto. Estiveram envolvidos nos estudos preliminares da região Afonso Veiga Filho, representante da área de recursos hídricos, Luís Fernando Scheibe, geólogo, o químico Nilton Rodrigues e Alceu Natal Longo, botânico e ecólogo. Além disso, o projeto contou com a participação do Coordenador de Meio Ambiente da época, Raulino Reitz.

Mesmo em meio à euforia e entusiasmo do momento, dada a importância que a criação do Parque representava para o seu principal idealizador, não se deixou de observar que se teriam muitas dificuldades pela frente. A principal delas, que o próprio Raulino Reitz sinalizou, são as desapropriações, que gerariam insatisfação das populações atingidas. Segundo Reitz,

As desapropriações é um dos grandes problemas para a implantação do parque. Foram feitas duas estimativas de despesas, uma na base de 260 cruzeiros por hectare, para a chamada terra nua, que dará cerca de 41 milhões de cruzeiros. A segunda no valor médio das terras compradas por companhias reflorestadoras, no Norte do Estado de Santa Catarina, que é de 900 cruzeiros por hectare da terra sem benfeitoria, dá um valor de 101 milhões de cruzeiros. (O ESTADO, 1975, p.3).

O texto ainda traz a informação de que as desapropriações seriam realizadas no intervalo de três anos (de 1976 a 1978), uma vez que o Governo queria a implantação do parque efetivada em 1979. As desapropriações não seriam uma tarefa fácil. A criação do parque se mostrou a etapa mais tranquila considerando as dificuldades que viriam a seguir. Sobre isso, Reitz pontua: “há uma mentalidade formada que só será alterada pela doutrinação, um trabalho que temos de fazer. É natural essa resistência, mas houve uma mudança radical no modo de pensar, pois hoje o interesse coletivo é básico e fundamental” (O ESTADO, 1975, p.3). Em quinze dias os trabalhos de cadastramento da população, que era estimada em 500 famílias e os estabelecimentos especializados em reflorestamento, iniciariam.

Outro fator abordado nestas “boas-vindas” ao Parque, mas levantado como um problema a ser enfrentado, é a fiscalização por meio de policiamento. Para Reitz, sem tal serviço, o Parque se tornaria inviável. A previsão inicial era de se criar a Guarda Florestal. Segundo o Coordenador de Meio Ambiente, o problema a ser enfrentado seria com os caçadores, que provavelmente não resistiriam a caça farta presente na área do Parque. A preocupação era justificada, haja vista que,

A Polícia Florestal do Estado de Santa Catarina surgiu pela primeira vez em 1962, com sede na cidade de Curitiba, sendo extinta em 1979. Em 1983 a PMSC volta a ter atribuições de policiamento de manancial e florestal e em 1989, a Constituição Estadual atribuiu também a Polícia Militar a competência da Proteção ao Meio Ambiente. Desta forma, em 1990 a Lei nº 8.039, criava a Companhia de Polícia Florestal, que

passou a atuar efetivamente no dia 06 de Maio de 1992. (SANTA CATARINA, 2016).

O início dos trabalhos de cadastramento e de reuniões com a população se deu com a equipe da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente e com a participação de Raulino Reitz. A primeira ação efetiva de que temos notícia ocorreu em dezembro de 1975, pouco mais de um mês da criação do PAEST. Uma reunião ocorrida em Paulo Lopes, no dia 16 de dezembro, procurou dar esclarecimentos a população sobre as medidas que seriam tomadas. Pouquíssimas fontes trazem material acerca desse tema, e por isso julgamos necessário explicar com mais detalhes como este encontro, em especial se desenvolveu. Segundo o Jornal de Santa Catarina, participaram da reunião no salão paroquial da cidade centenas de moradores que possuíam terras dentro da área do Parque. A reunião foi longa, gerando principalmente questionamentos em relação ao que seria feito aos moradores. Um dos residentes na área de desapropriação, Venâncio Martins Leal, indagou sobre as benfeitorias construídas em sua propriedade. Além disso, se mostrou preocupado com outros, que

Possuem imensas pastagens e serrarias, e que terão que abandonar essas atividades na região ou se transferir. Daí os problemas diversos que poderão surgir: quebra do equilíbrio econômico dessas pessoas, as dificuldades de adaptação em outro ambiente com mudança de atividade ocupacional em muitos casos, migração obrigatória e outros. (JORNAL DE SC, 1975, p. 3)

Raulino Reitz frisou a todo o momento os aspectos positivos da escolha da região para criação do Parque, ressaltando ainda a importância da região para o meio ambiente. Fora isso, todos os casos foram anotados e os moradores, na maioria lavradores minifundiários, foram tranquilizados de que ninguém seria prejudicado. Dentre os questionamentos, o Pároco Eugênio Kinges se mostrou preocupado com as medidas que o Estado iria tomar para não prejudicar a população. Reitz sugere que as grandes indústrias que estavam se instalando no sul do Estado, e citadas no Decreto de criação do PAEST, poderiam absorver a mão-de-obra dessa população. Também justificou que o Estado dispunha

de terras devolutas que poderiam ser distribuídas para os moradores atingidos pela desapropriação. (JORNAL DE SC, 1975, p. 3).

O então prefeito da cidade questionou sobre as 500 famílias que viviam da pesca artesanal no município, atividade que, segundo Reitz, poderia continuar, mas de maneira fiscalizada para que não fosse feita fora da temporada. O senhor Venâncio, já citado, informou que possuía plantações em áreas demarcadas há mais de 50 anos e por isso seria difícil iniciar uma nova atividade. Sobre esse assunto foi respondido que se estudaria uma concessão de aposentadoria aos mais velhos por meio do Fundo de Assistência aos Trabalhadores Rurais (Funrural). Outra possibilidade apresentada pelos responsáveis pela criação do parque seria a manutenção de culturas que não exigissem grandes desmatamentos. Uma opção, por exemplo, seria o fumo, que pode ser cultivado em pequenas áreas de terra e proporciona grandes rendimentos. As orientações para a inserção dessas novas culturas ficariam a cargo da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC).⁵⁴ Na mesma reunião, foi levantado o problema das serrarias, que seriam as que potencialmente ocasionavam maior desequilíbrio ambiental. Realizado um levantamento dessas empresas na região por assessores da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente, “ficou constatado que existem nesta área, cerca de 72 serrarias de grande, médio e pequeno porte, agregando cada uma em média, de três a cinco famílias” (JORNAL DE SC, 1975, p. 3). As 72 serrarias eram em toda a área do Parque e arredores.⁵⁵ As autoridades responsáveis pelo encontro, cientes da problemática envolvendo as serrarias, não apresentaram

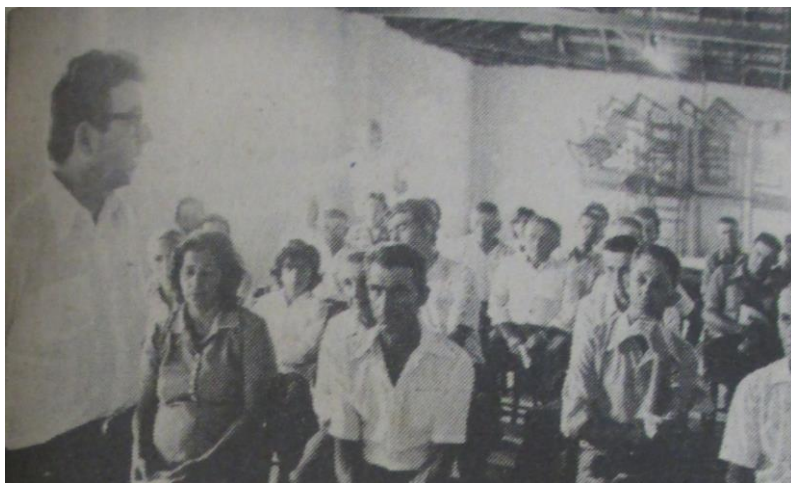
⁵⁴ Pensar na ACARESC (hoje EPAGRI) como auxiliadora no processo nos parece um tanto quanto conflituoso na época, pois “Quando o Serviço de Extensão Rural foi implantado em Santa Catarina, em 1956, com a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), não encontrou propriamente Jecas, nem tinha como objetivo atender trabalhadores rurais 'despossuídos' como os do Vale do Paraíba da obra de Monteiro Lobato. A pretensão era levar a modernização através de tecnologia e insumos industriais para agricultores que tivessem condições de fazer empréstimos em bancos, selecionando os mais aptos para os novos tempos do capitalismo em expansão na agricultura” (LOHN, 1996, p. 66).

⁵⁵ O levantamento realizado pela Coordenadoria de Meio Ambiente da SETMA apontou a existência de 72 serrarias. Dessas, 25 estavam dentro da área do Parque, sendo 10 não registradas no IBDF e 47 serrarias próximas à área do Parque (GAIO, 2005, p. 55).

soluções ou alternativas para aqueles que lidavam com a atividade madeireira. A partir do Decreto, esta prática tinha de ser cessada. Esse problema deveria ser analisado pela Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente para depois ser levado ao Governador para uma solução (JORNAL DE SC, 1975, p. 3).

Percebe-se, ao analisar o documento, que houve uma intenção de se amenizar os possíveis conflitos, que já se pensava que existiriam. Por outro lado, identifica-se que o problema maior não seria o convencimento de que transformar a área em Parque era importante, mas sim solucionar os problemas práticos que a desapropriação de terras causaria. Também parece que não se tinha muita clareza daquilo que se podia fazer ou não no Parque. Não se sabia, por exemplo, se a continuidade de atividades de pesca, mesmo que artesanal ou se algumas culturas menos agressivas ao Meio Ambiente seriam permitidas.

Figura 7: Reunião em Paulo Lopes (1975)⁵⁶



Fonte: Jornal de SC (20/12/1975, p. 3)

Em outra região do Parque, desta vez em Santo Amaro da Imperatriz, aconteceu uma reunião como a de Paulo Lopes. Nesta, a fonte

⁵⁶ Observa-se na imagem o Padre Raulino Reitz, em pé, fornecendo informações aos moradores de Paulo Lopes no encontro de 16 de dezembro de 1975.

traz menos detalhes de como teria ocorrido o debate. A reportagem menciona que os participantes, assim como em Paulo Lopes, eram lavradores em sua maioria e, enquanto alguns se mostraram receosos com o implantação do Parque, outros se prontificaram em colaborar, entregando suas terras ao Governo, mediante indenização por parte do poder público (JORNAL DE SC, 1976, p. 3).

Em 1976, como discutido anteriormente, uma equipe de pesquisadores da UFSC e da FATMA foram incumbidos de realizar o levantamento sociocultural da região abrangida para dar suporte ao Plano Diretor do Parque. A elaboração do projeto ficou sob responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSC e a coordenação desse levantamento a cargo do Prof. Sílvio Coelho dos Santos. O documento foi dividido em dois volumes e traz informações tanto da área interna do Parque quanto da região circunvizinha, o que balizou posteriormente as decisões, sugeridas no Plano Diretor, em relação a anexação e desanexações de áreas.

Para elaboração desse material, a metodologia utilizada foi, além de pesquisa bibliográfica, o trabalho de campo. O trabalho de campo consistiu em entrevistas aos residentes por meio de questionários aplicados em uma amostragem aleatória. Para isso, estabeleceu-se que a amostra deveria ser de 30% do universo em estudo. Além de entrevistas com os moradores, a equipe responsável pelo estudo entrevistou líderes das comunidades em questão, visando o esclarecimento de situações mais gerais do que as que foram abordadas nos relatórios. Ao que a fonte indica, o percentual de amostragem foi atingido em ambas as localidades: litoral e de tradição colonial.

No primeiro volume foram levantados dados a respeito do Patrimônio pré-histórico tanto do Parque, quanto da região circunvizinha, a ocupação indígena, o povoamento e a colonização, as manifestações de cultura popular e os monumentos arquitetônicos. Esse documento é de suma importância para o entendimento da ocupação humana na região do PAEST e adjacente como um todo.

O segundo volume dos Aspectos Culturais e Sociais, dividido em duas partes, traz primeiramente a situação social da comunidade do litoral. Desse modo, o documento valoriza as comunidades da Praia da Pinheira e da Guarda do Embaú, no município de Palhoça. Em seguida, o volume faz uma síntese interpretativa e dá sugestões que os cientistas que realizaram a pesquisa consideraram importantes. A segunda parte informa

sobre as comunidades de tradição colonial⁵⁷, enfocando, na comunidade de Vila Terezópolis (Queçaba) e no município de São Bonifácio.

O relatório foi entregue a FATMA em 21 de setembro de 1976. Na ocasião, estavam presentes na sede da Fundação de Amparo a Tecnologia e Meio Ambiente o Reitor da UFSC, Erick Kasper Stemmer, o Prof. Sílvio Coelho dos Santos e o presidente da FATMA, Idaulo José Cunha. De acordo com reportagem do Jornal de Santa Catarina,

Na reunião que contou com a participação de vários professores da UFSC, o professor Sílvio Coelho enalteceu a importância do projeto do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Afirmou que “uma grande iniciativa do foi tomada pelo Governo Konder Reis, decretando de utilidade pública aquela imensa área que ainda mantém grande parte da flora e fauna naturais”. (JORNAL DE SC, 1976, p. 3)

Esses documentos, assim como o Plano Diretor e as primeiras reuniões realizadas com a população envolvida, resultaram em uma análise mais criteriosa daquilo que poderia vir a ser o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Por conta disso, iniciou-se discussões a respeito da área demarcada. As fontes apontam que foram poucas as reuniões com a população para esclarecimento de como seriam a implantação da UC e as indenizações. Se essas reuniões não foram poucas, foram insuficientes. Ou talvez não tenham atingido todas as comunidades envolvidas. Sobre esse assunto especificamente poucas fontes tratam.

Do documento *Aspectos Culturais e Sociais* (volume II), extrai-se da síntese e sugestões, em relação à São Bonifácio e Terezópolis, que

Especificamente quanto a implantação do Parque Estadual do Tabuleiro, há algumas situações a destacar. Uma, relacionada com a história da ocupação das duas localidades e no apego que o homem tem a terra. Nesse sentido, a maioria dos informantes concorda com o parque e está disposta

⁵⁷ Conforme o documento, tradição colonial seria a população que ocupa as vizinhanças do Parque pelo seu lado oeste e tem suas origens nas correntes migratórias que se deslocaram da Europa para esta parte do país, no século XIX, sendo que a maior parte dessa população descende de imigrantes alemães.

a ceder suas terras, d'uma vez que o governo de em troca outra parcela de terras, adequadas para manter o mesmo tipo de vida econômica a qual o informante está habituado. A outra relaciona-se a agressividade com que muitos madeireiros estão agindo no interior das terras do parque para a curto prazo tirar o máximo em madeiras. Essa agressividade está motivando inclusive a invasão pelos madeireiros de terras particulares. Uma terceira situação prende-se a falta de esclarecimentos sobre o projeto do parque, direitos e deveres, relevados pela maioria dos informantes. E em função dessa falta de conhecimento, haver em andamento tentativas de aquisição de terras no interior do parque, por pessoas de Florianópolis e de outros centros urbanos, visando especulação. (UFSC/FATMA, 1976, p. 106-7)

A questão levantada a respeito de madeireiros intensificarem as suas ações depois da demarcação do Parque é notícia em 1977, quando o Jornal O Estado publica uma denúncia do Prof. Sílvio Coelho, na qual o professor declara que

Desde quando o governo fixou como meta a implantação do parque do Tabuleiro, a exploração de madeira na área começou a se intensificar, tendo havido negócios de última hora que visavam a obtenção de papéis que legalizassem pretensos direitos sobre áreas de terras. Além disso foi constatada a compra de direitos para a exploração de madeira em terras de terceiros e a entrada, pura e simples em terras públicas. (O ESTADO, 1977, p.16)

Ainda sobre a questão que se desencadeou logo após as notícias veiculadas sobre a criação da maior unidade de conservação do estado e após as denúncias do Prof. Sílvio Coelho cobrando maior comprometimento do governo em implantar o parque, a FATMA publica igualmente em periódico um texto explicando o que estava sendo feito para a implantação do Parque. A publicação se deu em 10 de dezembro de 1977, informando que naquele mês seria inaugurada a sede provisória do Parque. O local desta sede é a Baixada do Maciambú, região que será

abordada no próximo capítulo. Além dessa informação, o texto informa que a respeito das propriedades (no caso referindo-se apenas a parte do Parque pertencente ao município de Palhoça), estavam marcadas para fevereiro de 1978 audiências nas quais os “pretensos proprietários apresentem seus documentos” (JORNAL DE SC, 1977, p. 3).

Sobre os desmatamentos citados por Sílvia Coelho dos Santos, Idaulo José Cunha, então Presidente da FATMA, argumenta que já haviam sido lacradas 46 serrarias numa ação conjunta entre FATMA e IBDF, frisando que dentro do Parque existiam apenas três serrarias e as outras localizavam-se nas imediações, mas usavam madeiras retiradas da área demarcada. Lembra ainda que o problema só seria resolvido com uma cooperação entre a Secretaria de Segurança e a Casa Civil, estabelecendo a Polícia Florestal, pois acreditava que “só com um patrulhamento constante é que poderá se eliminar tal ocorrência” (JORNAL DE SC, 1977, p. 3).

O fato é que a situação causou um desconforto no governo do Estado. Nessa mesma reportagem, há um desabafo por parte do responsável pela Casa Civil naquele período, Salomão Ribas Júnior. Para ele, era natural que existisse pressão no meio científico para que o parque fosse logo implantado, pois muitos estavam realmente preocupados com o problema. Por outro lado, lamenta o ataque ao governador Konder Reis.

O estranho, nessas notícias é que o sr. Konder Reis, que teve a coragem de promover a criação do parque e adotar todas as medidas que estavam ao seu alcance para evitar o desmatamento, está agora, de acordo com as insinuações contidas em algumas notas vinculadas na imprensa, sendo responsável pela ação açodadas de alguns madeireiros. (JORNAL DE SC, 1977, p. 3)

Entre 1978 e 1980, o convênio entre FATMA e IBDF tinha como objetivo coibir desmatamentos ilegais na região do Parque. Muitos proprietários de terras tinham plano de corte⁵⁸ aprovado pelo IBDF antes da criação da UC. Assim, em 1978 foi assinado um acordo com os proprietários que poderiam exercer o direito de corte previsto no plano.

⁵⁸ Instrumento administrativo usado nos anos de 1970 pelo IBDF para disciplinar a exploração florestal.

Esse acordo previa também a manutenção das atividades normais em suas propriedades até o final das ações discriminatórias (GAIO, 2005, p. 54).

Da síntese e sugestões da parte de tradição colonial, observou-se a falta de conhecimento do projeto do Parque por grande parte da população afetada diretamente pela demarcação e que respondeu os questionários. Por isso, houve as consequências já citadas. Essa falta de conhecimento em relação ao PAEST também foi observada na pesquisa realizada no litoral, assunto que será retomado posteriormente visto que trata-se de nosso recorte espacial de pesquisa.

Finalizado e entregue os estudos dos aspectos sociais e culturais da área do Parque e da vizinhança em setembro de 1976, foi feito o Plano Diretor do PAEST. Além caracterizar a área externa e interna da UC nos aspectos naturais e humanos, o documento prevê um plano de Zoneamento e uma lista de sugestão de normas a serem seguidas quando fosse implantado. Nos chamou a atenção ao referir-se aos aspectos socioeconômicos da área interna do Parque quando aborda a situação fundiária. De acordo com o Plano Diretor, “o cadastramento está sendo elevado a efeito como medida preliminar para a implantação do Parque. Para a formulação do Plano Diretor não haveria necessidade do equacionamento da total situação fundiária.” (FEEMA/FATMA, 1976, p. 113). Diminui-se, dessa maneira, uma etapa importante no processo.

A partir dos estudos realizados para sua elaboração, o Plano Diretor sugere alterações nos limites do PAEST, justificando-as a partir dos interesses tanto do Estado em agilizar a implantação quanto da população. Desse modo, sugere que sejam excluídas do Parque áreas de Queçaba, Rio Novo, Rio Capivari e São Bonifácio, pois apresentam alta concentração de propriedades rurais com histórico de ocupação secular. As outras considerações foram feitas para incluir áreas, algumas delas pertencentes ao município de Palhoça, como o Distrito da Enseada do Brito, comunidade localizada entre o Morro do Padre e o Morro dos Cavalos. A outra área fica mais próxima à sede do município, compreendendo a foz do rio Aririú, a Foz do Rio Cubatão, a foz do Rio Furadinho e a Foz do Rio Pacheco. A justificativa é que essa região forma um estuário de aluvião argiloso coberto de manguezal que praticamente guardava aspectos primitivos. A área, que estava ameaçada por aterros e canalizações para loteamentos, era vizinha do PAEST e poderia ser facilmente incorporada ao parque (FEEMA/FATMA, 1976).

Outra área a ser inserida no Parque, sugerida pelo Plano Diretor, pertencia ao município de Garopaba, na região do Siriú. De acordo com

as informações, estava em vias de construção um loteamento no local. Sendo uma área de dunas, de lagoa e de rio, ou seja, totalmente imprópria para um loteamento, recomenda-se a inclusão desta área ao Parque, prolongando-se desde a Gamboa (FEEMA/FATMA, 1976).

Seguindo as recomendações do Plano Diretor, o Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 2.335, de 17 de março de 1977, anexou ao PAEST as seguintes áreas, ressaltando a utilidade pública e interesse social do novo território:

I – o mangue dos rios Cubatão e Aririú, no município de Palhoça, limitado ao norte pela linha d'água da Baía Sul; ao sul, pelo Rio Pacheco; ao oeste, pela divisa natural do próprio mangue (zona da preamar), mas as terras de marinha;

II – a Ilha do Largo e as Ilhas do Andrade, situadas na Baía Sul, próximas ao mangue do Rio Cubatão, e a Ilha dos Papagaios Pequenos, situada junto a Ilha dos Papagaios Grandes;

III – o sopé do Morro dos Cavalos, situado no Município de Palhoça, [...]

IV – o delta interno do Rio Massiambu formado pelo conjunto de ilhas, a montante da ponta de BR-101, sobre o Rio Massiambu;

V – a Ponta dos Naufragados, situada no extremo sul da Ilha de Santa Catarina, no município de Florianópolis, [...]

VI – a Ponta da Gamboa, situada no município de Garopaba, [...]

VII - as dunas de Areias do Macacu e Lagoa Siriú. (SC, 1977)

Com esse Decreto, o PAEST teve a primeira de várias mudanças que vêm ocorrendo nesses pouco mais de quarenta anos de fundação. Em termos de área, o território foi ampliado em 1.710 hectares. A parte a ser desanexada, sugerida pelo Plano Diretor, não foi contemplada neste decreto. Esta mudança ocorreria apenas em 1979.

O Decreto nº 8.857, de 11 de setembro de 1979, mais uma vez alterou os limites do Parque, desta vez desanexando áreas que, somadas, totalizam 3.625 hectares. As justificativas para a alteração foram que existia a necessidade de agilização da efetiva implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. A exclusão de parte de território da

unidade de conservação, face à carência de recursos para indenizações, otimizaria o tempo e a implementação do parque aconteceria com mais urgência. Os trechos excluídas eram ocupados por 118 pequenos agricultores que tinham como única fonte de subsistência a agricultura. Dessa forma, essa exclusão diminuiria sensivelmente problemas de ordem social na região e mantinha a manutenção de “áreas especiais” na zona balneária da orla marítima, com 6.050 lotes urbanos, num total de 775 hectares. Com isso, o Parque ficou assim modificado com desanexações de:

I – Área em São Bonifácio, com 1.330 hectares, situada entre as terras do Perímetro Urbano da sede de São Bonifácio e as terras da CIAMA – Companhia Madeireira Santo Amaro Indústria e Comércio [...]

II – Área em Queçaba e Rio Novo, com 1.875 hectares, situada entre as localidades de Queçaba, Rio Novo, Rio Cubatão e Rio do Cedro [...]

III – Área em Santo Amaro da Imperatriz, com 280 hectares, situada ao Sul do perímetro urbano de Santo Amaro Imperatriz na face norte do Morro Queimado [...]

IV – Área em Enseada de Brito, com 140 hectares, situada na região dos morros da Guarda da Canela, Massiambu Pequeno, dos Cavalos e a localidade de Enseada de Brito [...]. (SC, 1979)

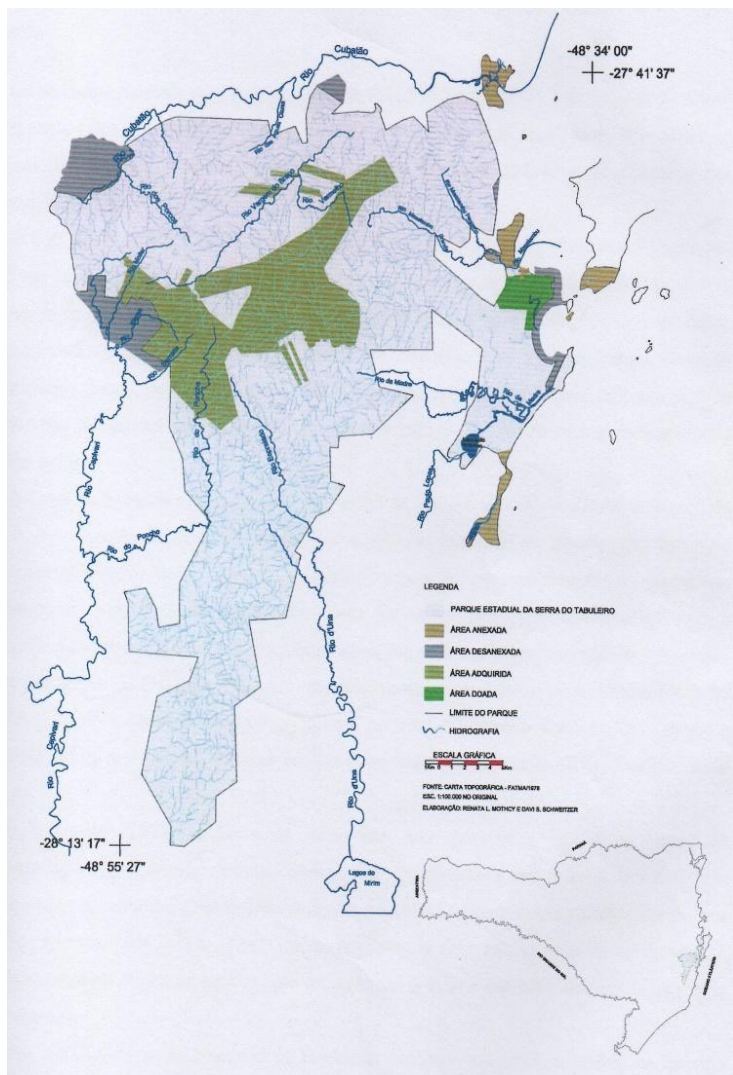
O Artigo segundo desse Decreto separava as áreas da Baixada do Maciambú do território do parque. Porém, deixava claro que a área desanexada pertencente a Baixada, descrita como áreas próximas às Praias da Pinheira e do Sonho e às Vilas da Pinheira e da Guarda do Embaú, ficavam caracterizadas como “áreas especiais”. Dessa forma, ficariam ainda mantidos sob o controle da administração do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Ao todo, foram desanexados, nesse Decreto, 4.035ha da área original do Parque. O mesmo Decreto nº 8.857/79 descreve detalhadamente os limites da porção Sul do Parque, complementado o Decreto N/SETMA nº 1260/75, que criou a Unidade. Sobre a desanexação da área da Baixada do Maciambú trataremos com mais detalhes no próximo capítulo.

Mesmo com a retirada de algumas áreas do parque ocorrida em 1979, os conflitos em relação a questão fundiária continuaram ou até

mesmo se agravaram. Desse modo, cabe um detalhamento maior a respeito desse processo, o que será realizado nos capítulos três e quatro.

A figura 8 apresenta o que seria o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro a partir dos Decretos apresentados até aqui. Observa-se, nesta figura, a diferença territorial se comparado com o mapa apresentado na p. 89 que foi retirado do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina quando houve a publicação da criação da UC. Pode-se observar com clareza as áreas de Florianópolis, Garopaba e Palhoça acrescidas (cor marrom claro), bem como e as áreas desanexadas dos municípios de São Bonifácio, Santo Amaro da Imperatriz e Palhoça (na cor cinza):

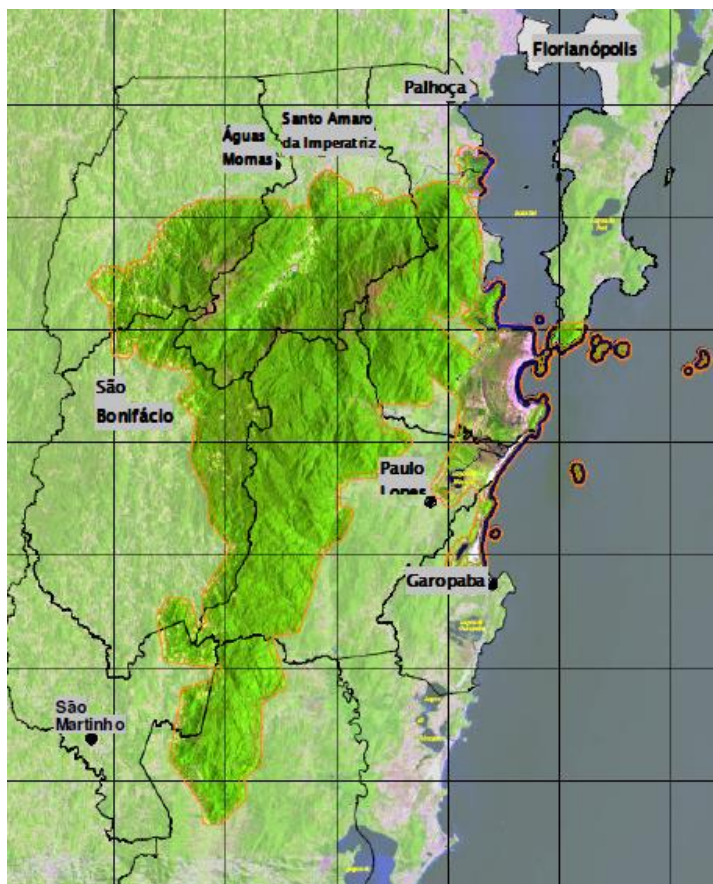
Figura 8: Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em 1979



Fonte: Gaio (2005, p. 52).

Até o final da década de 1970 e início da de 1980, temos o mapa a seguir, que representa o Parque e apresenta a proporcionalidade de que cada município cedeu a UC.

Figura 9: Municípios abrangidos pelo PAEST



Fonte: PPMA/SC (2008, p. 2.3)

Para a criação do Parque, os municípios disponibilizaram parte de seus territórios, conforme dados da Socioambiental:

De Florianópolis, Garopaba e São Martinho, o PEST ocupa uma pequena porção, 1%, 5% e 8%, respectivamente; de Imaruí, São Bonifácio e Águas Mornas, uma área um pouco maior, 14%, 22% e 24%; e de Palhoça e Paulo Lopes, praticamente metade do território, 54% e 59%, sendo que Santo Amaro da Imperatriz foi o município que deu a maior contribuição: cerca de 63% de suas terras compõem o conjunto do território do PEST. (SOCIOAMBIETAL, 2002, p. 5)

Sobre a proporcionalidade de cada município em relação ao Parque, tem-se que, Paulo Lopes contribui com a maior área, 29%. O segundo município é Santo Amaro da Imperatriz, 21% e Palhoça, 19%. São Bonifácio, Águas Mornas e Imaruí participam respectivamente com 11, 9% e 8% da área da Unidade de Conservação. Finalmente, São Martinho, 2%, Garopaba, 1%, e Florianópolis, menos de 1%, completam a totalidade das terras do PAEST.

Ainda no final da década de 1970 e início da década de 1980, ocorreram eventos marcantes para o Parque. Em 1977 foram iniciados os trabalhos para as ações discriminatórias, como as atividades de levantamento topográfico e cartorial para identificar e separar terras devolutas de terras particulares. Em 1978 ocorreu a inauguração da primeira sede administrativa, localizada na Baixada do Maciambú, em Palhoça. Neste local foi implantado parcialmente um projeto de reintrodução da fauna desaparecida da Baixada do Maciambú, projeto este idealizado pelo Padre Raulino Reiz e que será tratado no capítulo seguinte.

A ação discriminatória proposta pelo estado consistia em apresentação de documentação do imóvel por parte do proprietário no prazo de 30 dias, contados a partir de sua intimação. Com isso, pretendia-se identificar as terras que seriam indenizadas e as terras pertencentes ao Estado. Nesse momento, as terras dessa ação representavam mais de 137 milhões de metros quadrados, sendo que aproximadamente 87 milhões pertenciam aos municípios de São Bonifácio, Santo Amaro da Imperatriz e Paulo Lopes. Ao total, o estado objetivava rever quarenta por cento de terras devolutas (JORNAL DE SC, 1977).

Outra região atingida pela ação é o município de Palhoça. A matéria do Jornal destaca que

A partir da implantação da BR 101, que corta parte do parque, toda essa região passou a ter rápida valorização, tornando-se objeto de cobiça por parte de pessoas físicas e jurídicas. Os incentivos fiscais para o reflorestamento fizeram que várias empresas, além do desmatamento irracional implantassem ali indústrias extrativas. Segundo a proposição da procuradoria, isso fez com a terra fosse partilhadas e tituladas por todos os meios possíveis, sendo que na Comarca de Palhoça implantou-se verdadeira “Indústria de usucapião” que atinge, entre outras, terras devolutas pertencentes ao Estado, portanto, inusucapiáveis. (JORNAL DE SC, 1977)

Os moradores reclamavam indenização não só pelo imóvel propriamente dito como também queriam indenização pela floresta ainda não retirada da propriedade, o que não seria feita pelo estado pelo entendimento de que a legislação federal não permitia, nesses casos, a derrubada de árvores e florestas. Ainda assim, as terras que não fossem comprovadas por títulos seriam consideradas do estado, de modo que não se poderiam indenizar propriedades de seu próprio patrimônio. Por fim, “como por prestação legal as terras devolutas, excetuadas as da união, constituem patrimônio dos Estados, para a propositura da ação discriminatória do Estado não precisará apresentar nenhum título de domínio. Os particulares que deverão comprovar que as terras os pertencem” (JORNAL DE SC, 1977).

É provável que as notícias em torno da ação discriminatória tenham causado inquietação por parte dos moradores que seriam atingidos, de modo que aproximadamente 300 deles organizaram um protesto, paralisando assim suas atividades. O Procurador Geral do Estado, Napoleão Xavier do Amarante, desmentiu as notícias sobre a paralisação, explicando a ação discriminatória e afirmando que se os títulos de propriedade dos agricultores fossem legítimos, estes seriam indenizados (JORNAL DE SC, 1978).

A Declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação das áreas de terras para implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, veio em 1979 através do Decreto Nº18.766, de 20 de dezembro. Ao longo dos anos 1980 e 1981 foram indenizadas áreas em um total de 10.565,32 ha, perfazendo 12,08 % da área do Parque. O

Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, após todas as anexações e desanexações, com os novos limites retificados inclusive pelo Decreto nº 17.720, de 25 de agosto de 1982, passou a abranger uma área total de 87.405 ha, cuja declaração de utilidade pública foi novamente reforçada pelo Decreto nº 18.766, de 20 de dezembro de 1984 (SOCIOAMBIETAL, 2002).

Em 1984, também é editado o Decreto Nº 24.598, de 28 de dezembro. Este decreto constituía o Grupo Executivo de Implantação do PAEST, sob a presidência do Superintendente da Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente (FATMA) e integrado por outros quatro membros designados, respectivamente, pelo Secretário de Estado Chefe de Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral (GAPLAN); pelo Secretário da Agricultura e do Abastecimento; pelo Secretário da Fazenda e pelo Procurador Geral do Estado. O texto do referido Decreto incumbe o Grupo Executivo de ações importantes que tratam de interesses de diferentes sujeitos. Entre as ações que o Grupo Executivo do PAEST deveria executar estavam:

- I - promover o processo discriminatório administrativo, para a identificação das terras devolutas existentes na área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, através de Comissão Especial criada para os fins da Lei Federal nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976, e do Decreto Estadual nº 22.607, de 29 de junho de 1984;
- II - promover a desapropriação amigável das propriedades particulares reconhecidas, celebrando os acordos e subscrevendo os termos necessários;
- III - determinar a realização de avaliações dos imóveis a serem adquiridos e aprovar os respectivos laudos;
- IV - compatibilizar a existência de propriedade particular no território do Parque com o zoneamento aprovado, quando possível, celebrar acordos com os mesmos proprietários, para assegurar a permanência na área, sob a condição de que estes, sem ônus para o Estado, aceitem através de escritura pública as limitações e servidões administrativas decorrentes da criação do Parque;

- V - solicitar à Procuradoria Geral do Estado, quando necessário, a propositura da ação de desapropriação;
- VI - remeter à Procuradoria Geral do Estado os títulos de propriedade particular que não forem reconhecidos, para a propositura das ações competentes, inclusive reintegração na posse, após concluído o processo discriminatório;
- VII - inscrever no registro competente o patrimônio afetado ao Parque como bem público inalienável;
- VIII - propor o reassentamento dos posseiros legítimos, nos termos da legislação específica;
- IX - administrar os recursos postos a sua disposição;
- X - desincumbir-se de outras competências que lhe venham a ser cometidas;
- XI - prestar contas de suas atividades. (SC, 1984b)

Durante o restante da década de 1980 e o início da década de 1990, as ações tornaram-se descontínuas e dispomos de poucas fontes, o que sugere que os trabalhos do Grupo Executivo não deu conta daquilo que se propunha. O contexto em que o país se encontrava, se firmando democraticamente, reelaborando suas leis, pode ser uma das causas das poucas ações em relação ao parque. O assunto PAEST retoma com mais intensidade a partir da década de 1990, dentro de um contexto no qual o meio ambiente se inseriu na CF de 1988, e nas leis correlatas. Com isso ganha visibilidade os problemas até então não resolvidos.

A partir de 1993, iniciaram-se alguns esforços para retomar as ações de implementação no Parque. Entre 1993 e 1998 foram realizadas partes das Discriminatórias Administrativas e todo o Cadastro Fundiário do Parque.

Segundo as informações das Discriminatórias realizadas entre os anos de 1993 e 1995, e do Cadastro Fundiário do PAEST, em 1997/1998,

Existem no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro 1.741 imóveis; a maioria deles, 96,5% ou 1.680 imóveis, são propriedades de pessoa física, enquanto os outros 3,5% (61 imóveis) são propriedades de pessoa jurídica. A área total declarada foi de 74.134 hectares. Deste total de área, 76% pertencem aos imóveis de pessoa física

(56.656,2 ha) e os outros 24% (17.478 ha) foram declarados como propriedade de pessoa jurídica. (SOCIOAMBIENTAL, 2000, p. 6-3)

Na década de 1990, mais uma vez, os limites do PAEST foram retificados. Dessa vez, duas leis versaram sobre o mesmo assunto. Em 1997, a Lei nº 10.584 traz em seu artigo 1º que “Fica a área da Ponta do Papagaio sendo considerada Área de Proteção Especial, mantida sobre a mesma o controle da Administração do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro” (SC, 1997). No ano seguinte, a redação da lei foi alterada para dar mais clareza ao texto, sendo que o artigo 1º ficou com a seguinte redação: “Fica a área da Ponta do Papagaio desanexada do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, sendo considerada Área de Proteção Especial, mantida sobre a mesma o controle da Administração do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro” (SANTA CATARINA, 1998). O restante da lei, no entanto, permaneceu inalterada, estabelecendo os limites como:

a) NORTE: Tendo como partida o limite da faixa dos 33 m (trinta e três metros) junto à praia do Sonho na linha que segue ao Sul conforme descrito na alínea "b" do art. 2º do Decreto nº 8857, de 11 de setembro de 1979, onde segue uma linha a partir desta intersecção sempre respeitando a faixa dos 33 m (trinta e três metros) da maré média em direção à antiga Ilha dos Papagaios Grandes até atingir a fralda do morro da mesma, na extremidade sul da praia do Sonho;

b) LESTE: Atingida a fralda, segue por esta uma linha até atingir a faixa de 33 m (trinta e três metros) da maré média, agora junto ao início da praia da Pinheira no seu lado norte;

c) SUL: A partir daí, segue uma linha sempre mantendo o limite dos 33 m (trinta e três metros) da maré média até atingir a intersecção da linha também descrita na alínea "b" do art. 2º do Decreto antes referido, junto à praia da Pinheira;

d) OESTE: Nesta intersecção, junta-se à linha descrita na alínea "b" do Decreto já referido, até atingir o ponto inicialmente descrito.

Art. 2º A área englobada face às delimitações impostas pelo artigo anterior ficará mantida sobre

A década de 1990, como veremos nos capítulos 3 e 4 deste trabalho, tornou evidente a falta de um trabalho conclusivo sobre os limites territoriais da UC e da ausência do Estado nas questões relacionadas ao PAEST. A Baixada do Maciambú teve nesta década destaque na imprensa devido às informações desencontradas e conflitos a respeito de questões fundiárias e limitações que a região precisava seguir, mesmo estando desanexada do parque.

Em 1998 foram adquiridas algumas placas de sinalização e foi construída uma casa para abrigar o administrador da Unidade, utilizada provisoriamente como sede administrativa do parque. Mas foi a partir de 1995, através do Projeto Microbacias/BIRD,⁵⁹ que a discussão tomou corpo, tendo como evento marcante um seminário de discussão com as comunidades do entorno, ocorrido em 1997. Esse seminário se deu entre os dias 15 e 17 de abril. A proposta não era apenas o levantamento de problemas como indenização, desmatamento e preservação dos mananciais de água, mas sim formar grupos de trabalho para definir a melhor maneira de implantar o Parque. Participaram, além de moradores, técnicos e professores universitários que debateram sobre zoneamento e legislação, educação ambiental e fiscalização, recursos hídricos, agroecologia, pesquisa científica, comunidades indígenas e ecoturismo (ANCAPITAL, 1997, p. 7). Mais uma vez, a preocupação se dava em acelerar a implantação definitiva do Parque. Do seminário resultou a criação do Conselho Intermunicipal para Implantação do Parque. Este conselho, integrado por representantes dos proprietários de terra e de

⁵⁹ O Projeto Microbacias 1 ocorreu entre 1991 e 1999. Um marco fundamental desta mudança estratégica de desenvolvimento rural no Estado foi a implantação do Projeto de Recuperação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas – Projeto Microbacias 1, com financiamento de US\$ 33,0 milhões do BIRD e US\$ 38,6 milhões de contrapartida do Governo do Estado. O conjunto das intervenções desse projeto foi importante para lançar as bases de uma agricultura sustentável. Entretanto, os resultados alcançados foram insuficientes, tendo em vista a complexidade dos problemas que afligem as comunidades rurais e a rapidez com que ocorreram mudanças econômicas e sociais durante a década de 1990 (SC, 2016. Disponível em: <http://www.scrural.sc.gov.br/?page_id=5> Acesso: 05 dez. 2016).

autoridades dos municípios abrangidos pelo Parque, acompanhou as discussões desde então.

Uma das reuniões do Conselho ocorreu em 26 abril de 1999, em Palhoça, quando o governador em exercício Esperidião Amim participou do evento junto aos integrantes. Disse o então governador que a reunião era histórica, e que ele não mediria esforços para a implantação do parque, que na época já tinha 23 anos. Na ocasião, o Conselho entregou ao governador uma carta em que apontavam cinco propostas para a viabilização do Parque. Entre elas estava o zoneamento da área da UC para saber a situação das propriedades que a integram. Foi proposta também a desanexação da área do litoral de Palhoça, como as praias da Pinheira e da Guarda do Embaú que, mesmo que a região tenha sido desanexada em 1979, sua área estava como área especial e seu uso estava vinculado à FATMA. A terceira proposta consistia em se criar um imposto sobre mercadorias e serviços (ICMS) ecológico para compensar os municípios que perderiam receitas com a implantação do parque. Para a população indígena foi proposta uma ação conjunta para resolver o assentamento dos que residiam no Parque. Por último, o Conselho solicitou ao governador que se tenha destinado no orçamento verbas para indenização de propriedades. À época, apenas 10% dos quase 90 mil hectares do Parque pertenciam ao Estado. No orçamento de 1997 foi destinado R\$ 1,021 milhões para a implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (ANCAPITAL, 1999, p.4).

Como resultante também das discussões reiniciadas com o advento do Projeto Microbacias/BIRD e da participação ativa do Conselho Intermunicipal para implantação do Parque, tomou forma em 1999 a realização do Produto Básico de Zoneamento (PBZ).⁶⁰ Das propostas levantadas pelo Conselho Intermunicipal, esta foi a que foi colocada em

⁶⁰ O Produto Básico de Zoneamento do PAEST, importante fonte para quem pesquisa o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, foi elaborado pela empresa Socioambiental Consultores Associados. Encomendada pela FATMA, foi entregue finalizado em 2002. “Realizado através da compilação de dados secundários disponíveis e do levantamento de dados primários em campo, este Mapeamento Sócio-Econômico serviu de base para a elaboração do Zoneamento proposto para o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, bem como contém informações que originaram as propostas de Diretrizes de Soluções para os principais problemas do Parque identificados. Além disso, o presente trabalho também dispõe as informações sócio-econômicas fundamentais para a posterior elaboração do Plano de Manejo do Parque” (SOCIOAMBIENTAL, 2000, p. xi).

prática. O PBZ foi apresentado em 3 de outubro de 2000 pela FATMA. Os trabalhos realizados pela empresa Socioambiental Consultores Associados demandaram um ano de pesquisas. (ANCAPITAL, 2000, p. 4).

Como já abordado, o Projeto Microbacias teve um papel importante para o PAEST pelo fato de ser a primeira vez que a UC pode contar com recursos internacionais, no caso, do Banco Mundial. Em seguida, o Governo do Estado de SC investiu no Programa Microbacias 2,⁶¹ ampliando o programa com o objetivo de preservar e recuperar os recursos naturais, mais precisamente a qualidade da água, e recuperar e conservar a biodiversidade.

Além dos projetos Microbacias, em janeiro de 2005 o Governo do Estado assinou um contrato de cooperação com o Banco Alemão de Reconstrução – KFW⁶² e iniciou trabalhos estratégicos para o projeto *Proteção e Desenvolvimento da Floresta Atlântica de Santa Catarina*. O projeto visava a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica, com execução da FATMA, apoio da Polícia Ambiental, EPAGRI, Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) e UFSC. Para a definição de onde se aplicariam os recursos, foi feita uma oficina com participação das instituições envolvidas e o banco financiador. Segundo Gaio (2005 p. 70), ao final do evento foram consideradas unidades essenciais para a implantação, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a Reserva Biológica de Sassafrás e a Reserva Biológica do Aguai. Essas UCs tinham metas a serem alcançadas conforme as necessidades de cada área:

Para o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro estão:

1) atualização do cadastro dos moradores do parque; 2) realização de estudos da situação fundiária, dos limites com as definições e estruturação das informações; 3) definição das

⁶¹ Este projeto (Acordo de Empréstimo nº. 4.660-BR), com valor de US\$ 106,7 milhões – sendo 58,82% do valor financiado pelo BIRD e 41,18% de contrapartida do Tesouro do Estado – teve seu início em 2002 e se encerrou em setembro de 2009. O seu objetivo geral foi promover o alívio à pobreza rural, através de ações integradas que visavam o desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense, de forma sustentável. Disponível em: < http://www.scrural.sc.gov.br/?page_id=5 > Acesso: 07 dez. 2016.

⁶² *Kreditantalf Für Wiederaufbau*.

áreas prioritárias e atualização das discriminatórias administrativas; 4) realização da demarcação física dos limites; 5) fortalecimento do centro de visitantes para atendimento ao público; 6) fortalecimento da infraestrutura para a gestão do parque e mobilização comunitária; 7) desencadeamento do processo indenizatório, aproveitando as medidas compensatórias. (GAIO, 2005, p.70)

O trabalho realizado no PAEST resultou em um documento intitulado *Delimitação e Planejamento de Demarcação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*. Foi executado pela STCP Engenharia de Projetos Ltda, por meio do Projeto de Proteção da Mata Atlântica em Santa Catarina (PPMA/SC) / Cooperação Bilateral Brasil – Alemanha, Governo do Estado de Santa Catarina (FATMA) e KFW, Contratos FRE 01/2007 e 005/2007. O produto final desse trabalho

[...] apresenta a proposta final de delimitação do Parque Estadual, baseada na metodologia de trabalho aplicada a partir de: cadastro de ocupantes das comunidades estabelecidas como prioritárias; caracterização socioambiental; mapa cartográfico do Parque demonstrando os limites propostos consensuais juntamente com a FATMA; reuniões comunitárias e oficinas participativas contando com representantes dos diversos segmentos da sociedade; análise e Parecer Jurídico indicando alternativas para regularização da situação de dominialidade das áreas do entorno e no interior do Parque; Termo de Referência do projeto de demarcação do Parque, entre outros. (STCP, 2008, s/n)

O documento de 2008 da STCP Engenharia, assim como o já citado *Produto Básico de Zoneamento* (2002), são fontes valiosas para os estudos do PAEST, pois abordam, além da situação ambiental na qual se encontra a UC, informações relevantes sobre as comunidades que residem em área demarcada e comunidades do entorno. Especificamente sobre a questão dos limites do Parque, abordado até aqui por meio da reconstrução de Decretos e Leis que anexaram e desanexaram áreas, o

trabalho executado pela empresa STCP Engenharia de Projetos Ltda, constatou

A inexistência de um limite único e incontestável, por meios legais ou por aceitação das comunidades do entorno do Parque, conduziu à proposição de uma redefinição do limites do Parque, baseado na análise por trechos, separadamente, levando em consideração:

- Marcos encontrados na região;
- Descrições constantes nos decretos;
- Cadernetas de campo;
- Características físicas da região do limite a partir da análise de imagens de satélite. (STCP, 2008, p. 2.16)

O Grupo de Trabalho do *Fórum Parlamentar Permanente do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*⁶³ definiu as zonas prioritárias para os trabalhos de delimitação da UC. As áreas abrangem parte da zona costeira do Parque. O critério de localização e delimitação foi principalmente a alta pressão de ocupação para fins de habitação, turismo ou produção agropecuária. A tabela a seguir identifica as Zonas Prioritárias definidas pelo GT.

⁶³ Até 2006 o PAEST, apesar de ter 31 anos de criação, ainda não tinha sido implantado e muitos conflitos ocorriam. Em função disto, surgiram diversos movimentos e propostas de solução. Mais recentemente, em 2005, iniciou-se o “Movimento pela Recategorização”, que propunha a transformação da zona costeira do Parque e entorno em Área de Proteção Ambiental (APA). Dada a dimensão assumida pelo embate em torno deste projeto, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina criou, em abril de 2006, o “Fórum Parlamentar do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro” (na ocasião, composto por 11 deputados, coordenado pelo Dep. Vânio dos Santos e com relatoria do Dep. João H. Blasi) que, por sua vez, formou um Grupo de Trabalho (GT/Fórum) com representantes do Movimento da Recategorização, FATMA, Procuradoria do Estado (PGE), ALESC e entidades ecologistas (contra e a favor da recategorização), com o intuito de construir um conjunto de propostas de solução para os principais conflitos e problemas existentes no Parque (CABRAL, s/d).

Tabela 2: Zonas Prioritárias para delimitação

ZONAS PRIORITÁRIAS (ZP) COMUNIDADES MUNICÍPIO ABRANGIDO

ZP 01 e 02	Areias do Macacu	Garopaba
ZP 03	Siriú	Garopaba
ZP 04	Lagoa do Ribeirão	Paulo Lopes
ZP 05	Gamboá	Garopaba
ZP 06	Gamboá	Garopaba
ZP 07	Passagem do Maciambu	Palhoça
ZP 08	Serramar	Palhoça
ZP 09	Entr. da Guarda do Embaú	Palhoça
ZP 10	Guarda do Embaú	Palhoça
ZP 11	Morretes II	Palhoça
ZP 12	Casa Branca	Palhoça
ZP 13	Ilha Papagaios Grande e Ilha Papagaios Pequena	Palhoça
ZP 14	Naufragados	Florianópolis
ZP 15	Ponte do Maciambu	Palhoça
ZP 16	Morretes I	Palhoça
ZP 17	Pedras Altas	palhoça
ZP 18	Araçatuba	Palhoça
ZP 19	Fábrica de Vime	Palhoça

Fonte: PPMA/SC (2008, p. 2.17).

Para melhor compreender esses dados, a figura 10 apresenta algumas das zonas identificadas como prioritárias, principalmente dentro da Baixada do Maciambú em Palhoça e ponta sul da Ilha de Santa Catarina. A linha verde representa a demarcação do PAEST na região.

Além do cadastramento nas Zonas Prioritárias, efetuado na primeira fase, foram realizados os cadastros de propriedades localizadas fora das zonas, por recomendação da FATMA e do GT. Na segunda fase dos trabalhos, essas propriedades foram identificadas como Áreas Remanescentes.

Figura 10: Localização das áreas prioritárias



Fonte: PPMA/SC, 2008, p. 3.1

Pela tabela e pelo mapa percebe-se que a região litorânea, seja do município de Palhoça, seja de Paulo Lopes ou de Garopaba, foram as únicas que receberam a designação de prioritárias. Isso ocorreu, segundo informações do GT, por conta da pressão de ocupação. Grande parte dessa área fica na Baixada do Maciambú.

Por fim, a partir de 2005 cresce a tendência a uma recategorização do Parque, que previa a mudança de categoria da área costeira e entorno para Área de Proteção Ambiental (APA), de modo que foi criado o *Fórum Parlamentar Permanente* para discutir as propostas. Em 26 de março de 2009 é batido o martelo com relação a matéria e a Lei 14.661, que em seu artigo primeiro

Reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras de Massiambu, cria o Fundo Especial de Regularização, Implementação e Manutenção do Mosaico - FEUC - e adota outras providências. (SC, 2009)

Por ser a última grande mudança em relação ao PAEST, voltaremos a esta lei e suas implicações no último capítulo da presente tese. Antes disso, porém, traremos como foco a Baixada do Maciambú. A natureza da região será apresentada com maiores detalhes por ser uma etapa importante no processo no qual se analisa a presença humana nesta localidade por meio da História Ambiental.

3 DO PORTO DOS PATOS À BAIXADA DO MACIAMBÚ

Porto dos Patos é o nome que, nas pesquisas realizadas, aparece na literatura de viajantes desde o século XVI para identificar a região conhecida hoje como Baixada do Maciambú, no sul do município de Palhoça, Estado de Santa Catarina. Essa região encontra-se defronte à Ilha de Santa Catarina em sua porção meridional e o local chamado de Porto dos Patos indica a foz do Rio Maciambú, um porto tranquilo para aqueles que durante as longínquas viagens necessitavam abastecer-se de água, lenha e alimentos. Mesmo com toda a discussão que as fontes levantam a respeito do local exato do famoso porto, optamos por confiar nos relatos, mapas e estudos que indicam a Foz do Rio Maciambú e arredores como sendo o referido local.

Quando se pretende observar a história sob o ponto de vista ambiental, a percepção do local não é só necessária como fundamental, pois é a partir dessa percepção que se entende a dinâmica da relação dos humanos com a natureza. Nessa perspectiva, o estudo do meio ambiente se faz obrigatório e aqui a formação e modificações do meio ambiente no tempo também serão abordadas. Dessa maneira, como no capítulo anterior abordamos a natureza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro como um todo, focamos aqui nos aspectos naturais da Baixada do Maciambú.

Nesta porção do PAEST, a ocupação humana remonta às sociedades sambaquianas, ou seja, há 5000 anos, conforme atestam os sambaquis encontrados, catalogados e pesquisados por arqueólogos. Estas sociedades foram substituídas, por volta do ano 1000, pelos Tupi-Guarani, “grupo indígena originário da região central do Brasil, de índole guerreira e tecnicamente melhor preparados, que eliminaram e também absorveram as populações pertencentes aos Sambaquianos”, segundo Farias (2004, p. 47). Do tronco Tupi-Guarani, os indígenas do Maciambú, também chamados de Carijó, tiveram contato com os europeus já na primeira década de exploração europeia.

Hoje, muito próximo à região da Baixada do Maciambú, na localidade Morro dos Cavalos, uma aldeia indígena Guarani luta para conquistar a demarcação definitiva de sua reserva, alegando estar no local desde antes da ocupação europeia. Sem entrar no mérito da discussão que gira em torno da demarcação da terra indígena, trazemos alguns apontamentos da cultura Guarani, presente na região há pelo menos 1000

anos. Segundo as fontes, há contato entre esses indígenas e os europeus que percorreram o litoral de Santa Catarina já no século XVI.

O uso dos recursos naturais por indígenas, navegadores e primeiros colonizadores europeus é discutido em seguida. Para tanto, utilizamos relatos de viagens, importantes fontes e de grande valia para esta parte da pesquisa. A partir desse estudo, poderá se entender melhor como se deu a formação sócio-espacial da Baixada do Maciambú.

3.1 A NATUREZA DA BAIXADA DO MACIAMBÚ

A região conhecida atualmente como Baixada do Maciambú é uma extensa planície localizada ao sul do Município de Palhoça – SC, entre os rios Maciambú, ao norte, e Madre/Embaú, ao sul. A planície foi formada ao longo de milhares de anos pelo recuo do mar, o que pode ser constatado nas fotos aéreas em que se observam claramente os cordões arenosos,⁶⁴ formações geológicas que evidenciam o recuo do mar naquela região.

⁶⁴ No Brasil, o abaixamento do nível relativo do mar de cerca de 3-4 metros nos últimos 5.700 anos, favoreceu a progradação da linha de costa, originando extensas planícies de cordões litorâneos. In: Cordões litorâneos: “Anéis de crescimento da planície costeira”. Disponível: <http://geologiamarinha.blogspot.com.br/2009/10/cordoes-litoraneos_24.html> Acesso em: 22 nov. 2013.

Figura 11: Foto aérea da Baixada do Maciambú



Fonte: *Blog do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*⁶⁵

Segundo o *blog* do Parque do Tabuleiro, esse monumento geológico tem importância mundial, pois é caracterizado pelos cordões semicirculares que se formaram no período quaternário (há aproximadamente 5.000 anos) e nele ocorrem variadas formações, como lagunas, lagos, dunas, restingas, tómbolos, banhados e praia. Essa característica, em especial, é citado nos documentos que criaram a UC: “Considerando que os cordões semicirculares arenosos da restinga, com suas elevações secas e baixios brejosos que repetem, sempre, em curvas maiores, a Praia da Pinheira, representam uma aula viva de formação geológica do quaternário recente” (SANTA CATARINA, 1975).

Em sua pesquisa sobre a origem e formação dos Campos de Araçatuba,⁶⁶ Magaly Mendonça, ao referir-se às variações marinhas,

⁶⁵ Disponível em: <http://parquedotabuleiro.blogspot.com.br/p/o-parque.html>
Acesso em: 5 dez. 2013.

⁶⁶ A autora optou por chamar a região da Baixada do Maciambú por Campos de Araçatuba por ser essa outra toponímia utilizada para identificar a região, principalmente nos séculos XVII, XVIII e XIX.

argumenta que nos últimos sete mil anos houve aumento e recuo do nível do mar na costa de Santa Catarina. Nos dados compilados de sua pesquisa, a autora apresenta um esquema das variações marinhas nos últimos sete mil anos:

- a) o nível relativo do mar ultrapassou, pela primeira vez, o atual há aproximadamente 5.500 anos A.P.
 - b) há cerca de 5.100 anos A.P., o nível relativo do mar estava em um "máximo" situado provavelmente 3,5 acima do nível atual.
 - c) entre 4.100 e 3.800 anos A.P. o nível do mar esteve abaixo do atual.
 - d) há aproximadamente 3.800 anos A.P. , o nível do mar esteve, pela segunda vez, situado a cerca de 2,5 e 0,5 acima do presente.
 - e) entre 2.900 e 2.700 A.P., novamente o nível relativo esteve, provavelmente abaixo do presente.
 - f) o nível do mar alcançou provavelmente um outro nível alto, cerca de 2,0 +/- 0,5 m acima do presente, há aproximadamente 2.500 anos A.P.
- Após o último nível máximo, as oscilações ficaram em torno de valores atuais, ocorrendo evolução das formas pela transformação de lagoas em pântanos, desenvolvimento de manguezais e o retrabalhamento das planícies costeiras, principalmente pela atividade eólica. (MENDONÇA, 1991, p. 254-5)

Essa variação marinha é pesquisada por meio de evidências de origem sedimentológica, biológica e pré-histórica. Os feixes de restinga constituem evidência sedimentológica incontestável de antigos níveis marinhos altos, pois correspondem a depósitos arenosos situados acima da zona de deposição atual equivalente. Já as evidências biológicas estão representadas por grande quantidade de incrustações de vermitídeos (gastropodes, como caramujos) e conchas de ostras, bem como por tocas de ouriços do mar, situadas acima da atual zona de vida desses animais. Conchas e moluscos também são encontrados dentro de sedimentos marinhos e lagunares, acima da zona de vida ou da deposição atual correspondente.

Os sambaquis, montes de cascas de moluscos construídos por humanos da zona costeira, são referidos como evidências pré-históricas

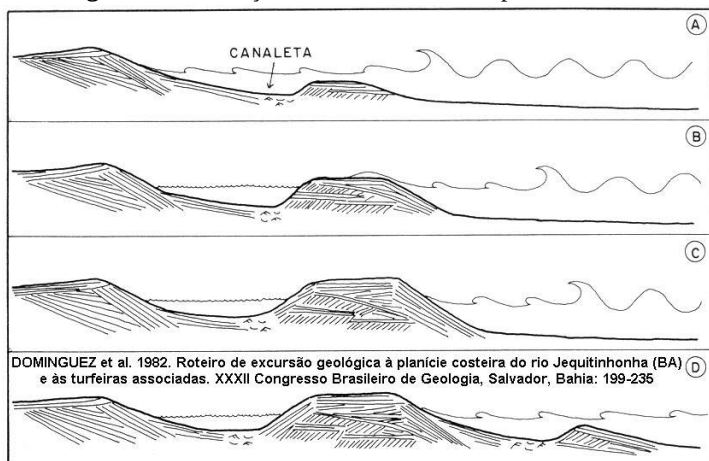
de antigos níveis marinhos. Estes são encontrados nas planícies sedimentares do litoral brasileiro. A utilização de sambaquis como evidência de níveis marinhos mais altos depende do seu posicionamento. A posição de alguns deles só pode ser explicada por uma extensão lagunar claramente superior à atual e, conseqüentemente, por um nível marinho também acima do atual. Igualmente, a posição de alguns sambaquis, cuja base está situada sob o nível da maré alta nos dias de hoje, demonstra ter havido um nível marinho inferior ao atual, exceto nos casos de subsidência por compactação do substrato (MENDONÇA, 1991). Discorreremos melhor sobre os sambaquis na região no próximo subcapítulo.

A figura a seguir exemplifica como se dá a ocorrência da formação de cordões arenosos a partir do recuo do mar, que é o caso do que aconteceu na Baixada do Maciambú. Isso porque os cordões arenosos podem ser formados de três maneiras. Além do recuo do mar, essas formações geológicas podem ocorrer por conta da sobre-elevação do nível do mar durante tempestades ou marés de sizígia⁶⁷, quando as ondas lançam areia no pós-praia em alturas não alcançadas pelas ondas em condições normais, ou por conta da ação do vento, que desloca areia da face da praia para o pós-praia, depositando-a junto à vegetação pioneira. Este tipo de cordão litorâneo tem sua origem, portanto, como uma duna frontal (GEOLOGIA MARINHA E COSTEIRA, 2016).⁶⁸

⁶⁷ A amplitude da maré difere dia após dia conforme a posição do Sol e da Lua. Quando ambos se colocam numa mesma linha em relação à Terra, como acontece na Lua Cheia e Nova, a maré fica mais alta do que o normal e é chamada de maré de Sizígia, ou maré de águas-vivas. DANDOLINI, Marlene. **Marés**. Disponível em: <<http://planetario.ufsc.br/mares/>> Acesso: 15 set. 2017.

⁶⁸ Disponível em: <http://geologiamarinha.blogspot.com.br/2009/10/cordoes-litoraneos_24.html> Acesso em: 12 dez. 2016.

Figura 12: Formação de cordões arenosos por recuo do mar



Fonte: Blog Geologia marinha⁶⁹

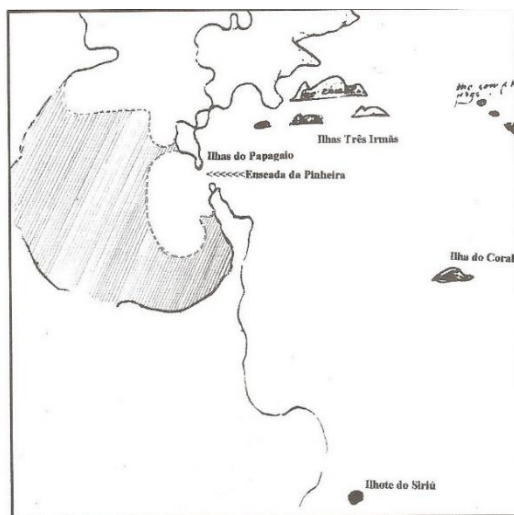
A variação do nível do mar provocou mudanças significativas na região, que tem sofrido alteração há milhares de anos. As modificações ocorridas nos últimos 500 anos, porém, se deram de maneira a deixar a superfície mais ou menos como conhecemos hoje e exemplificada na figura 11.

Observando a cartografia do século XVI, podemos perceber o quanto o local foi alterado nos últimos quinhentos anos. A figura 13, a seguir, é um croqui de 1582 desenhado por Richard Madox, publicado na obra de João Carlos Mosimann e adaptado por nós. Ele representa a Ilha de Santa Catarina e o continente próximo. Observa-se que a enseada que hoje forma a Praia da Pinheira era muito maior do que se apresenta hoje, como pode-se observar na figura 11.

⁶⁹ Disponível em: <http://geologiamarinha.blogspot.com.br/2009/10/cordoes-litoraneos_24.html> Acesso em: 12 dez. 2016.

Para comparar a região nos idos de 1582 com a formação atual, Mosimann (2004), apresenta o mesmo croqui (figura 14) com a inserção de uma parte com hachuras, que representa como a região se encontra hoje em termos de espaço. A figura 14 representa uma ampliação da área acima delimitada pelo quadrado de cor laranja. Percebemos que a planície atualmente é maior do que a que observou Madox em 1582. Naquele ano, o autor do croqui identificou o local conhecido hoje como Ponta do Papagaio como sendo duas ilhas: Papagaio Grande e Papagaio Pequeno (círculo vermelho). Hoje, a parte identificada como Ilha do Papagaio Grande, no mapa de Madox, está ligada ao continente por um tómbolo,⁷⁰ como se pode observar na parte esquerda da figura 11.

Figura 14: Detalhe do croqui de Richard Madox (1582)



Fonte: Mosimann (2004, p. 52)

⁷⁰ Tómbolo: Acumulação sedimentar induzida pela difracção e refracção da onda nas extremidades de um obstáculo (natural ou artificial) inicialmente destacado, isto é, sem conexão com terra e que acaba por ficar ligado a esta pela acumulação aludida. Corresponde a um istmo constituído por materiais sedimentares transportados pelas correntes de deriva locais. In: Gestão Costeira Integrada. Disponível em: <<http://www.aprh.pt/rgci/glossario/tombolo.html>> Acesso em: 22 jun. 2015.

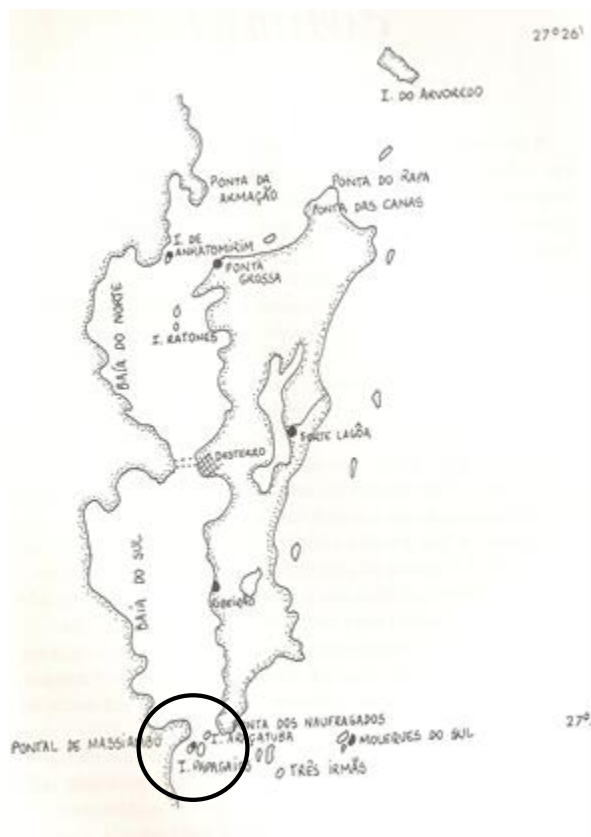
Acreditamos que a formação do tómbolo que ligou a Ilha do Papagaio Grande ao continente tenha ocorrido no início do século XX. A constatação de que essa formação se deu apenas no século XX é possível por meio de análise das representações cartográficas mais recentes, as quais ainda trazem as ilhas em suas representações, e pelo relato de moradores que foram entrevistados. Uma dessas representações é da obra "História Militar da Ilha de Santa Catarina", do Marechal Cândido Caldas. A obra, editada em 1992, foi deixada em manuscrito pelo autor que faleceu em 1966. Por esse motivo, supomos que a escrita do texto deva ter se dado na década de 1950 ou talvez anterior a isso. Na página 12 da edição, o autor apresenta um mapa da Ilha de Santa Catarina e regiões próximas. A reprodução do mapa (figura 15) nos permite ver as Ilhas dos Papagaios, localizadas entre a Ponta de Naufragados e o *Pontal do Massiambu*, como o autor denomina a região. A Ilha está destacada com um círculo.

Sobre a região da Baía Sul, formada entre a Ilha de Santa Catarina e o continente, o autor afirma que

A baía do Sul, também muito alargada no seu interior, tem uma entrada de 3 quilômetros de largura na linha Ponta dos Naufragados, no extremo Sul da Ilha de Santa Catarina, ao Pontal de Massiambu, no Continente.

Apesar dessa largura, a barra do Sul, na prática é apenas a passagem de pouco mais de 300 metros que existe entre a Ponta dos Naufragados e a ilhota de Araçatuba, porquanto ao sul desta até o Pontal de Massiambu, separados por canais de pouco fundo, estão *as ilhas* de Papagaio Grande e Papagaio Pequeno. (CALDAS, 1992, p.13, grifo nosso)

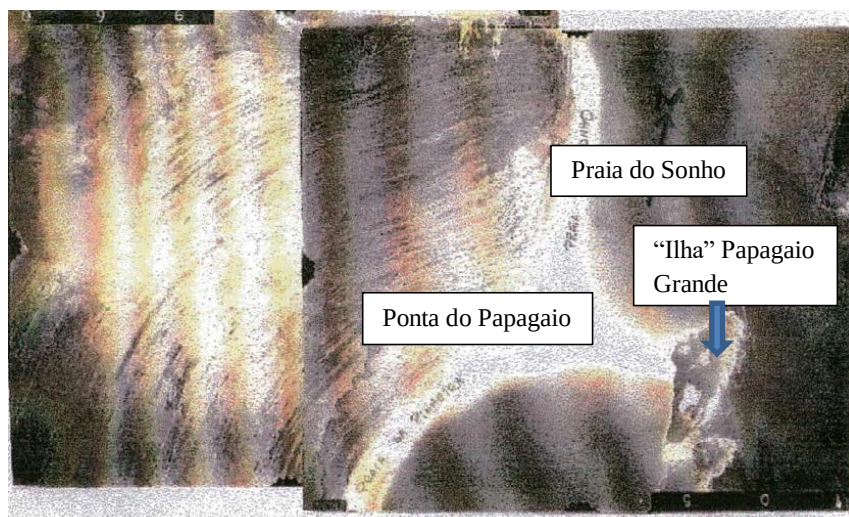
Figura 15: Ilha de Santa Catarina e continente próximo



Fonte: Caldas (1992, p.12)

Mesmo que no início do século XX ainda não tivesse se unido por completo a Ilha dos Papagaios Grande com o continente, a fotografia a seguir, de 1938, é uma justaposição de duas imagens e corresponde a área identificada com o círculo na figura 15. Mostra que o tómbolo já havia se formado. Essa imagem é de fundamental importância neste trabalho, pois além de fornecer informações dos aspectos naturais da região, contribui para o entendimento da ocupação humana no local, já que indica, mesmo com pouca qualidade da imagem, que no final da década de 1930 ainda não havia urbanização na área da Ponta do Papagaio e da Praia do Sonho.

Figura 16: Foto aérea da Ponta do Papagaio (1938)⁷¹



Fonte: Bitencourt (1999, p. 71)

A formação peculiar da Baixada do Maciambú proporcionou o desenvolvimento de diferentes espécies de flora e fauna. Do ponto de vista natural, a região se destaca de tal maneira que, das setenta menções apontadas para justificar a criação do Parque, pelo menos onze estão diretamente ligadas ou citam as características naturais da Baixada do Maciambú, demonstrando assim a importância ambiental desse local. Tem-se então como justificativas para a criação do PAEST, em relação à região:

Considerando o expressivo complexo aquático, compreendido pelos Rios Massiambu e da Madre (Embaú) e diversos alagados, que deverá ser mantido como reservatório líquido para a pesquisa, conservação e reposição de espécies aquáticas, visando o equilíbrio ecológico; [...]

⁷¹ Para ter uma melhor visualização da imagem, ver figura 10. A figura 16 corresponde a zona prioritária 13.

Considerando que na planície costeira dos Rios Massiambu e da Madre (Embaú) desenvolve-se a mais evoluída flora da restinga do sul do Brasil, ricamente representada na sucessão vegetal desta região fitogeográfica, desde a hidrossera (etapas submersa, flutuantes paludosa, tanto de água doce como salgada, brejosa e subseqüentes) até a xerossera (na etapa arenosa da ante-duna): halófitas e psamófitas, das dunas móveis, semi-fixas e fixas: xermófitas e mesófitas e, na rochosa, as etapas dos líquens, musgos e xerófitas rupícolas; [...]

Considerando que a preservação da Restinga do Massiambu será uma contribuição meritória para a botânica, tanto brasileira quanto mundial;

Considerando que no contexto geral de conservação de amostras de vegetação catarinenses, a Baixada Massiambu-Embaú deve merecer preferência; [...]

Considerando que a expressiva lâmina líquida superficial da Baixada do Massiambu, composta de um lago, lagoinhas, meandros do Rio da Madre (Embaú) e, ainda, o próprio Oceano Atlântico, propicia um ambiente apropriado ao ciclo de plantas e animais, pois que as plantas aquáticas e o plâncton, fornecedores de alimentos para a fauna aquática, permitem a desova e o desenvolvimento de peixes e crustáceos, marinhos e de água doce; [...]

Considerando que os cordões semicirculares arenosos da restinga, com suas elevações secas e baixios brejosos que repetem, sempre, em curvas maiores, a Praia da Pinheira, representam uma aula viva de formação geológica do quaternário recente. (SANTA CATARINA, 1975)

Mesmo sendo uma área de imensa importância ambiental, é justamente a que nesses 41 anos do PAEST apresenta os maiores problemas, tópico este desenvolvido no capítulo seguinte.

Após discorrer sobre os aspectos geológicos da região em estudo, faz-se necessário um estudo da hidrografia da Baixada do Maciambú. Os principais rios, bastante citados nos documentos relacionados ao parque, são os que delimitam o que chamamos aqui de Baixada do Maciambú:

rios Maciambú e da Madre/Embaú.⁷² Além desses, há ainda o Rio Fugido, que foi inserido no Plano Diretor de 1976 com o nome de Rio do Furado, afluente da margem direita do Rio Maciambú e o rio Capivari, que nasce na restinga e corre em direção ao mar, desaguando aproximadamente no meio da Enseada da Praia da Pinheira.

O Rio Maciambú nasce a 1.150 metros, em uma escarpa bastante abrupta na Serra do Cambirela, pela parte sul. Corre em direção Noroeste-Sudeste até atingir a planície e desaguar no Oceano Atlântico, na Baía Sul. O Rio da Madre, ou Rio Embaú, situa-se na porção sudeste do Parque e deságua na Praia da Guarda do Embaú. Este rio serve como limite entre os municípios de Palhoça (Norte) e Paulo Lopes (Sul).

A formação vegetal da região, em grande parte, é caracterizada como restinga.⁷³ Na paisagem única da Baixada, pode-se observar etapas diferentes da sucessão de vegetação de restinga, dada as condições do solo. Nas áreas mais próximas ao mar, onde o solo é pobre de nutrientes, tem-se as espécies herbáceas e rastejantes. Mais para o interior, onde o solo é mais variado, contando com lagoas, banhados e campos, tem-se arbustos e palmeiras de butiá. Onde há mais nutrientes, nota-se a formação de pequenos bosques, com bromélias, samambaias, orquídeas, musgos e líquens. Ademais, “em toda a região da baixada é preciso destacar a presença frequente de uma espécie vegetal conhecida como cavalinha, (*Esquisetum giganteum*), considerada como um fóssil vivo, sendo um dos representantes de um dos grupos vegetais mais antigos com 350 milhões de anos” (FATMA, 2003, p. 51). Por sua importância e presença abundante na região, a cavalinha é citada no Decreto de criação do PAEST como espécie a ser preservada.

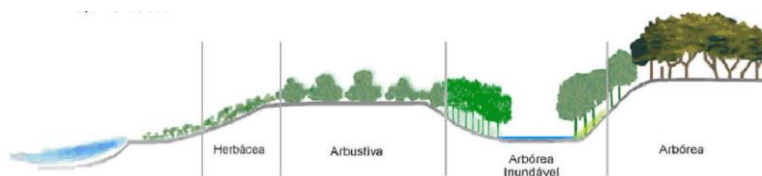
A restinga é constituída por vegetação profundamente influenciada pelo oceano. É composta por vegetação herbácea nas ante-dunas e arbustiva nas dunas fixas ou semi-fixas. Ao longo das ante-dunas, entre a

⁷² Estamos usando a nomenclatura dupla para o rio que desemboca na praia da Guarda do Embaú pelo fato de se utilizar os dois nomes de maneira cambiável. Não se tem uma definição oficial a respeito do nome do rio. Ao que parece, o mesmo rio assume os dois nomes, dependendo de sua posição. Em sua nascente, na Lagoa do Ribeirão, ele é chamado de rio da Madre; já na parte onde o rio se aproxima da praia, é chamado de Embaú.

⁷³ A restinga é uma planície arenosa costeira, de origem marinha, incluindo a praia, cordões arenosos, depressões entre-cordões, dunas e margem de lagoas, com vegetação adaptada às condições ambientais. Disponível em: <<http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/vrestinga.html>> Acesso em: 12 dez. 2016.

ponta da Praia da Pinheira até a Ilha dos Papagaios Grande, encontra-se uma vegetação denominada junco-de-barba (*Androtrichum trigynum*). Nas dunas longitudinais, há grande ocorrência de aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolius*).

Figura 17: Esquema de restinga



Fonte: Site Zona Costeira⁷⁴

Essa planície quaternária ou costeira⁷⁵ na região se estende da Rodovia Federal BR 101 até o mar. Pode-se encontrar, neste trecho, árvores características das matas de planície quaternária, como a guapeva (*Pouteria laciocarpa*), o ipê-da-várzea ou ipê-amarelo (*Tabebuia umbellata*), o mata-pau (*Coussapoa schottii*), o ingá-de-quatro-quinas (*Inga striata*), o ingá-macaco (*Inga sessilis*) e outras menos frequentes ou mesmo raras, além das espécies já citadas mais acima. Aroeiras e araçás fazem parte da flora da região, além da baga-de-morcego (*Guarea*

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/vrestinga.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

⁷⁵ As planícies costeiras ou litorâneas são planícies formadas por sedimentos terciários ou quaternários, depositados na zona costeira, ocorrendo em cada uma das grandes regiões reconhecidas para a costa brasileira. A gênese desse ambiente está relacionada a um conjunto variado de fatores, que podem ser as variações do nível do mar do quaternário associadas às correntes de deriva litorânea, às fontes primárias de sedimento e às armadilhas para retenção do sedimento. Frequentemente, tais planícies estão associadas a desembocaduras de grandes rios e/ou reentrâncias na linha de costa, e podem estar intercaladas por falésias e costões rochosos de idade pré-cambriana. As planícies costeiras formadas pela justaposição de cordões litorâneos são uma das feições mais marcantes do litoral brasileiro, especialmente da sua porção sudeste e sul, em cujos ambientes atuais podem ser encontradas praias, dunas frontais, cordões litorâneos e zonas intercordões.

Disponível

em:

<<http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/vrestinga.html>> Acesso em: 12 dez. 2016.

lessoniana), бага-de-macaco (*Posoqueria latifolia*) e a pimenta-selvagem (*Faramea marinata*) (FATMA, 2003, p. 97). De acordo com Mendonça (1988), são poucos os estudos sobre a zona costeira do Estado de Santa Catarina, especialmente se comparados aos de outros Estados da costa oriental brasileira. Com relação à Baixada do Maciambú, a maioria dos dados existentes fazem parte de levantamentos em nível estadual, e por isso de caráter mais abrangente.

A fauna presente na Baixada do Maciambú relaciona-se diretamente com vegetação nativa dominante da restinga litorânea de modo que,

A variedade de ecossistemas, que abrange praias, manguezais, dunas, restingas, pequenos bosques, rios com meandros e ilhas, olhos d'água, lagoas interiores, brejos, banhados, etc., fornecem alimento e abrigo a uma diversificada fauna. (REITZ, 1982, p. 19)

Não se dispõe de um material completo e atualizado sobre a fauna existente na Baixada do Maciambú. O material pesquisado diz respeito ao PAEST como um todo. Sobre as características da fauna especificamente da região litorânea, dispomos de materiais de divulgação oferecidos aos visitantes do Parque e a publicação da Revista *Sellowia*, edição de 1982 dedicada à Zoologia. O periódico traz informações sobre o primeiro projeto do Parque sob a coordenação de Raulino Reitz, intitulado *Restauração da Fauna na Baixada do Maciambú*.⁷⁶

Segundo materiais de divulgação atuais que estão disponíveis no Centro de Visitantes do Parque, que como já anunciado está localizado na região da Baixada do Maciambú, a fauna está representada por animais de hábitos terrestres, aquáticos e semiaquáticos. Entre as principais espécies estão os mamíferos de hábitos noturnos ou crepusculares em sua maioria, como o tatu-galinha (*Dasypus novencintus*), o gambá-de-orelha-branca (*Didelphis albiventris*), o guaxinim (*Procyon cancrivorus*), o gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*) e o cachorro-do-mato (*Cercodon thous*), entre outros. Grandes mamíferos também são presentes neste ecossistema, como capivaras (*Hydrochoerus*

⁷⁶ Aos interessados no assunto recomenda-se: REITZ, Raulino; ROSARIO, Lenir Alda do; SCHMITZ, Russel José. **Restauração da fauna desaparecida na Baixada do Maciambu**. Florianópolis: FATMA, 1982.

hydrochaeris) e a anta (*Tapirus terrestris*), que é o maior mamífero do Brasil.

Durante o dia são avistados com facilidade aves e répteis. Das aves, temos como exemplo a marrecapiadeira (*Dendrocygna viduata*), a marrecade-pé-vermelho (*Amazoneta brasiliensis*), a jaçanã (*Jacana jacana*), o frango d'água (*Gallinula chloropus*) e garças (*Egretta tula*). Os répteis que são avistados na região são cobras, cágados (*Phinops hylarii*) e lagartos (*Tupinabis sp.*). O jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) é outra espécie que tem seu habitat na restinga do PAEST, sendo que esta espécie consta na lista oficial da Fauna Brasileira como espécie ameaçada de extinção.

A fauna marinha deve ser aqui tratada por ter uma relação direta com os sujeitos que residem na Baixada do Maciambú mesmo antes da região se tornar parte do PAEST. Para exemplificar algumas espécies, temos as ostras (*Crassostrea rhizophorae*), mexilhões (*Mytilus edulis*) e camarões (*pennaeus spp*), peixes como o robalo (*Centropomus undecimalis*) e tainhas (*Mugil platanos*). Além disso, é o ambiente onde se avista a Baleia Franca, conforme discorrido anteriormente. Vale a pena ressaltar que os exemplos de flora e fauna listados aqui representam uma parcela ínfima do quadro de espécies presentes na região. Porém, optamos em destacar as espécies que formam parte dos recursos naturais usados pela população humana, de modo que essas informações farão sentido nesse trabalho à medida que essas questões sejam abordadas. Estar a par do conhecimento do ambiente natural no qual ocorrem as relações culturais é um dos pressupostos da História Ambiental, como explicado no capítulo 1.

No próximo item as primeiras relações entre humanos e a natureza na Baixada do Maciambú serão abordadas. Milênios antes do Decreto que criou o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro surgir, em um ambiente diferente daquele de 1975 e diferente dos dias atuais, insetos, répteis, aves e mamíferos, dentre os quais o *homo sapiens*, conviviam dentro desse mesmo ecossistema. Optamos por tratar da ocupação humana na Baixada do Maciambú e de sua relação com o meio ambiente neste capítulo para facilitar o entendimento das mudanças espaciais e culturais da região

3.2 HUMANOS NO MACIAMBÚ: SAMBAQUIANOS, INDÍGENAS E EUROPEUS

A duplicação do trecho sul da Rodovia Federal BR 101 (ligação entre Palhoça-SC e Osório-RS), evidenciou a presença humana pré-histórica da região, corroborando com estudos arqueológicos que há décadas buscavam decifrar os enigmas dos povos pré-históricos do litoral brasileiro. Segundo *site* institucional da concessão da rodovia,

O trecho em duplicação da BR-101 Sul tem grande importância histórica e cultural. Em virtude da obra, foram salvos 15 sítios arqueológicos de tradição, dentre eles: “Sambaqui” e “Cerâmica” no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, foram identificados 13 sítios. Todos os sítios identificados foram salvos. No caso dos sítios no segmento catarinense, os sítios foram aterrados por determinação do IPHAN/SC, tendo sido colocadas placas de identificação nos mesmos, segundo as recomendações dadas.⁷⁷

Todo o litoral de Santa Catarina, de São Francisco do Sul à Passo de Torres, possui estudos arqueológicos que identificam as características do homem pré-histórico que viveu na região, chamado de “homem do sambaqui”. A palavra sambaqui tem origem Tupi e significa “Monte de conchas”, daí a denominação. Além disso, há ocorrência de outros elementos, como machados, polidores, pontas de flechas, sepultamentos e artefatos dessa cultura pré-histórica, anzóis feitos de ossos e boleadeiras (MASI, 2000, p.36). Apesar de se encontrar sepultamentos nesses montes, o sambaqui não é um cemitério, conforme alerta Masi (2000, p. 36):

Nós não encontramos os mortos dispostos em tumbas definidas, mas sim espalhados, em diversas posições, uns ao lado dos outros, outros em cima, e em alguns sítios encontramos sepultamentos feitos dentro da casa do morto, quer dizer, o espaço do morto é onde ele morava. Não é um espaço a parte, como são os nossos cemitérios hoje.

⁷⁷ Disponível em <http://101sul.com.br/site/meio_ambiente.php>.

Provavelmente os sambaquis são lugares onde as pessoas processam seus alimentos, exercem determinadas atividades – ainda hoje há estudiosos que acreditam que eles moravam nos sambaquis – e onde também encontram-se algumas evidências de habitação.

A ocupação do chamado homem do sambaqui data de aproximadamente 5000 anos. O litoral de Santa Catarina, conforme evidências arqueológicas disponíveis, foi povoado por esse grupo desde essa época. Os habitantes pré-históricos deixaram testemunhos de sua presença, como instrumentos de pedra e osso, cerâmica, restos de fogueiras, inscrições rupestres e, no caso dos sambaquis, os próprios montes, formados com as cascas dos moluscos de que se alimentavam (SANTOS, 2004).

Para Marco Aurélio de Masi, os sambaquianos se alimentavam sim de moluscos, porém, a partir de suas pesquisas realizadas no sítio arqueológico do Rio Vermelho, em Florianópolis, o pesquisador pode afirmar que a dieta principal do homem do sambaqui era peixes. Sobre a quantidade imensa de conchas, Masi argumenta que, além de alimento, os moluscos poderiam ser usados como iscas, visto que foram encontrados nos sambaquis pontas de ossos que eram utilizadas como anzóis, conforme atestaram os exames das ossadas. Antes dos resultados da pesquisa de Masi (2000), acreditava-se que essas pontas de ossos eram utilizadas basicamente na caça. Por conta dessas descobertas, Masi chama os sambaquianos de pescadores-coletores.

Como outras partes do litoral, a região em estudo também se mostrou um campo fértil de pesquisa em arqueologia, já que apresenta diversos sambaquis e também inscrições rupestres nos costões das praias e também nas ilhas, principalmente na Ilha dos Corais, que se encontra dentro dos limites do PAEST. Nos estudos realizados pela Universidade Federal de Santa Catarina e encomendados pelo Estado em 1976 por conta da criação do PAEST, foram feitos os levantamentos dos sítios arqueológicos de toda a área do parque. Na lista desses sítios, apresentadas no volume I dos *Aspectos Culturais e Sociais*, tem-se na região da Baixada do Maciambú, assim como áreas um pouco mais distantes do litoral, presença de sambaquis. A variação do nível do mar, descrito acima na formação geológica da região, é uma das hipóteses prováveis de se haver sambaquis hoje distantes do mar. Segundo a fonte, foram identificados três sítios arqueológicos na Praia da Pinheira, sendo

dois mancha preta e um sambaqui com material lítico, conchas e material ósseo humano. Ainda na região, mas mais afastados do mar, são identificados sítios nas comunidades do Albardão, Três Barras e Maciambú, além das inscrições da Ilha dos Corais.

O sambaqui da Praia da Pinheira, possui 30 x 20 x 1 metros e está localizado na encosta do morro que divide a Pinheira da Praia da Guarda do Embaú. Neste local foi encontrado sepultamento humano. Há as oficinas líticas, que eram locais onde se poliam os instrumentos usados no cotidiano. Em geral, essas oficinas ficam próximas aos sambaquis, aparecendo em rochas de diabásio escuro, formando depressões, umas com formatos de pratos, outras com formato de frisos polidos por dentro (FARIAS, 2004).

Há também inscrições rupestres na Praia da Guarda do Embaú e na Praia da Pinheira, além das já comentadas na Ilha dos Corais. Sobre as inscrições rupestres, descrevendo os tipos de inscrições encontradas em pesquisa realizada na Ilha de Santa Catarina e que se repetem por todo o litoral catarinense, Keler Lucas (1997, p. 17) afirma que,

Na sua maioria, as sinalizações são motivos geométricos, formados por traços paralelos, paralelos ondulados verticais e horizontais, traços em ziguezague, círculos simples e com divisões, círculos concêntricos, com dois e três círculos, retângulos diversos e séries de retângulos, série de pontos simétricos, série de triângulos, alguns com o vértice para cima e outros para baixo. Os motivos naturalistas são formados por figuras humanas (antropomorfos) de vários tipos, cuja grande maioria apresenta os braços levantados, como se fosse uma saudação, máscaras simples e duplas, que aparecem bastante. Há também marcas de pés ou pisadas ou pegadas humanas.

Ainda não há consenso entre os pesquisadores sobre o real significado das inscrições rupestres. O que se sabe sobre os sambaquianos se relaciona aos objetos que deixaram como resíduos materiais, que nos dão apenas alguma ideia de seu cotidiano. A cultura imaterial, como sua filosofia de vida, leis, crenças, saberes, capacidade mental, como diz Keler Lucas, “estão espalhados pelos inúmeros sítios de arte rupestre ainda existentes e de outras que já desapareceram” (LUCAS, 1997, p. 15).

Outro mistério a respeito do homem do sambaqui é o seu desaparecimento. Para Santos (2004, p. 23), houve uma sucessão de povos pré-históricos ocupando e disputando parcelas do território que hoje é Santa Catarina. Porém,

Isso ainda não está suficientemente claro para os estudiosos de Arqueologia, mas a riqueza da fauna litorânea, associada à ocorrência no planalto fronteiro, de vastos pinheirais, cujo fruto associava uma variada quantidade de animais, fazia dessa região uma área de fartura. Fartura que, evidentemente, atraía e provocava disputas entre as populações que pretendiam usufruí-la. Tudo indica que os Carijó chegaram à região vindos da área do atual Paraguai. E, como eles dominavam a agricultura, conheciam o fabrico de cerâmica, submeteram ou expulsaram outros grupos.

Masi (2000, p. 35) corrobora com Santos, e acrescenta ainda que a partir da chegada dos Guarani no litoral, não se houve mais falar dos sambaquianos. Possivelmente, teriam eles sido eliminados por guerras de disputas de território ou mesmo mestiçados. A chegada dos Guarani, ao que tudo indica, está relacionada a um movimento migratório de fundo religioso ou mítico. Segundo pesquisas, os Guarani migravam em busca da Terra sem Males, em direção ao sol nascente, mas eles não tinham conhecimento da localização exata dessa terra. Por isso, o nomadismo era uma constante em sua cultura (MOSIMANN, 2004, p. 35). Foram com os Carijó (de tronco linguístico Tupi-Guarani) que os primeiros navegadores europeus que chegaram no litoral catarinense tiveram contato.

Para Rodrigo Lavina, desde 1957 tem-se praticado pesquisas na área da Arqueologia nos sítios pré-históricos do Estado de Santa Catarina. As pesquisas desde então levaram a datações variáveis da presença de tradição Tupiguarani⁷⁸ na região do Estado, de modo que a presença desse grupo humano pode ser remetida há 380 d.C. Este dado baseia-se nas datações mais antigas conseguidas pelos arqueólogos. Na Ilha de Santa Catarina, em pesquisa de Marco Aurélio Nadal de Masi, obteve-se uma datação de 910 anos A.P (antes do presente) (LAVINA, 2004).

⁷⁸ A denominação Tupiguarani sem hífen indica a tradição linguística, conforme convencionado entre os pesquisadores (LAVINA, 2004, p. 20).

A cultura Tupiguarani é, segundo Lavina,

[...] o nome pelo qual os pesquisadores convencionaram chamar uma cultura ceramista com características típicas, que se acha espalhada por uma ampla área da América do Sul. A principal destas características é a produção de uma cerâmica típica, que apresenta vasilhames sem decoração, com decoração plástica corrugada (quando a superfície do vasilhame é “beliscada” com os dedos), unglada (com marcas de unhas), escovada e decoração pintada, esta apresentando motivos geométricos em vermelho ou preto sobre um fundo branco. (LAVINA, 2004, p. 20).

Além das cerâmicas, são encontrados nos sítios lâminas usadas como facas, amoladores em canaleta, pingentes perfurados em pedra polida, objetos feitos de ossos, como pontas de flecha e furadores, e também colares feitos de conchas polidas.

As pesquisas apontam que os indígenas dessa tradição são originários da região amazônica e teriam migrado em levadas sucessivas a 5000 anos atrás em duas prováveis rotas. A primeira seria pela nascente do Rio Paraguai, descendo os formadores da bacia do Rio da Prata até o Atlântico e subindo o litoral em direção ao norte. Outra rota seria descendo a bacia Amazônica até o Atlântico, seguindo pelo litoral do nordeste em direção ao sul (LAVINA, 2004, p. 21).

Na região em estudo, mais precisamente na Praia da Pinheira, foi encontrado em terras de Sabino Joaquina da Silveira um sítio arqueológico de tradição Tupiguarani. Farias (2004, p. 66) informa que “sobre área de 5000 metros quadrados, encontram-se cacos de cerâmica de tradição guarani, de mistura com carvão vegetal. O sítante retirou do local duas urnas funerárias, que após quebrarem foram extraviadas”. No relato, Farias ainda explica uma dificuldade em se realizar pesquisas arqueológicas, pois desconfiados de tesouros enterrados, ou de encontrar objetos de valor, o dono não permite fazer qualquer sonda no sítio.

Ao chegarem ao litoral brasileiro a partir do século XV, os europeus encontraram diferentes grupos indígenas. No caso do litoral sul, no Estado de Santa Catarina, não encontraram o homem do sambaqui, mas sim o grupo indígena de tradição Tupiguarani. No interior, porém, os grupos indígenas do tronco linguístico Gê, que formaram os Kaingáng e

os Xokleng, se faziam presentes. No litoral, os Tupiguarani foram chamados de Cario ou Carijô, e foram esses indígenas que primeiramente tiveram contato com o europeu, pois toda a região fronteira a Ilha de Santa Catarina era habitada pelos Carijô.

Os Carijô praticavam a coivara, que implica a derrubada e queima de parte de florestas para a prática da agricultura. A mata era derrubada com machados de lâmina de pedra polida e, em seguida, queimada. A plantação era feita em meio às cinzas e trocos. Quando o solo dava sinais de esgotamento, a roça era abandonada, o que podia ocorrer em três ou quatro anos. Os principais produtos cultivados eram a mandioca e o milho. Outras plantas cultivadas eram abóboras, diferentes tipos de feijão e batata, algodão, tabaco, cará e cabaças, que eram também usadas como recipientes (SANTOS, 2004; LAVINA, 2004).

A cerâmica produzida era, sobretudo, grandes recipientes, usados para o armazenamento de farinha de mandioca e para o preparo de bebida fermentada. Além disso, utilizavam-se esses recipientes em preparos e consumo de alimentos. Outra função da cerâmica era a de servir como urnas funerárias. Pesquisadas, essas urnas deram subsídios para o entendimento desse grupo humano pois guardavam objetos da cultura material.

São frequentes os acompanhamentos funerários, geralmente pequenos recipientes de cerâmica, lâminas e machado, tembetás⁷⁹, pingentes e colares feitos em osso. As aldeias eram implantadas preferencialmente em locais com água abundante, próximo a rios navegáveis por canoas e que possuísem terra favorável ao cultivo do milho e da mandioca. [...] No litoral, geralmente estão em áreas planas, mais altas que as circundantes, próximas a rios ou lagoas, mas normalmente afastadas do mar, onde a salinidade impediria o cultivo do solo. (LAVINA, 2004, p. 21-2)

A informação do autor de que as aldeias no litoral estão afastadas do mar não está muito clara. O afastamento informado pode se referir ao fato de que as aldeias não se estabeleciam em áreas de restingas, ou muito

⁷⁹ Nome dado aos adornos labiais geralmente polidos em rochas como o cristal de rocha (quartzo hialino). (LAVINA, 2004, p. 20).

próximas ao mar, por exemplo. Além da agricultura, o mesmo autor afirma que os Tupiguarani praticavam a caça, a pesca de espécies marinhas e de água doce e a coleta de mariscos. Capturavam também insetos, extraíam mel, colhiam frutos e tubérculos que não cultivavam (LAVINA, 2004, p. 22). Com essas informações e as informações obtidas a partir das pesquisas arqueológicas, tem-se que os indígenas do litoral, que praticavam a pesca marinha e a coleta de moluscos e crustáceos, possuíam traços culturais herdados do homem do sambaqui, e por isso não poderiam viver afastados do mar. Adiante veremos que no solo não tão rico em nutrientes, o indígena desenvolveu algumas culturas, principalmente a mandioca.

Mesmo diante das informações oriundas de pesquisas atuais a respeito dos povos indígenas, para Santos (2004, p. 23), as informações que costumamos ter sobre os indígenas são, na maioria das vezes, pobres ou errôneas. Para ele,

[...] pouco se enfatiza que os indígenas do Brasil domesticaram e utilizavam várias espécies de vegetais como milho, a mandioca, o fumo, a erva-mate, que logo foram absorvidas pelos europeus. Além disso, tinham os indígenas grande conhecimento da fauna e flora, como também de acidentes geográficos como rios, ilhas, campos etc. Todo esse conhecimento, que evidentemente variava em detalhes de grupo para grupo, foi oferecido aos europeus e logo utilizado para garantir a exploração da terra e o pronto alcance de riquezas. (SANTOS, 2004, p. 23)

As fontes informam sobre o papel que os indígenas do litoral tiveram na conquista europeia, indicando o processo de escambo realizado entre os Carijós e os europeus principalmente no século XVI, no local que antes de ser denominado Baixada do Maciambú era conhecido nos relatos de viajantes pelo nome Porto dos Patos. Esta região continental, localizada em frente ao extremo sul da Ilha de Santa Catarina, configura-se nos documentos históricos pesquisados como importante local para os navegadores que costeavam o litoral brasileiro em direção ao Rio da Prata desde o século XVI. A região se apresentava como um lugar estratégico para o abastecimento de água, lenha e víveres para as embarcações que ainda tinham uma longa jornada para alcançar o Rio da

Prata. Graças às características geográficas, a baía, que é protegida a oeste pela cadeia de montanhas chamada hoje de Serra do Tabuleiro e a leste pela Ilha de Santa Catarina, apresenta um mar de águas calmas. Além disso, a foz do rio Maciambú também servia como um facilitador para o desembarque dos navegadores, assim como para o embarque da provisão daquilo que era necessário para o abastecimento dos navios e o prosseguimento de suas viagens.

Desde que os primeiros navegadores europeus começaram a se aventurar pelo litoral sul brasileiro, se tem discordância quanto à toponímia dada ao local que hoje se denomina Baixada do Maciambú. Porto dos Patos, um dos nomes bastante citados para designar a região, é motivo de discordância entre os pesquisadores que se debruçam sobre esse período histórico e que procuram, em suas pesquisas, elucidar o cotidiano da Ilha de Santa Catarina no século XVI. Mesmo não sendo o objetivo de nossa pesquisa, discorreremos brevemente sobre essa questão, por ser parte integrante do processo de ocupação e exploração dos recursos naturais na região em estudo.

Lucas Alexandre Boiteux, na obra “Santa Catarina no século XVI” (1950), não tem dúvidas quanto ao local exato do famoso porto. Em suas pesquisas, o historiador encontrou registros que deixam claro que o local onde os navegadores ancoravam seus navios para abastecimento era mesmo a foz do Rio Maciambú. Boiteux ainda chama atenção pelo fato de haverem sempre muitas recorrências aos acidentes geográficos com essa denominação naquele trecho da costa:

Talvez não se encontre em qualquer outra parte do Brasil, talvez mesmo do mundo, em um trecho tão curto do litoral (53 milhas, apenas), como o que se estende da ilha de Santa Catarina à Laguna, tantos acidentes geográficos, com a mesma denominação – Patos – na cartografia do século XVI. Vemos: porto, ilha, rio, baía, golfo, laguna, lagoa, terra, índios, capitania, e até... reino, tal a balbúrdia estabelecida pelos navegadores, cartógrafos, desbravadores, em portulanos, roteiros, crônicas, etc., que não sabemos como desfazer cipoal tão emaranhado. Estou convencido, até hoje, que o sítio chamado Massiambú ou Massambú e que demora, no continente, à barra sul do porto de Santa Catarina, traz o nome já corrompido pelo perpassar dos tempos, da taba ameríndia em que

foram acolhidos os superstitos do barco castelhano naufragado. (BOITEUX, 1950, p. 25-6)

Seguindo a mesma linha de pensamento, João Carlos Mosimann complementa a informação de Boiteux ao afirmar que a região que é atravessada pelo pequeno Rio Massiambú e seus dois afluentes é a única compatível com as indicações existentes. É, ainda segundo o autor, a única região que atenderia a uma característica importante dos guarani (Carijó): “a de ocupar planícies costeiras de solo arenoso, propícias ao cultivo da mandioca e com a vantagem adicional da proximidade do mar” (MOSIMANN, 2004, p. 85), indicativo também apontado por Lavina, citado mais acima. Percebe-se, assim, a relação de um grupo social – os guarani, à época chamados de Carijó – com a natureza e o uso dos recursos naturais em sua cultura.

Depois de ocupada pelo homem do sambaqui, pescadores-coletores que tinham o mar como o mais importante recurso natural, e de esse povo ter se submetido, conforme pesquisas, aos Tupiguarani, que tinham na agricultura e caça, agregada a pesca e coleta de outros animais marinhos, como recursos utilizados, chegam os europeus na Baixada do Maciambú. As primeiras impressões e informações a respeito da Baixada do Maciambú e da presença de não indígenas na região, bem como o contato entre estes e os povos indígenas, se dão no início do século XVI. Na época, conforme apontado, o litoral brasileiro era navegado por navios de diferentes nações europeias e essas embarcações ancoravam na costa para se reabastecerem.

Existe certa convergência entre os navegadores que estiveram no Porto dos Patos no século XVI, e os pesquisadores que se valeram desses registros, em caracterizar os indígenas que viviam na região, os Carijó, como um povo receptivo, amigável e o “melhor gentio”⁸⁰ da costa brasileira. Muito dessa alcunha deve-se às descrições feitas pelos navegadores. Um dos primeiros relatos, que trata de como se deu o encontro entre os europeus e os Carijó no início do século XVI, relaciona-se não aos portugueses, mas sim aos espanhóis e a viagem de Juan Días Solís. Da fatídica viagem do navegador espanhol Juan Díaz de Solís ao Rio da Prata em 1516 ao desenrolar desse episódio, narrado por

⁸⁰ Termo usado por Mossimann (2004), Santos (2004) e Morell e Luz (2013), baseado em fontes de pesquisa.

Mosimann (2004), tem-se ideia das primeiras relações estabelecidas pelos navegadores com os povos indígenas que viviam no Porto dos Patos.

Ao desembarcar nas margens do Rio da Prata, atual Uruguai, com oito homens de sua tripulação, Solís e seus companheiros foram cercados e mortos a flechadas. Em seguida, “tomando os mortos nas costas e afastando-se da margem do rio, mas até onde os do navio pudessem vê-los, os índios cortavam-lhes as cabeças, braços e pernas, assavam os corpos inteiros e os comiam” (MOSIMANN, 2004, p.17). Diante daquilo que presenciavam, os demais membros da tripulação se afastaram da costa e prepararam o retorno à Espanha. Ocorre que no regresso,

[...] ao se aproximarem da Ilha de Santa Catarina, ainda sem nome cristão, uma caravela com cerca de quinze tripulantes, comandada não se sabe por quem, desgarrou-se da comitiva e ao tentar adentrar a baía sul, naufragou na barra. [...]. Doze anos depois, o piloto Diego Garcia reencontraria alguns de seus colegas náufragos, em nova viagem ao Prata. Dos quinze tripulantes, onze conseguiram nadar até a praia e obrigados pelas circunstâncias ali permanecer, bem recebidos que foram pelos nativos da região. (MOSIMANN, 2004, p. 19)

Boiteux complementa que foi na ilha ou em alguma enseada da costa fronteira que se refugiaram e se estabeleceram os 11 sobreviventes da galé naufragada da expedição de Solís quando retornava do Rio da Prata. Ainda segundo ele,

Desses homens (carai-mururú dos silvícolas), temos perfeito conhecimento de três deles: Henrique Montes, Melchor Ramirez e Francisco Pacheco. Seis deles julgo te-los identificado: Aleixo Garcia, Duarte Perez, Francisco Chavez, Francisco Fernandes, Gonçalo da Costa e Fulano Sedeño. Os dois restantes, é provável tivessem morrido, sem deixarem de si a mais vívida memória. (BOITEUX, 1950, p. 24)

Por meio desses relatos, percebemos que os indígenas foram de grande valia para os náufragos da expedição de Juan Díaz de Solís e também para todos os navegadores. Conhecedores da região, os carijós

podiam informar com precisão as fontes de água e os melhores lugares para caça.

O local de acesso ao Porto dos Patos (Barra Sul da Ilha de Santa Catarina), era difícil e perigoso, mesmo assim, os navegadores insistiam em aproveitar o local por ser favorável em dois motivos simples: um local protegido dos ventos; e a facilidade dos carijós em estabelecer acordos de troca e auxílio na região. (SOUZA, 2013, p. 99)

Há registros do início do século XVI que indicam que, mesmo sendo a região de posse dos portugueses, navegadores de diversas nacionalidades usufruíram do Porto dos Patos. Mesmo com toda a dificuldade e perigo que se enfrentava ao alcançá-lo pela Barra Sul da Ilha (ver figura 15), o motivo dessa escolha, tal como apontado por Morell e Luz era, além de se configurar como um lugar privilegiado para a ancoragem, a presença indígena.

Em especial, os carijós da aldeia de Acotia aproveitaram um espaço determinado às suas atividades preferidas: caça e pesca. A foz do Rio Massiambu e a junção de seus afluentes se apresentavam numa planície propícia para a agricultura, o transporte fluvial e atividades de subsistência. (SOUZA, 2013, p. 105)

Os perigos da empreitada eram recompensados com a fartura de alimentos. Além da caça, os carijós negociavam os animais que criavam (sobretudo patos) e os produtos que cultivavam, como o milho, a batata, feijão, melancia e abóbora. O terreno arenoso e o cultivo de plantas de fácil manejo tornavam a prática agrícola relativamente simples, exigindo dos carijós poucos instrumentos e pouco tempo para o preparo da terra (MOSIMANN, 2004). Além de carne e dos produtos citados, outros dois alimentos foram essenciais no abastecimento dos navios: a mandioca e os moluscos. A farinha que tinha a mandioca de base era usada para fazer pão, pirão, beiju e uma espécie de aguardente. Para o preparo desses produtos, deixava-se a mandioca de molho durante alguns dias dentro de uma canoa, até amolecer. Em seguida, era prensada em uma peneira para eliminar seu líquido venenoso e deixada a secar. A partir daí é que se conseguiam os seus derivados.

Segundo Sophie Coe (2004), o descobrimento da mandioca modificou a pouca estima que se tinha por este tipo de cultura, pois nenhuma colheita de raízes comestíveis na Europa, como cenoura, rabanetes e nabo, constituía em uma fonte considerável de energia. Para Coe, a mandioca, no início da conquista europeia, foi mais importante que o milho, pois era uma das principais fornecedoras de calorias nas Índias Ocidentais. Ademais, podia ser preparada e guardada por muito tempo, resultando em um produto apropriado para fortalecer os soldados. Além disso, a mandioca,

Normalmente, esta planta é consumida em terras baixas e úmidas tropicais, o que se torna seu registro arqueológico muito escasso. Mas deve ter sido domesticados no nordeste do Brasil, onde muitos ainda crescem numerosas espécies selvagens. (COE, 2004, p. 37)⁸¹

Outro recurso natural aproveitado pelos navegadores eram os frutos do mar. Isso se deve pela geografia do local que facilitava sua extração. Desde os primeiros contatos, os navegadores usufruíram não só de peixes, como também de ostras, mariscos e berbigão, sendo este último até hoje abundante na região da foz do Rio Maciambú.

O engenheiro francês Amédée François Frézier, encarregado de construir fortes nas possessões espanholas na América do Sul, aportou em Santa Catarina em 1712. O local exato, pela descrição, deve ter sido o Porto dos Patos. Frézier deixou importante relato, no qual observamos seu fascínio pelo consumo de ostras e o interesse por uma nova possibilidade de caça: os gados selvagens de “Arazatiba”,⁸² que serão abordados no item a seguir. No mesmo relato, Frézier descreve como a pesca é abundante nas inúmeras enseadas, seja na Ilha, seja em terra firme; e cita algumas espécies de peixes que ele e seus homens pescavam, como sargos, carapaus, “machorans”, roncadors, peixes-galo e peixes-rei. Além disso, o engenheiro francês revela que a caça na região é tão abundante quanto a pesca e que os pássaros mais comuns para este fim

⁸¹*Por lo general, esta planta es más consumida en las tierras bajas y húmedas tropicales, lo cual se traduce en que su registro arqueológico sea muy escaso. Pero debe haber sido domesticada en el noreste de Brasil, donde aún crecen numerosas especies silvestres.*

⁸² Grafia do século XVIII do topônimo conhecido atualmente como Araçatuba.

são os papagaios. Porém, “a caça ordinária aos habitantes é o macaco, de que comumente se alimentam: mas a melhor de todas para os navios em estadia é a dos bois, dos quais há uma grande quantidade em terra firme, perto de Arazatiba, como já disse” (HARO, 1996, p. 27).

George Shevolke, outro navegador que esteve na Ilha de Santa Catarina e na costa fronteira em 1719, traz também em seus relatos os aspectos relacionados aos recursos naturais que a Ilha e o continente ofereciam à época. Diverge de Frézier no que diz respeito à caça, afirmando que “existe muito pouca, embora as matas estejam cheias de papagaios” (HARO, 1996, p. 46). Entretanto, converge com Frézier ao relatar a abundância de peixes de diversas espécies e também a facilidade de pescá-los, além de afirmar que os crustáceos também fizeram parte da dieta dos navegadores:

Lá cada pedra e até mesmo as raízes das árvores à beira da água, abrigam uma deliciosa espécie de ostras verdes de pequeno tamanho. Da mesma forma, entre pedras junto às praias, pode-se encontrar o que comumente se chama de mariscos; em sua forma exterior eles muito se assemelham aos ouriços do cais [...] em minha opinião, supera em sabor a toda espécie de crustáceo que jamais provei. (HARO, 1996, p.46)

A presença de ostras nas raízes de árvores dá-se pelo fato de essas raízes estarem em contato com água salgada. Esse tipo de ecossistema, presente em áreas pantanosas e de mangues, é bastante comum em algumas regiões da Ilha de Santa Catarina e também na foz Rio Maciambú, no local que estamos chamando de Porto dos Patos.⁸³

Ressalta-se também que os relatos dos séculos XVIII e XIX, pesquisados por nós, não trazem informações sobre a aldeia indígena apontada pelos navegadores que aportavam no Porto dos Patos e que fora tão importante para os europeus no século XVI. A presença indígena

⁸³ As ostras, citadas nos relatos de Frézier e Shevolke, são ainda hoje encontradas em áreas tanto da Baía Sul quanto da Baía Norte (entre a Ilha de Santa Catarina e o continente) por causa do mar calmo, já que não se desenvolvem em costões de praias de mar aberto.

documentada a partir do século XVIII refere-se ao povo indígena Xokleng, como relatado no capítulo anterior. Essa presença era mais intensa no interior e no litoral norte do Estado.

O desaparecimento do Carijó no litoral de Santa Catarina ocorreu, segundo Santos (2004), a partir do aumento das expedições de portugueses e espanhóis no Atlântico sul, com o início efetivo da colonização das metrópoles em suas colônias.

Efetivamente, eles [os indígenas] haviam prestado uma grande contribuição para a sobrevivência dos europeus durante todo o século XVI. Suas roças abasteceram com alimentos frescos os navios. Suas flechas e armadilhas mataram animais que forneceram carne para os europeus. Os córregos de água fresca que conheciam basteceram os tonéis dos barcos. Seus conhecimentos do interior permitiram as primeiras excursões de reconhecimento e exploração. Mas, na medida em que os europeus foram se afirmando na conquista, tudo isso foi deixado de ser importante. Aos Carijó ficou apenas o último papel, o de ser escravo do europeu nos engenhos que então começavam a se instalar. (SANTOS, 2004 p. 25-6)

Os indígenas foram envolvidos nesse processo de colonização, e como no litoral de Santa Catarina os Carijó sempre se mostraram afáveis ao contato com os brancos, é nessa área que os portugueses vão começar a aprisionar índios para vendê-los como escravos nos mercados de São Vicente e da Bahia. Com isso, a ruína dos Carijó foi imediata, pois aldeias inteiras foram escravizadas. Além disso, os indígenas começaram a sofrer e a morrer devido a doenças como a gripe, sarampo, varíola, pneumonia e tuberculose. Os jesuítas, que chegaram na colônia a partir de 1559, não puderam impedir que os Carijó desaparecessem definitivamente do litoral de Santa Catarina ao fim do século XVI.

3.3 COMPÁSCUO⁸⁴ DOS CAMPOS DE ARAÇATUBA: AS INTERFACES DA OCUPAÇÃO

Das fontes utilizadas, um aspecto em especial chama a atenção nos relatos de navegadores do século XVIII. Em 1712, Frézier escreveu em seu relato que,

Ao romper do dia avançamos ainda uma meia légua para verificar se não havia algum navio fundeado em Arazatiba, o que não foi visto. Um dos nossos oficiais que aí havia estado com M. Chabert, chamou-nos atenção para uma ponta de terra baixa onde se encontravam manadas de bois selvagens [...]. A leste da ilhota Fleury existe uma enseada onde se encontra muito boa água e pequenas ostras verdes de um sabor delicioso. (HARO, 1996, p. 22)

Além dos peixes e dos crustáceos, já apresentados quando abordados os seus relatos mais acima, o navegador Shevolke também dá notícias de gados na parte do continente. Escreve ele: “Nas savanas de Arezitiba, no continente, bem em frente à parte extrema sul da Ilha de Santa Catarina, eles tem gado preto em grande número, algumas das quais nos foram fornecidas e que compramos a preço razoável” (HARO, 1996, p. 47).

A presença de gado no continente, na planície de Araçatuba (Baixada do Maciambú) é bastante antiga, como podemos perceber pelas narrativas supracitadas do início do século XVIII. Essa presença pode ser entendida pela questão natural da região (áreas de pouco relevo, com presença de capim e de água) e pela questão cultural, ou seja, da prática de criação de gado em campos abertos, sem cuidados especiais.

Quando de sua passagem pela Ilha de Santa Catarina, em 1798, o inglês James George Semple Lisle também se ocupou em registrar suas impressões sobre o local. Além da natureza e dos produtos que conseguia na ilha, Lisle descreveu os costumes dos habitantes que residiam nela. Em

⁸⁴ Contrato em que vários proprietários de terrenos diferentes estabelecem que os animais poderão pastar em comum nas propriedades de todos. Tem também a denominação de comunhão de pasto. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/2570075/compascuo>> Acesso: 10 jan. 2017.

uma passagem, o viajante caracteriza os habitantes como preguiçosos e discorre sobre a procedência do gado naquela região:

A Ilha de Santa Catarina é notavelmente fértil e poderia, com pouco esforço, tornar-se um local muito produtivo; mas tão grande é a preguiça de seus habitantes, que muito pouco ou nada é feito por eles, sendo que o próprio gado para consumo deve ser trazido de Rio Grande. (HARO, 1996, p. 126).

Poucos anos depois, o russo Georg Heinrich Von Langsdorff despendeu várias páginas de diários para descrever a Ilha e o litoral fronteiriço. O médico esteve na região em 1803. Dedicou-se por conta própria à História Natural e isso fez com que se ocupasse em coletar e catalogar muitas espécies de plantas e animais. Seu olhar científico permitiu-lhe descrever a paisagem, o clima e demais aspectos do lugar visitado com minúcias. Permaneceu em Santa Catarina de 20 de dezembro de 1803 até fevereiro de 1804. Percorreu não só a ilha como também o continente próximo, e não se pode dizer com exatidão se ele esteve na região em estudo, já que não deixou registros que pudessem ser identificados como sendo daquelas terras. No entanto, o médico russo também traz uma análise sobre o gado criado na parte continental, o qual se está destacando por ser um diferencial dentre os recursos explorados. Escreve Langsdorff:

A maior parte da província de Santa Catarina é, no sentido mais próprio, uma terra costeira, habitável apenas de 6 a 8 milhas alemãs para o interior, isto é, em direção a oeste. Já a uma distância de duas horas ou de uma milha alemã, só se encontram choupanas dispersas, muito distante uma das outras e pertencentes a pessoas das mais pobres, cuja subsistência está na criação de gado. Eles possuem tropas cercadas em grandes pastagens e sem cuidado especiais passam o ano inteiro em liberdade, multiplicando-se, sem que o proprietário saiba exatamente o número de animais de sua tropa. Estes bois selvagens, ou melhor, semi selvagens, custam, no interior, apenas 1 a 2 táleres espanhóis e são levados em tropas para a costa e para a ilha, na vila de Nossa Senhora do Desterro

[...]. O transporte de tal tropa está ligado a grandes dificuldades e por isto, o preço de um boi encarece ao dobro, pelo menos, até que se alcance a Ilha de Santa Catarina. (HARO, 1996, p. 164)

Percebe-se, pelas descrições acima, que o gado era mesmo criado no continente de uma maneira bastante rudimentar, o que talvez tenha dado aos navegadores do início do século XVIII a ideia de um animal selvagem. A presença de gado nas savanas de *Arazatiba*, no início do século XVIII, pode ser explicada devido ao desenvolvimento da pecuária na Província do Rio Grande, e o abastecimento de carne em São Paulo e Minas Gerais pelos tropeiros. Nazareno José de Campos (1991, p. 89) afirma que em Santa Catarina desenvolveu-se, entre o planalto e o litoral, diferentes caminhos por onde passavam as tropas. Nesses caminhos surgiram campos de pouso de gado para descanso e engorda. O gado que vinha pelo sul da Província encontrava extensas áreas para este fim. Uma delas era no Campo D'una, no atual município de Garopaba e nos Campos de Araçatuba, a “savana de Arazetiba” de Frézier e Schevolke.

Em 1820 é a vez de Auguste de Saint-Hilaire, o botânico e naturalista francês, dar notícias da relação dos habitantes da Ilha de Santa Catarina com a criação de bovinos. Suas observações esclarecem a relação entre o gado do Rio Grande e Desterro. Mesmo sem mencionar os gados dos campos de Araçatuba, Saint-Hilaire colaborou para as conclusões de Campos (1991) sobre os caminhos do gado no litoral. Relata ele:

Como as terras da Ilha de Santa Catarina estejam muito repartidas e os pastos tenham pouca extensão, o gado ali é pouco numeroso e caro, em relação aos preços correntes no planalto, em Curitiba e nos Campos Gerais. Os bois abatidos em Desterro vêm da Província do Rio Grande, sendo trazidos por terra, seguindo o litoral. (SAINT-HILAIRE, 1978, p.176)

Pelas descrições e impressões Saint-Hilaire, conclui-se que a presença de gado no Porto dos Patos, explorado pelos navegadores e pela população local, resultou do deslocamento das tropas que saíam do Rio Grande em direção ao norte pelo caminho do litoral. Alguns animais, certamente, se desgarravam da junta e permaneciam naquele que era um

local de pastagem natural e ali multiplicavam-se. Porém, as fontes mostram que existiam também gados criados, de maneira comunal, nos Campos de Araçatuba. Portanto, focar a presença de gado na região apenas no pousio dos gados vindos do Rio Grande do Sul é minimizar a importância que a região representava para os moradores do continente e dos moradores da Ilha de Santa Catarina.

O gado, criado solto na Baixada do Maciambú, está no cerne de uma disputa pela região iniciada nos setecentos, séculos antes da criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. A informação mais antiga, depois dos relatos dos navegadores do século XVI, e que diz respeito a questão de posse de terras na região dos Campos de Araçatuba, é do ano de 1666. Segundo Manoel Joaquim D’Almeida Coelho:

Em o mesmo anno (1666) o Capitão-Mór da Praça de Santos, Agostinho de Figueiredo com poderes do Donatário, o Marquez de Cascaes, concedeo a 22 de Julho, cartas de sesmaria de meia légua de terras sobre as margens do Rio Maçambú na terra firme, e todo o sertão, a Miguel Antunes Prompto, e 13 companheiros de Guaratuba que lhe requererão como povoadores. Após esses vierão outros com sesmarias passadas pelo mesmo Gabriel de Lara⁸⁵, e logo depois pelo seu substituto Domingos Francisco Francisque. (1877, p. 9)

Em seguida, o mesmo historiador informa que “em 1698 veio o Capitão Antonio Bicudo Camacho, com 20 casaes augmentar a população, e concedeo-lhe o Capitão-Mór Domingos Francisco Francisque, como procurador bastante do Marquez de Cascaes, as terras ao Sul do Rio Maçambú, compreendendo os campos d’Araçatuba por sesmaria passada a 11 de janeiro” (COELHO, 1877, p. 11). Desse modo, a Baixada do Maciambú, nas margens do Rio Maciambú e ao sul, teria seus primeiros posseiros, ao mesmo tempo em que continuavam as navegações pelo litoral e desapareciam dos documentos a presença indígena na região.

Ao que tudo indica, os primeiros proprietários abandonaram as terras dadas em sesmaria. Segundo o estudo dos aspectos culturais e sociais de 1976, documento elaborado pela FATMA e UFSC,

⁸⁵ Capitão-mor da Capitania de Paranaguá.

Aliás, a própria edilidade reconheceu o abandono, pelo menos, dos derradeiros aquinhoados, quando afirmou, no Relatório citado⁸⁶ que “existiam, sem dúvida, abandonadas as terras ao sul do rio Maçambú, pelo seu primeiro possuidor, o Capitão Antonio Bicudo Camacho que (segundo consta de fragmento de um livro de registro de sesmarias passadas para esta ilha e seu continente fronteiro, na Vila de Paranaguá) viera com 20 casais no ano de 1698 aumentar a povoação com sesmaria passada e datada de 11 de janeiro do mesmo ano, em nome do Marques de Cascaes”. (UFSC-FATMA, 1976, p. 104)

Em 1720, o primeiro Ouvidor que passou pela região, o Desembargador Rafael Pires Pardinho, considerou as terras dos Campos de Araçatuba abandonadas e devolutas. Desse modo, justificando que era necessário aumentar os poucos campos que os moradores da ilha tinham para criar gados, Pardinho garantiu que a área fosse transformada em compáscuo pelo Provimento n. 33, para uso de Laguna e Desterro.

[...] os campos d'Araçatuba que estão na terra firme, na entrada da parte sul da dita ilha, que até o presente não estão dados a pessoa alguma de sesmaria, fiquem daqui por diante em partes comuns para que todos os moradores neles trazerem seus gados e criações, como ficam os campos desta vila; e no caso de que alguma pessoa dele ou parte dele alcance carta de sesmaria, lhe impedirão, e não consentirão, que tomem posse, representando a S. Mage., q. Ds. Gde., quando os

⁸⁶ O Relatório a qual o autor se refere é o “Relatório da Câmara do Desterro, datado de 14 de janeiro de 1860”. (Acervo do Arquivo da Câmara Municipal de Florianópolis, Vol. I de um de maço de 4, Cat.579). Este documento, utilizado pelo Professor Oswaldo Rodrigues Cabral como fonte, aborda a problemática do Campo de Araçatuba nos idos de 1860 ao “descrever as questões porque passaram as antigas Câmaras à cerca deste campo, as contestações com antigos governadores, as representações ao governo da Metrópole portuguesa, e aos Vice-Reis do Estado, até verificarem a sua posse e domínio direto, seria encher um volume”.

sesmeiros lhe não defiram a necessidade que dos ditos campos tem os moradores a cuja utilidade hade o ditto Senhor atender, mais do que a um particular. (UFSC-FATMA, 1976, p. 105)

A transformação do Campo de Araçatuba (Baixada do Maciambú) em compáscuo não gerou protesto por parte dos antigos sesmeiros: nem por parte dos companheiros de Miguel Antunes Prompto, nem pelos acompanhantes de Antônio Bicudo Camacho ou sucessores. Por certo, “eles existiam, de fato. Deveriam existir pois, em 1793, ainda havia ocupantes de sesmarias na região, inclusive com o mesmo apelido – Camacho – do líder do grupo, sendo até provável o parentesco...” (UFSC-FATMA, 1976, p. 105).

Em 1726, quando foi criada a Vila do Desterro, com a extrema sul com a Vila de Laguna, foi feita a reivindicação dos Campos de Araçatuba tão logo a Câmara estava constituída. Isso porque mesmo com a Provisão N. 33 de 1720, que garantia o uso comum da área, o Governador de São Paulo, D. Rodrigues Cesar de Menezes cedia por sesmaria ao Guarda-mor Francisco Vicente Ferreira e a seu irmão os campos.⁸⁷ Este fato gerou uma reclamação reivindicatória por parte dos moradores da ilha:

Nos dias 17 e 18 de abril de 1727 estive a câmara reunida e todo o povo com o Capitão-mor Comandante Sebatião Rodrigues Bragança, com o fim de depor do cargo o Juiz Ordinário Antônio de Mendanha, e tratar-se da reivindicação dos campos d’Araçatuba, de que se lavrou termo, no qual a respeito do campo diz o seguinte “...e também requeremos da mesma firma que hé muito conveniente para o aumento desta Vila não se dar execução a huma sesmaria que tem o guarda-mor Francisco Vicente, e seu irmão, o Capitão de mar-e-guerra João Vicente, já defunto, dos campos d’Araçatuba, por estar esta vila e a de Laguna de posse deles. (UFSC-FATMA, 1976, p. 112)

Além disso, a Câmara de Desterro tratou de taxar a utilização do espaço público de modo que

⁸⁷ Doação mencionada em carta de 22 de março de 1725. O irmão de Menezes é o Capitão João Vicente Ferreira.

toda a pessoa de qualquer qualidade e condição que seja que nos ditos campos estiver gado, pague todos os anos, por cabeça, 2 vinténs para as despesas do ordenado do Ouvidor Geral e despesas desta Câmara e não se poderá, por decurso de 50 anos alterar mais de 2 vinténs por cabeça de gado vacuum e cavalar. (UFSC-FATMA, 197, p.112)

O protesto da população de Desterro chegou ao rei e este derrubou a decisão de se dar em sesmaria aos irmãos Vicente Ferreira as terras dos Campos de Araçatuba. Um ano depois da reivindicatória, em 24 de março de 1728, o monarca baixava a Provisão que garantia a região como espaço comunal.

Eu, El-Rei, faço saber aos que esta minha provisão virem que, tendo respeito ao que se me representou por parte dos moradores da Ilha de Santa Catarina, Comarca de Paranaguá [...] Sou servido fazer mercê aos moradores da dita Ilha de Santa Catarina de lhes confirmar o capítulo que nela deixou o Ouvidor Geral que foi da Capitania de São Paulo Rafael Pires Pardinho, enquanto Eu assim houver por bem e não mandar o contrário. (UFSC-FATMA, 1976, p. 114).

Logo após a chegada da Provisão Real a Desterro, os moradores se organizaram na Câmara da Vila para reivindicar a imediata posse da terra que El-Rei lhes concedia. Após cinco dias, em 10 de setembro de 1728, foram ao continente João Bicudo Cortez, Juiz Ordinário, o Vereador Manoel Teixeira e o Procurador da Câmara da Vila de Desterro, Gregório Martins Pereira, mais um tabelião, além de outras pessoas, para se investirem da posse dos campos de Araçatuba. O costume, nesses casos de posse, era promover uma espécie de modificação no local, praticando os atos possessórios. No mesmo dia foi lavrado o termo de posse:

E agora de novo mandou S. Mage., q'. Ds. Gde., hum Alvará em que faz mercê ao dito povo, e mais moradores da ilha de Santa Catarina dos ditos campos d'Araçatuba, e em virtude do dito alvará e por requerimento de todo o povo junto, vimos a estes ditos campos d'Araçatuba para dar posse ao

Procurador do dº povo Gregório Martins e lhes demos posse na forma e estilo da lei metendo-lhe na mão huns ramos e terras dos ditos campos; e assim lhe damos posse judicialmente para que de hoje para todo o sempre serem senhores dos dºs campos d'Araçatuba. (UFSC-FATMA, 1976, p. 116)

Com a documentação existente, é possível afirmar que pelo menos durante o século XVIII cessou as pretensões de particulares na posse da região da Baixada do Maciambú, mas não se garantiu que o poder público fizesse uso da área. Segundo o documento organizado pela UFSC, mais tarde, depois de garantido o uso comunal dos campos, a região passou a ser administrada pela extinta Provedoria da Fazenda Real por um espaço de mais ou menos 50 anos. Atribuiu-se ao local a função de

[...] servir de depósito dos gados que viessem do sul ou d'outra parte, precisos ao fornecimento das tropas e navios de guerra, estabelecendo-se ali uma *guarda*, casa e currais sob vigilância do comandante da fortaleza da barra do sul, ou mesmo, dos guardas que sempre houveram nos passos do rio Maçambú e Embaú. (UFSC-FATMA, 1976, p. 122, grifo nosso)⁸⁸

A situação foi entendida por Oswaldo Rodrigues Cabral como a retomada aos poucos pela Coroa das terras que antes concedera aos moradores para uso comum, para compáscuo (UFSC-FATMA, p. 122). Nesse ponto é importante observar que em todos os documentos apresentados, a região é cedida à administração da Câmara de Desterro para uso em compáscuo dos moradores da ilha. No entanto, não foi cedida a propriedade da terra, sendo que esta, até a Independência do Brasil, pertencia a Coroa Portuguesa (FATMA, 2008).

Ainda em 1793, um episódio inesperado mostrou que a ideia de que os primeiros sesmeiros tivessem abandonado a região pode não ser totalmente correta. Oswaldo Rodrigues Cabral publicou um documento

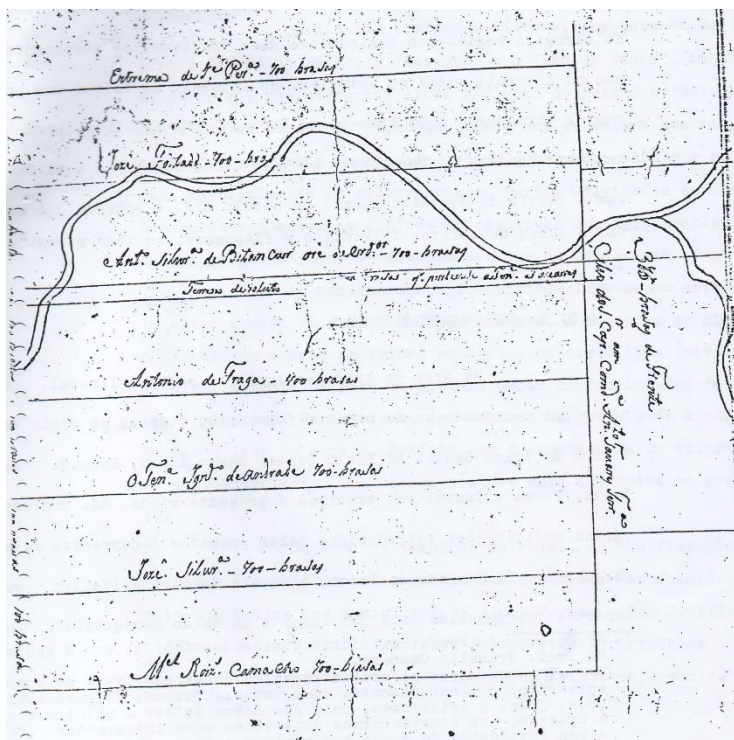
⁸⁸ Daí provém, então, o nome Guarda do Embaú e não da corruptela de “guardado em baú”. Conta-se que no século XVII houve um naufrágio de um navio pirata na região e que os piratas se viram obrigados a enterrar seus tesouros em baús pela costa. Essa história e viva na memória coletiva da comunidade.

que obteve por meio do Sr. Manoel Vicente de Freitas. Não ficou claro qual a espécie desse manuscrito, se carta, notícia, parte de um despacho governamental, provisão ou outro, porém a narrativa informa que no ano de 1793 Antônio Tavares Freire, Tenente da Cavalaria da “Ansiada” de Brito, requereu ao Governador Coronel Manoel Soares de Coimbra que lhe fossem concedidas algumas terras. Dizia ele estarem devolutas e situadas na região da Baixada do Maciambú. O pedido foi deferido, sendo que a medição ocorreria por conta dele. O cumpra-se final foi dado em 28 de janeiro de 1794 pelo sucessor de Coimbra, o Tenente Coronel João Alberto Miranda Ribeiro:

Houve no processo, a intervenção de dois demarcadores – Manoel Antônio Tavares e José Ferreira de Mendonça, este piloto demarcador da Real Fazenda, tendo sido apresentado um mapa, cuja cópia juntamos ao presente, e no qual se pode verificar que havia ocupantes das terras, devidamente demarcadas em lotes ou datas de 100 por 700 braças, de frente e de fundos respectivamente. (UFSC-FATMA, 1976, p. 124)

Os supostos donos das terras eram Manoel Rodrigues Camacho, José Silveira, Tenente Inácio de Andrade e Antônio de Fraga. Segundo o documento e o mapa abaixo, depois desses havia um pedaço de terra devoluto, que eram pretendidas por Antônio Tavares de Freire. Depois desse trecho, havia a terra de Antônio Silveira de Bittencourt e a de José Furtado, que faziam extrema ao norte com terras de José Pereira. Os fundos das terras eram ocupados pelo lote identificado no mapa como Sítio do Sr. Comte. Antônio Tavares Ferreira. A partir desse documento, conclui Cabral que havia vários ocupantes das terras reservadas para servidão pública e que o governador não fazia dificuldades em cedê-las quando devolutas aos requerentes. (UFSC-FATMA, 1976, p.124).

Figura 18: Demarcação das sesmarias nos Campos de Araçatuba em 1793



Fonte: UFSC-FATMA (1976, s/n.)

3.4 IMBRÓGLIOS DO SÉCULO XIX E O QUEBRA-CABEÇA DA OCUPAÇÃO

A hipótese apresentada de que na Baixada do Maciambú permaneciam sesmeiros mesmo com a destinação das terras ao uso comum é difícil de ser verificada. Tal hipótese provém do documento de 1793 mencionado acima. Isso porque as fontes indicam que a região inicia o século XIX nos mesmos moldes de como terminou o século anterior. O local permanecia como uso de maneira comunal pelos moradores da Ilha e também do continente, de modo que a fixação de residentes ou até mesmo as benfeitorias não foram registrados. Talvez por este motivo, Ave-Lallemant tenha observado em sua passagem pela região em 1858

um estado de abandono, sem encontrar uma casa sequer, apenas alguns vestígios de plantações.

Porém, ainda no final do século XVIII, mais precisamente em 1798, um relatório que o Presidente da Capitania de Santa Catarina redigiu traz uma descrição detalhada dos Campos de Araçatuba, principalmente por ter sido acompanhado de um mapa, que trata da extensão, distâncias, água, qualidade do pasto, número de reses e capacidade de criação de vacas. Vale lembrar que o então presidente, João Alberto de Miranda Ribeiro, foi o responsável por deferir o pedido de sesmaria para Antônio Tavares Freire, tenente da Cavalaria da "Ansiada" de Brito. Este documento, apresentado por Ribeiro, foi citado por Campos (1991, p. 92) e Mendonça (1991, p. 287-8) e está aqui reproduzido por ser de grande importância para esse trabalho:

O Campo de Arassatuba, vai demonstrado no Dezenho incluzo, signalado com as Letras N. N.

O seu maior cumprimento em huma linha de Norte a Sul, he de 3650 Brasas, do porto do Escaler C, até a margem do Rio-Embahu G. A sua largura emparte he maior, e em outra menor, como mostra o mesmo Dezenho.

Pela parte do Norte e Leste, he dividido pelo Mar, A, B, C, D, E.

Pela parte de Oeste, se divide com o Rio dos fugidos A, e com hum Pantano impenetravel M, N. E pelo Sul, com o Rio da Madre H, e Rio de Embahú G.

Dentro destas divizoens se acha o Lugar da Guarda de Embahu F, cituada em 50 Brasas de terra em quadro, que se tirarão da data_de José Furtado, a quem forão concedidas 300 Brasas de frente, com 1000 de fundos, mais ou menos; as quais chegão até a linha de pontilhos.

Tambem se acha incluído no mesmo campo hum Morrete de Matto L, que foi concedido a Manoel da Roza de Freitas já falecido: E nos fundos do dito Campo, Letra U, se acha também estabelecido João Fernandes em terras de Matto.

O Referido Campo tem dentro em si, em varias partes, alguns Capoens de Matto, que sendo cultivados, não so podem produzir Mandioca, Milho, Feijão, como depois excelente campo de

bom pasto. Também tem varios Faxinaes, e Tiriricaes, que perseguindo-se com fogo, podem muito bem aumentar o Campo.

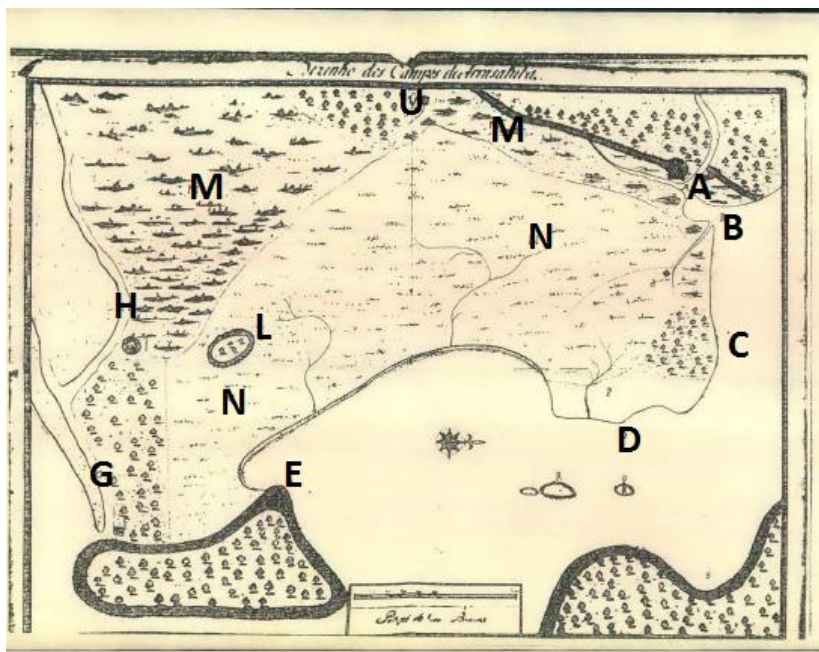
No Estado em que actualmente se acha o Referido Campo, podem introduzir-se nelle até 500 Vacas, e alem destas os Touros Competentes para a sua produção; e Animaes mansos para o seu costeiro, sendo precizo para isso hum Capatas e tres Piaens. Devem haver tres Rodeios diferentes para os gados. O 1º no lugar da Estancia, Letra O - o 2º no Rincão denominado Capivari merim ao pé do Morrete L – O 3º no lugar denomi nado Rincão de dentro, junto as terras de João Fernandes, Letra U, advertindo que este ultimo Rincão, só serve para engordar, e não para criar, porque morrem as crias, segundo as informações que ha. Dentro do mesmo Campo ha suficiente quantidade de agoa para os gados, em diferentes partes e a pequenas distâncias.

Villa de N. Snr.a do Desterro da Ilha de Santa Catharina 20 de Abril de 7.

João Alberto de Mir. da Rlb.º

O mapa a seguir é parte integrante desse documento e foi publicado pelos autores supracitados. Dessas informações, conclui-se que os Campos de Araçatuba não eram por completo terras comunais, pois havia sesmeiros na região. O nome de José Furtado é citado nos dois documentos, apesar de as terras indicadas como sendo dele, na primeira fonte, fica ao norte, próximo ao rio Maciambú. Neste documento, porém, localiza-se ao sul, próximo ao Rio Embaú. Outra possibilidade é que os Campos Comunaes não se estendiam por toda região, e sim uma parte mais próxima ao mar. Os sesmeiros teriam ficado com as terras mais a oeste, afastadas do mar e melhores para uso da agricultura. Na imagem pode-se observar também que o tómbolo que ligou a ilha de Papagaio Grande à Praia do Sonho ainda não existia.

Figura 19: Desenho dos Campos de Araçatuba (1798)



Fonte: Campos (1991, p. 93); Mendonça (1991, p. 288)

Na verdade, os conflitos de interesses na região não cessaram no século XVIII, mas sim continuaram no oitocentos. Desta vez, o próprio governador de Santa Catarina, Dom Luiz Maurício da Silveira, que governou entre 1804 e 1817, requereu que os Campos do Maciambú passassem de servidão pública para privada, por meio de sesmaria. O despacho Real às pretensões do governador foram claros e informaram que as terras requeridas haviam sido concedidas para uso comum dos moradores da Ilha de Santa Catarina e Laguna, mesmo que estes nunca tivessem se interessado pelas terras. A designação das terras a esse fim se deu por Provisão Régia de 24 de março de 1728, confirmada pela Provisão de 2 de maio de 1732.

Como o assunto parecia não se encerrar, a Coroa baixou outra Provisão, em 5 de junho de 1815, determinando que o Juiz de Fora do Desterro fosse mais uma vez tomar posse dos campos e investir-se dela em nome dos moradores:

Fui servido recusar o sobredito requerimento do govenador e mandar, como por esta vos mando, que vades investir-vos na posse dos referidos campos de Arassatuba a bem dos moradores dessa Ilha e seu Termo, na forma que lhes foi concedida pelas provisões acima citadas, dando-me conta de assim haverdes executado e de ficar esta registrada nos livros competentes dessa Câmara e nos da mencionada Provedoria da Real Fazenda. (UFSC-FATMA, 1976, p.126)

O resultado disso foi que mais uma vez os Campos de Araçatuba foram medidos e demarcados. Anos após, em 1839, a Câmara de Desterro comentou acerca do requerimento de José Joaquim Quintela. Para Campos (1991, p. 94), o requerente era possivelmente membro da família Quintela que possuía armações, capturava e comercializava baleias e pescados. José Joaquim Quintela solicitava 700 braças de terras no referido campo. Como das outras vezes, a concessão foi negada. A Câmara afirmava não poder ceder porção alguma de terreno, “por quanto aquelle Campo é o único que o Publico tem daquelle lado, onde descansão as Boiadas da sua prolongada marcha de viagem para poderem subir o Morro dos Cavalos”.

Um dado interessante é que entre 1753 e 1810, de acordo com dados levantados por Vilson Francisco de Farias, foram dadas em sesmaria terras na região dos Campos de Araçatuba. Segundo o autor, os dados foram retirados do Livro de Doação de Sesmarias (1753-1806) no Arquivo Público de Santa Catarina. Da compilação desses dados, elaboramos a tabela a seguir somente da região em estudo, com o nome dos proprietários, da localização e do tamanho das terras doadas:

Tabela 3: Sesmarias doados entre 1759 e 1810 na região em estudo

Proprietário	Data	Localização	N. de Braças (+- 1,6m)⁸⁹
Miguel Gonsalves Leão	22/06/1759	Embahú	4500 b. (6200m)
Pedro da Silva Barros	15/03/1781	Massambú	400 b. (640m)
José Félix dos Santos Xavier	15/03/1805	Embahú	100b. (160m)
Rosa Maria de Santa Anna	14/10/1807	Embahú	200b. (320m)
Manoel da Costa Fraga	08/04/1809	Massiambú	350b. (560m)
José Correa de Mello	22/06/1809	Araçatuba	100b. (160m)
José de Souza da Costa	15/07/1809	Araçatuba	400 b. (640m)
Antonio Siveira de Mattos	26/07/1809	Araçatuba	150b. (240m)
Manoel José de Mattos	26/07/1809	Rio da Madre	100b. (160m)
Feliciano Guterres	16/08/1809	Araçatuba	100b. (160m)

Fonte: Adaptado de Farias (2004, p. 77)

Outro dado que corrobora com as informações acima e que mostra que mesmo com todas as negativas de se dar sesmarias na região existiam

⁸⁹ Braça é uma unidade de medida que mede a distância entre um punho ao outro com os braços abertos. É uma unidade que varia, por este motivo optamos em usar a mesma relação do autor: 1 braça = 1,6 m. Não se sabe se a fonte consultada usou a medida de braça linear ou braça quadrada. Provável que seja braça quadrada. Desse modo, a sesmaria de Feliciano Guterres, por exemplo teria 160x160m= 25600m².

peessoas que usavam a área por conta própria, pode ser observado no ofício da Câmara Municipal de São José, de 24 de julho de 1843. Nele, o fiscal Constancio José da Silva Pessoa foi encarregado de examinar se havia alguém ocupando os campos. Um trecho desse ofício é reproduzido por Campos (1991, p. 94):

[...] encontrei ali João Custodio Ignacio Teixeira com umas casas de vivenda de Engenho com roças de mandioca, e João Ferreira com trez pequenos ranchos, que servem de abrigo aos peões que ali estão tomando conta dos gados que ele possui a criar; José Correia com um pequeno rancho que lhe serve de abrigo e vive a fazer lombilhos, e Antonio Pereira com huma pequena Casa de Morada e plantações; os quais intimei a ordem desta Camara para emmediatamente demolirem os Edificios que al possuem e deixarem o terreno livre de todos e quaes bem feitorias do que ficarão entelligenciados.

O ofício termina por informar que, por intermédio do Juiz de Paz, os citados fossem intimados a apresentar os títulos ou despachos que lhes garantiam a posse da terra, já que eram considerados posseiros ilegais. Chama a atenção o fato de os nomes citados no ofício não coincidirem com os nomes listados na tabela acima. De acordo com Farias (2004), aqueles sujeitos haviam conseguido sesmarias na região dos Campos de Araçatuba.

Com o cruzamento das informações do documento de 1793, do relatório de 1798 sobre os campos e com a listagem de sesmarias reproduzida por Farias, percebe-se que os nomes são variados, repetindo-se apenas o nome de José Furtado. Nem mesmo os sobrenomes coincidem, de modo que as fontes nos levam a crer que não foram poucos os que se apossaram dessas terras, seja por sesmaria, seja por conta própria. O sobrenome Mattos, que aparece nos idos de 1809 como beneficiado de sesmarias, pode estar relacionado com Caetano Silveira de Mattos, fundador do município de Palhoça, conforme advogam alguns historiadores.

Sambaquianos, indígenas tupigurani, colonização, sesmeiros e o uso comunal da terra. Quatro séculos de diferentes tipos de ocupação humana, mas que mesmo assim, ao relatar o lugar, o viajante Avé-

Lallemmant considerou a terra quase abandonada, não fosse as pequenas roças encontradas por ele, uma aqui, outra ali, na metade do século XIX. O isolamento da região, com acessos difíceis, podem ter preservado o espaço. Os poucos moradores, ao que tudo indica, são remanescentes dos primeiros sesmeiros e da ocupação luso-açoriana que se deu no Brasil principalmente a partir da segunda metade do século XVIII. Como observado no capítulo anterior, a Baixada do Maciambú foi foco de disputas desde o século XVII entre particulares e poder público.

Com as informações que coletamos em bibliografias, fontes escritas e orais, conclui-se que a região da vila da Pinheira, Guarda do Embaú e Passagem do Maciambú nunca ficaram totalmente despovoadas. A contar dos habitantes pré-históricos, passando pelos navegadores e depois pelos sesmeiros, a região foi, com o passar do tempo, adquirindo suas peculiaridades culturais e sua forte ligação com o mar, herança do tempo dos sambaquianos e das adaptações dos luso-açorianos.

A escassez de fontes que tratam exclusivamente do nosso espaço nos obriga a utilizar trabalhos com outros enfoques, mas que trazem informações que auxiliam no entendimento da ocupação da região. Para tanto, usaremos as informações existentes sobre a Freguesia da Enseada de Brito, localidade criada em 13 de maio de 1750 no reinado de D. João V. Para Vilson Farias, o primeiro documento conhecido sobre a população que vivia na Capitania de Santa Catarina após a chegada dos casais açorianos data de dezembro de 1750. O documento, escrito pelo então Governador da referida Capitania, Manoel Escudeiro de Souza, registra que na Freguesia da Enseada de Brito existiam 125 paisanos, ou seja, moradores que não vieram das ilhas dos Açores e que já viviam nos domínios da freguesia. Esses moradores eram provavelmente descendentes dos pioneiros que haviam chegado à região nos séculos anteriores (FARIAS, 2004).

Dada a grande extensão territorial da Freguesia da Enseada de Brito, tendo abrangido terras que hoje pertencem a vários municípios (como Santo Amaro do Cubatão – hoje Santo Amaro da Imperatriz, Garopaba, Paulo Lopes), os “paisanos”⁹⁰ poderiam estar espalhados por

⁹⁰ Em sua dissertação de Mestrado, Vilson Francisco de Farias discorre sobre os possíveis significados de “paisano” no contexto que fora utilizado no documento: “mais provável é que o documento refere-se aos habitantes do país, ou seja aquela população que já a muito vivia na área. E no caso de Enseada de Brito, estes paisanos seriam descendentes dos antigos povoadores paulistas, que procuraram aí se fixar no decorrer da segunda metade do século XVII” (1980, p. 38).

diferentes espaços, inclusive poderiam estar nos Campos de Araçatuba. Esses moradores, somados aos açorianos, que chegaram mais intensamente a partir da segunda metade do século XVIII, formaram a base da população da região que, por analogia, também formou a população da região da Baixada do Maciambú.

Em seu esquema para apresentar a evolução da população da Enseada de Brito, Farias (1980) separou o período entre os séculos XVII e XIX em quatro etapas. A primeira seria a dos vicentistas, que receberam sesmarias na região no final do século XVII. A segunda etapa se deu entre 1748 a 1751, com a introdução dos açorianos na região. A terceira etapa esteve vinculada a segunda, pois tratava-se da adaptação dos novos residentes a natureza local. Também nessa mesma fase se deu a interação entre os paisanos e açorianos:

Por volta de 1800 o processo de interação entre as populações das duas fases iniciais de povoamento estava concluído. Iniciou-se então as etapas de geração de filhos a partir de um contingente populacional gerado na própria freguesia. Passando a multiplicar-se por gerações sucessivas, com um mínimo de participação de elementos de outras origens. (FARIAS, 1980, p. 44)

A partir do início do século XIX, portanto, inicia-se a quarta etapa populacional da Enseada de Brito. Esta etapa se caracteriza pela expansão horizontal da população por todo o espaço paroquial, indo até mesmo além dele. Com isso, novos núcleos polarizadores de população aparecem nos limites territoriais da freguesia. É provável que na região em estudo, especialmente nos núcleos populacionais da Passagem do Maciambú, Praia da Pinheira e Guarda do Embaú se iniciasse um tímido processo de aumento populacional.

As ligações entre as freguesias de São José, Palhoça, Enseada de Brito e Garopaba, mais ao sul, eram muito difíceis por vias terrestres, um dos motivos pelo qual se dá a forte ligação da população com o mar. Ainda por esse motivo, não se teve um aumento populacional significativo na região durante o século XIX. Para Celso de Mattos, em entrevista concedida ao autor deste trabalho, "na Pinheira conhecia-se as famílias Mattos, Martins, Silveira, além dos pretos Constante, Domingos. Também os Pereiras e a família Santos, eram poucas famílias. Na Guarda

do Embaú também, as mesmas famílias". Dirá Mattos⁹¹ que, "apurando bem são as mesmas famílias, pois as pessoas casavam entre si" (MATTOS, 2017).

Apesar da importância do porto nos séculos XVI, XVII e XVIII, da presença indígena no local, das plantações de milho, algodão e principalmente mandioca, e da presença do gado, esses fatores não foram capazes de proporcionar aumento significativo de presença humana na região durante o século XIX. Fato que se confirma novamente através dos relatos do viajante Robert Ave-Lallemant. O médico e explorador alemão esteve na Província de Santa Catarina no ano de 1858 e deixou suas impressões na obra editada com o título "Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná Sul e São Paulo". Quando deixa a Ilha de Santa Catarina em direção ao sul, Ave-Lallemant descreve todo o trecho de viagem, nos dando uma ideia de como estava a região em termos de natureza e de presença humana.

Após viajar durante um dia, Avé-Lallemant dormiu na Enseada de Brito. Escreve ele: "quando despertamos com o dourado clarão da aurora e o nosso olhar cai sobre uma baía bonita como um lago, em torno da qual sobressaem serras escarpadas, porém magnificamente verdes, no ar puro de um frio de outono, mesmo uma erva praça de aldeia é linda e atraente" (Avé-Lallemant, 1980, p. 30).

Seguindo sua viagem em direção ao sul, registra suas impressões sobre o trecho hoje conhecido como Morro dos Cavalos, em Palhoça:

Depois o caminho se elevou escarpadamente; ainda uma vez tive pleno olhar retrospectivo da Ilha de Santa Catarina e segui pelo solitário caminho da serra, em cujas árvores e blocos de granito, numerosas orquídeas haviam aberto as suas flores. De um longínquo desfiladeiro, cujos picos e contrafortes formam graciosas cadeias e belas perspectivas, desce, no próximo vale, o Maçambu. Só é navegável uma milha rio acima, mas é bastante profundo. Os cavalos atravessaram-no nadando; uma pequena canoa transportou os viajantes, tão pequena que, além do remador, só comportava dois homens, obrigados a sentar-se no fundo para que não virasse o tronco de árvore escavado. (AVE-LALLEMANT, 1980, p. 30)

⁹¹ Em entrevista concedida ao autor.

Ao atravessar o Rio Maciambú, o médico se depara com nossa região de estudo. Ao descrever a paisagem da Baixada do Maciambú, o viajante em momento algum se refere aos gados, talvez porque estivesse mais preocupado com a descrição da flora. Tampouco faz referência aos indígenas, que já há tempos tinham sumido dos relatos dos navegadores:

Recebeu-nos um vale pantanoso e cheio de areia. Frequentemente o solo pantanoso é coberto de longas gramíneas e estende-se, como um mar de relvas, até a montanha. Em geral o solo é pouco elevado e oferece, sobre suas colinas de areia, vegetação bastante rica, invulgar e atraente, em que representam o papel principal as bromeliáceas, orquídeas e melostomáceas em flor, desde grandes moitas até pequeninas plantas herbáceas. (AVE-LALLEMANT, 1980, p. 30)

Curiosamente, a região que por sua posição e por seus recursos naturais foi de grande importância aos navegadores, podendo ter se representado como uma região promissora para ocupação, foi sendo esquecida ao longo do século XIX. Robert Ave-Lallemant assinala essa questão, dando-nos a impressão de uma região onde a ação antrópica foi quase inexistente:

E todavia apresenta a região um ar de profundo ermo e abandono. Em parte alguma se encontra uma casa, mas apenas aqui e ali, vestígios de plantações; o solo, obstinado, recusa compensar qualquer esforço. Mesmo onde se comprime em floresta, o matagal é raquítico e coberto de parasitas de todas as espécies. De uma feita entrei numa casa isolada, onde perguntei sobre o caminho. Por estranha casualidade nela morava um casal de suecos, um homem doente com a mulher; esta pareceu tão admirada de encontrar um estrangeiro, como eu de ver aqui uma colônia sueca⁹². (AVE-LALLEMANT, 1980, p. 30, p.31)

⁹² A palavra “colônia” foi usada na edição traduzida usada neste trabalho.

Ainda dando continuidade à sua viagem, depois de “errar longamente entre colinas arenosas, charcos e pequena parte da floresta, chegamos à chamada Guarda, primeiro ponto do litoral fora da laguna de Santa Catarina, numa elevada saliência da costa” (Idem, p. 31). Pela descrição, a guarda a qual o viajante se refere pode ser o local onde hoje encontra-se a vila da Pinheira e não a Guarda do Embaú. Provavelmente, a escassez de casas, a falta de informação sobre o local e mesmo a proximidade entre os dois locais fez como que Avé-Lallemant tenha considerado o local como sendo a Guarda do Embaú. Em uma primeira leitura, poderíamos entender que a informação causa certa estranheza quando o viajante continua sua a narrativa:

Aqui se passa a cavalo, por água do mar, em torno de uma ponta rochosa e depois se acompanha uma duna, contra a qual bate furiosamente o oceano aberto. Pouco depois, porém, nos encontramos diante do escoadouro de um lago interior, a Lagoa do Embaú, que os cavalos tem de atravessar nadando, porém os homens, tal qual em Maçambu, passam numa canoa. O local é desesperadamente ermo. No alto, em ribas brancas como a neve, as dunas; nenhuma gramínea nasce ali; nenhuma vida se agita sobre o solo e o mar incessantemente açoita a praia árida e deserta. (AVE-LALLEMANT, 1980, p. 31)

Sem dúvidas, a descrição da última parte do relato é da praia da Guarda do Embaú. No entanto, a confusão da primeira parte, quando o autor menciona uma ponta rochosa na qual se passa a cavalo, pode ser esclarecida se analisarmos a geografia do local. Como se sabe, o Rio da Madre/Embaú desemboca na Guarda do Embaú. Certamente, a configuração do leito do rio, à época do relato, estaria diferente do que se apresenta hoje, já que períodos de cheias ou de fortes chuvas costumam alterar a dinâmica do curso do rio. Então essa ponta rochosa pode, de fato, ter existido na praia descrita pelo viajante. O fato mais marcante de toda a narrativa é a ausência de referência ao gado e a quase nula informação sobre a presença humana no local, o que pode ter sido uma opção do narrador priorizar outros aspectos daquele ambiente.

A despeito dos poucos registros ou da pouca importância do local durante o século XIX, há de se registrar um fato histórico ocorrido

naquela área. No ano de 1839, poucos anos antes da passagem de Avé-Lallemant, a região da Baixada do Maciambú, mais precisamente na área do Morro dos Cavalos, Passagem do Maciambú e Pinheira, foi palco de um dos episódios da Revolução Farroupilha.

Depois de tomada Laguna em 29 de julho de 1839, os farrapos se preparavam para avançar para o Rio de Janeiro. Em meados de outubro, Garibaldi, o capitão da esquadra Juliana recebe ordens de se fazer o largo para atacar as bandeiras imperiais que cruzavam a costa do Brasil e, a 30, Garibaldi sai de Laguna, para o curso. As forças de terra, sob o comando de Teixeira Nunes, avançam sem obstáculos, tomando Garopaba e Maciambú, acampando nas proximidades do Forte de Araçatuba (CABRAL, 1970).

Atenta ao movimento da revolta, a tropa imperial montou acampamento no Morro dos Cavalos para impedir, via terrestre, o avanço farroupilha. Os farrapos foram obrigados a acampar nos campos de Araçatuba e por ali ficaram por aproximadamente um mês. De lá soldados de ambos os lados apenas se estudavam, sem fazer nenhum ataque (LUCAS, 2015). Para Farias (2004), o ataque demorou a ser feito para evitar o derramamento inútil de sangue e porque os imperiais temiam um levante farrapo em sua retaguarda por simpatizantes do Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro⁹³ e Xavier Neves, que moravam na Enseada de Brito e São José.

Segundo documento transcrito por Farias (2004, p. 124), “no dia 21 de outubro as tropas agrupadas na Enseada de Brito e Morro dos Cavalos, já somavam mais de 2000 homens, que foram preparados para o ataque as posições inimigas. A operação militar foi cuidadosamente preparada, envolvendo tropas navais e terrestres”.

As datas da operação militar não coincidem entre os historiadores. Cabral (1970) informa que dia 27 de setembro a operação foi iniciada e neste mesmo dia os rebeldes foram expulsos dos campos de Maciambú. A ação foi combinada por terra e mar, sendo que as tropas foram comandadas pelo Coronel José Fernandes dos Santos e os navios, comandados pelo próprio chefe da esquadra. Dada as informações anteriores, porém, a data correta seria em outubro.

⁹³ Hoje a escola estadual localizada na Praia da Pinheira leva o nome do ilustre farrapo.

Sobre os detalhes da operação militar, que colocou os farroupilhas e imperiais em combate na Baixada do Maciambú, segue trecho do documento publicado por Farias (2004, p. 124):

Ao amanhecer do dia, enquanto a fragata comandada pelo capitão Mariat bombardeava dezenas de embarcações: canoas, canoões, lanchas na praias da Pinheira e Passagem do Massiambú, as tropas terrestres sob o comando do Coronel Fernandes desfechavam o ataque por duas frentes, contra as tropas farrapos nos campos de Araçatuba. Uma das colunas atravessou o rio Massiambú junto a sua foz, a outra surgiu na planície vinda do Massiambú, após atravessar pela mata. Surpreendidas as tropas farrapos de cavalaria fugiram abandonando no local inclusive carne que estava sendo assada e alguns soldados que foram feitos prisioneiros.

Sobre o episódio, complementa Cabral (1970, p.131): “na ponta da Pinheira, 2 esquadrões de cavalaria republicana atacaram as forças que desembarcaram dos lanchões enquanto o Coronel Fernandes marchava por terra, sem ser hostilizado. Horas mais tarde a junção é feita, os rebeldes batidos e perseguidos até Garopaba (17 de outubro)”.

Mesmo com a quase inexistência de fontes sobre a região, pode-se inferir que a Baixada do Maciambú teve, no século XIX, um crescimento populacional lento. Isto pode ser percebido pelo registro de Avé-Lallemant, conforme visto anteriormente. O episódio isolado da Guerra dos Farrapos também não traz em si elementos que possam supor o contrário. Portanto, a região ainda se manteve em certo isolamento, principalmente por via terrestre, estreitando assim sua ligação com o mar. Aliás, era o mar fonte de alimento e também servia de principal ligação da região com a freguesia da Enseada de Brito, São José da Terra Firme e Nossa Senhora do Desterro. Além dessa ligação com o mar, as plantações, que não eram só de subsistência, geravam excedentes. As principais eram a cultura da mandioca e cana-de-açúcar, dada a quantidade de engenhos que havia na Baixada do Maciambú, assunto que trataremos adiante. Contudo, a população que ali vivia no século XIX era politicamente ativa, como mostra a tabela a seguir:

Figura 20: Relação dos eleitores elegíveis na Enseada de Brito no ano de 1876

QUADRO 11.1

**RELAÇÃO DOS ELEITORES ELEGÍVEIS NA ENSEADA DE BRITO NO
ANO DE 1876**

NOME	IDADE	PROFISSÃO	R. MIL REIS	LOCAL
1. José Martins Novaes	59	lavrador	400	Braço de S. João
2. Luiz Manoel Vicente	63	lavrador	400	Braço de S. João
3. Manoel Fra. de Oliveira	38	agência	400	Braço de S. João
4. Zeferino José Rachadel	59	lavrador	600	Braço de S. João
5. Bernardino Gonsalves Vieira	56	lavrador	400	Braço de S. João
6. Cândido José da Silveira	57	negociante	500	Braço de S. João
7. Domingos Pco. de Souza	36	lavrador	400	Cubatão
8. Francisco José da Silva	33	lavrador	400	Cubatão
9. João Canto de Miranda	45	negociante	600	Cubatão
10. Manoel Ant ^o de Souza	46	negociante	500	Cubatão
11. Alberto Martins Linhares	61	lavrador	400	Praia de Fora
12. Furtuoso Lopes do Esp. Santo	41	lavrador	400	Praia de Fora
13. Florentino José de Esp. pindola	59	lavrador	400	Praia de Fora
14. José Ignácio Bern. da Silva	81	proprietário	1.000	Praia de Fora
15. Manoel Francisco Lopes	43	lavrador	400	Praia de Fora
16. Raphael João Donson	38	carpinteiro	400	Praia de Fora
17. Ant ^o Luiz de Espindola	55	lavrador	400	Neste Arraial
18. Caetano José da Silveira	32	negociante	1.000	Neste Arraial
19. Joaquim Custódio da Silva	45	negociante	800	Neste Arraial
20. Joaquim Martins do Nascimento	45	professor	800	Neste Arraial
21. Manoel José da Silveira	57	negociante	800	Neste Arraial
22. Mel. José de Bitac. Soares	60	lavrador	800	Neste Arraial
23. Mel. José da Silveira Júnior	34	negociante	800	Neste Arraial
24. Thomaz José Jorge de Bitancurt	56	lavrador	800	Neste Arraial
25. Vitorino José dos Santos	35	negociante	500	Neste Arraial
26. João José da Costa	35	lavrador	400	Massiambú
27. João Caetano da Costa	59	lavrador	800	Massiambú
28. Antônio José Marques	28	negociante	400	Campos de Araçat.
29. Marcos Silveira de Mattos	45	lavrador	500	Albardão
30. Joaquim José Ramos	28	negociante	400	Pinheira
31. José Foo. Tavares	59	lavrador	500	Sertão
32. Domingos José da C. Barbosa	56	proprietário	2.000	Campos de Araçat.

Fonte: Farias (1980, p. 59)

A tabela, que indica os eleitores, que poderiam também ser candidatos elegíveis ao pleito da época, mostra que havia pessoas de

posse na Baixada do Maciambú no século XIX. Conforme a Constituição Brasileira de 1824, a Constituição do Império, o voto era censitário e por isso era preciso comprovar renda anual para poder participar dos pleitos, tanto para votar quanto para ser votado. Observa-se que os sete últimos cidadãos da lista eram residentes na região em estudo. As rendas anuais comprovadas mostram que as atividades de agricultura e pecuária e as ligações com outras localidades para a comercialização eram consideráveis. A importância da região na economia de Santa Catarina no século XIX será tratada no capítulo subsequente, mostrando que foi um equívoco pensar a região no século XIX quase que inabitada.

Um novo capítulo referente as terras do Maciambú, agora com a disputa de sua administração, está diretamente relacionada com a ocupação do lugar pelos açorianos. Quando começam a chegar em de Santa Catarina, os lusitanos passaram a se fixar em diversos pontos do litoral. Além de se fixarem na vila de Nossa Senhora do Desterro e arredores, os novos imigrantes fundaram as freguesias de “Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1750), de S. Miguel da “terra firme” (1750), Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito (1750), de S. José da “terra firme” (1751)” (PIAZZA, 2003, p. 48). Esse novo capítulo, ainda relacionado aos açorianos, se deu porque a freguesia de São José da Terra Firme teve rápido desenvolvimento. Tal desenvolvimento, “aliado ao aumento populacional e poder econômico, fez com que, em 1º de março de 1833, através da Resolução do Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, São José passasse de freguesia a vila (município) e, em 3 de maio de 1856, através da lei Provincial nº 415, foi elevada à cidade”.⁹⁴

Mesmo que São José tenha se transformado em vila em 1833, os Campos de Araçatuba mantiveram-se sob os domínios de Desterro até que, em 1852, a Assembleia Provincial transferiu para a administração da Câmara de São José o domínio e a posse do compáscuo. A alegação era de que as terras estavam situadas naquele município e por isso cabia a ele a sua administração. A Câmara de Desterro alegava que não existia “um só artigo na lei que vede esta câmara possuir bens em terrenos encravados noutro município”. Além disso, naquele mesmo ano, a lei n. 640, votada na Assembleia Geral do Império, concedia terras não só em São José como também em São Miguel, Porto Belo e Lages. O fato é que durante quase 20 anos a Câmara de São José aceitou o fato de ter encravado em

⁹⁴ Disponível em <<http://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/historia>>.

seu município um território pertencente ao Município de Desterro, mas que a partir de então, pode administrar.

Segundo Campos (1991), era questão de tempo para que os Campos de Araçatuba deixassem de ser comunais. A situação financeira das câmaras municipais, a partir da metade do século XIX, levou-as a mudar de posição em relação ao uso comunal das terras. Em 1850, ainda com os campos sob seu domínio, a Câmara de Desterro, em ofício para o Presidente da Província, expunha seus problemas financeiros. Talvez por influência da Lei de Terras⁹⁵ solicitava permissão para que a Assembleia Provincial aforasse os Campos de Araçatuba no todo ou em parte. A administração dos Campos de Araçatuba passou para São José, o que se deu pela Lei Provincial nº 347 de 1º de maio de 1852. Esta lei também autorizava a nova administração a arrendar as terras anualmente, “regulando 40 reis por braça de frente até 100 de fundo, e d’ahi para cima aumentara proporcionalmente o preço do arrendamento” (CAMPOS, 1991, p. 94).

A porção de terra em frente a Ilha de Santa Catarina, pertencentes a então criada Vila de São José era extensa. Tanto que delas desmembraram-se diversos outros municípios, dentre eles, Palhoça. Consideramos relevante, neste momento, discorrer sobre este município. Porque a região em estudo hoje pertence ao município de Palhoça. Ela se localizada no extremo sul do município, sendo que o Rio da Madre (ou Embaú) é limítrofe com o município de Paulo Lopes.

Segundo o pesquisador José Lupércio Lopes (1918), Caetano Silveira de Mattos seria o fundador do município de Palhoça. Farias (2004) considera essa informação um exagero, pois este era apenas um indivíduo com propriedades na região. Caetano Silveira de Mattos possuía bens de raiz na área no final do século XVIII. De fato, o documento apresentado por Lopes para afirmar este episódio é um pedido do governador João Alberto de Miranda Ribeiro para o Conde de Resende, Vice-rei e Capitão-General de Mar e Terra do Estado do Brasil. Ribeiro pedia-lhe que nomeasse Caetano Silveira de Mattos ou como capitão do forte Francisco Xavier, que ficava na praia de fora de Desterro, hoje a Beira mar Norte; ou como capitão da companhia de infantaria auxiliar da freguesia de São José. Caetano Silveira de Mattos tinha um

⁹⁵ No ano de 1850 foi promulgada a Lei Imperial Nº 601, chamada popularmente de Lei de Terras, que tratava das Terras devolutas do Império. (PERES, 2014, p. 10).

entreposto comercial⁹⁶ provavelmente junto a foz do rio Imaruim, atual bairro de Palhoça (LOPES, 1919; FARIAS, 2004).

A ocupação do Distrito Sede do futuro município de Palhoça se deu primeiramente nas áreas mais secas, onde se podia praticar a agricultura, como as localidades conhecidas hoje como Cubatão, Passa Vinte, Aririú, Barra do Aririú e Ponte do Imaruim. Esses locais, que faziam parte da Sede, foram ocupados, segundo Farias (2004, p. 74), antes do pedido emitido pelo governador João Alberto de Miranda Ribeiro, 1793. Se fosse para estipular uma data para a fundação de Palhoça, Farias informa que poderia ter sido em junho de 1753, “quando foi doada a primeira sesmária a José Luiz Marinho, com 1400 braças de frente para o rio Cubatão, no atual bairro Barra do Cubatão” (2004, p. 74). Essas datas referem-se a fundação do Distrito Sede do atual município, visto que em 1750 se havia fundado a freguesia da Enseada de Brito e que antes ainda, no século XVII, foram dadas as sesmarias ao sul do Maciambú, ambas localidades que fazem parte hoje de Palhoça.

O povoamento inicial em terras mais secas se deu pelo fato de a sede do município ser um local de muitos banhados e manguezais que, à época, dificultavam a ocupação. Na “Chorographia de Santa Catharina”, corroborando com essa informação, o Coronel Vieira da Rosa assim descreve Palhoça em 1905:

Verdade é que primeiro terão que drenar os terrenos que lhe ficam ao oeste, visto serem quasi todo compostos de banhados. O palhocense, se quizer fazer da Villa uma grande cidade, terá que conquistar o terreno por meio de canaes ou diques que impeçam a invasão das aguas no preamar. A praça, em cujo fundo acham-se a intendencia municipal e a igreja matriz, tem espaço bastante para edificações, mas é também um terreno encharcado. (ROSA, 1905, p. 196)

⁹⁶ Armazém, uma palhoça. “É ainda de se acreditar, que o nome de Palhoça tivesse origem desde esse tempo, visto que, segundo opiniões de pessoas antigas, outros ranchos foram ainda construídos posteriormente, todos cobertos de palha, nos quaes eram recolhidas canôas e apetrechos de alguns pescadores que passavam temporadas no lugar hoje denominado Areias, ao sul do desembocamento do formoso rio Imarohy, divisa legal e natural de Palhoça com São José” (LOPES, 1919, p. 12).

A ocupação da região da sede do atual município de Palhoça foi beneficiária por estar entre a freguesia da Enseada de Brito e a freguesia de São José, a quem pertenciam desde 1833. O desenvolvimento da região devido as duas prósperas freguesias foi observado por Rosa, de modo que afirma que “Palhoça é uma das povoações que mais rapidamente se desenvolveram, não existindo n’ella velhos casarões, mas uma edificação que, se ainda obedece ao estylo portuguez, é todavia mais leve, de partes melhor proporcionadas” (ROSA, 1905, p. 196).

O crescimento da freguesia de Palhoça, assim como ocorreu com São José quando deixou de pertencer a Desterro, foi a justificativa para o desmembramento das terras daquele município. Assim, por meio do Decreto Estadual n. 184, de 24 de abril de 1894, foi criado o município de Palhoça:

Como temos demonstrado, a freguezia do S. Bom Jesus de Nazareth da Palhoça, pelo seu progresso, população e homens politicos que tinha á sua frente, conseguiu ainda a sua elevação á município, como se vê do Decreto do Governador militar, coronel Antonio Moreira Cezar, logo após á revolta da esquadra em 6 de Setembro de 1893. Esse decreto tomou o n° 184, de 24 de Abril de 1894, e foi assim concebido:

Art. I o — Fica elevada á categoria de villa, a freguesia da Palhoça, que fica desmembrada do município de S. José, para formar, com as freguezias de Santo Amaro do Cubatão, Enseada de Britto e os districtos de Therezopolis, Santa Isabel, Capivary e Santa Thereza, um municipio com a denominação de Municipio da Palhoça, tendo por séde a villa deste nome e por limites ao Norte, o rio Imarohy e a actual divisa dos districtos de Santa Isabel, com a ex-colonia Angelina; ao Sul e a Oeste, o municipio de S. José.

Art. 2º-Revogam-se as disposições em contrario. Dado e passado no Palacio do Governo do Estado de Santa Catharina, aos 24 de Abril de 1894.-6º da Republica. (Assig.) Antonio Moreira Cezar, coronel governador. (LOPES, 1919, p. 33-4)

Voltemos aos Campos de Araçatuba. Criado o município de Palhoça, por analogia com o que aconteceu com São José quando de sua

216

criação, a região dos campos, que fora da administração de Desterro, depois de São José, agora passaria a Palhoça. Desse modo, a Lei n. 652, de 12 de setembro de 1904, transfere para a municipalidade de Palhoça a administração dos Campos de Araçatuba ou Massiambú. A referida lei ganhou a seguinte redação:

Art 1: Fica transferido para a municipalidade de Palhoça a administração dos campos de Araçatuba ou Massiambú, que fará medir e demarcar a sua custa, autorizada a arrendar-os anualmente aos que tiverem ocupando esse logradouro público, ou a outros quaesquer, em lotes nunca maiores que oito hectares.

Art 2: Revogam-se as disposições em contrário. [...]

Vidal José de Oliveira Ramos Junior. (Dossiê FATMA, p. 1)

Assim, a virada para o século XX se dá com as terras da Baixada do Maciambú passando para a municipalidade de Palhoça. A ocupação, uso e conflitos gerados pela ocupação de terras no século XX foram tão ou mais problemáticos que nos séculos anteriores. O capítulo a seguir procura tratar justamente desse período, em que se observam mudanças mais significativas em relação a densidade demográfica, ao uso dos recursos naturais e a questões legais. Em 1975, com a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, os atritos jurídicos se tornaram muito mais problemáticos que os ocorridos até então. Pretende-se também relacionar o desenvolvimento social, cultural e espacial da região nesse período com o aditivo da criação do PAEST e sua influência na Baixada do Maciambú.

4 O PARQUE NA VIDA DOS MORADORES DA BAIXADA DO MACIAMBÚ: (DES)INFORMAÇÕES E CONFLITOS

A população da Baixada do Maciambú vem crescendo rapidamente. O interessante desse fato é que esse crescimento se observou principalmente depois da criação do PAEST em 1975, mesmo com as sanções previstas na legislação. O resultado direto da ocupação após criação do Parque foi, além da transformação da natureza, o surgimento dos primeiros conflitos sociais por conta da presença do PAEST na região. Depois de discorrermos a respeito de legislação, da natureza e das relações humanos-meio ambiente na região, este capítulo se propõe a traçar as relações sociedade – legislação – poder público – meio ambiente nessa espacialidade, que se deram a partir da criação da UC. Por se tratar de um recorte espacial recente e pelo objetivo a que se propõe, além de outras fontes, utilizaremos relatos de moradores que foram obtidos por meio da metodologia da História Oral. Essa fonte serve principalmente para entender como se deu a aproximação do Estado com a população e as percepções destas a respeito da UC. Outro objetivo da História Oral, nesse caso, é saber, a partir dos relatos, como se deu a ocupação do território pela população que estava na região quando da criação do parque e a relação dessa mesma população com o espaço, além de observar os aspectos culturais que foram ou não influenciados pelo PAEST. Trataremos também das forças políticas que se articularam e construíram novos capítulos dessa novela.

4.1 A BAIXADA DO MACIAMBÚ ATÉ 1975

Não é de se estranhar que se tenha poucos registros a respeito da população da Baixada do Maciambú no século XIX. Mesmo no início do século XX com os Campos de Araçatuba passando a ser administrados por Palhoça, a região ficou praticamente isolada do restante do município por via terrestre. O então Alferes José Vieira da Rosa, em sua obra "Chorographia de Santa Catarina", revela aspectos interessantes da região litorânea do sul do Estado naquele período. Comenta ele:

Quem em viagem a cavallo já percorreu o littoral do Estado, especialmente do Inferninho para o Sul até Torres, convenceo-se de que o mar outr'ora levava suas aguas até muito ao oeste das raias actuaes. Os terrenos formados por uma areia fina e

sem mistura com seixos de qualquer natureza, são o indicio de que o poderoso Atlante por ali passou, e com elle potentes monstros das idades primitivas. Tambem essas lagôas que, começando em Massambú se vão, formando uma solução de continuidade até o extremo sul do Rio Grande, provam de um modo cabal a sua origem marítima. E esses penedos que ainda hoje formam abras e enseadas, como os da Pinheira, Ouvidor, Ibiraquera, Ribanceiras, Imbituba, Itaperobá, Laguna, Barra, as duas S. Martha e Conventos (este ultimo está completamente em secco), foram, na epocha em que os terrenos arenosos que os ligam ao continente eram apenas o fundo do mar, ilheos que, pela sua exiguidade, serviriam apenas para o logar de nidificação dos *laros* e outras aves palmides oceanicas. (ROSA, 1905, p. 19-20)

Vieira da Rosa percebe o recuo do mar e acredita que a Praia da Pinheira e outras foram ilhas. A Pinheira, no caso, também foi formada a partir de um tómbolo que se formou com o recuo do mar, tal qual o que ocorreu com a Ponta do Papagaio, comentado no capítulo 3. Mais adiante, ao descrever o município de Palhoça e suas vias de ligação, Rosa informa que a estrada municipal, larga e bem feita, ia até a margem esquerda do Rio Cubatão. Sem ponte que ligasse essa parte do município ao sul, o rio precisava ser transposto por canoas. Do outro lado, a estrada larga e bem feita dava lugar a uma parte de estrada consideravelmente estreita, com pontos bem ruins. Desse ponto, “até mais ao sul na Freguesia da Enseada de Brito a estrada não presta, e até a margem do Maciambú presta menos” (ROSA, 1905, p. 198). Sobre a região, o alferes assinala que:

Entre a Enseada e o Massambú acha-se o afamado morro dos Cavallos, celebre pelas suas escorregadias ladeiras. Esse morro, no lugar em que passa a estrada tem apenas 70 metros sobre o nivel do mar, mas como fica com os pés n’agua, erguendo-se de repente, aparenta ter muito mais. Na encosta d’esse morro existem grandes plantações de bananeiras. [...]. O povoado de Massambú alveja suas vinte casinhas ao sudoeste, no começo da grande varzea, campo de Massambú ou Araçatuba, que ora apresenta côr escura de

capões, ora o amarellado do campo e tiririca, que tanta ha n'aquella zona. A linha da praia contorna-o até a Ponte da Pinheira. (ROSA, 1905,198-199)

O povoado descrito por Rosa é o atual bairro chamado de Passagem do Maciambú, que em 1905 contava com mais ou menos 20 casas. Sobre a linha da praia, acreditamos que ao invés de “ponte”, o certo seria “ponta” da Pinheira. A narrativa não traz outras informações sobre a condição das estradas entre as localidades, mas apresenta alguns poucos detalhes sobre Palhoça sob a ótica do autor do relato. Aliás, para ele, por não possuir um porto, Palhoça encontra-se em lugar impróprio para uma cidade. Além disso, também não tem água potável para abastecer as casas. Se comparada à vizinha São José, Palhoça estaria em desvantagem, pois aquele município possuía tudo isso. Ocorre que na criação do município de Palhoça,

[...] a maior parte do territorio que constituía o municipio de S. José passou para a nova Villa, e não só o maior, mas também o melhor. Pertence ao municipio da Palhoça toda a zona carbonífera da Varzea do Braço e Varzea da Raiz, o valle fertilíssimo do Cubatão e quasi todos os campos do Massambú, os campos do Taboleiro e a serrania do Camberella. Alem d 'isso o Cubatão permite a entrada de canoas, o que de certo modo facilita a sahida d'aguns productos; o Massaubú deixa-se navegar até por lanchões, trazendo assim do centro os mantimentos ali produzidos, como o café e outros. (ROSA, 1905ano, p. 200)

Mostra-se novamente a importância dos rios, sendo o Maciambú, o mesmo rio descrito por Avé-Lallemant, navegável até por lanchões. Com isso, as culturas produzidas no interior dos Campos de Araçatuba e de outras áreas, como veremos, poderiam ser escoadas por lanchões até os pontos comerciais de destino.

Esses são os dados que as fontes documentais nos informam a respeito da Baixada do Maciambú no início do século XX. Local de difícil acesso, ligado aos demais povoados principalmente por via marítima, a região da Baixada foi se desenvolvendo sem grandes sobressaltos até a década de 1960. Para compreender um pouco mais a respeito do local nesse período faremos uso da publicação de uma entrevista realizada pelo

Professor Celço de Mattos, morador nativo da Praia da Pinheira. Em 9 de abril de 1977, o Professor Celço entrevistou o senhor Aquino Tomaz da Silva, nascido em 7 de março de 1891. Na ocasião, o entrevistado estava com 85 anos. A entrevista foi publicada no Jornal Espinheira, periódico local que circulou na Baixada do Maciambú entre 1994 e 2007. A entrevista na íntegra foi publicada entre os números 10 e 17. Questionado sobre o nome da localidade “Pinheira”, seu Aquino informa que não sabe de onde veio. “Quando eu nasci já encontrei Pinheira. Não estou sabendo se era o nome do primeiro morador como ali na Enseada de Brito. Dizem que era um Brito que morava lá” (ESPINHEIRA, n. 11, 1995, p. 4). Sobre os moradores do local, seu Aquino responde que existiam “muito pouco, quando eu era rapaz tinha aí umas doze, quinze casinhas. Eram choupanas cobertas de palha, barreadas, casinhas de chão.” (ESPINHEIRA, n. 11, 1995, p. 4). Como não havia via de acessos terrestres, a locomoção da comunidade para outros lugares se dava quase que exclusivamente via mar. Seu Aquino, na entrevista concedida em 1977, dois anos após a criação do PAEST, diz que “para ir à cidade⁹⁷ era um sacrifício, era embarcado, não existia o motor, então ia com o vento sul e voltava com o nordeste. Se ventasse sul 10 dias ficava preso na cidade 10 dias. [...] Era remo ou vela, estrada não existia” (ESPINHEIRA, n. 11, 1995, p. 4).

Essas informações estão também presentes na memória das pessoas que se propuseram a nos contar um pouco de suas vidas, relatos estes analisados por meio da História Oral. Essas memórias foram fundamentais no entendimento não só da ligação da população com o PAEST, como também no entendimento da formação populacional da região e dos aspectos naturais da área. Neste sentido, consideramos relevante despendar algumas linhas a esta que será nossa proposta metodológica.

A prática de colher relatos já era presente na Antiguidade Clássica. Heródoto e Tucídides, por exemplo, “lançavam mão de relatos e depoimentos para construir suas narrativas históricas sobre acontecimentos passados”, como bem pontua Alberti (2005, p.18). A diferença dessa prática para a que chamamos hoje História Oral é que à época não existia o recurso do gravador para registrar os relatos e transformá-los em documentos de consulta. A História Oral é, portanto,

⁹⁷ Estamos considerando a “cidade” como sendo o centro de Florianópolis e não o centro de Palhoça, com base no depoimento de outros entrevistados por nós.

[..] um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. *Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida.* (DELGADO, 2010, p. 15-6, grifos da autora)

Esse conceito da História Oral, compartilhado pelos estudiosos da área, pode ainda ser complementado pela definição dada por Verena Alberti (2005, p. 18). A autora, na verdade, amplia este conceito e acrescenta possíveis objetos de estudos: “trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam”.

Podemos encontrar três posturas no que se refere ao tratamento dado à História Oral. A primeira postura entende a História Oral como sendo uma técnica; a segunda, como uma disciplina; e a terceira, como uma metodologia. Entendemos, neste trabalho, a História Oral como uma metodologia. Desse modo, ela apenas estabeleceria a ordem e procedimentos de trabalho, funcionando como ponte entre teoria e prática. Para os adeptos dessa vertente, a História Oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar questões. As soluções devem ser buscadas na teoria da História de modo geral (AMADO; FERREIRA, 2006).

Nos depoimentos recolhidos por meio da História Oral, os colaboradores precisam recorrer às suas memórias para responder as questões a eles apresentadas. Ou seja, trabalha-se diretamente com a memória, um termo que praticamente é indissociável da História Oral, pois trata-se de um

Cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais e coletivas – dialogam entre si, muitas vezes lembrando lembranças, algumas vezes de forma explícita, outras vezes de forma velada, chegando em alguns casos a ocultá-la pela camada protetora que o próprio ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim está se protegendo

das dores, dos traumas e das emoções que marcam sua vida. (DELGADO, 2010, p. 16)

Clarícia Otto (2012) explica que as memórias são produzidas e também sofrem mudanças ao longo de diferentes gerações, já que são gestadas no espaço e no tempo nos quais os indivíduos se situam. Deste modo, são estabelecidos pontos de intersecção com a memória social, que é sempre exterior ao indivíduo. Ou seja, no processar da memória estão presentes as dimensões individuais (vida privada, biografia) e as dimensões coletivas (social, nacional e internacional). “Os sinais exteriores são referências e estímulos para o afloramento de lembranças e recordações individuais que constituem o substrato do ato de rememorar [...]” (DELGADO, 2010, p. 16).

Apesar de serem quase indissociáveis, memória e História são conceitos distintos e não podem ser tomados como sinônimos. No entanto, é de memórias que a História, como operação intelectual, se alimenta. Ela problematiza as várias versões de um acontecimento e indica, diante de uma única versão colocada como verdade, as várias versões possíveis (OTTO, 2012).

Para essa pesquisa, a escolha dos entrevistados se deu pela variedade de ocupações, de condições sociais e de escolaridade, abrindo assim espaço para diferentes “versões de um acontecimento” ou diferentes “memórias”, que podem ser convergentes ou podem apresentar pontos de vista completamente opostos do mesmo assunto. Por este motivo, entrevistamos pescadores, professores de escolas locais e empresários do comércio local, estes nascidos na região ou não. Contamos ainda com a colaboração valiosa de pesquisadores envolvidos com o parque e também em projetos na sociedade. O que esses personagens e setores distintos e variados da sociedade têm em comum? O lugar. E é justamente sobre o lugar e suas interações com o meio que as entrevistas versaram. Esse tipo de entrevista é entendida dentro da metodologia da História Oral como entrevista temática.⁹⁸ O tema central que norteou as entrevistas, neste caso, foi o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e suas implicações no cotidiano da população da Baixada do Maciambú. Desse modo, atendemos aquilo que Verena Alberti (2005,

⁹⁸ Usualmente, os manuais, livros e artigos que se referem aos procedimentos relativos à História Oral identificam dois tipos de entrevista como as mais utilizadas em projetos de pesquisa que produzem fontes orais, a saber: *depoimentos de história de vida e entrevistas temáticas* (DELGADO, 2010).

p.31) preconiza quando afirma que “a escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência”. Essa escolha dos depoentes se deu depois de uma abordagem inicial que possibilitou um conhecimento prévio do objeto de estudo. Essa abordagem se deu em conversas informais, com pessoas próximas ao autor que indicaram possíveis depoentes. Após isso os possíveis depoentes foram contatados para verificar a disponibilidade da entrevista.

Alguns critérios devem ser levados em conta ao se preparar a entrevista de História Oral. Primeiramente, deve-se atentar ao grau de importância do entrevistado por meio de pesquisa anterior e elaborar um roteiro de perguntas pertinentes ao tema e ao objetivo a que se propõe.⁹⁹ Esse roteiro deverá conter a síntese das questões levantadas durante a pesquisa em fontes bibliográficas, em fontes primárias e nas informações colhidas no primeiro contato com os entrevistados. Além disso, o roteiro deve ser preparado após o aceite do entrevistado, ser flexível e adequado à linguagem e ao vocabulário de quem se vai entrevistar. Constitui-se, então, como um mapa da memória e não como uma “camisa de força” nas narrativas (DELGADO, 2010).

Uma preocupação presente em todas as etapas desse processo, além das questões técnicas e metodológicas, está relacionada à ética. O trabalho com História Oral exige de nós um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes, posicionamentos e por sua visão de mundo. É essa visão de mundo que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados. Ela é individual, particular ao depoente, mas constitui também elemento indispensável para a compreensão da história de seu grupo social, sua geração, seu país e quiçá da humanidade como um todo, se considerarmos que há universais nas diferenças (ALBERTI, 2005, p. 24). A ética e o respeito, que devem estar presentes em tudo na vida, foram tratados aqui com toda a seriedade que uma pesquisa deste nível e natureza exige. Isto é o mínimo, dada a grandeza das informações que só conseguimos ter acesso por meio dos depoimentos, principalmente nesta pesquisa, já que as fontes documentais se mostraram bastante escassas. A partir desses depoimentos, pudemos entender a formação sócio-espacial da Baixada do Maciambú no início

⁹⁹ O roteiro de entrevista utilizado encontra-se no anexo 1 e a lista de depoentes, nas referências.

do século XX, por exemplo. Também foi por meio das entrevistas que os depoentes compartilharam um pouco de seu cotidiano na região e, através de suas memórias, deu-se o entendimento da paisagem e de suas transformações.

Como já descrito, a Baixada do Maciambú é uma região onde encontram-se vários bairros do município de Palhoça. Estamos trabalhando em nossa pesquisa apenas a região que hoje encontra-se na parte leste da BR 101, trecho que inclui os bairros Passagem do Maciambú, Praia do Sonho, Praia da Pinheira, Guarda do Embaú e Morretes. A toponímia da região leva em conta diferentes fatores. Conforme capítulo anterior, toda a Baixada era chamada de Campos de Araçatuba já no século XVII, porém o nome Maciambú também já aparecia nos documentos desse período. Segundo diferentes pesquisas, o nome Maciambú é de origem Tupi-Guarani e possui significados diversos. O periódico Espinheira (2005, p. 14), por exemplo, apresenta 21 possíveis significados com base na etimologia da palavra. De um modo geral, as palavras lugar, rio, bichos, caça, aves e banhado aparecem nos possíveis significados. Eis algumas interpretações listadas no periódico: “lugar onde se caçam bichos para comer”, “lugar de onde se originam os bichos”, “lugar onde nascem as aves”, “lugar onde o rio se espalha” etc. De mais fácil interpretação é a localidade “Passo de Maciambú”, conhecida hoje como Passagem do Maciambú ou simplesmente Passagem. É o local, como o próprio nome já diz, de passagem. Inclusive o viajante Avé-Lallemant, assinalou em suas cadernetas a localidade entre o sopé do Morro dos Cavalos e as margens do Rio Maciambú. Ponta dos Papagaios, que eram na verdade duas ilhas (Papagaios Grande, hoje ligada ao continente e Papagaios Pequena) possui esse nome pela quantidade dessas aves na região. Nos relatos de viajantes do século XVIII, os cronistas já citavam a quantidade de papagaios como uma boa possibilidade de caça. Sobre a Pinheira, Celso de Mattos acredita que até hoje ninguém sabe a origem do nome. Ele levanta algumas hipóteses: poderia ser decorrente ou de uma vegetação rasteira que se chamava na Europa, chamada de pinheira e pode ser que tinha aqui, ou poderia ser corruptela de espinho. Outra possibilidade indicada por Mattos estaria relacionada a posses de seus próprios antepassados. O entrevistado conta que no terreno de sua vó existiam duas araucárias bem altas que podiam ser um ponto de referência aos navegadores, daí o nome da praia por conta dos “pinheiros”. Pinheira também é nome de família em vários lugares de Portugal e Espanha e se pode ainda fazer referência a alguém com esse

sobrenome, talvez um antigo morador, conforme Aquino Tomaz da Silva. Mattos sugere também que o nome tenha sido atribuído pelos próprios navegadores. Segundo ele, a ponta da Pinheira, vista do mar, lembra uma pinha, o que teria originado o nome da localidade nesta versão (MATTOS, 2017). O fato é que o nome Pinheira já se encontra em documentos do século XIX. Sobre a localidade Morretes, também é de fácil interpretação, pois há na região alguns montes pequenos. Já o bairro Guarda do Embaú possui duas interpretações. Em primeiro lugar o nome dos rios Madre e Embaú são bastante antigos e constam em documentos do século XIX. Mattos explica que em 1935 Getúlio Vargas autorizou a construção da estrada, primórdios da atual Rodovia Federal BR 101 no estado. Por isso que existia a Guarda do Embaú, posto fiscal onde se cobravam os impostos. Em todos os rios existiam uma guarda, segundo Mattos (2017). Outra história difundida na região é que Guarda do Embaú é uma corruptela de “guardado em baú”. Conta-se que com a saída dos jesuítas, alguns cofres foram enterrados no lugar e dizem que encontraram um no local, o que teria originado o nome. Conforme descrito anteriormente, uma guarda pode ter se instalado no local ainda no século XIX.

Com a falta de acesso a outras freguesias por meio terrestre, a ligação com o mar e com os rios foi inevitável. Por isso, a atividade econômica também se deu com base nessa estreita ligação com o mar. A região da praia da Pinheira e adjacências, como se pode observar nos mapas e imagens apresentadas no decorrer desse trabalho, é o último (ou primeiro) ponto fora da barra que divide o mar aberto com a baía que se forma entre a Ilha de Santa Catarina e o continente. Por este motivo, a localidade se tornou, juntamente com a Passagem do Maciambú, um ponto de escoamento de mercadoria. Os produtos, provenientes de diferentes localidades, como Paulo Lopes e Garopaba, eram levados até o mercado público de Florianópolis com baleeiras a remo ou à vela. De regiões mais remotas, as mercadorias eram levadas em carros de boi até o Rio da Madre para, em seguida, escoar até a Guarda do Embaú. Novamente em terra, os produtos seguiam até a Pinheira transportadas por carros de boi. Mattos (2017) informa como se dava a logística de escoamento do material:

A região da Gamboa, Garopaba, Imbituba, Paulo Lopes, essa região também passou a produzir. A produção tinha que ser escoada como? Não tinha estrada. Tinha que ser pelo mar. Então o que

aconteceu? Passou a ter um porto de distribuição de mercadorias na pinheira e na Passagem do Maciambú. Os pontos principais. [...] primeiro a Pinheira: quem morava em Paulo Lopes e região descia suas produções em canoas até a Guarda do Embaú e depois de carro de boi até a Pinheira. Em 1840 o governo determinou a abertura de um canal da Guarda até a Pinheira. [...] E passou-se a trazer mercadorias de Paulo Lopes até a Guarda em canoas maiores e da Guarda até a Pinheira em canoas menores. Esse rio eu alcancei. [...] Havia os depósitos aqui na Pinheira.

De fato, a abertura de um canal entre as praias da Guarda do Embaú e Pinheira foi assunto da Fala do Presidente da Província em 1º de março de 1841, o que atesta, de certa forma, a importância da produção e do comércio na região e vai de encontro à impressão de um lugar totalmente ermo, descrita por Avé-Lallemant. A autorização de abertura do canal se deu pelas Leis Provinciais n. 17 e 36 de 1840 e o então governador da Província, Antero José Ferreira da Brito, deu ordens para iniciá-la. Apesar de ser uma obra do governo, pretendia-se recrutar os moradores da vizinhança como voluntários para o trabalho braçal, apoio este que de início não ocorreu:

Devendo dar-se-lhe principio no dia 7 de setembro, denominei o canal – Canal da Independência - . Eneciou-se com efeito a obra, mas com os braços de alguma tropa que por ali passava, porque os moradores escusarão-se pela maior parte de comparecerem, pretextando terem de acodir suas lavoras. Comtudo, sendo esta obra de transcendente utilidade publica, autorizado pelo §9 do artigo 1º da Lei N. 146, tenho-o mandado continuar pelos mesmo meios de que me servi para principial-as e com o auxílio d’alguns moradores, que agora se tem apresentado, espero que com pouca despeza dos cofres públicos será concluída. Vos determinareis a taxa, que pelo uzo da obra deverão depois pagar aquelles que ara ella não tiverem concorrido. (FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, SC, 1841, p. 8)

A construção do canal, batizado de “Canal da Independência”, não foi rápida, tampouco os gastos foram irrisórios, como se pretendia no início. Em sua fala à Assembleia Provincial no ano seguinte (1842), o Presidente da Província dá conta apenas de que “continua as obras de abertura do canal da Independência, que em breve espero eu fique terminada, com bem pouca despesa dos Cofres Provinciaes” (FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, SC, 1842). Em 1843, no entanto, o governador da Província de Santa Catarina reflete sobre a execução da obra do canal, afirmando que

Falharão-me alguns dos meios que contava para completar a abertura do Canal da Independência, mas não perdi as esperanças de o ver concluído, principalmente porque me ajuda no intento, o cidadão Joaquim José da Costa, que, com os moradores que sabe atrair, concorrem a este trabalho sempre que lhes é possível deixarem por algum tempo suas lavouras. (FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, SC, 1843)

Ao que tudo indica, no mesmo ano as primeiras canoas entre a Guarda do Embaú e a Pinheira puderam navegar no Canal da Independência. O fato foi descrito com entusiasmo na Fala do Presidente da Província no ano de 1844. Mesmo assim, continuavam alguns problemas em relação ao canal e por isso mantinha-se pessoas trabalhando no local:

Ainda se trabalha no canal da independência para aperfeiçoar, mas tenho a satisfação de informa-vos que estão desvanecidos os receios que alguns entretinham de que as agoas do Embahú nunca tomariam a direção da Enseada da Pinheira. Isso já se verificou e eu vi canoas carregadas navegarem pelo canal e saírem a Barra, mas como na ocasião em que elle se franqueou, estava o rio em demasia caudaloso com as agoas das serras, não bastou o canal para dar-lhes sahida e houve tresbordamento para o mar grosso, ficando em partes seco o canal. Acodirão então os moradores dirigidos pelo activo cidadão Joaquim Jozé da Costa, para fazerem os trabalhos conducentes a impedirem a repetição desse transtorno, mas não o puderam concluir nesse

tempo, e eu mesmo os fiz despedir, não só por causa das copiosas chuvas que então cahiram, mas também porque era tal a carestia de mantimentos que não havia como sustentar os trabalhadores. Para que este último obstáculo não volte a apparecer, e por que essa obra tem sido levada ate o ponto em que se acha, sem dispêndio dos cofres públicos, proponho no orçamento que para ella se consigne a quantia de quinhentos mil reis. (FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1844, p.22)

Entre 1845 e 1854, em todas as falas ou relatórios de Presidentes de Província de Santa Catarina, davam-se notícias quanto as obras do Canal da Independência, mostrando a importância da obra para a economia local. Nesses documentos, porém, não foram relatados aspectos da Vila da Pinheira, tampouco da Guarda do Embaú. Em 1854, no último documento encontrado que cita o canal, tem-se a notícia de que ainda não estava por completo concluído, mas que ainda assim era importante terminar a obra, se não para passarem “hiates”, ao menos para canoas

Os lavradores que presentemente levão ao Embahú os seus produtos em canoas, e ahi os passão em carros para a Pinheira, para depois os passar em canoas para os Hiates, os conduzirão sempre em canoas até os baldearem para os Hiates, e assim, popuarão metade dos gastos de transporte. Sendo porém presentemente essa commodidade só para os lavradores da Gamboa, e lugares visinhos aos rios da Madre e Paulo Lopes, justo é que elles fação a obra, ajudando-os a Província com ferramentas, e uma ração de carne a cada pessoa. (RELATÓRIO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, SC, 1854, p. 33)

O mesmo relatório ainda repudia a atitude dos moradores das localidades citadas, que utilizam-se do trabalho de outros em benefício próprio. Por esta postura são chamados, no documento, de “zangões”.

Para o Presidente da Província, João José Coutinho, uma solução encontrada para levar a cabo as obras do canal seria a criação de uma lei que obrigasse os moradores a prestar serviços na construção do canal três dias por mês até que a obra fosse concluída. Ficariam de fora dessa obrigação os menores de 12 anos e maiores de 70, aleijados ou incapazes.

Além disso, a referida lei preveria multa àqueles que não cumprissem a determinação com risco de serem presos (RELATÓRIO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, SC, 1854, p. 33). Na figura abaixo apresentamos o possível traçado do canal, com base em entrevistas e evidências físicas no local.

Figura 21: Possível traçado do Canal da Independência



Fonte: Google Maps¹⁰⁰

Não sabemos se tal lei chegou a ser editada, pois não encontramos registros sobre sua promulgação. Como as menções ao canal foram diminuindo nos relatórios da presidência da província, é difícil determinar se o Canal da Independência foi terminado e conseguiu servir como o esperado, ou seja, para baratear os gastos de transportes dos produtos que eram escoados pela Praia da Pinheira até os lugares de comércio, principalmente o Mercado Público de Desterro (Florianópolis).

Apesar de as obras do canal datarem da primeira metade do século XIX, está na memória dos entrevistados a presença de um córrego que ligava a Guarda do Embaú à Praia da Pinheira. Praticamente todos os

¹⁰⁰ Googlemaps adaptado pelo autor. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Pinheira,+Palhoça+-+SC/>>. Acesso: 12 mar. 2017

depoentes comentaram sobre esse córrego. Essa questão é entendida por Halbwachs dentro da memória coletiva. Segundo ele:

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que diziam respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os outros grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele. (HALBWACHS, 2003, p. 51)

Desse modo, não somente a respeito desse córrego, mas quase todas as informações obtidas pela História Oral sobre a Baixada do Maciambú versa sobre o coletivo, sobre atividades desenvolvidas pela maioria da população. No caso do córrego, ou canal, contam os entrevistados que, com o tempo, as pessoas foram aterrando, desviando e canalizando as águas com tubos. Apesar de garantir a existência do canal, os participantes dessa pesquisa não comentam sobre sua aplicabilidade, ou seja, sobre o seu uso na travessia de mercadorias entre Guarda do Embaú e a Pinheira. Com exceção do Professor Celço, que tem conhecimento de que o canal foi uma obra realizada pelo homem, e não natural, os demais entrevistados não comentam sobre esse fato. Conta Hélia dos Santos, moradora da Pinheira, que

[...] onde é hoje a loja Franci, em frente à farmácia, ali era uma lagoa, gigante, onde nós brincávamos de batera. Aos poucos as pessoas foram aterrando, aterrando e hoje é tudo construção. Passava um riacho, que contornava a estrada e passava exatamente onde é a loja Franci. Passava em frente ao [supermercado] Santos e ao lado do restaurante Rica e desembocava na praia de Baixo. Enfim, hoje está tudo aterrado e tem uma tubulação que não dá conta dessa água. (SANTOS, 2015)

A figura 24 apresenta uma foto aérea da Praia da Pinheira e Praia de Cima, tirada em 1977. Observa-se o número reduzido de residências em ambas as praias e o uso do solo com plantações principalmente na Praia de Cima (esquerda da foto). Também é possível observar dois córregos na Praia da Pinheira.

Outro entrevistado, antigo morador da Praia da Pinheira, foi Seu Gonçalves. Seu Gonçalves chegou a Pinheira em agosto de 1944, no final da Segunda Guerra Mundial. Nascido na Guarda do Cubatão em Palhoça, seguiu com a família em um barco a vela e remo para a Pinheira pela baía, entre a Ilha e o Continente. Como o mar estava revolto e a maré seca, não conseguiram atravessar a barra sul. Os soldados que estavam acantonados na ponta sul da Ilha de Santa Catarina, na Praia de Naufragados os acudiram com comida e explicaram que esperasse que a maré encheria e eles poderiam atravessar. Conta o entrevistado que não existiam embarcações a motor. Era vela e remo. A vida dos pescadores era contínua pois acabando a safra de um peixe, imediatamente iniciava a de outro, como por exemplo, tainha, anchova, cação. Somente em 1964 que o morador Nelson Martins, comprou um motor de 100 (GONÇALVES, 2017).

O entrevistado nos contou sobre a economia da região, que girava em torno da pesca e do comércio com Florianópolis. Os itens que antes passavam pelo Canal da Independência e chegavam ao seu destino transportados pelos “hiates””, na época do entrevistado, continuavam a ganhar os centros de comércio ao sabor dos ventos ou com o auxílio de remos. Conta ele que

depósitos de farinha, de feijão e milho, vinha lá de Paulo Lopes tudo, para embarcar aqui nas lanhas, o pessoal de Paulo Lopes tinham depósitos ali perto do restaurante do Rodrigo, tinha três paióis. Cada paiol pegava quinhentos sacos de farinha. Quando dava quadra de vento sul encarregavam a embarcação com duzentos sacos de farinha. Abriam a vela e iam embora. E iam a vela. Voltavam com vento nordeste. No mar de dentro ainda dava de ir no remo, mas no mar de fora tinha que vir a vela. (GONÇALVES, 2017)

O processo de baldear as mercadorias na região da Baixada do Maciambú para depois seguir viagem até o Mercado Público de Desterro/Florianópolis, iniciado no século XVIII¹⁰¹, ganhou ênfase no século XIX e manteve-se uma prática comum até a década de 1960. A

¹⁰¹ Vale lembrar da criação de gados nos Campos de Araçatuba e o transporte dos animais à Ilha de Santa Catarina se deu durante o século XVIII.

partir desse período, mudanças um pouco mais significativas, principalmente em termos de infraestrutura, começaram a despontar na região.

A água, recurso natural vital, era conseguida de diferentes maneiras na Baixada do Maciambú. Na praia da Pinheira, região da Praia de Baixo,

Tinha dois poços, um de seu João Tomás e outro do seu Domingos, ali dentro da chácara. [...]. A água foi encanada ali da chácara, aí o poço não dava conta, era motorzinho, aí fizeram outro na costa do morro. Não é a caixa do morro¹⁰², ela ainda tá ali ainda, foi feita pelo município, é uma pequena, de 12 mil litro. Na hora que encheram vazou um pouco, ela dava água, colocaram uma torneira pública, aí quem colocava o pote na frente tinha a vez, mas dava briga. (GONÇALVES, 2017)

Hélia dos Santos também comenta sobre a captação de água na região, utilizada sobretudo para cozinhar e para beber:

Aqui perto de casa tinha uma fonte. Na época [por volta de 1970] não tinha água encanada. Nós tínhamos três poços artesanais. Nós tínhamos na praia de Baixo, que era na casa de seu Aquino, no costão da praia de Baixo. Ali tinha um poço de água. Não puxada a motor, era natural, puxada com corda. Tinha outro no seu Miguel, na rua dos pescadores. E mais adiante na rua dos Pescadores tinha outro poço. Se economizava água, porque dava trabalho carregar a água até em casa. (SANTOS, 2014).

Outra moradora que relembra as dificuldades para se conseguir a água potável é a senhora Idelzina Maria Batista. Para ela, “a água era carregada de pote. Pegavam lá embaixo, perto do prédio do Marcelo, ali tinha um poço, tirava água de latinha de corda. Depois de muito tempo colocaram aquela bomba. Na praça também. Toda a tarde era aquele

¹⁰² O entrevistado refere-se a uma caixa d'água que fica no morro do costão da Praia da Pinheira.

“rende” de mulheres carregando água em potes. Era uma rotina” (BATISTA, 2017)

O que era costume por essas épocas, trazer água até as casas por meio de mangueiras, não aconteceu na Baixada do Maciambú. Não existe na região cachoeiras perenes que pudessem servir de fonte de captação. Por esse motivo, o meio de se conseguir água foi com a construção de poços. Para lavar as roupas, poços naturais, como pequenas lagoas, eram utilizados. Na entrada da Guarda do Embaú existe uma lagoa conhecida como Lagoa Funda. Ali as mulheres, principalmente moradoras da Guarda, lavavam suas roupas. As lagoas nunca secavam. As mulheres costumavam usar pedras de perto da água para esfregar e bater as roupas que, após a lavagem, ou eram estendidas no pasto para clarear com a exposição ao sol, ou eram penduradas em varais de cordas e cercas de arames para secar (SANTOS, 2014). Já na Pinheira e na Praia de Cima, as mulheres lavavam as roupas perto do costão utilizando água dos poços (MATTOS, 2017). Dona Maria Matilde Correa, conhecida como Dona Cotinha, moradora da Guarda do Embaú, conta que como não se tinha água encanada e somente uma fonte para atender a uma demanda grande de lavadeiras, houve a preocupação de que a fonte poderia ficar poluída. Por esse motivo, as mulheres tiveram a iniciativa de usar a lagoa para lavar roupa. Cada uma tinha o que d. Cotinha chama de fonte na lagoa, ou seja, uma parte da lagoa onde se colocava uma pedra para auxiliar o serviço. Em sua lembrança, foram “muitos anos, muitos anos. Lavava muita roupa pra fora. Ganhei muito dinheiro lavando roupa para fora [...]”. A água é bem clarinha, olhando assim parece amarela, mas pensa numa roupa limpa que ficava” (CORREA, 2017).

A atividade prolongou-se até o final da década de 1990. Em reportagem do Jornal Espinheira (12/1996, p. 8), tem-se a informação de que as lavadeiras “frequentemente limpam a lagoa com pás, enxadas e vassouras, abrindo espaços para a lavanderia. Todas tem água encanada em casa, mas segundo elas, a água da lagoa limpa mais do que a da Casan, que está em cima de uma antiga bagaceira”. O periódico segue relatando a atividade: “são mais ou menos 8 lavadeiras da Guarda que se encontram na lagoa quase todos os dias. Este antigo ritual tem um segredo: enquanto lavam e tiram a sujeira das roupas, vão conversando, se distraíndo e limpando também a cabeça, as ideias, os pensamentos.”

A figura 23 ilustra a cena cotidiana na Lagoa Funda:

Figura 22: Lavadeiras na lagoa da Guarda do Embaú



Fonte: Espinheira, março de 1996 (p. 8)

Outras atividades que faziam parte do cotidiano da população da Baixada do Maciambú era o artesanato feito de produtos naturais, como taboa, junco, cipó, bambu e folhas de coqueiros. Da taboa e junco se faziam esteiras. Do cipó e bambu, os balaies; e das folhas de coqueiros, os chapéus (SANTOS, 2014). Dona Idelzina afirma ter criado os seus filhos fazendo esteira de taboa e retirando marisco dos costões. A taboa cortava no brejo do Albardão e no Sertão, bairros vizinhos, hoje separados da parte do litoral pela BR-101. O material era trazido de carro de boi. A senhora explica que a taboa é uma planta bem alta, já o canudinho é o junco. Em uma empreitada dessas, ela cortou uma “carrada de taboa que rendeu 120 esteiras”. D. Idelzina parou de fazer esteiras porque os filhos foram crescendo e ficou tudo mais difícil (BATISTA, 2017).

Sem água encanada, e ainda sem luz para puxar água por ponteira, não se tinham também banheiros até a década de 1960. As casas tinham as chamadas “patentes” no quintal, “com caixotes e buracos para as pessoas fazerem suas necessidades fora de casa, e usava-se o sabugo [de milho] para limpar, por que não existia papel. O milho era comum, as pessoas tinham milho em casa para comer e usar para alimentar as galinhas, e o sabugo era guardado para usar nas patentes”, conforme relata de Hélia dos Santos (2014).

Além da pesca e da agricultura, a caça era uma atividade rotineira na região. Segundo D. Idelzina (2017), “a caça naquele tempo não era

proibida. Armei muita arapuca, peguei muito passarinho, pegavam tatu, gambá, aracuã, cutia não existia naquele tempo, surgiram de um tempo pra cá. Se via muito mas agora desapareceram, acho que os cachorros mataram”. Sobre a caça, conta Hélia dos Santos (2014) que era comum, infelizmente fazia parte da cultura. Seu pai era um caçador de aracuã, pássaro que pelos relatos parece ter sido a caça preferida dos moradores da região. Além dessa ave, existiam muitos outros pássaros, assim como tatus e lebres, que também eram caçados. Sobre a caça, Elizabeth Forneck Albrecht diz que quando conheceu a região, na década de 1970, e quando veio morar em 1990, as crianças ainda caçavam, armavam arapucas e muita gente da comunidade caçava. Pegavam pássaros, colocavam em gaiolas e, talvez por esse motivo, tinham menos pássaros na região do que agora (ALBRECHT, 2015).

A luz chegou na região por volta da metade da década de 1960. S. Gonçalves (2017) informa que a luz chegou na Pinheira em 1965. Na época, o fornecimento de energia elétrica era feito por uma cooperativa¹⁰³ de Paulo Lopes. D. Idelzina (2017) não tem certeza da data, mas diz que fez as roupinha do seu filho Miro, hoje com 51 anos, sob luz de querosene. Por esse motivo, ela acredita que quando a luz chegou o seu filho já tinha nascido. “Foi o Ivo Silveira que trouxe a luz, a água veio depois, bem depois”, conta a senhora. Até chegada da energia elétrica pela Cooperativa de Energia de Paulo Lopes, a iluminação era por querosene. Quando chegou, a luz ia apenas até a vila da Pinheira, não seguia até a Praia de Cima, ou Areias, como alguns depoentes contam que chamavam a região. Mesmo com a chegada da energia, conta o Prof. Celço que ainda dava muitos problemas, pois a luz era tão fraquinha que não conseguia movimentar um motor de geladeira (MATTOS, 2017). O mesmo

¹⁰³ Sobre a Cooperativa de Energia Elétrica de Paulo Lopes, consta em seu *site* oficial o histórico da empresa. A necessidade de se ter energia elétrica na região levou um grupo de senhores a discutir um meio de suprir tal necessidade. Este grupo chegou a uma conclusão: seria necessário a criação de uma cooperativa para atender à necessidade premente que era a falta de energia. Após várias reuniões com lideranças da região e políticos do estado, finalmente em 21 de maio de 1962 foi fundada a **Cooperativa de Eletrificação Rural de Paulo Lopes**. Atualmente, a Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes agrega cerca de 10.000 consumidores, quatro municípios: Imbituba, Garopaba, Imaruí e Paulo Lopes, e mandando energia elétrica em uma extensão de aproximadamente 700 km de rede em alta e baixa tensão. Disponível em: < <http://cerpalo.com.br/portal/historico/> > Acesso em: 20 mar. 2017.

problema é relatado por João Engelke. A energia elétrica na Passagem do Maciambú também vinha da Cooperativa de Paulo Lopes. Era fraca e quando mais pessoas começaram a ligar a luz a suas casas, ela não aguentava e caía (ENGELKE, 2014).

O professor Celço de Mattos comprou suas terras na Praia de Cima em 1973 e a energia elétrica chegava somente até a vizinha Pinheira. Não tinha estrada também até a Praia de Cima. Conseguiu em 1974 a luz da Cooperativa de Paulo Lopes, mais tarde veio a energia da CELESC, o que segundo ele o fornecimento só melhorou com a subestação instalada na região (MATTOS, 2017). A água encanada chegou somente na década de 1980, assunto este abordado na próxima seção.

Na casa dos moradores, era comum ver a fumaça saindo das chaminés, já que os fogões eram, até meados da década de 1970, a lenha. A prática de ir ao mato para cortar lenha era quase que diária. D. Idelzina (2017) lembra desse tempo, quando os fogões eram “tudo fôgão a lenha”:

A lenha vinha do morro. No campo quando os pescador tinham folga, derrubavam os capões. Como eles não tinham como trazer davam meio carreiro para o dono do carro de boi. Carreguei muita lenha, lá da prainha. De tardinha iam tudo pro morro cortar lenha. Aqui não tinha esse mato. Aqui você via tudo. Não tinha nada.

A criação de gado atravessou os séculos e permaneceu na região como uma atividade complementar à pesca e à agricultura. Conta D. Idelzina (2017) que quem era da roça todo mundo tinha gados. Na Guarda do Embaú tinha bastante e os gados ficavam soltos no campo. De acordo com a moradora, “o campo era livre. Tinha o pasto do tio Miguel. No maço¹⁰⁴ tinha muito gado. Pra cá da igreja tinha uma cancela, uma porteira, pro gado não vir pra roça das areias. As vezes eles conseguiam vir. A noitinha iam pra praia”. Celço Mattos lembra da época em que o gado estava integrado ao ambiente nativo. Com três anos de idade, Mattos foi morar no Papagaios com seus pais. “Minha vó ficou na Pinheira. Então, com seis anos fazia esse trecho Pinheira-Papagaio sozinho pela praia. Um dia ia na casa de uma vó, noutro na outra. Convivia com o gado

¹⁰⁴ Maço é o nome que a comunidade dá ao uma praia de pouca extensão e difícil acesso que fica entre a Praia de Cima e a Prainha.

na praia. Todo dia a noitinha o gado vinha dormir na praia, era cena bonita”.

A agricultura era uma atividade de destaque na região da Praia de Cima, chamada de “Areias” pelos antigos moradores. Por esta razão, era preciso proteger as plantações dos gados que pastavam soltos nos campos. A solução encontrada pelos moradores foi colocar uma “cancela” próximo onde hoje se encontra a Igreja Católica. “Para lá [Praia de Cima] subia 30, 40 animal para ir comer a roça lá em cima. Tivemos de fazer uma cerca para o gado não invadir as areias”, conta o S. Gonçalves (2017).

Pesca, agricultura e artesanato. Além dessas três atividades, outra característica forte na Baixada do Maciambú foram as atividades de engenhos, tanto os de processamento de mandioca quanto engenhos de processamento de cana. Os entrevistados discordam um pouco quanto a quantidade dos engenhos na região, mas todos mencionam os dois tipos. S. Gonçalves (2017) conta que “tinham um do seu Inácio, outro do seu Miguel e do seu Paulino”. Ao todo tinham quatro engenhos, engenhos bons. “Cada junta de boi!”.

No morro [entre Pinheira e Guarda do Embaú] tinha engenho de farinha de mandioca. Tio Paulino tinha um engenho de farinha, tio Miguel também tinha engenho, seu Estácio também tinha o seu aqui na Praia de Cima. Tinha também de cana de açúcar. A farinha era um produto muito procurado. Era farinha de guerra. Época que Portugal estava disputando a região com a Espanha. O porto central de distribuição de produtos no sul era aqui. Havia comércio muito grande de embarcação. (MATTOS, 2017)

Por conta das atividades desenvolvidas, a paisagem da Baixada do Maciambú era bastante diferente da encontrada hoje. Saltam aos olhos o crescimento demográfico, o aumento de construções, do comércio, o asfalto, a ampliação de escolas e outros aspectos relacionados a infraestrutura. Porém, os entrevistados que viveram ou conheceram a região já na década de 1970 afirmam que hoje existe em algumas áreas muito mais pássaros, como afirmou Elizabeth Albrecht, D. Idelzina e D. Terezinha. O crescimento do número de espécies e a quantidade de pássaros, bem como outros animais, pode ser entendido como fruto da presença do parque somado a outros fatores, uma vez que o corte de

lenhas e as roças nas “Areias” foram acabando. Albrecht (2015) afirma que o morro era muito mais “pelado”. Segundo a entrevistada, “dava de ver toda a pedra que existe no morro e que hoje quase não se vê mais. Hoje o morro é verde, até as trilhas que existiam fecharam”. Idelzina (2017), apontando para uma parte de sua propriedade, diz “aqui não tinha esse mato. Aqui você via tudo. Não tinha nada”. Lembrou também que até cutia apareceu em sua propriedade.

As mudanças na paisagem até os anos de 1970 não foram tão rápidas quanto as mudanças observadas posteriormente. A partir da análise de fotografias aéreas, que foram utilizadas em outros trabalhos a respeito da região (MURIALDO, 1999; BITENCOURT, 1999) e pelos depoimentos, podemos observar o crescimento da ocupação da região anterior e posteriormente ao parque. Na fala dos entrevistados há a presença do gado, ainda criado de maneira comunal no pasto, na área entre a vila da Pinheira e a Ponta do Papagaio. Esse pedaço da Baixada do Maciambú era, até os idos de 1960, uma área sem construções de casas. As comunidades que se desenvolveram nos extremos, de um lado a Vila da Praia da Pinheira e Guarda do Embaú, de outro a Ponta do Papagaio e Passagem do Maciambú, não eram ligadas por vias terrestres, ou seja, não existia, até a década de 1980, uma estrada que ligasse a Ponta do Papagaio a Pinheira, como observado na figura 23, de 1938.

A figura apresenta parte da região em estudo, Praia da Pinheira. Apesar da baixa qualidade, é importante pois observa-se a inexistência de edificações ao longo da praia. Percebe-se a quantidade expressiva de dunas na parte esquerda da imagem, muito próxima onde hoje encontra-se a vila da Pinheira. Se comparada com a imagem da figura 30, vê-se que não havia nenhuma estrada em toda a extensão da praia.

Figura 23: Baixada do Maciambú (1938)



Fonte: Murialdo (1999, p.121)

Conforme abordado no capítulo anterior, a região dos Campos de Araçatuba (Baixada do Maciambú) passaram a municipalidade de Palhoça em 1904. A posse das terras permitiu que fossem arrendadas. Mas foi somente no final da década de 1950 e no início da década de 1970 que as grandes mudanças a respeito principalmente da ocupação das terras foram sentidas na região. No final de 1950 foi implantado o loteamento Sociedade Balneária Pinheira, e em 1970 o empreendimento relacionado ao reflorestamento de pinos. O primeiro fez a região até então desabitada sofrer mudanças por meio de um empreendimento imobiliário que loteou toda a Praia da Pinheira entre a Vila da Pinheira até a Ponta do Papagaio, região que até a década de 1970 era usada apenas para a criação de gado, como mostram a figura acima e a figura 28. O segundo introduziu na região, antes da criação do PAEST, a espécie exótica *Pinus Elliottii*, que até hoje é um problema, pois não se tem o controle populacional da espécie na região.

O loteamento de 5.108 lotes foi aprovado pela Prefeitura desde 1965 e está registrado no cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Município desde 30 de junho de 1958 (DIÁRIO CATARINENSE, 1994). O Plano Diretor do PAEST de 1976, no item que aborda os aspectos socioeconômicos, demonstra preocupação com a “parte da baixada

litorânea [que] encontra-se atualmente em franco desenvolvimento [por conta de] extenso projeto para loteamento balneário na Praia da Pinheira” (FATMA, 1976, p. 117). Vale lembrar que a área litorânea não havia sido desanexada do Parque. Mais adiante, o documento emite a opinião sobre o loteamento:

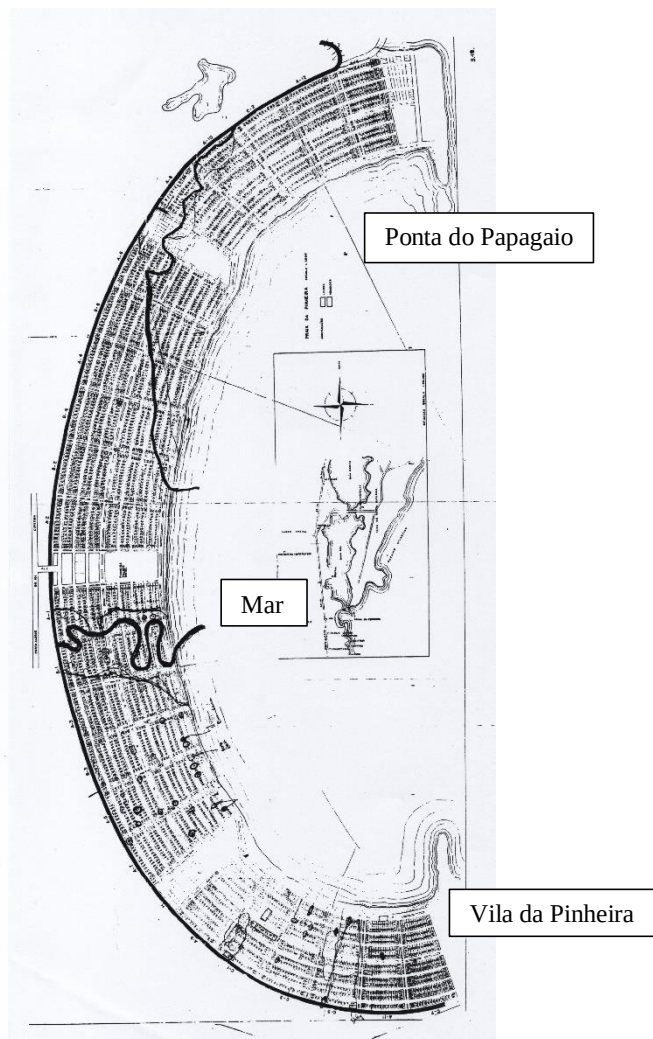
É absolutamente inconveniente para os interesses do Parque que no local se estabeleça qualquer atividade de recreação ou mesmo visitação intensa. Esta parte do Parque deverá ser mantida tão próxima de suas condições naturais quanto possível, em razão de ser um dos últimos remanescentes de restingas e praias ainda não totalmente degradadas pela ação do homem. A região é de dunas, estando as mesmas fixadas atualmente pela vegetação, em sua maioria. Por esse motivo, corre-se o risco de provocar prejuízos incalculáveis para a área, para as estradas, provocando o nascimento de novas dunas ou o renascimento de dunas fixadas, se tiverem prosseguimento as obras ali em expansão. (FATMA, 1976, p. 118)

O documento recomenda a prioridade nas questões de definição jurídica da propriedade de terra na região. Isso porque, segundo o Plano Diretor, se a área esteve sob regime de compáscuo, o loteamento estaria sendo feito em terras governamentais e deveria ser suspenso. As questões jurídicas envolvendo a área estouraram na década de 1990 e serão abordadas no item a seguir.

Elizabeth Albrecht (2017) narra que em 1958 o governador de SC era Ivo Silveira, cidadão palhocense. Neste mesmo ano, as terras foram vendidas para um grupo do Paraná, que é a Sociedade Balneária Pinheira S/A. De acordo com a Lei de 1904, não se podia vender áreas muito grandes, então se vendeu trechos picados para a já citada sociedade. Como o loteamento veio antes da criação do Parque, criou-se um problema a ser resolvido. Parte do problema foi solucionado em 1979 com as mudanças na área do parque.

A figura 24 apresenta o croqui do projeto do loteamento. Ele foi elaborado para ocupar toda a orla da Praia da Pinheira, desde a Ponta do Papagaio ao norte, até a Vila, ao sul.

Figura 24: Croqui do Loteamento da Sociedade Balneária Pinheira



Fonte: Murialdo (1999, p. 206)

Observa-se pelas figuras 23 e 24 que as preocupações apontadas no Plano Diretor faziam todo sentido. A área que corresponde ao meio da

praia, que era ainda desabitada, apresentava dunas e cursos de rios que não foram respeitados pelo empreendimento. Lembra-se aqui que, mesmo com a inexistência do PAEST no período da criação do loteamento, as questões ambientais no país estavam respaldadas pelo Código Florestal de 1965, e a área protegida pelas leis editadas na década de 1950, apresentadas no capítulo 2. O fato é que se criou um verdadeiro imbróglia que desde o início causou confusão.

Mattos (2017) conta que:

[...] trouxeram um espanhol para construir um hotel, que era um testa de ferro do grupo, não chegou a funcionar na verdade, serviu de ponto de apoio e propaganda. Se vendeu pelo estado e pelo Brasil lotes. Tive dois amigos, um de Videira comprou lote, quando chegou aqui foi certificado que o lote dele estava no Papagaios, e tinha dono há 50 anos. Questionou na justiça, mas não recebeu. Outro, veio de Lages, chegou e voltou decepcionado. O lote estava dentro do rio Capivari, e a loteadora prometeu um novo lote. Muitos problemas aconteceram (sic).

A plantação de *Pinus elliottii* também foi apontada em 1976 no Plano Diretor como um problema a ser sanado por meio de um Plano de Manejo, o que nunca foi criado. Dentro do item “benfeitorias, obras e edificações”, o documento identifica essa plantação como um empreendimento. Esse empreendimento diz respeito a presença de pinheiros exóticos, em virtude de projeto de reflorestamento ainda na área da baixada litorânea, próximo ao Morretes. O empreendimento ocupava uma área de 400 ha., somado a parte que se encontrava fora do parque, e como também estaria em terras que estavam sob o regime de compáscoo, deveria ter prioridade na definição jurídico-fundiária.

O grande problema apontado pelo Plano Diretor é a influência dessa planta exótica para o ecossistema ao qual o Parque se propunha a proteger. O problema da contaminação da área pelo *pinus* se dá até hoje. A proliferação e o difícil controle dessa espécie na Baixada se dá pelo fato de que o *pinus* tem potencial como futuros porta-sementes, que irão promover novas chuvas de sementes. Com isso, a proliferação de *Pinus elliottii* na Baixada do Maciambú torna-se contínua e compromete a

diversidade biológica do PAEST pela contaminação biológica de uma espécie exótica (MONTEIRO, 2005).

O empreendimento iniciou na década de 1970, a fim de se beneficiar dos incentivos fiscais do Decreto Lei N. 1.134 de 16 de novembro de 1970.¹⁰⁵ Projetos dessa natureza foram aprovados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal¹⁰⁶ e previam, para a região da Baixada do Maciambú,

Reflorestamentos com *Pinus* e outras espécies exóticas. A área em estudo foi inicialmente reflorestada segundo o Projeto Massiambu I, pela empresa Empreendimentos Massiambu S/A, com 480 ha de efetivo plantio, com 1.200.000 unidades de mudas plantadas. (MONTEIRO, 2005, p. 32)

Sobre a plantação de *Pinus elliottii* na Baixada do Maciambú, os entrevistados relatam que as plantações iniciaram há muito tempo, nas décadas de 1960, 1970. Não se tem uma datação exata. Por outro lado, nota-se que se tem consciência do problema gerado pela infestação dessa planta exótica na região. João Engelke (2014) diz que o reflorestamento por *pinus* já estava ali antes de ele chegar e que diziam na época que era um reflorestamento da Brasil Pinho.¹⁰⁷ Mattos (2017) concorda com Engelke, responsabilizando a Brasil Pinho pela empreitada nos anos 1960: “Isso contaminou toda a região. O vento leva e [a semente] se espalhou. Nos anos 60 começaram a abrir a estrada de chão entre a Pinheira e Morretes. Em 1954 estavam começando a entrar carros na Pinheira. Nos anos 1970 apareceu a Brasil Pinho. É uma praga que não tem mais controle”. Para Marcos Antônio Souza (2014), entre os 1950-1970 não se tinha um pensamento ambiental. Essas árvores, dirá Souza,

¹⁰⁵ O teor completo do referido Decreto Lei, está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1134.htm> Acesso: 29 mar. 2017.

¹⁰⁶ Sobre as práticas de reflorestamento em Santa Catarina ver MORETTO, Samira; CARVALHO, Miguel; NODARI, Eunice. **A legislação ambiental e as práticas de reflorestamento em Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT16-55-26-20100831195920.pdf>> Acesso: 29 mar. 2017.

¹⁰⁷ Refere-se a empresa Madeireira Brasilpinho LTDA, que atua no ramo desde 1969. A empresa mantém uma área de reflorestamento e madeireira em uma área conhecida como Maciambú Pequeno, fora dos domínios do Parque.

"substituem a vegetação nativa. Era uma área muito grande de pinus. Noto que parou a extração de madeira. Mas o pinus se espalhou". O mesmo entrevistado continua, afirmando que a região " que antes era chamada de Campos de Araçatuba por conta da presença de araçás, hoje poderia muito bem ser chamada de campos de "pinutatuba".

Ainda sobre o projeto de reflorestamento e sobre a madeireira que se instalou no Bairro Morretes, D. Tereza Abreu Demétrio (2017) informa que a instalação se deu antes do Parque ser criado. A maioria dos moradores trocou terreno pelo emprego dos filhos. "A maioria da nossa terra foi dada a Brasilpinho por um emprego para meu irmão. De manhã ele ia para aula e a tarde ia plantar pinus. Mas se olhar bem, o pinus destruiu a vegetação. A folha que cai não deixa nascer [outras espécies]", diz a senhora.

Esses dois empreendimentos foram os responsáveis pelas mudanças mais significativas na Baixada do Maciambú até 1975 quando foi criado o PAEST, sendo que o loteamento aprovado em 1958 continua sendo responsável pelas alterações na paisagem e por conflitos socioambientais até os dias de hoje. Já a inserção de *Pinus Elliotti* ainda causa transformações no contexto ambiental. A aprovação desses empreendimentos anteriores ao parque mostra que o Estado foi incapaz de cumprir com a legislação ambiental da região. O aumento da população na Baixada do Maciambú e a presença do PAEST a partir de 1975 inauguram um período de incertezas e conflitos socioambientais. No item a seguir tratar-se-á das características da região no período da chegada do parque, das propostas governamentais para a região e dos conflitos iniciais gerados pela sua criação.

4.2 A BAIXADA DO MACIAMBÚ E O PAEST: INÍCIO DE CONVERSA E DE CONFUSÃO

Um importante documento, publicado em 1976 e já utilizado por nós como fonte, nos permite saber como se encontravam as comunidades da Praia da Pinheira e da Guarda do Embaú na época da criação do PAEST. O relatório desenvolvido pela UFSC a pedido da FATMA, intitulado de "Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: aspectos culturais e sociais", teve participação de pesquisadores das áreas de Antropologia, História e Sociologia e coordenação do Antropólogo Sílvio Coelho dos Santos. O objetivo desse estudo era o levantamento de dados para a formulação do Plano Diretor do PAEST. Na parte do litoral, os estudos

ficaram concentrados na Praia da Pinheira e da Guarda do Embaú. Com isso, pretendia-se caracterizar as únicas duas comunidades de pesca que se localizavam no interior do perímetro do PAEST. Dos estudos preliminares, tomou-se conhecimento de que havia na Pinheira em 1976 303 casas com uma população de aproximadamente duas mil pessoas. Já na Guarda do Embaú existiam 74 casas e uma população de aproximadamente 397 moradores (UFSC/FATMA, 1976). A figura abaixo, de uma foto aérea da região nos idos de 1977 nos dá a dimensão da ocupação humana e das características da região da vila da Pinheira e da Praia de Cima (Areias, como era chamada pelos moradores).

Figura 25: Pinheira em 1977



Fonte: FATMA (1977)

A pesquisa realizada pela UFSC se deu por meio de entrevistas na comunidade de maneira aleatória. Na praia da Pinheira convencionou-se uma amostra de 15% das casas, ou seja, 46 informantes, enquanto na Guarda do Embaú, dado o número menor de residências, a amostra atingiu 28% (21 casas). A tabela das características dos entrevistados na

Praia da Pinheira informa que, dos 46 informantes, 37 tinham origem étnica Lusa, oito eram de origem africana e apenas um de origem italiana.

Sobre a população de origem africana na vila da Pinheira, o documento conclui que havia separação entre os grupos étnicos e que quatro anos antes (1972) os bailes ainda eram organizados em salões separados. Em 1976, ano da pesquisa, os bailes já eram organizados no Centro Comunitário com ambos os grupos. Porém, um dos entrevistados “referiu-se ao baile como ‘feijão com arroz’ e outro informante nomeou a área da Pinheira onde residem os negros como ‘zona da fumaça’” (UFSC/FATMA, 1976, p. 16). Sobre a população de origem étnica africana, o Professor Celço de Mattos, que entrevistamos, narrando sobre a ocupação da região, conta que

Daí se chegou os negros, como não tinha uma tradição agrícola muito grande, eles eram usados em trabalhos em serviço doméstico e na pesca da baleia. Depois da abolição, eles foram viver onde? Foram marginalizados. Em terras devolutas, por isso na Pinheira estão no cantinho da praia, porque naquela terra ninguém tinha interesse nelas. Viviam dependendo dos brancos, trocando farinha, peixes. A comunidade negra da Pinheira é descendente de escravizados dali mesmo. Não teve imigração de fora. (MATTOS, 2017)

S. Gonçalves (2017) também comenta que “aqui [na Pinheira] tinha baile, a cor preta era a cor preta, a cor branca era a cor branca, era separado. [...] Por que toda a vida eles moraram naquele canto [da praia, comumente chamado de sul ou 'sule']. D. Idelzina (2017) não sabe como a população negra chegou na Pinheira, mas lembra “que os primeiros ali foi a família do seu Tibúrcio. Naquele tempo tinha pouco. Eles já moravam naquele cantinho. Aqui pra cima nunca teve preto morando. Mas ficaram tudo ali no sul. Era tudo casinha de barro, com tiririca. Depois veio as casinhas de madeira”.

Sobre as questões econômicas, o levantamento de 1976 concluiu que 53% dos entrevistados se declararam pescadores e 11% agricultores. Os demais ocupavam diferentes atividades, entre as quais carroceiro, biscateiro, proprietário de venda etc. A pesca, atividade principal dos moradores da Pinheira, confirmada também pelos nossos entrevistados, era acompanhada de outras atividades complementares. Desse modo, a

vila possuía três entrepostos de pescado de pequeno tamanho, dois de alvenaria e um de madeira. Um desses entrepostos era também usado como salga. Isso porque, sem luz elétrica, salgar os peixes era uma forma de mantê-los consumíveis por mais tempo. Na época, existiam 19 baleeiras simples a motor, sete botes a motor e 12 canoas a remo na Pinheira. Dos pescadores, 69% declaram que pescam na própria localidade, o restante viaja para o Rio Grande e para Santos (UFSC/FATMA, 1976).

A pesca da tainha é uma tradição secular na região, sendo que a divisão dos lucros dos lanços¹⁰⁸ se dá de modo que o dono da rede fica com metade da renda, a outra metade é dividida entre os pescadores. Da metade do dono da rede é retirado dois quinhões para o vigia (aquele que avista o cardume), dois quinhões para o remeiro e dois quinhões para o patrão, o dono da embarcação. A embarcação usada era a remo, mas quando se usava embarcação a motor, meio quinhão ia para a limpeza e conservação do motor (UFSC/FATMA, 1976).

Na agricultura, o levantamento identificou quatro engenhos de mandioca em funcionamento. O minifúndio predominava, sendo que 31% das propriedades tinham menos de 1 hectare. Apenas 6% dos entrevistados na pesquisa declaram ter imóveis com mais de 25 hectares. A produção da grande maioria era de subsistência, fato presente na memória das pessoas entrevistadas por nós. Por esse motivo, a produção era diversificada, sendo a mandioca, o feijão, o milho e a batata doce os principais cultivos.

Um fato chama atenção na descrição do relatório, que informa que “a pecuária é quase inexistente. Apenas 8% dos informantes declararam possuir alguns animais, que estão destinados a uma mínima produção de leite e auxílio nos engenhos” (UFSC/FATMA, p. 24). A conclusão do relatório vai de encontro ao que foi até agora pesquisado, de que a região tem em sua história forte presença da pecuária, mas por meio da cultura da terra comunal.

No final da década de 1970, 85% das casas eram de madeira e somente 59% possuíam forro de madeira. O restante possuía apenas telhado. O piso era de madeira em 94% das casas e no período da pesquisa todas as casas possuíam telhados (de cerâmica). As informações mostram que as casas que outrora eram de pau-a-pique e telhado de palha foram

¹⁰⁸ Lanço é o nome dado à quantidade de peixe apanhado na rede.

sendo substituídas por casas de madeira. O documento da UFSC/FATMA traz ainda outras informações importantes a respeito das moradias:

As janelas das casas não tem vidros em 50% dos casos. Mas, nos outros 50% existem janelas com e sem vidros. Algumas tem chuveiro em casa, já que 73% dos entrevistados tomam banho de bacia e 7% não costumam se banhar. Também o vaso sanitário não fica no corpo da casa em 65% das residências. É parte integrante em 15% e 20% não possuem esta instalação nem no corpo da casa nem foram dela. (UFSC/FATMA, 1976, p. 25)

Com a dificuldade de acesso à água e com os dados que nos foram informados pelos entrevistados, seria difícil implantar instalações sanitárias, apesar de a água encanada já nesse período chegar em 79% das casas, segundo relatório da UFSC/FATMA. Outros 17% retiravam a água de poços e 4% não possuía o fornecimento em casa, tendo de buscar água em outros lugares. Entendemos aqui que água encanada significava as moradias que, com a energia elétrica estabelecida, puderam perfurar poços artesianos e retirar a água por meio de bombas de motores elétricos.

Na vila da Pinheira, perto das casas dos moradores, já se via umas 20 casas de veranistas, que vinham de Santo Amaro da Imperatriz, Paulo Lopes e Florianópolis. Segundo o documento, “a especulação de terras foi refreada, após notícias sobre a criação do Parque” (UFSC/FATMA, 1976, p. 24).

Sobre a comunidade da Guarda do Embaú, as informações são compatíveis com os levantamentos realizados na Pinheira. Condições habitacionais semelhantes, economia baseada na pesca e pequena agricultura. Sobre os recursos como a água, existe uma pequena diferença. Nessa localidade, mais próxima a nascentes de água no morro, 19% das pessoas tinham água encanada de mangueira naquele período. 10% retiravam água do poço com auxílio de bombas, enquanto 43%, manualmente. Outros 14% a retiram diretamente na fonte e o restante precisava consegui-la no vizinho. Sobre as etnias, a informação obtida é que existia na Guarda somente uma família de origem africana. O ambiente “já foi descoberto pelo forasteiro e já não são poucas as propriedades de “gente da cidade”, que aí localizaram moradas de veraneio” (UFSC/FATMA, p. 34).

Figura 26: Guarda do Embaú no ano de 1977



Fonte: FATMA (1977)

A pesquisa realizada pela equipe interdisciplinar da UFSC não informa no produto final se houve diálogos com a população a respeito da criação da Unidade de Conservação. Como a pesquisa foi realizada um ano após a criação do PAEST, ela teve como objetivo realizar os levantamentos necessários para subsidiar uma proposta a ser levada a população e servir de base também para o Plano Diretor do Parque, formulado em 1976.

Como discutido, logo após a criação do Parque algumas reuniões foram feitas para esclarecimento da população acerca do que significava a presença da Unidade de Conservação, discutir sobre as mudanças que essa UC implicaria nas comunidades e para tirar dúvidas. A partir das fontes disponíveis sobre a Baixada do Maciambú, concluímos que não foram realizadas tais reuniões com a população nessa parte do Parque. A pesquisa realizada em 1976, usada aqui, não traz qualquer informação sobre a abordagem que o poder público tenha feito com a população para

a orientação a respeito do PAEST. Pelo menos, os entrevistados narram que não tiveram qualquer tipo de reunião com autoridades para esclarecimentos.

No entendimento de S. Gonçalves (2017), não houve nada de esclarecimento da população: “só aquele que era da farmácia, que foi prefeito, disse, ‘agora o parque tomou a Pinheira, essa região tá tudo dentro do parque, agora vai ser um *crenco* aqui dentro para construir as coisas, a Fatma que vai mandar’”. Para o Professor Celço, houve divulgação, ou seja, as pessoas ficaram sabendo do Parque, “mas não houve explicação sobre indenização. As pessoas modificaram suas vidas com o parque. Deixaram de plantar, não puderam mais criar gados” (MATTOS, 2017). A mesma percepção é compartilhada por Hélia Alice dos Santos, que informa que “não houve uma conscientização por parte do poder público. Não houve consulta com a população. As pessoas sentiram-se invadidas. Não foi feito uma explicação, uma negociação com os moradores” (SANTOS, 2014). Sentindo-se invadida, a população se revoltou. Conta D. Tereza (2017) que a população demorou a se convencer e é provável que não tenha se convencido até hoje. Outros entrevistados não lembram da época em que o Parque chegou para a população. Isso demonstra que, apesar de se ter feito reuniões em algumas regiões, a Baixada do Maciambú, local onde seria instalada a Sede do Parque, não foi contemplada. Os moradores da região “acordaram” com o Parque já instalado.

A suposta negligência do poder público com a Baixada do Maciambú para explicar e esclarecer a respeito do PAEST no período de sua criação (1975) talvez deva-se ao que se estava planejando nos bastidores em relação à região. Tivemos acesso a um documento elaborado pela FATMA em 1977 a partir das informações obtidas com o relatório da equipe multidisciplinar da UFSC e a partir dos resultados e ações estabelecidas no Plano Diretor do Parque, de 1976. Antes de tratarmos dele especificamente, cabe trazermos elementos importantes que foram contemplados no Plano Diretor do PAEST.

A partir dos dados coletados pela equipe multidisciplinar, o Plano Diretor estabeleceu um zoneamento para o PAEST. Seguindo recomendação da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), cogitou-se usar somente 5% da área total do Parque para recreação. Dividiu-se então o Parque em três zonas: Zona de Proteção Integral, Zona de Transição e Zona de Recreação. Nesse montante da zona de recreação estariam incluídos como potenciais turísticos as áreas

já alteradas e outras que forneciam maior facilidade de acesso em virtude da rede rodoviária existente ou por contar com trilhas abertas por proprietários. Dessa maneira, as zonas ficariam divididas em seis classes. Na Classe I estariam áreas de alta densidade de recreação; na Classe II, as áreas de recreação ao ar livre; na III entrariam as áreas de ambientes em evolução natural; na IV estavam as áreas de características ímpares; na V, as áreas intocáveis; e na VI, as áreas históricas (FEEMA, 1976).

Dentro da Zona de Recreação, uma parte da Baixada do Maciambú foi incluída na Classe I: o núcleo da Pinheira, que forneceria estrutura ao visitante; o Centro de Pesquisas e Administração, na área onde se situava o empreendimento hoteleiro, local de alta densidade demográfica de uso pelo pessoal do Parque; e a Passagem do Maciambú. Para a Classe II, de recreação ao ar livre, foram apontadas a Ilha dos Papagaios Grande (acesso por mar); o Morretes, onde na cota de 30 metros proporciona vista panorâmica para os Campos do Maciambú; e o Morro da Guarda do Embaú, que abrigaria trilhas e mirantes e cujo acesso seria a pé, a partir de estacionamento localizado na Praia da Pinheira. Na Classe VI, áreas culturais e históricas, entraria a Vila da Pinheira, que deveria receber um Plano de Manejo visando acentuar os pontos característicos de uma vila de pescadores (FEEMA, 1976). A ideia era de que “a partir da implantação do Plano de Manejo específico para a área e com o desaparecimento dos núcleos de pescadores externos ao Parque, Pinheira tornar-se-á foco de interesse cultural para aqueles que visitam o Parque” (FEEMA, 1976, p. 134). Observa-se que neste ponto não estão contempladas a Guarda do Embaú e a Praia do Sonho.

25% do PAEST entraria na Zona de Transição, considerada como uma faixa entre as zonas de Proteção Integral e as zonas de Recreação, bem como uma faixa contínua de largura variável ao longo dos limites do Parque. Dentro dessa zona estaria a Classe III, que seriam as áreas de ambientes em evolução natural, compreendidas também como aquelas que teriam recuperação natural ou acelerada por manejo.

Por fim, 75% do PAEST estaria na Zona de Proteção Integral. Nesta seção estariam incluídas as áreas setoriais com ambientes primitivos ou que guardam certo grau de primitividade e que se elegem como parte inestimável de nossa herança natural. Ainda se previa no Plano Diretor que as áreas de transição, após estarem recuperadas, poderiam ser incluídas nessa área. Tirando a Vila da Pinheira e a Passagem do Maciambú e o empreendimento hoteleiro, todo o restante da Baixada estaria nessa zona, ou seja, pertenciam a chamada Classe V.

Eram, portanto, consideradas áreas intocáveis e objetivava-se mantê-las longe de alterações antropogênicas. Na planície litorânea da Baixada do Maciambú integrariam a Classe V:

- a) Os manguezais das bocas dos rios Cubatão e do rio Aririú e da foz do rio Maciambú (na hipótese de serem anexadas pelo Parque).
- b) As restingas dos chamados campos de Araçatuba.
- c) As matas e o complexo hídrico dos baixos cursos dos rios da Madre, Embaú, da Guarda e da Lagoa. (FEEMA, 1976, p. 135)

O Plano Diretor também definiu como seriam elaborados os planos de manejo específicos relacionados com cada área. Um deles deveria dar suporte a Zona de Recreação. Esse plano estaria dividido em 5, a saber: (a) Plano de Manejo para a rede rodoviária do Parque; (b) Plano de Manejo para zona de Recreação (dividido em três); (c) Plano de Manejo para as zonas de Transição (dividido em três); (d) Plano de Manejo para a Zona de Proteção Integral e (e) Plano de Manejo para as atividades dos visitantes do Parque.

Dos três planos de manejo para a Zona de Recreação, um seria específico para áreas de recreação intensiva na Pinheira, sede da Baixada e outros locais. Outro plano era específico para as áreas de recuperação ao ar livre do Morro da Guarda do Embaú, da Ilha dos Papagaios, entre outros. O terceiro plano de manejo específico para a Zona de Recreação dizia respeito aos sítios históricos e culturais, entre os quais, o Núcleo da Pinheira.

Para a Zona de Transição teríamos o plano específico para recuperação das áreas degradadas, entre essas áreas estava contemplada a Baixada do Maciambú, região contaminada por *pinus*. O outro seria para a complementação da flora da Baixada litorânea e visava a dar suporte para a fauna. Um outro plano específico buscava a reintrodução da fauna na área da Baixada do Maciambú e em área de montanhas. Os outros planos de manejo seriam para a Zona de Proteção Integral e um específico para as atividades dos visitantes no Parque (FEEMA, 1976).

A última parte do Plano Diretor, intitulada Normas Sugeridas, tem por item final as recomendações ao poder público. Essas foram estabelecidas no decorrer dos trabalhos, inspeções, reuniões e contatos diversos. A primeira dessas recomendações diz respeito a necessidade de

se promover ampla campanha de esclarecimento da população para os objetivos e motivos de criação do Parque, principalmente através da imprensa e do meio escolar. Com isso, esperava-se que, com o tempo, a grande maioria da população seria a favor e não contra a instalação do Parque. Sinteticamente, sobre a Baixada do Maciambú, destacamos aquelas normas que afetariam diretamente a região:

Que se envie todos os esforços no sentido de se anular os loteamentos nas áreas litorâneas dentro do Parque, tais como na Praia do Sonho, Praia de Araçatuba (Pinheira), praia da Pinheira e Morro do Embaú, praia da Gamboa etc. O preço pela derrota nesta batalha, que merece o interesse e o esforço de todo brasileiro digno desse nome, é a perda irremediável das belezas naturais que ali ainda guardam uma inestimável primitividade. Construir e ocupar um balneário pode-se fazer facilmente em qualquer ponto dos milhares de quilômetros do litoral brasileiro. Construir a primitividade de um Parque em quaisquer desses locais é simplesmente impossível; pode-se destruir um Maciambú, não construir um Maciambú. (FEEMA, 1976, p. 162-163)

Outra recomendação diz respeito às áreas reflorestadas com *Pinus elliotti*. O ideal, segundo a fonte, era que se estudasse a possibilidade de um acordo com os proprietários, permitindo a retirada dessa madeira com a devolução livre das áreas para a integração do Parque. Sobre a questão da flora, foi altamente recomendável que se adotasse uma tática de dificultar ao máximo e por todos os meios possíveis, a retirada de produtos florestais ou naturais de qualquer natureza do Parque (FEEMA, 1976).

Como vimos por meio dos relatos dos entrevistados, a recomendação de se promover uma ampla campanha de esclarecimento da população a respeito do Parque, suas dimensões, objetivos e como sua criação afetaria a vida dos moradores, não ocorreu. Pelo menos não na Baixada do Maciambú. Esse fato de imediato já provocou conflito. Isso porque, segundo Diegues:

A criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades pré-industriais

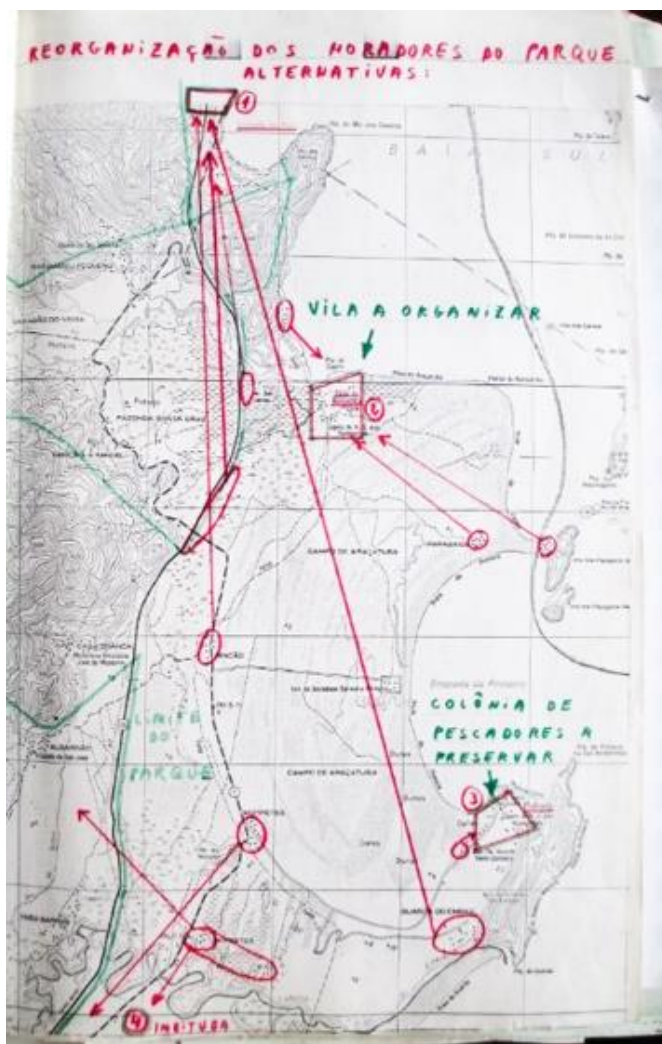
ou tradicionais é vista por essas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial. [...]Essa atitude é vista pelos moradores locais como um roubo de seu território que significa uma porção da natureza sobre o qual eles reivindicam direitos estáveis de acesso, controle ou uso da totalidade ou parte dos recursos aí existentes. Essas comunidades tradicionais têm também uma representação simbólica desse espaço que lhes fornece os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, isto é, os que compõem a estrutura de uma sociedade (relações de parentesco etc.). (2000, p. 65)

Além de não dar conta da campanha entre os moradores, o poder público tampouco seguiu a recomendação de se estancar a construção do loteamento, que continuou realizando serviços de terraplanagens no local. Talvez o poder público esperava a conclusão do Plano Setorial de Orientação dos Moradores para fazer o tal esclarecimento.

Datado de 1977, o Plano Setorial de Orientação dos Moradores foi elaborado a partir dos resultados dos trabalhos executados pela UFSC e com o que estava estabelecido pelo Plano Diretor do Parque. O documento apresenta duas situações distintas para tentar resolver o problema da ocupação humana na Baixada do Maciambú. O primeiro, polêmico e que seguia as orientações do Plano, previa a retirada de uma parcela da população da região, realocando essas pessoas em outras áreas. Essa proposta deixaria na Baixada do Maciambú apenas as duas áreas mais populosas no final da década de 1970: a Vila da Pinheira e a Passagem do Maciambú (Passo do Maciambú).

A figura 27 mostra como a população seria realocada em outras regiões. Os círculos, presentes na Guarda do Embaú, Morretes, Rincão e Ponta dos Papagaios, indicam agrupamentos que deveriam sair. Os losangos em vermelho seriam as Vilas a organizar e Colônia de Pescadores a Preservar) indicam os agrupamentos que, com restrições, iriam continuar na região. As linhas e setas indicam as localidades que a população deslocada poderia ocupar.

Figura 27: Croqui da reorganização dos Moradores do Parque: alternativas



Fonte: FATMA (1977, s/n)

O documento propõe que “os atuais residentes na área do Parque, deverão ser devidamente cadastrados, para se poder avaliar as

possibilidades de seu aproveitamento nas atividades do Parque.” Além disso,

Para os moradores não vinculados diretamente com a administração, será permitida sua permanência apenas em locais culturais, ou seja, nas aldeias da Pinheira e Passo do Maciambú, desde que permaneçam em suas atividades típicas sem processo de expansão. (FATMA, 1977, p. 28)

Nas localidades seriam permitidas a agricultura e a pecuária apenas para subsistência, tanto para os moradores quanto para os funcionários do Parque. A pesca também seria tolerada, porém somente artesanal. A figura abaixo mostra a tabela síntese das comunidades que sairiam e as que ficariam na região:

Figura 28: Tabela síntese das ações na Baixada do Maciambú

LOCALIDADE	Nº HABITANTES	Nº DE CASAS	ATIVIDADE PRODUTIVA	DESTINO DOS MORADORES
1) Pinheira	2.000 *	307 *	pesca - agricultura	Permanecer* desde que fiquem ocupados suas atividades tradicionais
2) Guarda do Embaú	397	74**	pesca - agricultura	Remoção devido aos grandes danos ao l. Algumas casas ** poderão ser removidas Pinheira.
3) Morretes	150	30	pecuária	Remoção: área já está muito degradada
4) Papapeiros	85 ±	17	pesca	Relocalização, pois já estão devastados densa o resto de matas, e a restia deve ficar livre.
5) Passo Maciambú	330 ± *	66*	pecuária - pesca Operários	Permanecer de modo limitado, - podem aproveitados para sede provisória do Parque.
6) BR-101	145	29	Operários	Remoção
7) Santa Cruz	180 ±	36	pecuária-operários	Remoção para manter o vale isento de lixo, para fins de pesquisa pesqui aplicada.
8) Vargem do Braço	400	60	pecuária-agricultura	Remoção, para não efetuar o saneamento em Florianópolis.
TOTAL	4.000	610		

Fonte: FATMA (1977, s/n)

O documento propõe que o reagrupamento trará benefícios para a população, pois as comunidades seriam melhor organizadas e com isso haveria a possibilidade de melhorias dos serviços, como água, luz e escolas. Além desses, “outro benefício para essa população a se organizar é a possibilidade de receberem documentos de propriedade dos lotes a

serem demarcados nas terras estaduais, em compensação pela saída dos locais que atualmente habitam de forma ilegal” (FATMA, 1977, s/n).

Podemos observar na imagem e na tabela acima que o loteamento citado diversas vezes no Plano Diretor, pertencente a Sociedade Balneária Pinheira, não está sinalizado com nenhuma proposta. Isso deve-se a questões jurídicas que desde a criação do loteamento mostravam-se difíceis e que ficaram ainda mais latentes com a criação do PAEST. Para toda essa área foram pensadas outras alternativas, que como veremos, foram em parte colocadas em prática.

Ao abordar as áreas onde estava sendo erguido o loteamento, nossa fonte remete novamente a questão de que na região as terras eram do Estado e que somente foi repassada a administração para a Prefeitura de Palhoça. Há menções de que no início da década de 1960 foi iniciada uma tentativa de colonização naquelas terras. Como o projeto de colonização foi abandonado, muitas terras foram sendo negociadas para grandes grupos e especuladores imobiliários. Nesse processo, alguns compradores adquiriram lotes em distâncias de até 500 metros dentro do compáscuo, ao longo das praias da Pinheira e do Sonho. Com a criação da UC a situação se agravou para os proprietários, pois não se conseguia registro das transações imobiliárias, de modo que já em 1977 se tinha a segunda proposta, a que propunha retirar a faixa litorânea dos domínios do PAEST. Sobre essa possibilidade, o documento se posiciona da seguinte maneira:

A liberação de uma faixa de 500 metros ao longo das duas citadas praias realmente prejudicaria o Parque, porém em proporção muito pequena quando observamos que o outros trechos litorâneos somam 60 quilômetros e que a área mais rica biologicamente do compáscuo se estende por mais 3000 metros até a BR-101. Do litoral previsto para o Parque, a faixa a retirar mede 9 km, equivalente apenas 13%, do total, o que pouco significa em relação aos problemas que serão eliminados. Em termos de área, a faixa a retirar mede 450 hectares, equivalente a 0,5% da área total do Parque. (FATMA, 1977, p. 2)

O texto lembra ainda que está prevista a permanência de duas comunidades na região, e que estas deverão ter acesso a BR-101,

sugerindo que esse acesso poderia ser feito ao longo das praias em questão, deixando livre todo o interior do compáscuo, o que seria altamente positivo em termos turísticos e faunísticos. Propõe o documento que os donos dos lotes paguem um valor ao Estado a título de indenização e que este valor possa ser revertido ao local em projetos de urbanização.

Para a retirada da área litorânea do PAEST foi proposta a inclusão de outra área, a título de compensação. A área a ser incluída, de acordo com a fonte, é a área do baixo vale do rio Maciambú, com 17 quilômetros quadrados. Essa área, na época, mostrava-se pouco povoada e possuía enorme valor paisagístico e ecológico. (FATMA, 1977, p.3).

A figura 29 traz o croqui da proposta de retirada da região litorânea do Parque e a anexação da área proposta como forma de compensação. Desse modo, observasse em vermelho a faixa de 500 metros entre a praia e os campos que seria desanexado do PAEST e a área de listras verdes, que não estava na demarcação inicial da UC e que se anexaria a título de compensação pela área retirada.

Figura 29: Croqui da área a ser desanexada e área a ser anexada



Fonte: FATMA (1977, s/n)

Por fim, para cada esfera do poder público foram estabelecidos compromissos de ações que deveriam ser tomadas em relação à região. O Governo Federal deveria liberar a faixa de marinha entre as praias da Pinheira e do Sonho. O Governo do Estado de SC deveria alterar o decreto do PAEST, relocar os moradores esparsos nas comunidades urbanizadas,

regularizar os lotes a partir de pagamento de taxa especial e fazer um único acesso rodoviário entre a Passagem do Maciambú e a Guarda do Embaú. À prefeitura de Palhoça caberia aprovar o zoneamento da região com gabarito de limitações para construções, além de tombar as comunidades de pescadores da Pinheira e do Embaú (FATMA, 1977, s/n).

As propostas sugeridas pelo documento não chegaram até os moradores no período em que estavam sendo organizados. Pelo menos foi o que nos narraram os depoentes. Sem reuniões ou audiências públicas, as propostas foram elaboradas nos bastidores, sem participação direta da população. Ressalta-se que as sugestões de desanexação já estavam presentes desde a elaboração do Plano Diretor. O resultado das propostas foi um decreto governamental retirando a parte litorânea do sul de Palhoça do Parque, conforme já foi apresentado no capítulo 2.

Sem esclarecimentos da população, e agora com parte da Baixada desanexada do PAEST, a década de 1980 foi marcada pelo aumento da população, pelas melhorias do acesso com a construção da SC 433, por algumas ações de pesquisas, pelo Projeto de Reintrodução da Fauna do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e por mudanças em alguns aspectos cotidianos da população. As mudanças no cotidiano das pessoas que estavam no local antes, durante e depois da criação do Parque se deram um pouco por conta da presença da UC e um pouco pela presença de melhorias na infraestrutura da região. No item a seguir abordaremos os processos ocorridos na Baixada do Maciambú principalmente nas décadas de 1980 e 1990.

4.3 A BAIXADA DO MACIAMBÚ PÓS-PARQUE: LIXO, INCÊNDIOS E FALTA DE INFRAESTRUTURA

A água encanada chegou na região depois da luz elétrica. Os informantes não recordam exatamente da data. A Companhia de Água e Saneamento de Santa Catarina (CASAN) começou a abastecer a Pinheira e Guarda do Embaú a partir de 1985 com um sistema de ponteiros, sistema este pensado em suprir as necessidades dos bairros com uma projeção de 20 anos (ESPINHEIRA, n. 26, 1996, p. 3). Segundo Celço de Mattos (2017), “fizeram as ponteiros em cima da bagaceira. Local onde se enterrava resto de peixe, gado morto, tudo que morria se jogava lá para se deteriorar. Não se sabe por que fizeram lá. Foi nos anos 1960 para 1970”. A água encanada a qual refere-se o documento da UFSC é provável que seja a fornecida pela prefeitura, conforme narrou S. Gonçalves acima.

Ademais, como já havia energia elétrica, algumas pessoas passaram a cavar ponteiros em suas propriedades. A qualidade da água é até hoje motivo de reivindicação da população e voltaremos a essa questão mais adiante.

Fora a água, melhorias no sistema de fornecimento de energia elétrica também chegaram a região. O fornecimento da Cooperativa de Paulo Lopes foi transferida para a Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A (CELESC),¹⁰⁹ que tratou de construir na Baixada do Maciambú uma subestação para garantir o fornecimento para a crescente população do local.

A desanexação da área pelo Decreto N. 8.857, de 11 de setembro de 1979, citado no capítulo 2, aliada as melhorias de infraestrutura, a falta de conhecimento da legislação, a falta de políticas públicas de proteção ambiental e de fiscalização, fizeram com que no intervalo de 20 anos toda a região entre a Praia do Sonho e a Pinheira fosse ocupada. A faixa ocupada vai da SC 433 até o mar. Essa ocupação, a partir do projeto da Sociedade Balneária Pinheira, esteve sob os holofotes da imprensa por conta do desrespeito de áreas sensíveis como dunas, restinga e leito de rios, pela discussão a respeito da legislação e pelos problemas relacionados a venda de lotes por posseiros, gerando conflitos em áreas que eram vendidas para mais de uma pessoa.

Foram nos anos de 1990 que os problemas na Baixada do Maciambú se acentuaram, principalmente por conta do aumento significativo de moradores na região, que compravam seus lotes ou da imobiliária ou de posseiros. Esses embates estão bastante documentados em periódicos e mereceriam um trabalho de pesquisa específico para a questão. Traremos aqui apenas algumas nuances desses episódios.

Em 1994, o jornal Diário Catarinense, em reportagem de título “Posseiros invadem Loteamento na Pinheira”, trata dos primeiros problemas relacionados a terra a partir da desanexação da área. Segundo a reportagem, há sete anos, ou seja, desde 1987, o dono da então Sociedade Balneária Pinheira LTDA¹¹⁰ lutava para tirar da área do loteamento posseiros que vinham se apropriando de lotes sem respeitar os

¹⁰⁹ A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC) é uma sociedade de economia mista que atua desde 1955 nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia.

¹¹⁰ A partir de 1988, Hélio Beller passou a comprar as cotas de outros donos do empreendimento e se tornou sócio majoritário do loteamento, mudando o nome para Pinheira Sociedade Balneária (DIÁRIO CATARINENSE, 4/09/1994, p. 33).

projetos de praças e vias de acesso. Depois de 30 anos de aprovação (o empreendimento é registrado em Palhoça desde 1958), o loteamento ainda não estava completo e somente 1.300 residências tinham sido erguidas em um total de 5.108 lotes (DIÁRIO CATARINENSE, 4/09/1994, p. 32). Um dos problemas a esse respeito é a facilidade com que os lotes eram transferidos por posse nos cartórios da Grande Florianópolis. No caso específico da Baixada do Maciambú, muitas vezes o posseiro vendia o mesmo lote para mais de uma pessoa. A reportagem afirma que em 1988, em oposição à presença dos posseiros, moradores do loteamento entregaram um abaixo-assinado a Prefeitura de Palhoça pedindo providências, mas que até aquele momento nada havia sido feito.

Os problemas acima citados tornaram-se cotidianos na década de 1990 pelo fato de que, mesmo após a criação do Parque, a população ficou sem esclarecimentos e a região sem projetos viáveis para se colocar em prática. Desse modo, mesmo com a presença do Parque, a vida seguiu seu rumo sem grandes sobressaltos durante a década de 1980, salvo casos isolados que foram narrados pelos depoentes.

Com a desanexação da faixa litorânea, a Sociedade Balneária Pinheira iniciou a venda e ocupação da área com base na concessão de 1958 e no projeto apresentado na figura 23. Se a empresa se sentia prejudicada e lesada pela ocupação de posseiros no loteamento, logo o lado se inverteu, e a empreendedora do loteamento sofreu entraves com a sociedade organizada por estar desrespeitando a legislação ambiental. Isso se deu pelo fato de estar loteando partes de áreas públicas ou até mesmo de áreas de restrições ambientais e de preservação permanente.

O Jornal Espinheira, que circulou na comunidade da Baixada do Maciambú entre 1994 e 2007, acompanhou em várias reportagens o desenrolar das questões que envolviam, entre outros, a comunidade e o meio ambiente. Em outubro de 1995, o periódico local publicou uma entrevista realizada com o Diretor Geral da FATMA na época, senhor Vladimir Ortiz da Silva. Estava-se comemorando 20 anos de PAEST e 20 anos de FATMA. Mesmo assim, o Parque ainda não tinha seus limites totalmente demarcados, as indenizações das terras desapropriadas não tinham sido pagas e havia uma população fixa que trabalhava com agricultura, usando inclusive agrotóxicos, bem como com a extração de madeira, serrarias e várias atividades incompatíveis com a legislação. Por conta disso, foi prometido um Plano de Manejo para todo o PAEST.

A pergunta que abriu a entrevista foi em relação ao loteamento. Questionava-se, sobretudo, a atuação do governo na construção da via

pública SC-433, que isolava o Parque da área desanexada. Se a rodovia pode ser aberta, por que não se permitia que o loteamento ganhasse ruas? A resposta da FATMA foi evasiva. Segundo o diretor do órgão, estava-se realizando um levantamento das ações judiciais impetradas pelo Ministério Público na Comarca de Palhoça para então estabelecer critérios de procedimentos para o loteamento em questão. Outro levantamento feito na entrevista foi em relação a discriminação que ocorria nas ações realizadas com os proprietários legítimos dos lotes e quanto aos terceiros, que construía livremente, descaracterizando o projeto do loteamento. O diretor da FATMA respondeu que desconhecia a suposta discriminação nas ações e que, caso ocorressem de fato, eram feitas com base em critérios técnicos e legais. Insistindo na questão das proibições e embargos que o empreendimento imobiliário sofria, questionou-se a situação de o loteamento estar fora do Parque e mesmo assim sofrer sanções. A resposta dada pela FATMA a essa pergunta suscitou uma discussão importante. Segundo Vladimir Ortiz, mesmo desanexada do Parque, a urbanização da região deve levar em conta outras restrições legais, como o Código Florestal (à época o de 1965) e a Lei de Parcelamento do Solo. Destaca Ortiz que áreas de sedimentação recente, como a Praia da Pinheira, são problemáticas para a ocupação, exigindo uma série de restrições. Ainda, segundo ele,

O seu uso indiscriminado só resulta em graves problemas ambientais e sociais, muitos dos quais estamos hoje enfrentando. Para possuímos qualidade de vida e para vivermos bem com o meio natural devemos respeitar suas limitações e utilizar adequadamente suas potencialidades. Somente quando o conhecimento sobre os recursos naturais determinar sua forma de utilização, com vistas à manutenção da qualidade ambiental, será possível crescer/produzir sem destruir. (ESPINHEIRA, 10/1995, p. 4-5)

Um ano depois, as brigas entre a empresa responsável pelo loteamento e a sociedade organizada por meio da Associação dos Moradores da Pinheira se intensificaram. Para a Associação, o empreendimento estaria loteando um trecho que teria dunas fixas, vegetação de mangue e um rio. Para a loteadora os motivos que moviam os moradores eram pessoais e não ecológicos. Segundo o responsável

pelas obras do loteamento, os denunciante construíram suas casas irregularmente, inclusive em cima de dunas e estariam com medo que as vias de acesso previstas no projeto fossem concluídas (O ESTADO, 17/06/1996, p. 10).

Um ano depois, o periódico Espinheira abre espaço para denúncias ligadas ao empreendimento imobiliário, já que as obras continuaram. Na capa, a manchete traz: “Máquinas avançam sobre o rio Capivari” (ESPINHEIRA, 07/1996, capa). A reportagem remete ao que ocorria por conta da efetivação do loteamento. Máquinas destruindo dunas e usando a areia retirada para aterrar mangue e avançando sobre o rio Capivari, o que pode ser visto nas imagens aéreas da região mais adiante. O referido rio está localizado praticamente no meio da Praia da Pinheira. A fonte informa que

A Associação de Moradores e Amigos da Pinheira, AmaPinheira, depois de várias tentativas de negociação sem sucesso com a empresa loteadora, optou por denunciar a ação criminosa ao órgão competente, Fatma que embargou a obra exigindo a recuperação até dia 12 último, passado o prazo as obras ainda continuam sob o descaso dos órgãos ditos competentes. [...]. Assim parece ser o procedimento comum nestes casos. É como se houvesse um “acordo” entre os órgãos públicos e os infratores. Quando pressionados pela população desempenham o teatro habitual do “cumpra-se a forma da lei”. Mandam parar o crime, advertem e vão embora. (ESPINHEIRA, 07/1996, p. 4)

Segue-se o embate. E nesse embate a população nativa, principalmente a comunidade pesqueira, seguia sua vida. Apesar de haver representantes da população local, personagens vindos de diferentes regiões do Brasil que fixaram residência na Baixada do Maciambú também começam a fazer parte das associações e se engajam no movimento de proteção da área. Juntos, nativos e os novos moradores, buscam garantir a qualidade de vida das pessoas com o meio ambiente equilibrado.

Outro problema levantado pela sociedade e relacionado ao loteamento diz respeito a um trecho destinado a uma via pública denominada Beira-Mar, que seria o limite entre o loteamento e a área de marinha. A briga incidia sobre o fato de estarem sendo cercados e

266

comercializados lotes sobre a avenida projetada e em áreas de marinha. Em 1998, representantes da Associação dos Proprietários de Imóveis Beira Mar da Praia da Pinheira, Associação de Moradores e Amigos da Praia da Pinheira, Associação Comunitária do Meio da Praia da Pinheira, Associação dos Defensores da Praia do Sonho e Papagaios e Associação de Surf da Guarda do Embaú entregaram um documento à Promotoria do Município de Palhoça. Neste documento, as entidades denunciam a participação da administradora do loteamento em um esquema ilegal, argumentando que a empresa vendia parte da faixa de Marinha destinada a preservação permanente e outra parte destinada à construção da avenida Beira-mar (AN CAPITAL, 18/04/1998). Segundo o Jornal Espinheira de março de 1998, em outubro de 1997 a Prefeitura de Palhoça havia instalado diversas placas em áreas não invadidas, alertando para a proibição de se construir nos locais. Lia-se nas placas: Atenção! Área Pública – Proibido qualquer construção popular, poluir a natureza é ignorância (ESPINHEIRA, 03/1998, capa). No mesmo mês, todas as placas colocadas pela Prefeitura de Palhoça foram retiradas por funcionários da loteadora, causando revolta e ações por parte da sociedade civil organizada:

Alegando proteção judicial, a loteadora Pinheira Sociedade Balneária Ltda, derrubou todas as placas que advertiam contra construções na orla marítima da Praia da Pinheira e começou a cercar a área pretendida para loteamento. Enquanto a comunidade organizada da Pinheira se empenha tentando inviabilizar a ação da loteadora junto aos órgãos competentes, esta ganha tempo e segue vendendo lotes aos pobres incautos que, nunca poderão sequer colocar um tijolo sobre a suposta propriedade. (ESPINHEIRA, 07/1998, capa)

Um ano depois, a justiça parecia ter dado fim ao impasse entre a loteadora e os moradores. Publicado na capa do jornal Espinheira de agosto de 1998, um ofício expedido pela Delegacia do Patrimônio da União (DPU) cancelava o loteamento e incumbia a loteadora a desocupar a área e a retirar a cerca levantada pela empresa. Dissemos que parecia ter chegado ao fim o impasse, porém a loteadora recorreu e conseguiu uma liminar expedida por uma juíza de Palhoça autorizando o cercamento da área. O capítulo final se deu em janeiro de 1999, quando

O Juiz Federal substituto Jurandir Borges Pinheiro põe um ponto final na história, decidindo pelo cancelamento da inscrição e ocupação que, comprometam a integridade das áreas de preservação permanente. O cancelamento da inscrição imobiliária é uma vitória conquistada pela união das entidades locais e pela persistência da Associação dos Proprietários de Imóveis a Beira Mar. (ESPINHIERA, 06/1999)

Esse episódio, entre tantos outros, exemplifica os conflitos cotidianos na região da Baixada do Maciambú. Mesmo já desanexada do Parque, permaneciam e ainda permanecem restrições de ocupação que levam em conta outras questões legais. Muitas vezes, por falta de conhecimento da população com relação a outras leis que versam sobre o Meio Ambiente no Brasil, todo e qualquer conflito a esse respeito é remetido a presença próxima do PAEST. Dessa forma, não é de se estranhar que tenha, por parte da população principalmente nesse período, um discurso contra a UC.

Para se ter uma ideia da ocupação da região, pode-se fazer uma análise das imagens aéreas de diferentes períodos. A primeira, já apresentada na página XX, é de 1938. A referida imagem mostra que toda a área entre as duas pontas da praia não apresentavam sinais de ocupação nem de acessos rodoviários. Também podemos observar os rios na região central da praia e grande quantidade de dunas na parte esquerda da foto.

A seguir, na figura 30 que traz uma foto aérea da Baixada do Maciambú de 1978, já se pode observar a abertura do acesso no meio da praia. Esse acesso foi aberto pela Sociedade Balneária Pinheira, pois um complexo hoteleiro seria instalado próximo a praia a partir da segunda metade da década de 1970. Vê-se também que ainda não existia o acesso entre a Praia do Sonho e Praia da Pinheira, ligação atual feita pela SC 433. Também nota-se a inexistência de urbanização na parte direita da imagem (Ponta do Papagaio) e a parte esquerda, próxima a Vila da Pinheira, onde observa-se bastante dunas.

Figura 30: Parte da Baixada do Maciambú em 1978



Fonte: Murialdo (1999, p. 121)

A figura 31 traz uma foto aérea de parte da região da Baixada do Maciambú no ano de 1995. Observa-se que a ligação entre as praias da Ponta do Papagaio e Sonho (direita) e da Pinheira (esquerda) já estava concluída (SC 433). Nota-se também os traçados de ruas abertas pelo empreendimento imobiliário. Ainda se tinha uma grande quantidade de dunas na parte esquerda da Praia da Pinheira, hoje quase que inexistente. Pode-se observar também que os lotes se aproximam bastante do leito dos rios:

Figura 31: Vista aérea da Praia da Pinheira em 1995



Fonte: Murialdo (1999, p. 122)

Além dos conflitos descritos acima que não se encerraram na década de 1990 e continuam presentes até os dias de hoje, outros pontos que se relacionam com a ocupação da região e com problemas ao Meio Ambiente são os incêndios, a falta de recolhimento de lixo, problema sério sanado somente no início dos anos 2000, e a falta de saneamento básico. Esses problemas não condizem com uma região de entorno de uma UC e, afetando a natureza, afetam diretamente a qualidade de vida dos moradores.

Em 26 de novembro de 1996 um incêndio de grandes proporções consumiu cerca de 100 hectares de área da Baixada do Maciambú que fica dentro dos limites do PAEST. Foram 12 horas de fogo e precisou de mais de 100 homens para controlar as chamas. O Tenente da Polícia Ambiental, Antônio João de Melo Júnior, na época, informou que o incêndio tinha sido criminoso e levantou duas hipóteses: havia ele percebido demarcações que dão ideia de loteamento, ou então o fogo serviria para distrair a atenção da polícia para que se praticasse outra infração, que era colocar redes no Rio da Madre (O ESTADO, 27/11/1996, p. 9). Apesar de a FATMA ter pedido apuração das causas e

dos culpados pelo incêndio, não se teve notícias se chegaram aos responsáveis.

Em abril de 1999 outro grande incêndio preocupou ambientalistas, policiais e moradores. Desta vez o fogo devastou uma área que equivale a 15 campos de futebol e chegou próximo de casas na Praia do Sonho. Mais uma vez, a suspeita recaiu sobre as práticas dos moradores. Vinculou-se o incêndio a prática de queimadas para a renovação da pastagem usada por criadores de gado, mas como no caso anterior, o episódio ficou sem solução (DIÁRIO CATARINENSE, 30/04/1999, p. 22 e 23). No ano seguinte, um incêndio menor destruiu três hectares. De acordo com o 2º Pelotão da Polícia de Proteção Ambiental, “os incêndios ocorrem com frequência porque muitos deles são intencionais. As queimadas muitas vezes tem o objetivo de renovar a pastagem, desviar a atenção dos policiais, e eliminar o mato para fazer invasão de terras” (DIÁRIO CATARINENSE, 11/07/2000, p. 23).

Mesmo estando fora do nosso recorte temporal, cabe ressaltar que os incêndios foram se repetindo na localidade e que em 2016 foram pelo menos três incêndios noticiados nos meios de comunicação. O primeiro ocorreu no dia 10 de julho e consumiu cerca de 40 hectares.

Segundo moradores, dois homens teriam descido de um automóvel e ateadado fogo à vegetação às margens de uma rua em uma região compreendida entre a Passagem do Maciambú e a localidade do Mar Aberto. Uma prática recriminada, mas comum, seja para especulação imobiliária, seja para preparar a terra para o cultivo ou para pastagem. (PALAVRA PALHOCENSE, 14/07/2016, p. 3)

Na figura 32 vê-se a foto da capa do Jornal Palavra Palhocense, já citado, na qual pode-se ver a intensidade do fogo e proximidade das casas.

Figura 32: Fogo devasta parte da área do PAEST



Fonte: Jornal Palavra Palhocense (14/07/2016).

Menos de duas semanas depois o fogo foi manchete novamente no jornal Palavra Palhocense, de 28 de julho de 2016. Em proporções bem menores, os focos foram controlados em poucas horas, mas causaram igual preocupação entre os policiais que lidam com esse tipo de problema. Novamente as causas não foram esclarecidas, mas segundo a polícia, em 90% dos casos é decorrente da ação direta dos humanos. Como desta vez o fogo estava muito próximo ao asfalto, poderia ter iniciado a partir de uma bituca de cigarro jogada pela janela de algum automóvel, por exemplo. Nesse período, entre julho e setembro, a vegetação seca muito por conta do frio e ventos bastante na região, propiciando essas situações.

Por incrível que possa parecer, em novembro de 2016, outro incêndio acometeu a Baixada do Maciambú, que

Mais uma vez assistiu, assustada, ao trágico espetáculo do fogo. No final da tarde de sábado, dia 5, o Corpo de Bombeiros foi acionado para interromper um incêndio que se alastrava rapidamente pela vegetação seca em uma área de preservação permanente dentro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Foram cerca de 19 horas de

combate às chamas, que consumiram uma área estimada de 1300 metros quadrados. (PALAVRA PALHOCENSE, 10/11/2016, p. 4)

O fogo chegou próximo a residências. Utilizou-se o helicóptero do Corpo de Bombeiros para combater o fogo e novamente, por desinformação ou por vandalismo, parte do PAEST sofreu com ações humanas.

Além do perigo das queimadas, que se fazem presentes na região, a população enfrentou, durante décadas, o problema relacionado ao recolhimento de resíduos. Em meio a conflitos por terras, problemas de ordens ambientais e judiciais, o recolhimento de lixo se configurou em um tema recorrente. Estranhamente, em um local que até 1979 fazia parte de uma UC, e que mesmo depois da desanexação ainda pesava sobre a localidade restrições de ocupação, o poder público não garantia a qualidade do serviço, o que causava graves danos ambientais.

No início da década de 1990, com maior número de moradores e de turistas que chegavam ao local graças as melhorias no acesso às praias, a produção de lixo também aumentou. Com isso, os moradores fixos sentiram a necessidade de reivindicar melhorias no sistema de recolhimento. O problema é que no verão o caminhão de coleta chegava a passar todos os dias, mas fora de época de veraneio o serviço de limpeza se mostrava insuficiente. Nem mesmo o carroceiro pago pela prefeitura, que desde 1986 realizava a coleta por meio de carroça, conseguia dar conta da demanda (ESPINHEIRA, 12/1994, p. 4).

Mesmo com a Lei Municipal nº 370, de 19 de junho de 1995, que proibia depositar resíduos sólidos e líquidos em terrenos baldios, bem como nas margens de vias públicas, no município, muitos moradores e até mesmo estabelecimentos comerciais não possuíam lixeiras. Em levantamento realizado pela Prefeitura e pela AmaPinheira (Associação de moradores e Amigos da Pinheira), 85% dos comerciantes não tinham, em janeiro de 1996, lixeiras em frente a seus estabelecimentos (ESPINHEIRA, 01/1996, p.3). Moradores e visitantes jogavam sacos de lixo no acostamento das vias, em qualquer lugar. Uma visão desoladora em um local que depende exclusivamente da qualidade do Meio Ambiente para sobreviver, seja por conta da pesca, seja por conta dos atrativos turísticos.

Na contramão desse descaso, inicia-se a pressão junto ao poder público para se dar uma solução ao problema e também ações de

entidades não governamentais que passaram a fazer campanhas para reciclagem do lixo e investimentos em postos de coleta seletiva. Mesmo assim, as iniciativas eram insuficientes para amenizar o já grave problema, como se vê na imagem abaixo.

Figura 33: Lixão na Praia da Pinheira (1996)



Fonte: Espinheira (10/1996, p. 3).

Em 2001 a Prefeitura de Palhoça passou a cobrar taxa de coleta de lixo nos carnês de IPTU para assegurar os recursos da terceirização da coleta, que segue terceirizada até hoje. O problema maior, aos poucos, foi sendo solucionado. Ocorre que em visita de campo a Sede do PAEST em outubro de 2016, ainda foi possível constatar, infelizmente, que moradores continuam colocando lixo em locais impróprios, fora de lixeiras e em terrenos sem edificações. Além disso, é frequente observar aparelhos de televisão, sofás, fogões e outros detritos jogados em qualquer lugar, sem haver entendimento entre poder público e população sobre como realizar corretamente o descarte.

Por fim, um dos principais problemas que sofre a região, sobretudo no plano ambiental e que poderá num futuro próximo vir a inviabilizar o turismo local, diz respeito ao saneamento básico. Não se tem mais as “patentes” nas casas, porém o sistema de saneamento ainda se dá em 100% das residências por meio de fossa séptica e sumidouros, quando não são despejados os esgotos residenciais e comerciais clandestinamente em córregos que deságuam no mar. Para esse problema, novamente se vê o empenho da sociedade civil, que cobra das autoridades competentes uma

solução. Em junho de 1997 a capa do Jornal Espinheira traz em manchete que “Esgotos são lacrados na Guarda”, anunciando esse grave problema. Segundo a fonte, “por ordem do juiz Maurício Lisboa, da 2ª Vara Cível de Palhoça, todos os esgotos da Guarda com qualquer ligação com o Rio da Madre serão lacrados. O trabalho vem sendo feito pela Vigilância Sanitária”.

Com um número ínfimo da população atendida por água tratada pela concessionária, a grande maioria da população da Baixada do Maciambú utiliza água de ponteira. Com o sistema de esgoto feito do mesmo modo desde a década de 1980, com fossas e sumidouros, há risco eminente de poluição do solo e, conseqüentemente, do lençol freático, contaminando assim a água coletada pelos moradores. O problema do saneamento básico na Baixada do Maciambú será retomado no próximo item, que trata de como atualmente a região está inserida no contexto do PAEST e das discussões que vem sendo feitas a respeito da criação de um Plano Diretor para o sul do Município de Palhoça.

4.4 RECATEGORIZAÇÃO DO PAEST: ÚLTIMO CAPÍTULO DESSA “NOVELA”?

Mobilizados em obter soluções para os embates que desde 1975 vem ocorrendo na Baixada do Maciambú, mesmo estando a área fora da UC desde 1979, a sociedade civil organizada passou a negociar com o poder público na tentativa de equacionar o desenvolvimento da região, com acesso por parte da população a infraestrutura e qualidade de vida aliadas a preservação ambiental, da qual a economia da região depende diretamente. Um pouco desse processo já foi apresentado no capítulo 2, que enfatizou as leis que modificaram o PAEST desde sua criação até os dias atuais. A última grande mudança ocorreu em 2009, quando se conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina o Projeto de Recategorização do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

O movimento pela recategorização nasceu em novembro de 2004 em uma reunião com as associações comunitárias, liderada pela Associação dos Defensores do Balneário Ponta do Papagaio. Segundo notícia veiculada no Jornal Espinheira,

Mudar de categoria de Parque Estadual para Área de Proteção Ambiental (APA) é o que pretende uma comissão criada pela Associação dos Defensores do Balneário Ponta do Papagaio, em

relação à região litorânea do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, área que abrange parte dos municípios de Garopaba, Paulo Lopes e Palhoça e tem como divisor a BR-101. (ESPINHEIRA, 08/2005, p. 2)

A mudança foi defendida pela comissão por conta da legislação que rege as duas categorias de UC. Enquanto a categoria parque é considerada uma Unidade de Proteção Integral, não permitindo a ocupação humana, a APA (Área de Proteção Ambiental) é uma unidade de uso sustentável, que permite a ocupação humana disciplinada. A proposta foi levada à comunidade por meio de reuniões em diferentes localidades e apresentada como solução para os impasses que as restrições causavam aos moradores da região.

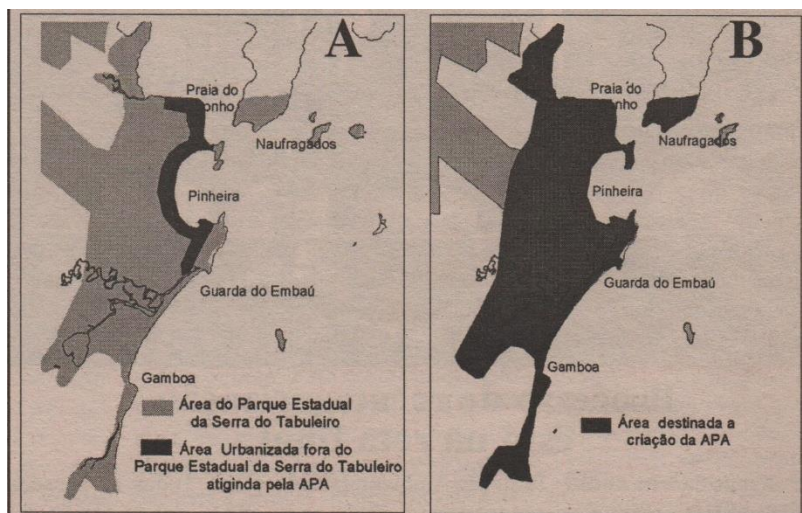
Em maio de 2005 a comissão levou a ideia do projeto à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) e ao então Governador Luiz Henrique da Silveira. “Com sinal verde do governador e apoio de 50 empresários e várias associações dos três municípios, foi iniciada a elaboração do projeto” (ESPINHEIRA, 08/2005, p. 2). Observa-se que o movimento pela recategorização se estruturou em paralelo aos trabalhos que se iniciaram em 2005 por meio do projeto de Proteção e Desenvolvimento da Floresta Atlântica de Santa Catarina, apresentado no capítulo 2.

A partir da deflagração do movimento, iniciou-se um embate ideológico entre os que criaram a comissão e defendiam o projeto e aqueles que consideravam o projeto inviável e que acarretaria em prejuízo tanto para o Meio Ambiente quanto para a sociedade. Esses embates se davam em reuniões e por meio dos periódicos locais, que passaram a documentar os passos de todo o processo.

Órgãos como a FATMA e até a equipe técnica do Centro de Visitantes do PAEST se posicionaram em relação ao projeto, esclarecendo todos os aspectos que gerariam essa mudança para facilitar o entendimento dos interessados. No Jornal Espinheira de janeiro de 2006 os dois órgãos se manifestaram a respeito do assunto que ainda estava em fase de elaboração. O intuito era deixar as informações mais claras para que a população, que não acompanhava diretamente o processo, pudesse formar sua opinião sobre o projeto, que já nascera polêmico. Os órgãos responderam as questões mais pontuais sobre a problemática em questão. A figura a seguir, retirada do periódico, foi publicada pelo Centro de

Visitantes, para didaticamente explicar o que significaria a mudança caso fosse aprovada:

Figura 34: Representação da Baixada do Maciambú de acordo com a proposta de Recategorização



Fonte: Espinheira (01/2006)

Os técnicos do Centro de Visitantes explicam por meio dos mapas a questão. A letra A representa a situação da área em 2005 e a B, como ficaria o local com a recategorização. Moradores que estariam fora do Parque (Mapa A) ficariam dentro de uma APA (mapa B). Com isso, haveria aumento das restrições ambientais para seus terrenos. O aumento seria sentido nas comunidades da Guarda do Embaú, Pinheira, Praia do Sonho e Passagem do Maciambú, que estavam fora do Parque desde 1979. De qualquer forma, essas localidades já tinham restrições por estar em região do entorno e por conta de legislações específicas que regulavam as particularidades do local. Ainda segundo os técnicos, as APA's são áreas protegidas que recebem menos investimentos no país (Espinheira, 01/2006).

Ao encontro dessas informações, a Diretora de Proteção dos Ecossistemas da FATMA no período, Ana Cimardi, em entrevista ao Espinheira, informou que com a criação da APA as restrições baseadas

em leis federais e estaduais não deixariam de existir. Além disso, toda a região que já estava fora de uma UC passaria novamente a integrá-la. Para Ana Cimardi, as restrições impostas pelo fato de a área estar na zona do entorno, o que configuraria em uma Área de Proteção Especial (APE), seriam um fator fácil de resolver. Outra questão levantada por Cimardi é que, como a APA englobaria quatro municípios, necessariamente estaria sob a administração estadual. Portanto, a FATMA seria a administradora dessa UC conforme rege o SNUC, de modo que mesmo que se fizessem termos de parceria para implantar uma gestão compartilhada com organizações não governamentais, a FATMA seria a principal gestora da UC. (Espinheira, 01/2006).

Alheios aos questionamentos feitos pelos órgãos competentes, os idealizadores do projeto seguiram com a proposta a passos largos, sendo que em fevereiro de 2006 “a parte técnica do projeto de lei para recategorização da região costeira do Parque do Tabuleiro e seu entorno já está concluída” (ESPINHEIRA, 02/2006). O passo a seguir seria a entrega do projeto de lei ao governador para que ele repassasse à ALESC. Pretendia-se que a lei fosse votada até março.

Em abril do mesmo ano, a FATMA considerou a proposta inviável e insistiu nas ações que já estavam sendo empreendidas para amenizar a situação que se arrastava desde 1975. A principal delas seria a extinção das Áreas de Preservação Especial (APE) ou de entorno através de alteração no Decreto Estadual 14.250/81. Desse modo, a área que já estava desanexada também não faria mais parte do entorno do Parque, diminuindo assim as restrições impostas (ESPINHEIRA, 04/2006).

Para acalmar os ânimos e ampliar o debate acerca do assunto, foi criado pela ALESC em 4 de abril de 2006 o Fórum Parlamentar de Debate sobre o Parque e seu Entorno, reunindo todos os envolvidos na questão. O objetivo foi criar um grupo técnico para avaliar as propostas existentes, confrontando-as e buscando alternativas para a resolução dos conflitos. No grupo estavam representantes do movimento de recategorização, representantes da Entidade de Ecologistas Catarinenses, da Associação da Praia de Naufragados, da ALESC e da Procuradoria Geral do Estado (ESPINHEIRA, 05/2006). O grupo passou a se reunir para elaborar a conclusão dos estudos, que teve como resultado a elaboração de um documento no qual são apresentados sete problemas principais e sete propostas para a resolução desses problemas. Os principais impasses dizem respeito a questões fundiárias da área da Baixada do Maciambú no entorno do Parque, a falta de demarcação física consolidada dos limites

do Parque e a inexistência do plano de manejo da UC. Em contrapartida, o movimento de recategorização se comprometeu em interromper os trabalhos de promoção da ideia e retirar definitivamente a proposta logo que os compromissos assumidos firmados pela FATMA fossem concluídos (ESPINHEIRA, 06/2006).

Uma das propostas do Fórum ganhou corpo e saiu do papel em setembro do mesmo ano. Por meio de um decreto, o Governo do Estado revogou os artigos do Decreto 14.250/81 que Regulamenta dispositivos da Lei nº 5.793, de 15 de outubro de 1980, referentes à Proteção e a Melhoria da Qualidade Ambiental, que instituía como Área de Proteção Especial uma faixa de 500 metros no entorno de Unidades de Conservação. De acordo com o periódico local,

Com a extinção da APE, muitos casos de ocupação poderão ser solucionados, pois uma série de restrições deixarão de existir. Ainda falta o governo repassar a titularidade da terra aos proprietários na região do entorno do Parque na Baixada do Maciambú. A área ainda é considerada do Estado. (ESPINHEIRA, 09/2006, p. 3)

Em meio aos debates continuavam os trabalhos da empresa STCP Engenharia e Projetos LTDA, que executava o projeto de delimitação e demarcação do Parque. O relatório sobre a delimitação e o planejamento da demarcação do Parque foram apresentados em reunião do Grupo de Trabalho do Fórum do Tabuleiro no dia 28 de outubro de 2007. Faltava apresentação do relatório técnico e jurídico para a questão fundiária, o diagnóstico socioeconômico e a proposta de delimitação. Com base nesses documentos, novas reuniões foram marcadas para se tentar concluir os trabalhos até final de 2007, o que aconteceria apenas em 2008. O entrave maior ainda estava na questão fundiária que causava insegurança aos moradores. O relatório apontou como alternativas de solução aos moradores de áreas fora do parque:

1. Legalização dos títulos vendidos pela prefeitura, pois tiraria da ilegalidade seus atuais moradores;
2. Decretação da nulidade dos títulos vendidos pela prefeitura – os imóveis voltariam a pertencer ao Estado;

3. Doação de parte da área do entorno junto ao mar para a prefeitura. (ESPINHEIRA, 12/2007, p. 3)

Em março de 2008 o resultado final do projeto elaborado pela STCP é apresentado. O Jornal da Recategorização, um informativo do Movimento de Recategorização do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (11/02/2009), apresenta um histórico de todo o processo do projeto de transformar a Baixada do Maciambú em APA, em um projeto que ficou conhecido como Mosaico, já que na região estava prevista diferentes categorias de unidades de conservação. O documento informa que o trabalho apresentado pela empresa STCP não foi aceito pelas lideranças do movimento, prefeitos e lideranças políticas da região, mas que o grupo l continuou o projeto de recategorização. Em junho de 2008 o projeto ficou pronto e foi apresentado para a FATMA, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Procuradoria Geral do Estado, Promotoria Pública do PAEST, Fórum Parlamentar e comunidade.

O documento citado é composto por 16 páginas sobre o projeto de recategorização e foi colocado nas ruas da região da Baixada do Maciambú distribuído gratuitamente, justamente na época em que o projeto seria votado na ALESC. Dado o avançado estado das discussões, a FATMA, que se posicionou contra o projeto, enviou ao Governador Luiz Henrique da Silveira um documento denominado "Recomendações da FATMA sobre o processo de reavaliação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro". As lideranças envolvidas no projeto repudiaram a atitude da FATMA e enviaram uma abaixo-assinado ao governador solicitando que se mantivesse o regime de urgência do Projeto de Lei N. 347/08 (JORNAL DA RECATEGORIZAÇÃO, 02/2009).

Circulou no mesmo período do documento acima uma publicação contrária ao projeto. Intitulada "Solução sim! Pressa não!", a publicação discutia, entre outras coisas, a legalidade do projeto. Em tom de denúncia, questionava sobre os interesses por detrás do projeto, que beneficiaria uma pequena parcela de empresários e que acabaria inferindo em mais restrições aos moradores. Além do parecer negativo da FATMA, o Ministério Público de Santa Catarina afirmou que o Projeto Mosaico fere a Constituição em vários pontos.

A queda de braço chegou a ALESC em 2009. Em 11 de fevereiro moradores da região do PAEST foram às galerias da Assembleia pedir mais tempo para a discussão em torno do Projeto de Lei. Do mesmo

modo, em 17 de fevereiro de 2009, centenas de pessoas estiveram na ALESC para também pedir aos deputados a aprovação do projeto de lei da reclassificação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. O fato é que a queda do braço foi vencida por aqueles que apostavam na aprovação do projeto de recategorização da região da Baixada do Maciambú. Assim, parte do Parque foi transformado em um Mosaico de Áreas de Proteção Ambiental. Para Machado (2014, p. 135),

A Lei N. 14.661/2009 que redefiniu os limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro se deu aos inúmeros conflitos existentes no Parque. Através dessa Lei, algumas áreas que constituíam o Parque foram transformadas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, por meio da instituição do Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras de Massiambu, composto por uma Unidade de Proteção Integral, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, e por três de Uso Sustentável: a Área de Proteção Ambiental da Vargem do Braço, a Área de Proteção Ambiental da Vargem do Cedro e a Área de Proteção Ambiental do Entorno Costeiro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

O Decreto nº 3.159/2010 que regulamenta e define diretrizes para a implantação da Área de Proteção Ambiental do Entorno Costeiro, criada pela Lei nº 14.661, de 26 de março de 2009, estabelece em seu artigo 22 oito tipos de zonas dentro do município de Palhoça. Cada seção foi caracterizada tendo em vista suas especificidades. A primeira delas é a Zona de Proteção Especial (ZPE), constituída por áreas não edificáveis reservadas à recuperação e proteção ambiental. Abrange Áreas de Preservação Permanente (APPs), remanescentes da Mata Atlântica e vegetações litorâneas do tipo mangue e restinga protetoras de dunas e cordões arenosos, além de áreas identificadas como sítios arqueológicos tombados pelo patrimônio histórico e cultural estadual ou federal. A Zona 2 é de Uso Público e Saneamento (ZPS). É constituída por áreas de domínio público ou privado a serem reservadas para a instalação de equipamentos de interesse público ou social, destinadas ao tratamento de água, efluentes e armazenamento e tratamento de resíduos sólidos ou para o desenvolvimento de áreas de lazer e recreação. São passíveis de modificação para servirem a comunidade. A Zona de Uso Sustentável

Habitacional (ZUH) é constituída por áreas de domínio público ou privado, reservadas ao desenvolvimento de empreendimentos imobiliários ou turísticos nas modalidades unifamiliar ou multifamiliar. Podem ainda receber atividades e serviços comerciais de varejo e outros empreendimentos de pequeno impacto ambiental e que não gerem resíduos perigosos ou efluentes oleosos e químicos não tratáveis em sistema de lodo ativado ou compacto. Foi estabelecida como Zona de Uso Sustentável Econômico (ZUE) as áreas de domínio público ou privado, reservadas ao desenvolvimento econômico de comunidades rurais e de serviços de apoio a Área de Uso Sustentável Habitacional, a qual deve ser subdividida em uma área rural, onde além da atividade agropecuária podem ser encontrados núcleos de comunidades rurais e áreas de desenvolvimento urbano. Tais áreas são voltadas à instalação de parques de serviços, instalações comerciais, armazéns, equipamentos sociais públicos e privados, shopping centers e hipermercados. Como Zona 5 estabeleceu-se a Zona de Uso Sustentável Industrial (ZUI), constituída por áreas de domínio público ou privado, reservadas à implantação de atividades do setor secundário (transformação e armazéns industriais) e atividades complementares, prioritariamente que envolvam tecnologias limpas, sem a geração de efluentes tóxicos não tratáveis localmente. A Zona de Uso Sustentável Turístico (ZUT) é a zona 6. É constituída por áreas de domínio público ou privado reservadas à construção de complexos turísticos geradores de renda e emprego, vinculados a medidas compensatórias que possam ser destinadas à recuperação ambiental do seu entorno. Para tentar resolver o problema fundiário foi criada a Zona de Regularização Habitacional (ZRH), que são áreas de domínio público ou privado identificadas como irregularmente ocupadas ou com índices de ocupação indesejados que demandem medidas de reurbanização para fins de saneamento e proteção ambiental por meio de projetos públicos e/ou privados. Por último, destinou-se uma parte da região para Zona de Captação de Águas (ZCA), destinada ao aproveitamento hídrico (SANTA CATARINA, 2010).

Além disso, o Decreto estabeleceu que,

Art. 23. Na definição dos usos permitidos, permissíveis e proibidos de cada uma das zonas, o Plano de Manejo Ambiental, do Município de Palhoça, indicará normas específicas para a Zona de Proteção Especial - ZPE e para as Zonas de Uso Público e Saneamento - ZPSS.

Art. 24. O Plano de Manejo de Uso Sustentável estabelecerá critérios relativos ao tamanho do lote, ao índice de aproveitamento, ao número de pavimentos, ao regime volumétrico, à taxa de ocupação, à taxa de impermeabilização, à taxa de arborização, além de outros que forem convenientes. (SANTA CATARINA, 2010)

Quando intitulamos esse item questionando se seria o último capítulo da novela que envolvia o PAEST e a Baixada do Maciambú levamos em conta que, passados sete anos da recategorização e do Decreto acima citado, não houve na prática qualquer avanço em relação a solução de problemas os quais a legislação objetiva solucionar. Além disso, mesmo após a lei ser sancionada, os assuntos envolvendo a região e que são noticiados em periódicos versam sobre “novos” problemas. Um deles gira em torno da proposta de Plano Diretor do Sul do Município, que prevê para a área a liberação de construções de até quatro pisos nas quadras mais próximas ao mar, e até 12 andares nas penúltimas quadras antes da Rodovia Evádio Paulo Broering (SC-433). Iniciada a discussão em 2012, ainda não se tem definição de encaminhamentos dessa proposta (ESPINHEIRA, 07/2013).

Outro problema, que não é novo na região e continua acontecendo diz respeito ao licenciamento para ligação de energia elétrica. Em setembro de 2013 uma reunião entre FATMA, Prefeito de Palhoça, representantes do órgão municipal do Meio Ambiente de Palhoça, Fundação Cambirela do Meio Ambiente (FCAM) e representantes da CELESC, discutiu a possibilidade dos licenciamentos saírem da esfera estadual e passarem ao município. O argumento é que a FCAM está mais próxima dos cidadãos e por isso poderia facilitar o pedido e a emissão da licença (ESPINHEIRA, 09/2013, p. 18). O resultado prático da reunião se deu em outubro do mesmo ano, quando um Convênio de Cooperação Técnica e Institucional entre o Estado de Santa Catarina e o município de Palhoça foi firmado. Pelo acordo, com vigência que iria até 31 de dezembro de 2016, a FCAM passaria a ficar responsável pelo licenciamento ambiental na região sul da Baixada do Maciambú, que até então era responsabilidade da FATMA. O Prefeito de Palhoça, Camilo Martins assinalou que estudos preliminares da prefeitura indicam que cerca de 75% das moradias teriam direito as licenças. As outras 25% não teriam por estarem próximas a leito de rios, dunas ou restingas (ESPINHEIRA, 10/2013).

O problema que parecia resolvido retornou em 2016, causando novo embate sobre locais que poderiam ter a energia elétrica ligada e locais sem este direito. Por trás desse novo episódio está o Ministério Público Federal, que ordenou que a CELESC observasse o Plano Diretor do Município e não promovesse o fornecimento de energia em locais reconhecidos como APP (Áreas de Preservação Permanente). Desse modo, 75 famílias receberam notificação de corte. A nova discussão era se a partir de 2009 a área era mesmo uma APP ou não (ESPINHEIRA, 01/2016).

Em março de 2016 ocorreu uma operação que envolveu a FATMA, a Polícia Militar Ambiental (PMA), a CELESC e a Prefeitura de Palhoça e que provocou protesto por parte dos moradores. Na operação, a Prefeitura desapropriou algumas casas construídas irregularmente e a CELESC recolheu cabos de energia ligados de maneira irregular na rede, deixando a população sem luz e sem água, já que a água provém de ponteiros com motor elétrico. Segundo a Polícia Ambiental houve uma invasão em área do PAEST, ocasionando diversos danos ao Meio Ambiente. Toda a operação foi com base na recomendação do Ministério Público e no que prevê a legislação. Com isso, mesmo com protestos de moradores, envolvimento do legislativo e executivo municipal, a prefeitura informou que faria reunião com os órgãos competentes para tentar uma solução e infelizmente nada poderia ser feito até que essa reunião fosse realizada (ESPINHEIRA, 03/2016, p. 10-11).

Além das questões relacionadas ao licenciamento para liberação de ligação de energia elétrica, áreas que há tempos foram ocupadas e que com a lei que institui o mosaico estariam liberadas para ocupação foram questionadas pelo Ministério Público Federal (MPF). O autor da ação civil pública, Walmor Alves Moreira, questionou as edificações que, segundo o MPF, foram erguidas em APP. “A presente demanda visa à condenação dos réus a fazerem cessar ocupação danosa em terras de marinha caracterizadas como área de preservação permanente” (ESPINHEIRA (04/2015, p. 08). O caso está tramitando na 6ª Vara Federal e, se condenados, os réus da ação (município de Palhoça, FCAM e FATMA) deverão recuperar o meio ambiente degradado a partir de um programa aprovado pelo MPF. Além disso, a Prefeitura de Palhoça precisará promover a realocação da população de baixa renda para outras áreas.

A área questionada é apresentada na figura 35.

Figura 35: Área questionada pelo Ministério Público Federal



Fonte: ESPINHEIRA (04/2015, p. 08)

Na mesma linha de entendimento, o MPF ajuizou ações civis públicas pedindo providências para áreas da Pinheira e Guarda do Embaú. Na Pinheira, o objeto versa sobre áreas ocupadas entre a Pinheira e Praia de Cima, com exceção dos ranchos de pesca que são pouquíssimos, por sinal. Em área de marinha, em cima de dunas e restingas várias edificações se proliferam, causando danos irreversíveis a natureza. Já na Guarda do Embaú a ação questiona ações as margens do Rio Embaú, solicitando ao município identificar, desfazer e lacrar ligações clandestinas de esgoto (ESPINHEIRA, 09/2015).

Em meio a tantos questionamentos, tantos conflitos em uma região tão frágil ambientalmente, quando se pensava na resolução desses problemas a partir da lei do mosaico, eis que toda a movimentação em torno do projeto de recategorização e a própria lei estão em xeque. Isso porque a Procuradoria Geral da República (PGR) protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), questionando a lei estadual 14.661, de 2009 (DIÁRIO CATARINENSE, 24/09/2015). Segunda a ADI, a lei de 2009 contraria a Constituição Federal e o SNUC. A ADI, assinada por Rodrigo Janot, também acrescenta que a lei do estado nega os compromissos assumidos pelo

Brasil com a proteção dos recursos naturais e da biodiversidade, colocando em risco importantes ecossistemas de seu território. Além de tentar reverter a aprovação da lei, a ação pede a sua suspensão imediata e cobra informações da ALESC e do governo do Estado. O problema levantado retorna à época de discussão do projeto, que não levou em conta o trabalho científico realizado pela STCP Engenharia de Projetos, que sugeria uma saída diferente para a redefinição do Parque. Ainda de acordo com a lei de 2009, a área ganharia um plano de manejo, que até então não existe.

Em novembro de 2015 o PAEST completou 40 anos. Uma série de reportagens foram publicadas pelo Jornal Diário Catarinense trazendo aspectos positivos e o papel indispensável do PAEST para o equilíbrio ambiental de Santa Catarina. A reportagem também aborda os aspectos que emperram a implantação definitiva da UC. Entre estes aspectos, a falta do plano de manejo, que em 2009 foi previsto para ficar pronto em cinco anos. Para o periódico, trata-se de “uma espécie de constituição para preservar a natureza: assim é o plano de manejo, uma lei que estabelece restrições e deveres para reservas que precisam ser preservadas” (DIÁRIO CATARINENSE, 09/11/2015, p. 6).

Desse modo, com certeza afirmamos que a recategorização não foi o último capítulo dessa novela que se estende há mais de quarenta anos. Em meio a tantos impasses e incertezas, os moradores que estavam na Baixada do Maciambú antes mesmo de se pensar em Parque Estadual da Serra do Tabuleiro seguem suas vidas. Possivelmente, acreditam que a vida no local hoje está melhor que há 40 anos, dando-nos impressão que vivem alheios a tantas questões legais que ainda estão em aberto. As mudanças em suas vidas não podem ser relacionadas apenas ao Parque. Foram seguindo o curso do “progresso”.

Observamos que a participação direta do PAEST na vida dos moradores da Baixada do Maciambú se deu pela valorização da natureza, já que na percepção da população, sem o Parque, a região estaria invadida desordenadamente e que eles dependem diretamente da conservação do meio ambiente. A natureza também segue se transformando e sendo transformada, à mercê da criação de leis que busquem um entendimento maior e equilíbrio entre o Meio Ambiente e a sustentabilidade da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Narrar a história da Baixada do Maciambú por meio da História Ambiental foi um mergulho na memória daquele local tão significativo em nossa própria história. Memória presente em fotos, em jornais, nas lembranças dos que se propuseram a contar suas histórias e memória sobretudo presente nas marcas no próprio ambiente. É sobretudo a história de uma população que teve em 1975, a particularidade de ter o seu local entendido pelo poder público como uma área de extrema importância para o Meio Ambiente, transformando-o em uma Unidade de Conservação. Entender a relação dessa Unidade de Conservação com a população que vivia na Baixada do Maciambú, no tempo, foi o objetivo desse trabalho. A princípio um objetivo simples, mas que na trajetória da pesquisa mostrou-se de extrema complexidade.

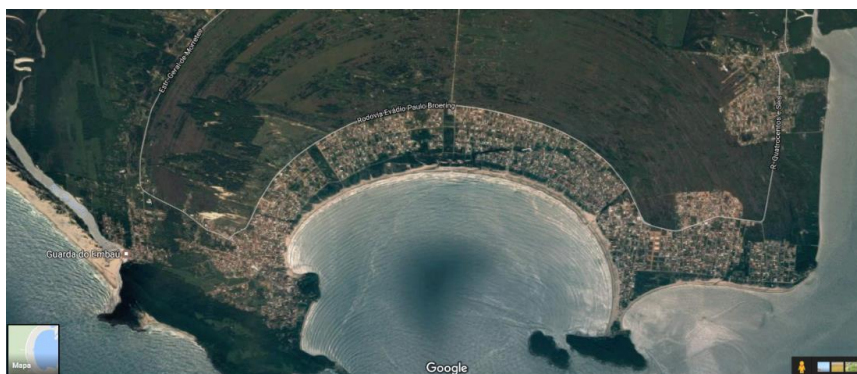
A pesquisa, desenvolvida dentro dos pressupostos da História Ambiental conseguiu apresentar as características da região que a tornam tão importante, principalmente sob o ponto de vista ambiental. Essa importância suscitou a presença de uma legislação protetora já na década de 1950. Com o passar dos anos, além da importância ambiental, o poder privado e também o público passam a perceber a região como uma área economicamente promissora e por isso houve a elaboração de um projeto imobiliário que loteou grande parte da Baixada do Maciambú, sem tomar conhecimento das questões jurídicas que envolviam e envolvem a posse dessa área. Além do planejamento imobiliário a Baixada do Maciambú passou a ter em sua economia, a partir da década de 1970, o incremento do turismo. Na mesma década, em 1975, a região passa a fazer parte de uma Unidade de Conservação.

A criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em 1975 não significou de imediato, a presença da UC na vida dos moradores da Baixada do Maciambú. Tampouco de sanções legais aos moradores ou de mudanças extremas em seus modo de vida. Também não significou a presença do Poder Público para esclarecer a população sobre o porquê da região ter se transformado em uma UC e explicar as mudanças no cotidiano que ocorreriam a partir de então e as possíveis sanções previstas. A pesquisa, por meio do relato dos moradores e das fontes documentais, mostrou que até hoje, mais de quarenta anos depois de sua criação, a característica marcante é a desinformação por parte dos moradores, que provocou e provoca conflitos, entre eles e poder público

e entre os próprios moradores, visto que as questões que envolvem esses conflitos possuem sujeitos com pensamentos e interesses diferentes.

A história da região que fica na parte continental próxima do extremo sul da Ilha de Santa Catarina, foi marcada por momentos bastante distintos. Aparece nos relatos dos viajantes como um porto importante para os europeus no século XVI, servindo de lugar propício para abastecimento das embarcações para seguirem viagem. Em seguida passou entre os séculos XVII e XIX como espaço comunal para criação de gado, com importante valor para o desenvolvimento das cidades vizinhas, inclusive à capital de Santa Catarina, Nossa Senhora do Desterro. Chega-se ao século XX com a ocupação de parte da região por uma vila de pescadores e ao final do século XX e início do XXI com uma explosão demográfica, problemas de infraestrutura e problemas jurídicos ainda não totalmente resolvidos e que por tudo que foi pesquisado, levará muito tempo ainda para que se consiga por fim, implantar o PAEST e tranquilizar a população da Baixada do Maciambú. Deixamos para reproduzir a imagem a seguir nas considerações finais para ilustrar os aspectos da região atualmente, facilitando a percepção a respeito das mudanças ambientais nos anos que se sucederam a criação da UC.

Figura 36: Baixada do Maciambú (2017)



Fonte: Google Maps¹¹¹

¹¹¹ Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-27.8667578,-48.6010428,8542a,35y,270h/data=!3m1!1e3>>. Acesso: 24 abr. 2017

288

Não se observa mais dunas, como nas imagens da área da década de 1930, 1950 e 1970 que foram apresentadas no decorrer do trabalho. Vê-se uma urbanização em todo o espaço entre a rodovia SC-433 (Eváudio Paulo Broering) e o mar, com maior intensidade na parte esquerda, onde se localiza a Vila da Pinheira, a Praia de Cima e a Guarda do Embaú. Já se observa na parte direita da imagem ocupações em espaços que eram do Parque e com a Lei de 2009 foram separados. Contudo, podemos observar que a área entre a SC-433 em direção à BR-101 está ainda resistindo à ocupação e no litoral, vê-se restinga e pequenas dunas em área de marinha. Algumas manchas verde escuro que se observa no lado esquerdo da imagem, em área do Parque, são exemplares de *Pinus*. Um problema sério que precisa ser sanado pelo poder público em parceria com a população.

Se conseguimos ainda observar formações naturais como dunas e restingas, nessa área da Baixada do Maciambú, é porque com todo os entraves políticos, econômicos, jurídicos e conflitos pelos quais a região tem passado nos últimos quarenta anos, tem se tentado desenvolver uma consciência ecológica e dar conta de esclarecimentos à população a respeito da importância desse espaço para o Meio Ambiente como para suas próprias vidas. Nesse sentido, temos que dar mérito aos profissionais que trabalham no Centro de Visitantes do Parque, que trabalham a educação ambiental por meio de capacitações para a população, alunos e professores que atuam nas unidades escolares que estão dentro da região. Além disso o CV se transformou em uma opção aos turistas que visitam a Baixada do Maciambú.

Para o morador da Baixada do Maciambú o turismo se mostra como uma alternativa possível para equilibrar os anseios de uma sociedade que se insere no século XXI como para a manutenção ambiental local. Também é entendido entre os técnicos do Centro de Visitantes e lideranças comunitárias como uma saída econômica sustentável para a região, que aliada a uma conduta de pensamento ambiental não só pelos moradores como pelos turistas, poderá garantir meios de subsistência para a população tradicional e para os que optaram em viver na região.

Mesmo com as ações descritas acima, percebemos a partir da pesquisa que a preocupação com o desenvolvimento econômico, está superando a preocupação com o meio ambiente, mesmo em uma região que depende de um Meio Ambiente preservado para as atividades turísticas. Esse fato se mostra presente nas propostas do Plano Diretor que

o Município de Palhoça pretende aprovar, nas ações que resultaram na mudança de categoria de Parque para APA na região da Baixada do Maciambú e nos problemas de infraestrutura, como falta de fornecimento de água de qualidade, falta de um projeto de esgotamento sanitário bem como de escoamento de água pluvial para a região. Assuntos que não se esgotaram nessa pesquisa e que deverão suscitar pesquisas futuras.

Os percalços que a Baixada do Maciambú tem enfrentado nas últimas décadas pode ter uma solução de modo que possa aliar os anseios econômicos e a preservação do Meio Ambiente. Pode-se ter desenvolvimento com o incremento do turismo, desde que esse incremento seja, acima de tudo, benéfico para os moradores e que não agrave a pressão exercida sobre a natureza. Por meio da Educação Ambiental a população, sobretudo a mais nova, irá perceber natureza como algo frágil e que a UC pode ser uma aliada, para que se tenha ainda uma Baixada do Maciambú para as gerações futuras. A população deverá sempre ter informações claras e se fazer presente com voz nas decisões impostas pelo poder público, principalmente nesse momento em que se discute o Plano Diretor do município, que afeta diretamente a região. Além disso, o poder público deve, em parceria com a população, desenvolver o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, para que grande parte dos conflitos sejam sanados.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Documentos oficiais

CABRAL, Luiz Otávio. Assessor da Comissão de Turismo e Meio Ambiente/ALESC. **Memória das ações do Fórum Parlamentar do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. S/D. Florianópolis, ALESC.

FATMA. **Plano Diretor do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**: diretrizes executivas. Plano setorial de orientação de moradores. Florianópolis, 1977.

FATMA/UFSC. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**: aspectos culturais e sociais, volume I. Florianópolis, 1976.

FATMA/UFSC. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**: aspectos culturais e sociais, volume II. Florianópolis, 1976.

MAGNANINI, Alceu; NEHAB, Maria Alice Fernandes. **Plano Diretor do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Rio de Janeiro: FEEMA, 1976.

PROJETO DE PROTEÇÃO DA MATA ATLÂNTICA EM SANTA CATARINA. **Delimitação e Planejamento de Demarcação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**: diagnóstico socioeconômico e Ambiental. RELATÓRIO FINAL 03FAT0206R01. Curitiba, 2008.

SOCIOAMBIENTAL. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro/SC**: zoneamento. Florianópolis, 2002.

Entrevistas

ALBRECHT, Elizabeth Forneck. Entrevista concedida a Jackson Alessandro Peres em 13/01/2015. Acervo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC.

BATISTA, Idelzina Maria. Entrevista concedida a Jackson Alessandro Peres em 25/01/2017. Acervo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC.

CORREA, Maria Matilde. Entrevista concedida a Jackson Alessandro Peres em 04/03/2017. Acervo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC.

DEMÉTRIO, Tereza de Abreu. Entrevista concedida a Jackson Alessandro Peres em 30/01/2017. Acervo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC.

ENGELKE, João Roberto. Entrevista concedida a Jackson Alessandro Peres em 11/12/2014. Acervo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC.

GONÇALVES, José Manoel. Entrevista concedida a Jackson Alessandro Peres em 31/01/2017. Acervo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC.

MATTOS, Celço de. Entrevista concedida a Jackson Alessandro Peres em 20/01/2016. Acervo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC.

PIMENTA, Luís. Entrevista concedida a Jackson Alessandro Peres em 25/01/2017. Acervo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC.

SANTOS, Hélia Alice Santos. Entrevista concedida a Jackson Alessandro Peres em 14/01/2015. Acervo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC.

SOUZA, Marcos Antonio. Entrevista concedida a Jackson Alessandro Peres em 10/12/2014. Acervo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC.

Periódicos

Jornal Espinheira, Palhoça, 1994-2007

Jornal o Estado, Florianópolis, 1970, 1975, 1977, 1996, 1997, 1999

Jornal Diário Catarinense, Florianópolis, 1988, 1991, 1994, 1996, 1997, 1999, 2000, 2015, 2016

Jornal Palavra Palhocense, Palhoça, 1991, 1993, 1994, 2000, 2013, 2015, 2016

Jornal ANCapital, Florianópolis, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000

Jornal de Santa Catarina, Florianópolis, 1975, 1976, 1977

Jornal da Recategorização, Palhoça, 2009

Jornal A Notícia, Florianópolis, 1996, 2000

Santa Catarina, Florianópolis, 2010

Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 1975

Legislação

BRASIL, 1952a. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30444-25-janeiro-1952-343990-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso: 18. Jul. 2016.

BRASIL, 1952b. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30443-25-janeiro-1952-343991-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso: 18 Jul. 2016.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso: 30 nov. 2015.

BRASIL. **Lei n. 9.795**, de 27 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm> Acesso: 30 nov. 2015.

BRASIL. **Lei n. 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm> Acesso: 20 de abril de 2016.

BRASIL. **Código Florestal Brasileiro, 1934**. Disponível em: <<http://www. http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html>> Acesso: 14 jul. 2015.

BRASIL. **Código Florestal Brasileiro, 1965**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm> Acesso: 14 jul. 2015.

SANTA CATARINA, 1977. Disponível em: <<http://www.pge.sc.gov.br/index.php/legislacao-estadual-pge>> Acesso: 01 dez. 2016.

SANTA CATARINA, 1979. Disponível em: <<http://www.pge.sc.gov.br/index.php/legislacao-estadual-pge>> Acesso: 01 dez. 2016.

SANTA CATARINA, 2001. Disponível em: <<http://www.pge.sc.gov.br/index.php/legislacao-estadual-pge>> Acesso: 01 dez. 2016.

SANTA CATARINA. Decreto 1260 de 1 de novembro de 1975. Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est_leidec/decreto/1938_1989/de1260_75.htm> Acesso: 1 de set. de 2012.

SANTA CATARINA, 1984. Disponível em: <<http://www.pge.sc.gov.br/index.php/legislacao-estadual-pge>> Acesso: 05 dez. 2016.

SANTA CATARINA, 1984b. Disponível em: <<http://www.pge.sc.gov.br/index.php/legislacao-estadual-pge>> Acesso: 05 dez. 2016.

SANTA CATARINA, 2009. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-14661-2009-santa-catarina-reavalia-e-define-os-atuais-limites-do-parque-estadual-da-serra-do-tabuleiro-criado-pelo-decreto-n-1260-de-1-de-novembro-de-1975-e-retificado-pelo-decreto-n-17-720-de-25-de-agosto-de-1982-institui-o-mosaico-de-unidades-de-conservacao-da-serra-do-tabuleiro-e-terras-de-massambu-cria-o-fundo-especial-de-regularizacao-implementacao-e-manutencao-do-mosaico-feuc-e-adota-outras-providencias>> Acesso: 07 dez. 2016.

SANTA CATARINA, Decreto N. 3.159/2010. Disponível em: <<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2010/003159-005-0-2010-003.htm>> Acesso: 22 Abril. 2017.

SANTA CATARINA, 1989. Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/docs/constituicaoEstadual/constituicao.pdf>> Acesso: 03 out. 2016.

SANTA CATARINA, 2001. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Lei/2001/lei_sc_11986_2001_revvd_sistemaestadualdeucnatureza_sc_revvd_lei_14675_2009.pdf> Acesso: 03 out. 2016.

Relatórios de Presidentes de Província

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA em 19 de abril de 1854. João José Coutinho. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/941/000034.html>> Acesso: 01 mar. 2017

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA em 1 de março de 1855. João José Coutinho. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/942/000022.html>> Acesso: 01 mar. 2017

FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito em 1 de março de 1841. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u902/000010.html>>. Acesso: 01 mar. 2017.

FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito em 1 de março de 1842. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/929/000025.html>> Acesso: 8 mar. 2017.

BIBLIOGRAFIA

ABIC. Associação Brasileira da Indústria do Café. In: <<http://www.abic.com.br/publico/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=38>> Acesso: 27 abril. 2015.

ABREU FILHO, Nylson Paim de (Org.). **Constituição Federal, Código Penal e Código de Processo Penal**. Porto Alegre, Verbo Jurídico, 2007.

ALARCON, Gisele Garcia. **Transformação da paisagem em São Bonifácio - SC** : a interface entre a percepção de agricultores familiares, as práticas de uso do solo e aspectos da legislação ambiental. Florianópolis, 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

ALBERTI, Verona. **Manual de História Oral**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Práticas ambientais no Brasil**: definições e trajetórias. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

ALVES, Jonatha Alexandre Andrade. **A influência da variação do nível de água sobre a estrutura e composição de macrófitas aquáticas na lagoa da baixada do Maciambú, Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Palhoça, SC, Brasil**. Florianópolis, SC, 2008. xi, 62 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-graduação em Biologia Vegetal.

AMADO, Janaína & Ferreira, Marieta (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8a. edição, Rio de Janeiro: FVG, 2006.

AMARAL, Eduardo Antonio Ribas; TREBIEN, Darci Odilio Paul. **Parques e comunidades rurais são compatíveis? Estudo de caso no Parque Estadual da serra do Tabuleiro**. 1998 218f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

ANAIS DO 2º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL E MIGRAÇÕES – UFSC. Florianópolis, 2012. CD ROOM.

AVÉ-LALLEMANT, Robert, 1812-1884. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

BARBOSA, José Carlos de Mattos Horta. Atividades Florestais no Estado de Santa Catarina. In: **HERBÁRIO BARBOSA RODRIGUES**. Anais Botânicos. Ano II, nº 2. Itajaí, 1950.

BERTHO, Ângela Maria de Moraes. **Os índios Guarani da Serra do Tabuleiro e a conservação da natureza** : uma perspectiva etnoambiental. Florianópolis, 2005. 223 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

BITENCOURT, Luciane Rodrigues de; LOCH, Carlos. **O uso das séries históricas de fotografias aéreas para o monitoramento físico-espacial no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - SC** /. Florianópolis, 1999. 120f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico.

BITENCOURT, Neres de Lourdes da Rosa; RODRIGUEZ MARTINS, Alejandro. **Uma proposta de cidadania para a preservação ambiental estudo de caso : comunidade de Vargem do Braço no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro** /. Florianópolis, 2000. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico.

BRANCHER, Ana. (org). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. 2ª Edição. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs). **História de Santa Catarina**: séculos XVI a XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

BRÜGGEMANN, Fernando Maciel. **Um olhar naturalista sobre a Serra do Tabuleiro e região**. Santo Amaro da Imperatriz: Damérica, 2012.

BRUNDTLAND, Gro Harlem (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e desenvolvimento). **Nosso futuro comum**. 2ª edição. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues#scribd>> Acesso: 6 nov. 2015.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro, Laudes, 1970.

CAMPELO, Livia Gaigher Bósio; SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; PADILHA, Norma Sueli. **Direito Ambiental no Século XXI**: efetividade e desafios – segundo volume. Curitiba: Clássica, 2013.

CARVALHO, Ely Berço. A história ambiental e a “crise ambiental” contemporânea: um desafio político para o historiador. In: **ESBOÇOS - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, n. 11, 2004, pp. 105-116.

CELESC. Disponível em: <<http://www.celesc.com.br/portal/index.php/celesc-holding/perfil-holding/>> Acesso: 17 abr. 2017.

COELHO, Manuel Joaquim D’Almeida. **Memória Histórica da Província de Santa Catarina**. Florianópolis: J.J. Lopes, 1877.

Cooperativa de Eletrificação Rural de Paulo Lopes Disponível em: <<http://cerpalo.com.br/portal/historico/>> Acesso: 20 mar. 2017.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. Et al. Apresentação. In: **Caderno de Programação do 2º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações**. UFSC, 2012.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CUCHE, Dennys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DAMIÃO, Carlos. **Memória de Santa Catarina** :Termelétrica Jorge Lacerda rumo aos 50 anos. 2015. Disponível em: <<http://www.ndonline.com.br/florianopolis/colunas/carlos-damiao/262356-memoria-de-santa-catarina-termeletrica-jorge-lacerda-rumo-aos-50-anos.html>> Acesso: 15 Ago. 2016.

DANDOLINI, Marlene. **Marés**. Disponível em: <<http://planetario.ufsc.br/mares/>> Acesso: 15 set. 2017.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. A história da devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidades. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DEREZEN, Orlando. **Direito ambiental**: meio ambiente no Brasil. Campinas: Copola, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, USP, 2000.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 4, n.8, 1991.

_____. **Devastação e preservação ambiental**: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DUZZIONI, Renata Inácio. **Monitoramento hidrológico de turfeira nas montanhas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro/SC**. 269 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2010.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.

EMBRAPA. Disponível em: <www.embrapa.br> Acesso em: 22 março. 2015.

ECKEL, Renato. **Mapeamento e caracterização da cobertura vegetal e uso da terra de uma área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (Baixada do Massiambu, município de Palhoça, SC)**. Florianópolis, 2008. [84] f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-graduação em Biologia Vegetal.

Esquema de Restinga. Disponível em: <<http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/vrestinga.html>> Acesso: 14 dez. 2016.

FARIAS, Vilson Francisco de. **A freguesia de Enseada de Brito: evolução histórica-demográfica no período de 1778 a 1907**. 1980. xiv, 276 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 1980.

_____. **Palhoça: natureza, história e cultura**. Florianópolis: Editora do autor, 2004.

FERRETTI, Orlando Ednei. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro : território institucionalizado e lugar de vivência**. Florianópolis, 2002. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro

de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

FIGUEIREDO, Luiz Fernando Gonçalves de; LOCH, Carlos. **Sistema de cadastro técnico ambiental**: estudo de caso : Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Santa Catarina. Florianópolis, 1995. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico.

FAGUNDES, Luís Guilherme. **A construção das enchentes como desastres ambientais em Palhoça**: do final do século XIX à grande enchente de 1995. Trabalho de Conclusão de Curso. Orientadora Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari, UFSC, 2015.

FORTKAMP, Cristiane. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST)** : história e conflito sócio-ambiental (1975-2007). Florianópolis, 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis.

Foto de satélite da Baixada do Maciambú (adaptada). Disponível em: <http://maps.google.com.br/maps?q=baixada+do+maciambu&hl=pt-BR&prmd=imvns&biw=1366&bih=651&um=1&ie=UTF-8&sa=X&ei=QKhUI2kJ8bf0gHFx4G4Cg&ved=0CAsQ_AUoAg>
Acesso: 01 set. 2012.

Fundação do Meio Ambiente (FATMA). **A natureza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Coordenação Lenir Alda do Rosário. Florianópolis: FATMA, 2003.

Fundação do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br>> Acesso: 1 set. 2012.

FUKAHORI, Shigueko Terezinha Ishiy. **Trilha da Restinga do Maciambu** : concepção, implantação, interpretação ambiental e avaliação como contribuição ao processo de educação ambiental no Parque Estadual da Serra do Tabu. Florianópolis, 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental.

GAIO, Maris de Fatima. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro** : entre um ideal e as limitações reais. Florianópolis, 2005. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais.

GARAY, Irene E. G.; BECKER, Berta K. **As dimensões humanas da biodiversidade**. O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

GASPERIN, Emerson. **Resíduos do progresso**. 2016. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_nos_33/> Acesso: 15 Ago. 2016.

Gestão Costeira Integrada. Disponível em: <<http://www.aprh.pt/rgci/glossario/tombolo.html>> Acesso em: 22 jun. 2015.

GISSIBL, Bernhard; HÖHLER, Sabine; KUPPER, Patrick (eds). **Civilizing nature: national parks in global historical perspective**. British: Berghahn Books, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e Fronteiras**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUECK, Kurt. **As florestas da América do Sul: ecologia, composição e importância econômica**. Tradução de Hans Reichardt. São Paulo: Polígono, 1972.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Disponível em: <www.icmbio.gov.br> Acesso: 15 set. 2015.

ISHIY, Shigueko [et al]. **Parque estadual da Serra do Tabuleiro: retratos da flora e da fauna**. Florianópolis: criAG, 2009.

JESUS, Fernando Soares de. **Os tipos de ilhas: continental e oceânica**. Disponível em: <<http://www.geografiaopinativa.com.br/2013/07/os-tipos-de-ilhas-continental-e-oceanica.html>> Acesso: 15 set. 2017

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *A dimensão metodológica da história oral*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, 2001, pp. 149-159. Disponível: <

http://www.jurandirsantos.com.br/outros_artigos/ho_a_dimensao_metodologica_da_historia_oral.pdf> Acesso: 04 ago. 2013.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Tradução de Mirtes Franges de Oliveira Pinheiro. Bauru: EDUSC, 2002.

LAGO, Paulo Fernando. O meio ambiente. In: CORRÊA, Carlos Humerto. **A realidade catarinense no século XX**. 2 ed. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAVERTI, Robson [et al.]. **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

LAVINA, Rodrigo. Antes dos carijó: a tradição Tupiguarani em Santa Catarina vista pela arqueologia. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero. **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

LEITE, José Rubens Morato; [et. Al]. (orgs). **Repensando o estado de direito ambiental**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

LIMA, Gisele Leite de. **Estratigrafia e palinologia e depósitos turfosos e alúvio-coluviais quaternários no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e planalto de São Bento do Sul, Santa Catarina**. Florianópolis, SC, 2010. 251 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2010.

LIMA, Mariana Araguaia de Castro Sá. **Preservação e Conservação Ambiental**. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/biologia/preservacao-ambiental.htm>> Acesso: 10 jul. 2014.

Localização do Parque Estadual Serra do Tabuleiro (adaptado). Fonte: <<http://www.mp.sc.gov.br/tabuleiro/projeto/localizacao.asp>> Acesso em 01 set 2012.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Extensão rural e modernização conservadora em Santa Catarina. In: **Revista Esboços**, V. 4, N. 4, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/534/9754>. Acesso: 28 nov. 2016.

LOPES, José Lupércio. **São José Palhoça**: seus antigos e actuaes limites. Estado de Santa Catarina. Florianópolis. Typografia da Escola de Artífices, 1926.

_____. **Palhoça** (notícia estatístico-descritiva). Publicação n. 17. Instituto de Geografia e Estatística Brasileiro do Departamento de Estatística de Santa Catarina. [s/a].

_____. **Monographia do Município de Palhoça**. Florianópolis: Livraria Cysne, 1919.

MACHADO, Mariana de Medeiros. **Uso e ocupação do solo da Área de Proteção Ambiental do Entorno Costeiro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**: contexto para a praia da Pinheira e Guarda do Embaú, no município de Palhoça/SC. Dissertação. UFSC, Florianópolis, SC, 2014.

MAIA, Fabiana Britto de Azevedo. **Análise do turismo em relação ao uso público do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro no município de Santo Amaro da Imperatriz, SC**. Florianópolis, 2006. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e meio ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdade Pedro Leopoldo, 2007.

MASI, Marco Aurélio Nadal de. O enigma dos sambaquis e dos índios de SC antes de 1500. In: CARUSO, Marileia M Leal. **Índios, baleeiros e**

migrantes: a aventura histórica catarinense. Tubarão: Editora da Unisul, 2000.

MELO, Martini de Melo. **Capitalismo versus sustentabilidade: o desafio de uma nova ética ambiental.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

MESQUITA, João Lara. **APA da Baleia Franca:** local de avistagem de cetáceos. Disponível em: < <https://marsemfim.com.br/apa-da-baleia-franca/>> Acesso: 15 set. 2017

Ministério Público de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.mp.sc.gov.br/tabuleiro/projeto/localizacao.asp>> Acesso: 1 set. 2012.

MIRES, Fernando. **O discurso da natureza:** ecologia e política na América Latina. Organização e tradução de Vicente Rosa Alves. Florianópolis, Ed. Da UFSC, Bernúncia Editora, 2012.

MONTEIRO, Thiago Nattrodt. **Aspectos de problemas relacionados à contaminação biológica por pinus no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.** Florianópolis, SC, 2005. 74 f. TCC (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, 2005.

MORAN, Emilio F; OSTRON, Elinor (orgs). **Ecossistemas florestais:** interação homem-ambiente. Tradução de Diógenes S. Alves e Mateus Batistella. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edusp, 2009.

MORETTO, Samira Peruchi; NODARI, Eunice Sueli. O meio ambiente como tema da História. In: BRANCHER, Ana Lize; FLORES, Maria Bernadete. **Historiografia 35 anos.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2011.

MORETTO, Samira Peruchi; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli. **A legislação ambiental e as práticas de reflorestamento em Santa Catarina.** Anais do V Encontro Nacional da Annpas, 2010. Disponível em:

<www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/Gt16-55-26-20-100831195920.pdf> Acesso: 11 nov. 2015.

MOSIMANN, João Carlos. **Porto dos Patos (1502-1582):** a fantástica e verdadeira história da Ilha de Santa Catarina na era dos descobrimentos. Florianópolis: edição do autor, 2004.

NIEDZIELUK, Luzinete Carpin. **Massiambú Pequeno:** histórias. Florianópolis: Editora Modelo, 2011.

NODARI, Eunice Sulei; CORREA, Silvio Marcos (orgs). **Migrações e Natureza.** São Leopoldo: Oikos, 2013.

NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (orgs). **História ambiental e migrações.** São Leopoldo: Oikos, 2012.

NODARI, Eunice Sueli. Unidades de Conservação de Proteção integral: solução para a preservação? Floresta com araucárias em Santa Catarina. In: **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 96-117, ago. 2011, p. 95-117.

OLIVEIRA, Ivone Adelina de. **Gestão de conflitos em parques:** estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - Praia da Pinheira - SC. Florianópolis, 2005. 269 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

OLIVEIRA, Rogerio Ribeiro de; ENGEMAN, Carlos. História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na floresta atlântica do sudeste brasileiro. In: **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 9-31, ago. 2011.

OTTO, Clarícia. **Nos rastros da Memória.** Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.

PÁDUA, José Augusto de. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, José Luiz de Andrade, et. al.(orgs). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamound, 2012, pp. 17-37.

PADUA, José Augusto. Aniquilando as naturais produções: crítica iluminista, crise colonial e as origens do ambientalismo político no Brasil (1786-1810). **Dados**, Rio de Janeiro , v. 42, n. 3, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 02 mar. 2015.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

PAULUS, Daniel. **Neve atinge o Morro do Cambirela, em Palhoça, Grande Florianópolis**. Disponível em: <[www.http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/neve-atinge-o-morro-do-cambirela-em-palhoca-na-grande-florianopolis](http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/neve-atinge-o-morro-do-cambirela-em-palhoca-na-grande-florianopolis)> Acesso: 16 nov. 2016.

PELEGRINI, Sandra. Cultura e natureza: os desafios das práticas conservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol. 26, n. 51, 2006, pp. 116-140.

QUINO. **Toda Mafalda**. 2 Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Raulino Reitz. Disponível em: <[www.http://hbriai.webnode.com.br/biografias/raulino-reitz/](http://hbriai.webnode.com.br/biografias/raulino-reitz/)> Acesso: 16 mar. 2016.

REIS, Alfredo dos. **Mediação transdisciplinar de conflitos ambientais em unidades de conservação: estudo de caso na Praia de Naufragados / Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis, SC, 2002. xxiii, 293 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br>>.

REISEWITZ, Lúcia. **Direito ambiental e patrimônio cultural**: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

REITZ, Raulino; ROSARIO, Lenir Alda do; SCHMITZ, Russel José. **Restauração da fauna desaparecida na Baixada do Maciambu**. Florianópolis: FATMA, 1982. 207 p. (Sellóvia. Série Zoologia; 2).

RESENDE, Keila Maria. **Legislação Florestal Brasileira**: Uma Reconstituição Histórica. Dissertação de Mestrado. Orientador Prof. PhD. José Luiz Pereira de Rezende. Universidade Federal de Lavras, MG, 2006.

Revista Esboços V. 12, n. 13. Dossiê: história ambiental. Florianópolis, PPGH, UFSC, 2005.

ROCHA, Leonardo G. M; DRUMMOND, José Augusto; GANEM, Roseli Senna. Parques Nacionais Brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. In: **Revista de Sociologia e Política V. 18, Nº 36**: 205-226 Jun. 2010.

ROCHA, Yuri Tavares. **Distribuição Geográfica e época de florescimento do Pau-Brasil**. (Caesalpinia echinata LAM. – LEGUMINOSAE). In: Revista do Departamento de Geografia, N. 20, USP. São Paulo: 2010, p. 23-36. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/viewFile/47239/50975>> Acesso: 30 março 2015.

RODOLFO, Fabiano. **Agricultura familiar e migrações na microrregião do tabuleiro (1980-2000)**. Florianópolis, 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Economia.

ROSA, Vieira da. **Chorographia de Santa Catarina**. Florianópolis: Livraria Moderna, 1905.

ROSARIO, Lenir Alda do. FUNDAÇÃO DE AMPARO À TECNOLOGIA E AO MEIO-AMBIENTE (SC). **A Natureza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis: FATMA, 2003. 128p.

S/A. SICAL. 2016. Disponível em:
<<http://www.sical.com.br/pt/index.php>> Acesso: 15 Ago. 2016.
Disponível em:
<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/1975/001260-005-0-1975-000.htm>> Acesso: 08 Ago. 2016.

SAHLINS, Marshal. D. **Cultura e razão prática**. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1976.

SAINT-HILAIRE, August de (1779-1853). **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.

SANSON, Fábio Eduardo De Giusti; NODARI, Eunice Sueli. Descontinuidades jurídicas: aspectos históricos da legislação florestal brasileira. In: **Anais do 2º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações**. CR-ROM, Florianópolis, 2012, p. 2660-2676.

SANTA CATARINA 2016: Disponível em:
<http://www.pm.sc.gov.br/institucional/atividades/unidades-especializadas.html>. Acesso: 28 nov. 2016.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiencia dos Xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1973.

_____. **Nova História de Santa Catarina**. 5 ed. Ver. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.

SANTA CATARINA, 2016. Disponível em:
<http://www.scrural.sc.gov.br/?page_id=5> Acesso: 05 dez. 2016.

SANTA CATARINA, 2016. Disponível em:
<http://www.scrural.sc.gov.br/?page_id=5> Acesso: 05 dez. 2016).

SANTA CATARINA. **Atlas Escolar de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991.

SANTA CATARINA. **Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**: cartografia temática 2000. Florianópolis: FATMA, 2000. 1v. (não paginado).

São José. Disponível em: <<http://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/historia>> Acesso em: 12 março 2016

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Serviço Florestal Brasileiro. Disponível em: <florestal.gov.br> Acesso: 20 março. 2015.

SHUTEL, Duarte Paranhos. **A massambu: romance**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, Porto Alegre: Movimento, 1988. (Coleção Santa Catarina; v. 27. Coleção Resgate; v. 15).

Soliva sessilis Ruiz et Pavón. Disponível em: http://www.ufrgs.br/fitoecologia/florars/open_sp.php?img=4309. Acesso: 10 set. 2017.

SOUZA, Evandro André de. (org). **A Ilha de Santa Catarina no século das navegações**. Indaial: UNIASSELVI / Florianópolis: Insular, 2013.

SPERGEL, Barry; TERBORGH, John [et al.]. **Tornando os parques eficientes**: estratégias para conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. Da UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e animais (1500-1800). São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

WORSTER, Donald. Para se fazer história Ambiental. **Estudos históricos**. Vol. 4, n. 8, 1991. pp. 198-215.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. In: Ambiente e sociedade, v. 5, n. 2. 2003, p. 25. Disponível em: <www.sielo.br> Acesso em: 15 fev. 2008.

_____. A natureza e a desordem histórica. In: FRANCO, José Luiz de Andrade, et. al.(orgs). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamound, 2012, pp. 367-384.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – DOUTORADO ACADÊMICO: MSc. Jackson Alessandro Peres

Roteiro para as entrevistas

No início da gravação:

- a) Apresentar a entrevista, o motivo
 - b) Apresentar o entrevistado (Nome completo)
 - c) Apresentar o local onde está ocorrendo a entrevista
 - d) Pedir autorização durante o início, para uso desse documento
-
- 1) Você nasceu aqui? (No caso da entrevista estar sendo feita em outro local que não o da pesquisa, perguntar se a pessoa nasceu na localidade da Baixada do Maciambú).
 - 2) Se for de outra cidade ou estado, questionar há quanto tempo reside na localidade e qual o motivo que a fez mudar para lá.
 - 3) Qual sua ocupação? (deixar livre, perguntar sobre ocupação econômica e também de lazer, estudo, etc.).
 - 4) Como era o local (a Baixada do Maciambú) quando você era criança? (ou quando você se mudou para cá?)
 - 5) Que tipos de mudanças que ocorreram na natureza você observa?
 - 6) Como as pessoas se relacionam com a natureza nessa região?
 - 7) Que tipo de dificuldades as pessoas que residem na Baixada do Maciambú enfrentam?
 - 8) Como você vê as questões de infraestrutura, como abastecimento de água, tratamento de esgoto, ruas etc. na região?
 - 9) Como o poder público municipal atende a população da região nos serviços básicos?
 - 10) Quais os principais meios de subsistência dos moradores da Baixada do Maciambú?
 - 11) O que você sabe sobre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro?
 - 12) Você percebe alguma influência do Parque na vida ou na rotina das pessoas que vivem na Baixada do Maciambú?
 - 13) Quais os tipos de atividades que se fazia antigamente e que ainda hoje está presente no dia-a-dia das pessoas?

- 14) Quais os tipos de atividades que se fazia antigamente e que hoje não se faz mais?
- 15) O fato de existir atividades que não se pratica mais atualmente tem relação com o parque?
- 16) Qual sua relação com o parque, ou qual sua opinião a respeito do parque?
- 17) Você participa de algum movimento social em favor do parque ou contra ele? Qual? O que o movimento defende e porquê?
- 18) Como você imagina ou espera da região da Baixada do Maciambú nos próximos 20 anos?
- 19) Deixar livre para o entrevistado comentar algo que queira, ou perguntas que vieram no momento da entrevista.
- 20) Quais as principais forças religiosas dentro da Baixada do Maciambú?

Agradecer, pedir novamente autorização para uso em fins acadêmicos. Encerrar a entrevista.

Ao final perguntar sobre arquivo pessoal (fotos).